

O Bibliófilo Aprendiz



REITOR

Vahan Agopyan

VICE-REITOR

Vahan Agopyan



PRÓ-REITOR DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Margarida Maria Krohling Kunsch



DIRETOR

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

VICE-DIRETOR

Alexandre Macchione Saes



PUBLICAÇÕES BBM

EDITOR Plinio Martins Filho

EDITOR ASSISTENTE Pedro Tajiki Salles

APOIO



RUBENS BORBA DE MORAES



O Bibliófilo Aprendiz

OU

PROSA DE UM VELHO COLECIONADOR PARA
SER LIDA POR QUEM GOSTA DE LIVROS,
MAS PODE TAMBÉM SERVIR DE PEQUENO
GUIA AOS QUE DESEJAM FORMAR UMA
COLEÇÃO DE OBRAS RARAS OU MODERNAS

APRESENTAÇÃO

Cláudio Giordano

publicações
BBM

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (SBDDBM)

M827b

Moraes, Rubens Borba de, 1899-1986.

O Bibliófilo Aprendiz / Rubens Borba de Moraes. – 5ª ed. – São Paulo:
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

296 p.

ISBN 978-85-62587-29-0

1. Bibliófilo. 2. Bibliotecário. 3. Bibliógrafo. 4. Bibliotecas. 5.
Imprensa – Brasil – História. 6. Livros – Brasil – História. 7. Livros
raros. I. Autor. II. Título.

CDD: 020.090

Bibliotecário Responsável Técnico: Rodrigo M. Garcia, CRB8ª/7584

Direitos reservados

Biblioteca Brasileira Guita
e José **Mindlin**

Rua da Biblioteca, 21 – CEP 05508-065
Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil
E-MAIL: bbm@usp.br / tel.: (11) 2648-0320

Printed in Brazil 2018
Foi feito o depósito legal

☞ SUMÁRIO ☞

Simplicidade Alegre de um Bibliófilo – <i>Cláudio Giordano</i> ...	7
Prefácio	15
Por Quê? Para Quê?	17
Colecionar o Quê?.....	21
Mulher de Colecionador	33
Livrarias e a Arte de Comprar	37
Pechinchas	51
Bibliofilia de Novo-rico	61
“The Gentle Art of Book Hunting”.....	73
Curiosidades Bíblicas.....	79
Encadernações Imperiais.....	89
Pior é a Emenda que o Soneto.....	107
Bicho, Mofo e Outras Calamidades.....	117
Primeiras Edições.....	125
Bibliografias.....	135
Com Todas as Licenças Necessárias.....	153
Tipografia Sem Lágrimas	163
Colação com Lágrimas	175

O Primeiro Livro Sobre o Brasil e os Primeiros Impressos

Brasileiros.....	187
Brasiliana	221
Brasiliense.....	229
A Decadência no Brasil da “Famosa Arte da Imprimissão” ..	247
Despedida.....	263
Apêndice.....	265
No Aparecimento de <i>O Bibliófilo Aprendiz</i>	267
Índice Remissivo.....	281

❧ SIMPLICIDADE ALEGRE ❧ DE UM BIBLIÓFILO

Cláudio Giordano

Para a grande maioria dos leitores brasileiros, Rubens Borba de Moraes é desconhecido, em que pese haver formado e legado à posteridade a notabilíssima Coleção Brasileira e haver composto a melhor bibliografia sobre essa matéria; sem mencionar outros trabalhos de igual natureza e importância e sua competente ação na área de biblioteconomia. Não bastasse isso, não alcançou ainda maior público leitor apesar deste delicioso *O Bibliófilo Aprendiz* (agora em sua quinta edição pela BBM—Biblioteca Brasileira Mindlin), que sozinho deveria ter-lhe popularizado o nome. Diz ele no “Prefácio” que o escreveu “para passar o tempo, para prostrar sobre um assunto por que me apaixonei”. E recomenda “não perca tempo em ler esta prosa fiada de um velho bibliófilo”, “quem não gosta de conversar sobre livros raros, quem não dá a menor importância a uma primeira edição, quem não pretende colecionar”.

Se não exatamente o contrário, recomendo encarecidamente que além dos aficionados ao livro, não percam a oportunidade de percorrer essas páginas sobretudo aqueles para os quais o livro

não passa de objeto de leitura esporádica. Pois, o que se tem nele não é a apologia do livro feita por um colecionador obcecado, querendo provar que escolheu o melhor lazer do mundo e buscando por isso aliciar novos colecionadores e futuros bibliófilos. Nem pensar! Em linguagem despojada, bem humorada, discorre o autor sobre a arte de colecionar como uma opção, entre muitas, de lazer divertido e apaixonante. Esconde a erudição, até porque – afirma – “em matéria de livros, tudo quanto sei só serve para mostrar o quanto ignoro”.

Lembra de saída que a bibliofilia, além de lazer, diletantismo, é obra de benemerência, o que não impede a frequente reação das esposas contra ela. Não se espere, porém, dele, “simples bibliófilo, conselhos de ordem familiar. Talvez o fato de muitos dos maiores colecionadores morrerem solteiros não seja sem significação”. Caso dele, aliás.

Para colecionar, impõe-se praticar a arte da compra e Borba discorre sobre o relacionamento com o livreiro, oportunidades, aspectos e estado dos livros, encadernações. A pretexto de pechinchas, lembra aos mais antigos a livraria do Gazeau, na Praça da Sé, em cujo “porão estavam os livros que ele [Gazeau] comprara há muito tempo” e onde “os amadores encontravam as edições esgotadas, as curiosidades e as raridades das quais Gazeau nem se lembrava da existência”. (Saudade! Na década de 1970, tive a ventura de encontrar no Gazeau – nem foi no porão – e comprar efetivamente por pechincha, os dezesseis volumes de uma edição pirata da tradução inglesa de *As Mil e Uma Noites*, de Richard F. Burton.)

Borba de Moraes não era regateador, sendo poucas as pechinchas entre os milhares de livros que adquiriu na vida. Com gosto conta como achou e comprou na França uma delas, o seu *Brasil*

Pitoresco de Charles Ribeyrolles (Rio de Janeiro, 1859). Depois de longas e laboriosas negociações, foi afinal ao encontro de Monsieur Bernard, que se apressou em dizer “que tinha sido obrigado a tomar um táxi para transportar esse trambolho. Ficou mais contente quando lhe disse que eu pagaria o táxi. Para o exame do exemplar, convidei-o a ir a um outro *bistrot*, onde havia um vinho d’Arbois famoso. Examinei o Ribeyrolles. Era um exemplar perfeito, com todas as margens, como novo, numa encadernação ‘três-quartos’ de marroquim vermelho da época. Nunca tinha visto um exemplar tão bonito. Paguei contente o preço combinado, paguei o táxi, paguei a comissão de Monsieur Bernard, paguei o vinho. Teria pago uma segunda garrafa, se o vinho d’Arbois não fosse tão traiçoeiro... Não me lembro, assim de momento, de ter feito muitas outras descobertas de livros raros por preço barato”. E acrescenta: “Nunca me arrependi de ter comprado um livro por um preço alto. Só me arrependo do que não comprei”.

Encadernações. “É um assunto delicado – diz ele – o de encadernação. Conselhos, neste caso, são como para mulher quando quer casar. Não adiantam. Só a experiência própria serve. Todo bibliófilo faz tolices, em matéria de encadernação. Esteja, pois, preparado a pagar o seu tributo e aprender à sua própria custa.”

Alguns exemplares têm “verdadeira personalidade”, escreve, ou então adquirem um “*jeitão* comum. Assim como os cachorros velhos se parecem com os donos, os livros de um colecionador têm um ar de família”. Referindo-se àqueles que fazem troca de *ex-libris* nos livros, diz: “Não é crime, não, mas não deixa de ser divertido essa maneira de se enganar a si próprio. Há também mulheres elegantes e ricas que usam joias falsas”.

Depois de relacionar detalhadamente os cuidados a serem tomados no que tange à lavagem de livros no processo de restauro,

conclui: “Banho não é recomendado para livros e gravuras, mas para os bibliófilos”.

E continua destilando seu bom-humor a cada passo: “Não resta dúvida de que o pires com cal era um meio excelente para lutar contra a umidade, numa época em que o homem, para lutar contra o calor, só tinha o leque... Felizmente hoje existem uns aparelhos chamados condicionadores de ar”.

“É sempre mais garantido o próprio dono limpar, ele mesmo, sua biblioteca. É um divertimento, é uma ocasião que ele tem de folhear um livro que não pega há muito tempo, de verificar que um volume está precisando de um pequeno concerto... Livros exigem bom trato e carinho, como as mulheres.”

“Não vale a pena desanimar os bibliófilos inexperientes logo de início; já terão de sofrer bastante no correr da vida.”

Por ter aventado a hipótese de o paraíso terrestre estar situado no Brasil, o Padre Simão de Vasconcellos teve apreendida a sua obra *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, depois de impressa. Comenta Borba: “O Padre Vasconcellos passou apertado, mas também, quem mandou ele dizer que isso que estamos vendo por aqui é o paraíso terrestre?”

Conceitua o autor o que para ele é Coleção Brasileira: “Todos os livros sobre o Brasil impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros impressos no estrangeiro até 1808”; e Coleção Brasiliense: “Livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias”. Embora dizendo que “as misturas em coleções, seja lá do que for, não são geralmente de bom gosto” e que “mistura só tem bom gosto em coquetel”, sua posição nada radical o leva a acrescentar: “Mas se um bibliófilo quiser colecionar a torto e a direito Brasileira e Brasiliense, e formar um verdadeiro coquetel de livros, meu Deus, deixem-no juntar seus livrinhos em paz!”

Já lá para o fim, ao registrar a constante publicação, entre nós, desde as primeiras décadas do século XIX, de romances populares – *O Amor Ofendido e Vingado*, *O Castigo da Prostituição*, *As Duas Desafortunadas* – e romances de cavalaria – *História Verdadeira da Princesa Magalona* –, relembra Borba: “Até há poucos anos eram editados no Rio constantemente. Havia até a superstição entre editores de que a casa que não editasse um deles não iria adiante. Monteiro Lobato contou-me uma vez que muita gente atribuía sua falência a não ter editado a *Princesa Magalona* ou a *Donzela Teodora* ou *Os Doze Pares de França*”.

Para Lobato, tem ele ainda palavras de grande respeito: “Monteiro Lobato não encontrou tipografia capaz de produzir livros nas quantidades que necessitava. Teve de montar uma oficina, meter-se num negócio estranho e nocivo à sua atividade de editor. Foi à falência. Mas esse grande pioneiro, um dos maiores homens que o Brasil teve e que, se não fosse paulista, seria tão celebrado quanto Rui Barbosa, abriu o caminho”.

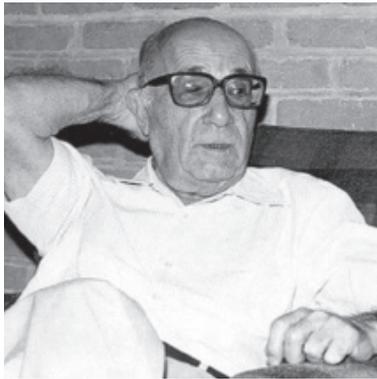
Antes disso, tecendo considerações sobre a produção da Imprensa Régia, escreve Borba: “Tenho até a impressão de que os poetas da Imprensa Régia mereceriam um estudo literário em conjunto. Talvez então o nosso Antônio José Vaz, que desconfio ser o primeiro poeta paulista a aparecer em letra de fôrma, passasse a ser citado na literatura brasileira”. Todavia, logo se corrige em nota de rodapé: “Depois de escrever essas linhas espontaneamente, fiquei desconfiado e fui ler um *Cântico* do vate paulista, impresso em 1810, a primeira obra que publicou. Confesso que perdi a esperança. O meu palpíte foi puro bairrismo. Antônio José Vaz é paulista de trezentos anos, mas um péssimo poeta, não tem a menor chance de ser citado numa história da literatura”.

Não dê a ligeireza das citações, pinçadas à releitura de *O Bibliófilo Aprendiz* e aqui reproduzidas, a falsa impressão de que Rubens Borba de Moraes seja epidérmico nos assuntos abordados. Ele é da maior consistência, rigor, precisão e de imensa carga informativa ao longo de suas 264 páginas da brochura; mas, mesmo nos capítulos mais carregados do que chamaríamos de detalhes técnicos ou de minúcias bibliográficas, a leitura flui sem despertar cansaço nem aborrecimento.

Termino com a despedida de Borba de Moraes ao cabo de seu livro: “Falta ainda muita coisa que eu gostaria de lhe dizer. Mas, prosa sobre livros não tem fim. Você já deve estar cansado. Quer fechar o livro e ir cuidar da vida. Se cuidar da vida é, para você, ganhar mais dinheiro, digo-lhe que não vale a pena. Ganhar muito dinheiro dá enfarte... Não vive verdadeiramente quem não gosta de dar uma prosa com um amigo ou ler um livro com vagar... Quando nos encontrarmos de novo, espero que seja você quem me conte coisas sobre livros...”



O Bibliófilo Aprendiz



Rubens Borba de Moraes

❧ PREFÁCIO ❧

“DESDE MENINO COLECIONO LIVROS. PASSEI TODA A MINHA VIDA NO MEIO DELES E GRANDE PARTE DE MEUS MELHORES ANOS DIRIGINDO BIBLIOTECAS NA MINHA TERRA E NO ESTRANGEIRO. HOJE, FORA DA VIDA ATIVA ENFIM, TENTANDO GOZAR O *OTIUM CUM DIGNITATE* APESAR DA INFLAÇÃO, CUIDO DOS MEUS LIVROS E NADA MAIS.”

Esse longo convívio com livros de toda sorte ensinou-me alguma coisa sobre eles, creio eu, mas ensinou-me, principalmente, que em matéria de livros tudo quanto sei só serve para mostrar o quanto ignoro. Não há dia que não aprenda alguma coisa. É, talvez, por isso que não me canso de manuseá-los, de folheá-los, de lê-los e de falar deles.

Falar de livros é a melhor das prosas. Mas está se perdendo o hábito de prostrar. Não se prostra mais em portas de livraria, não há mais café onde se possa conversar, não se vai mais à casa de um amigo dar uma prosa, com medo de perturbar o seu programa de

televisão ou um joguinho de cartas. Não se proscia mais no Brasil, perdeu-se essa arte, tão boa e tão gostosa.

Mas, se acabaram as prosas, nunca se viu tanta crônica nos jornais. Os que gostam de conversar imprimem suas prosas. A velha arte passou de diálogo a monólogo. Os conversadores de hoje falam sozinhos.

É, talvez, por isso que resolvi escrever este livrinho. Escrevi-o para passar tempo, para prosciar sobre um assunto por que me apaixonei. Não o pretendia publicar tão cedo nem do jeito que sai, se um velho amigo não me tivesse animado a modificá-lo e a dar-lhe um caráter de pequeno manual para bibliófilos principiantes. Animou-me, mostrando-me como são raros os livros em português sobre bibliofilia. Aceitei a sugestão sem protestar, pois, começo a entrar na idade em que se gosta de dar conselhos, embora se saiba que não adiantam nada.

Não escrevi um manual, Deus me livre de jamais perpetrar tal coisa! Dei uma prosa sobre bibliofilia. Quem não gosta de conversar sobre livros raros, quem não dá a menor importância a uma primeira edição, quem não pretende colecionar, não perca tempo em ler esta prosa fiada de um velho bibliófilo.

✧ POR QUÊ? PARA QUÊ? ✧

“PARA QUE SERVEM LIVROS ANTIGOS? POR QUE, PARA QUE COLECIONAR LIVROS RAROS? ESSAS PERGUNTAS LEMBRAM-ME UMA HISTÓRIA QUE SE CONTA.”

Dizem que um poeta francês foi uma vez apresentado a um riquíssimo banqueiro. O apatacado personagem perguntou ao poeta:

— Para que serve a poesia?

E o poeta respondeu-lhe:

— Para o senhor, não serve para nada.

Tinha razão o poeta. Para muita gente, tudo na vida deve ter uma utilidade. Para essa gente pretensiosa não adianta explicar certas coisas, elas não chegaram ainda a um desenvolvimento cultural suficiente para apreciar as coisas sem utilidade aparente.

Se nós examinarmos a evolução, o progresso do mundo, notaremos que só nos países mais adiantados se dá valor às coisas sem utilidade apreciável. É com o progresso material, com a riqueza, que surge a cultura, o amor e o respeito pelas coisas tidas como

inúteis. É nos países adiantados que se encontram as mais belas bibliotecas, os museus, as coleções particulares de arte. Não quero dizer com isso que só nesses países há gente capaz de apreciar devidamente essas coisas, mas quero notar que esse fato é um índice de progresso. Não é somente a produção *per capita* que indica o adiantamento de uma região.

Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram, tendo como base uma coleção particular e foram se enriquecendo com a aquisição ou doação de outras coleções particulares. Foram os Mazarin, os Grenville, os Barbosa Machado que, legando ou vendendo seus livros à nação, enriqueceram o patrimônio nacional.

Se não fossem os amadores americanos que reuniram coleções, alguns à custa de paciência, conhecimento e gosto, outros a poder de milhões, o que seria das famosas bibliotecas e museus dos Estados Unidos? Ninguém pode hoje estudar seriamente Shakespeare e seu tempo, sem frequentar a Folger Library, em Washington. Em Washington e não em Londres, na biblioteca formada por H. C. Folger, no prédio que ele mandou construir.

Seria um não acabar mais o querer mostrar que, graças a colecionadores particulares, muito tesouro é salvo. No Brasil então, onde a administração pública, além de ignorante é desmazelada e demagógica, se não fosse o colecionador particular, o bicho, a sujeira e o clima destruiriam tudo que o nosso passado nos legou.

A bibliofilia não é somente um passatempo de homens cultos, um *hobby* inocente, um emprego de capital para alguns espertos, um negócio para milhares de pessoas no mundo. É uma obra de benemerência.

Se depois de todos esses argumentos ainda houver quem lhe pergunte: “Para que serve colecionar livros raros?” — então voltaremos à velha história que acima contei. Para aqueles que lhe fizerem essa pergunta, responda: “Para você, não serve para nada”.

☞ COLECIONAR O QUÊ? ☞

“É AOS PSICANALISTAS QUE SE DEVE PERGUNTAR POR QUE SE COLECIONA. SÓ ELES SABEM DESCOBRIR QUAIS OS MOTIVOS INCONFESSÁVEIS E ESCABROSOS QUE LEVAM UM BURGUÊS PACATO E MORIGERADO A PRATICAR ATOS PERFEITAMENTE SIMPLES E MORAIS.”

Não resta dúvida que o dom de colecionar é uma compensação para algum complexo. Em muitos casos é simplesmente um complexo de fuga, uma “Pasárgada” que ajuda a suportar guerras, inflações, desejos frustrados ou simplesmente uma mulher tagarela. Compensá-los, escrevendo poemas, pintando, esculpindo ou colecionando ainda é a melhor terapêutica que pode haver.

Há gente que coleciona selos, discos de fonógrafo, botões de fardas, soldadinhos de chumbo, figurinhas de toda sorte, e até caixas de fósforos. Tutancâmon colecionava bengalas e as queria tanto que foi enterrado com elas. Don Giovanni, mulheres. Chegou a possuir *mille e tre, mille e tre...* como se canta na ópera.

Não há coleção tola e ridícula quando feita com arte, gosto e conhecimento. Vi, há anos, exposta num museu, uma coleção particular de carteiras de cigarros. Essa coleção tinha sido feita com tal gosto, tal arte, que a gente se esquecia que aquelas lindas figurinhas, aqueles desenhos pitorescos e divertidos tinham sido feitos para proteger cigarros. A carteira de cigarros desaparecia, sobrando somente a obra de arte popular, o documento de uma época. Um historiador de arte ou um sociólogo poderia escrever um livro apaixonante, graças a esses documentos colhidos por um colecionador.

Colecionar é uma arte. Como toda arte, é preciso que esteja combinada com o conhecimento, com o *métier*, para se tornar uma verdadeira criação. Muita gente pensa que colecionar é um passatempo de rico. Engano: que o diga o nosso colecionador de carteiras de cigarros.

Toda gente compra livros uma vez ou outra. Comprar livros, hoje em dia, é uma necessidade. É indispensável em certas profissões. No entanto, uma minoria somente coleciona livros. É porque nem todos têm a sorte de possuir o dom da bibliofilia ou, se quiserem, os complexos necessários para se tornarem bibliófilos.

Colecionar livros não é uma ocupação mais cara que a de comprar casualmente um ou outro romance para se ler em viagem. Depende do gênero que se quer colecionar. Imprimem-se, todos os anos, milhões de livros no mundo. Da descoberta do prelo até hoje imprimiram-se outros tantos milhões. Não é, por conseguinte, por falta de material que se deixa de colecionar. Mas, justamente essa pletora é que torna difícil a escolha.

É preciso, portanto, escolher com muito critério qual o gênero de livro que se quer colecionar. Nunca um bom colecionador deve ir comprando o que lhe agrada no momento. Se assim fizer, chegará, no fim de alguns anos, a ter uma vasta livreria sobre os assuntos

mais diversos, obras dos autores mais variados, edições das mais disparatadas, mas nunca uma coleção digna de um bibliófilo. Terá formado um acervo de biblioteca pública, quando muito.

Há, digamos, para facilitar, dois rumos a seguir: ou escolher o assunto ou escolher as obras de um determinado autor como objetivo de uma coleção. Mas, que assunto, que autores? Não é possível aconselhar. É uma questão de gosto e de conhecimento. Deve-se escolher o assunto de que mais se gosta ou mais se entenda; o autor que mais agrada. Mas, cuidado, nem toda onça é tapete, não escolha um assunto vasto demais ou um autor antigo, cujas obras têm milhares de edições. O senso da medida é indispensável. O saber restringir o objetivo de uma coleção é a única possibilidade que se tem de formar uma verdadeira biblioteca particular e não um bricabraque de livros.

Não se deve escolher um assunto ou um autor, cujas obras estejam acima das possibilidades financeiras do colecionador. Há assuntos caros. Há autores, cujas obras nas edições procuradas custam verdadeiras fortunas.

O prazer de colecionar, a emoção de encontrar um livro procurado há anos, a volúpia de completar as obras de um autor, é, para o milionário que paga uma fortuna por um livro, a mesma do pobretão que encontra num sebo o volume sonhado.

O primeiro passo a dar, portanto, quando se decide colecionar livros é planejar a coleção que pretende fazer. É preciso estudar o assunto. Conhecê-lo bem. Saber o caminho a seguir. Quanto mais erudito for o colecionador, mais probabilidades terá de formar uma biblioteca de valor.

Não se deve colecionar com o intuito de ganhar dinheiro. Comprar livros com a intenção de vendê-los mais tarde com lucro não é próprio de bibliófilo, mas de livreiro.

Um amigo meu, bibliófilo apaixonado, resolveu abrir uma livraria. Parecia-lhe que era esse o melhor meio de aumentar sua biblioteca com pouco dispêndio. Ora, aconteceu-lhe que as boas compras que fazia, ficava com elas. Só punha à venda o que não lhe interessava ou lhe parecia muito caro. Em pouco tempo a loja do livreiro colecionador tornou-se cheia de verdadeiro rebotalho. Ninguém queria esse refugio e, antes de ir à falência, o comerciante inexperiente tratou de vender a livraria. Outro conhecido meu, livreiro estabelecido, resolveu colecionar livros sobre um autor de sua predileção. Reuniu, em alguns anos, uma excelente coleção de todos os livros desse autor, em primeiras edições. Esse conjunto magnífico ficou valendo muito bom dinheiro, dinheiro que fazia falta para movimentar sua casa comercial. Acabou vendendo a coleção, para continuar a ser livreiro.

Colecionador e livreiro são coisas diferentes. São raríssimos os exemplos de quem tenha misturado as duas coisas com sucesso. O Dr. Rosenbach o fez, mas ele era conhecido como o Napoleão dos livreiros.

O colecionador que deseja fazer negócio e labora nesse sentido acaba quase sempre perdendo. O amor ao lucro é nefasto aos bibliófilos. O prazer de formar uma bela coleção é uma recompensa suficiente. É verdade que, se ele tiver critério e gosto, acabará formando um conjunto que valerá muito mais do que gastou. Será a recompensa material pela sua arte e ciência.

Vamos a um caso concreto. Suponhamos que um médico queira colecionar livros sobre medicina. Nada mais apropriado, nada mais legítimo e mais bem escolhido para um médico. Os médicos são muito dados à bibliofilia. Há muita sociedade de médicos bibliófilos. Acontece que o assunto é vastíssimo, verdadeiramente inesgotável. A National Library of Medicine dos Es-

tados Unidos contém centenas de milhares de livros e está muito longe, mas muito longe, de possuir uma coleção completa. Aliás, não está na cogitação de nenhuma biblioteca médica a intenção utópica de possuir tudo que se publicou sobre medicina no mundo, nem sequer ter tudo quanto se publica atualmente sobre esse vasto assunto.

O médico que desejar colecionar livros sobre medicina deverá, portanto, logo no início, escolher ou um ramo da medicina ou uma época na história da medicina. Poderá, por exemplo, escolher os livros sobre a sífilis, assunto, aliás, muito procurado, que contém obras muito raras e bastante caras. Ou, então, os livros antigos sobre anatomia. Muitos desses livros são ilustrados com gravuras belíssimas e alguns são extremamente raros. Ou, ainda, os livros que marcaram época na história da medicina.

Para médicos brasileiros, há um assunto apaixonante: os primeiros livros de medicina brasileira. Livros sobre medicina dos tempos coloniais há poucos, uns doze ou quinze que eu saiba. Alguns como, por exemplo, o *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco*, escrito por João Ferreira da Rosa, impresso em Lisboa em 1694. É nesse livro que aparece a primeira observação, a descrição clara e inconfundível da febre amarela. Ferreira da Rosa fez a observação em Pernambuco. É, pois, um desses livros que marcam época. Todo livro que cita pela primeira vez um fato importante, marca uma data na História, tem um valor bibliográfico universal, é procurado e se torna geralmente raro. Esse *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* (que título magnífico!) tem uma outra particularidade: é raríssimo. Não se conhecem mais que uns poucos exemplares mas, tenho para mim, que deve haver mais alguns desconhecidos dos bibliófilos. Procurem-nos, portanto, os colecionadores!

Nem todos os livros de medicina antiga brasileira são tão desanimadoramente raros. As *Notícias do que he o Achaque do Bicho*, escrito por “Miguel Dias Pimenta, Familiar do S. Officio e residente no Arrecife de Pernambuco”, impresso em Lisboa em 1707, é outro livro célebre que descreve uma moléstia muito comum no Brasil colonial. Pimenta não era médico. Nascido em Portugal, foi para Recife tentar fortuna. Com quinze anos era caixeiro e quando publicou as *Notícias...* já era comerciante abastado. Há quem suponha que comprava barato escravos doentes, atacados de “achaque do bicho”, tratava-os de acordo com o método que inventara e revendia-os, curados, por muito bom dinheiro. Não era mau homem o mascate enriquecido. Negociar em escravos era um negócio tão limpo quanto qualquer outro naquele tempo. Possuía até um certo senso de humanidade, tanto assim que resolveu divulgar o método que inventara para curar o “bicho”. Diz ele que publicava o livro “por zelo da caridade proximal... para que todos se possam curar por si”. O que admira não é a “caridade proximal” de Pimenta, tão rara naquela época, mas que conseguisse curar alguém com os remédios que preconizava. O “achaque do bicho” era moléstia frequente no Brasil e em Angola até o século XIX, e muitos livros de Medicina descrevem o mal e receitam remédios. Parece que era uma espécie de retite gangrenosa, agravada por toda sorte de complicações devidas à falta de higiene corporal. O doente chegava a “criar bichos” e daí o nome da moléstia.

A obra de Pimenta é um livro de medicina escrito por um leigo, baseado em observações e prática. Daí seu valor todo especial. Acresce que é um livro extremamente raro, uma verdadeira joia brasileira.

Já que estou citando livros de medicina antiga do Brasil, não posso deixar de mencionar um dos mais interessantes, o *Governo*

de Mineiros, de autoria de João Antônio Mendes, impresso em Lisboa em 1770. É um manual de medicina prática, caseira, escrito para os que viviam em Minas Gerais, “distantes de professores seis, oito, dez e mais legoas padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilação dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes”. João Antônio Mendes era “cirurgiam e anatomico aprovado” e exerceu a medicina nas Minas por longos anos.

Outro livro curiosíssimo, escrito também por um médico que clinicava em Minas, é o *Erario Mineral*, de Luís Gomes Ferreira, impresso em Lisboa em 1735. É um livro interessantíssimo, cheio de detalhes curiosos sobre a vida que levavam os mineradores. Grande livro é o *Erario Mineral*, e raríssimo!

Há outros: a *Prodigiosa Lagoa Descuberta nas Congonhas das Minas do Sabará*, impresso em Lisboa em 1749, sem o nome de autor, mas de autoria de João Cardoso de Miranda, o *Trattado Único das Bexigas, e Sarampo*, por Romão Mõsia Reinhipo (o médico Simão Pinheiro Morão), o primeiro livro de medicina brasileira, impresso em Lisboa 1683, e mais alguns outros. Mas dessa época (séculos XVII e XVIII) não existem, como já disse, mais do que uma dúzia de livros de medicina brasileira, sem contar as teses dos médicos brasileiros que se formaram em Montpellier, em Coimbra e Edimburgo. São todos muito raros, mas nenhum bibliófilo, mesmo principiante, perde a esperança de obter uma peça dessa raridade. E faz muito bem, porque a sorte é um elemento com o qual se deve contar.

Nem todos os livros de medicina brasileira são tão raros como os que citei. Os que foram publicados na Bahia e no Rio de Janeiro, em princípios do século XIX, embora sejam bastante raros, encontram-se de vez em quando. Muitos desses livros são tradu-

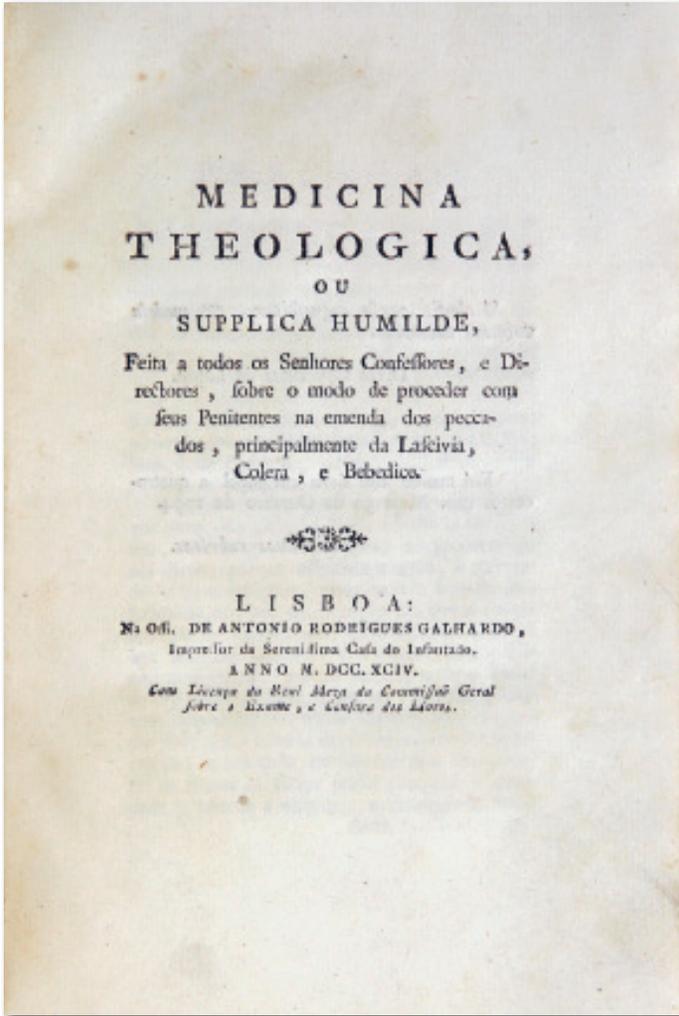
ções de obras europeias, feitas por médicos brasileiros. Quando se fundaram as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro houve necessidade de manuais para os alunos. Diversos professores traduziram, então, os livros clássicos franceses e ingleses, usados nas faculdades de Paris e Edimburgo. Essas traduções são, muitas vezes, anotadas pelos clínicos nacionais, com observações feitas no Brasil, o que as tornam mais valiosas cientificamente. As traduções de Bichat, Fourcroy, Cabanis, Richerand, Maunoir e outros médicos estrangeiros estão entre os primeiros livros de medicina impressos no Brasil.

Mais valiosas, talvez, são as obras originais dos médicos brasileiros, os livros de José Maria Bomtempo, Luís de Santa Ana Gomes, Domingos Ribeiro Guimarães Peixoto, e tantos outros, sem falar nas obras do Dr. Melo Franco, publicadas anteriormente em Lisboa. Nem todas as obras desse famoso médico mineiro são difíceis de achar, mas a *Medicina Theologica* é um livro muito raro e muito curioso. Um psicanalista, lendo-o com atenção, encontraria nas suas páginas as teorias de Freud em germe. Melo Franco foi um precursor em muita matéria médica e o nosso primeiro pediatra. Publicou, em 1790, um *Tratado da Educação Fysica dos Meninos*.

Como se vê, não faltam livros de medicina brasileira para formar uma belíssima coleção. A dificuldade de se obter as obras publicadas nos tempos coloniais não deve desanimar. O assunto não é, ainda, muito procurado. Uma boa coleção de medicina antiga brasileira seria (digo seria porque não conheço presentemente nenhuma verdadeiramente rica) uma obra digna dos maiores louvores e de um valor incalculável.

Há outros assuntos pouco explorados em bibliofilia brasileira, onde um colecionador ativo poderia empregar sua erudição e faro.

“... é um livro muito raro e muito curioso. Um psicanalista, lendo-o com atenção, encontraria nas suas páginas as teorias de Freud em germe”.



Francisco de Melo Franco, *Medicina Theologica*, Lisboa, off. de Antonio Rodrigues Galhardo, M.DCC.XC.IV [1794]. 144 p. (20 × 14 cm). Página de rosto. Acervo BBM.

Por que não colecionar os primeiros impressos produzidos nos diferentes Estados e cidades do Brasil? É um assunto pouco explorado, onde há um vasto campo para pesquisa e muita descoberta a fazer. Outro assunto tentador seria colecionar os livros sobre escravidão ou sobre imigração ou, ainda, as primeiras edições dos escritores de uma escola literária. Digo de uma ou duas escolas literárias, porque ambicionar possuir todas as primeiras edições de obras literárias brasileiras seria uma ambição napoleônica.

O leitor já deve ter percebido que sou francamente partidário das pequenas coleções, da restrição do âmbito de uma coleção. De fato, hoje em dia não é possível um particular formar uma grande biblioteca sobre um assunto geral. Embora possua muito dinheiro, tempo e conhecimento do assunto, a concorrência que sofre das bibliotecas públicas, dos outros colecionadores que procuram as mesmas obras há mais tempo que ele, é um obstáculo muito difícil de vencer. É preciso ter sempre em mente que o número de exemplares de um livro é limitado. Muitos e muitos livros não existem mais no mercado, todos os exemplares já estão nas bibliotecas dos governos e nunca mais serão vendidos. É preciso saber que não se compra o que se quer, mas o que se pode comprar e o que aparece à venda. Já é, portanto, uma limitação com a qual o colecionador deve contar. Há livros que nunca mais aparecerão à venda. Um exemplo entre mil é o que aconteceu com a *Historia da Provincia Sãcta Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil Feita por Pero de Magalhaes de Gandavo*, impressa em Lisboa em 1576. Dessa obra clássica, o primeiro livro sobre o Brasil escrito em português, existiam sete exemplares no mundo, todos em bibliotecas públicas da Europa e dos Estados Unidos. Em 1946 apareceu um oitavo exemplar. Oferecia-o à venda o famoso livreiro Rosenbach. Essas ocasiões são das tais

que não se perdem. Agora, já, ou *nunca* mais! Como responsável pela direção da Biblioteca Nacional do Rio, naquele tempo, eu não podia deixar escapar essa ocasião única de enriquecer o Brasil com um exemplar de um dos livros mais importantes sobre nosso país. Comprei esse exemplar perfeito da tiragem mais rara, da qual só existem dois outros. Assim procedi, embora a Nacional já possuísse um Gandavo com as margens cortadas rente ao texto, bichado e encadernado num volume com outros folhetos. O Brasil merece possuir um belo exemplar de um dos monumentos de sua cultura. Muitos me criticaram acerbamente. “Sabeis quão má gente é a da Índia...”

Exemplos como esse aparecem a toda hora. Os livros raros vão sumindo do mercado. A ciência de colecionar consiste em saber quais os livros que estão desaparecendo e em comprá-los na hora certa. Muitas vezes é preciso coragem para pagar o preço pedido, mas sem coragem nada se faz na vida, nem uma biblioteca.

Voltemos ao caso das pequenas coleções sobre um assunto determinado, preferivelmente às coleções gerais.

Na minha opinião, o que é digno de admirar é um conjunto de livros homogêneo. O que é apreciável numa biblioteca particular não é o número de livros caros que contém. A existência de livros raros no meio de uma porção de outros, sobre assuntos inteiramente diferentes, faz a gente lembrar muito mais o que falta na coleção do que aquilo que existe. Colecionar não é juntar livros. O que é difícil, o que torna a bibliofilia um divertimento, um *hobby* apaixonante, é justamente a procura do que lhe falta. É o prazer em encontrar o exemplar desejado. Pouco importa o preço que se pagou por esse prazer. Pode ser uma pequena fortuna ou alguns cruzeiros. Comprar livros raros e caros, a torto e a direito, está no alcance de qualquer pessoa com dinheiro no bolso.

Para se formar uma coleção homogênea sobre um assunto ou um autor é preciso ciência, conhecer a vida do autor, saber quando, onde publicou seus livros. É preciso toda uma soma de conhecimentos, uma verdadeira erudição, às vezes. É aí que está a diferença entre o verdadeiro bibliófilo e o mero comprador de livros. O verdadeiro bibliófilo sabe o que compra e por que compra. Às vezes tem a santa ingenuidade de crer que o livreiro não sabe o que está vendendo e não soube marcar o preço. Doce ilusão que logo perde. Os bons livreiros possuem três virtudes: o faro para descobrir, o talento para comprar barato e a fé em poder vender caro. O bibliófilo deve ter somente coragem para pagar e saber o que e por que está comprando.

❧ MULHER DE ❧ COLECIONADOR

“HÁ BIBLIÓFILOS INTROVERTIDOS, QUE NÃO GOSTAM DE MOSTRAR SEUS LIVROS. NINGUÉM OS VÊ E SE, POR ACASO, ALGUÉM, SABENDO QUE POSSUI UMA DETERMINADA OBRA, PERGUNTA-LHE POR ELA OU MOSTRA DESEJO DE EXAMINÁ-LA, A RESPOSTA É QUE NÃO SABE ONDE ESTÁ NO MEIO DA BIBLIOTECA. É MAIS UMA VEZ QUESTÃO DE COMPLEXOS.”

Há casos que não é. É outro motivo mais corriqueiro, como o de um amigo muito querido que tive e que morreu, não de moléstia do coração, como disseram os médicos, mas de frustração, pelo fato de não poder mais comprar livros, de medo da mulher. O meu pobre amigo só comprava livros pequenos, que podia levar para casa no bolso e escorregar entre os outros sem a mulher perceber.

Quando esse bom homem me vinha ver, não dava a menor importância aos meus livros de pequeno formato. Extasiava-se, folheando meus in-quartos, babava-se, sobraçando in-fólios. Um

dia perguntei-lhe maliciosamente por que não comprava livros grandes. Respondeu-me melancolicamente: “Ela percebe!” Tenho para mim, que a vida inteira sonhou possuir uma *Flora*, de Martius: uns quarenta volumes in-fólio!

Quando meu amigo morreu, a viúva criminosa vendeu a biblioteca por uma pequena fortuna que nunca imaginou valessem os livros do bibliófilo frustrado. Mas, o mais divertido da história é que, daí por diante, passou ela a elogiar sem medida o critério do marido, o tino financeiro que teve em empregar dinheiro em livros que aumentam tanto de preço e não desvalorizam como o nosso cruzeiro etc.

Essa história não é absolutamente destinada às esposas que brigam com o marido porque este coleciona livros, antiguidades ou objetos raros. Mas, que muita mulher briga com marido por essa causa, isso lá briga mesmo.

Que fazer? Lá sei eu! O leitor não espera de mim, simples bibliófilo, conselhos de ordem familiar. Talvez o fato de muitos dos maiores colecionadores morrerem solteiros não seja sem significação. A bem da verdade, é preciso dizer que conheço muito colecionador que encontra na mulher uma colaboradora preciosa e estou me lembrando de um casal amigo, cuja esposa tem descoberto as melhores e as mais finas peças que possui. Esse casal tem prazer em mostrar a coleção. São amadores extrovertidos, sempre prontos a receber colecionadores e conversar sobre o assunto e a dar uma opinião.

O bibliófilo que não faz questão de mostrar seus livros precisa ter paciência quando os mostra a gente que nada entende. Precisa ouvir, sem pestanejar, perguntas como “O senhor já leu todos esses livros?” ou então: “Mostre-me um livro de cem mil cruzeiros”.

Despachei uma arrumadeira, porque me perguntou se tinha o *Tesouro da Juventude*. Infelizmente não pude fazer o mesmo com um interventor em São Paulo que me disse, com um forte sotaque paulista: “O senhor já leu o *Mártir do Gorgota*? E os *Treis Mosqueteiro* o senhor tem? Eta livrão!”

Muita paciência precisa ter o bibliófilo.

🏹 LIVRARIAS E A ARTE 🏹 DE COMPRAR

“AS LIVRARIAS NÃO SÃO INSTITUIÇÕES FUNDADAS POR PESSOAS RICAS E CARITATIVAS, PARA FACILITAR AOS BIBLIÓFILOS A AQUISIÇÃO DE LIVROS RAROS POR PREÇO DE PECHINCHA. LIVRARIA NÃO É OBRA FILANTRÓPICA, COMO OBSERVOU P. H. MUIR.”

O livreiro é um comerciante, a livraria é sua casa de negócio. O seu fim é ganhar dinheiro como qualquer comerciante. Entretanto, muitos bibliófilos só querem fazer pechinchas e ficam indignados quando sabem que um livreiro comprou barato um livro raro e o quer vender pelo alto preço que vale. Ora, todo comércio está baseado justamente nessa diferença de preço. Sempre foi assim, desde os tempos dos fenícios. A arte do bom livreiro antiquário consiste, justamente, em servir de intermediário entre quem quer vender e não sabe para quem e quem quer comprar, mas não sabe onde encontrar o que procura. Bom livreiro é aquele que sabe comprar e vender pelo preço justo. Ladrão é aquele que vende um livro mais caro do que realmente vale. Então, qual é o justo preço de um livro antigo?

O livro antigo, como toda mercadoria, está sujeito à velha lei da oferta e da procura. Os seus preços são regulados pelos leilões de Londres, de Paris, de Nova Iorque, de Genebra e de outros grandes centros. O livro antigo é uma mercadoria internacional, seu preço é regulado em moeda forte.

Os grandes livreiros antiquários publicam catálogos, oferecendo seus livros por preços fixos. Por mais eficiente que um livreiro seja, às vezes se engana. Marca um livro muito barato e outro muito caro. Se ele marcou barato demais, não faltará quem se precipite sobre a pechincha. Se ele marcar caro demais, o livro ficará na prateleira e o seu dinheiro não dará juros. O bom bibliófilo a par do mercado, bem informado pela leitura de catálogos, não pagará um livro mais caro do que vale no momento. Digo bem “no momento”, porque as flutuações no mercado de livros são constantes. Essas flutuações provêm, em grande parte, de o capricho dos compradores variar muito. Há moda em bibliofilia.

Todo o talento de um bibliófilo consiste em colecionar um autor, um assunto, quando a concorrência é pequena. O bibliófilo que não dispõe de meios ilimitados e que tiver “faro” poderá formar uma coleção de fazer inveja a um milionário. O livreiro que souber comprar e vender no momento oportuno é o que ganhará dinheiro de fato.

Mas, nem sempre a gente compra o que quer, mas o que pode. Há livros que, embora não sejam caros, aparecem raramente no mercado. Todo bibliófilo anda à procura de um ou outro livro a vida inteira. É aqui que o livreiro amigo, o seu livreiro, pode prestar-lhe um serviço inestimável. Todo bom livreiro conhece sua freguesia, sabe exatamente o que cada um coleciona e procura. Aparecendo um exemplar do livro desejado, ele terá prazer em lhe oferecer em primeiro lugar.

Existe entre livreiro e colecionador um denominador comum: o amor aos livros. Ambos acabam amigos, embora um viva à custa do outro. Um bom livreiro é o melhor guia que pode ter um colecionador. A recíproca é verdadeira.

Não é tão fácil quanto parece comprar livros raros. Em primeiro lugar, não se compra o que se quer, mas o que se pode e o que se encontra, como disse há pouco. É por isso que não se deve hesitar em comprar livros que aparecem raramente no mercado. Pode-se deixar para mais tarde os outros que aparecem sempre. Há livros que, apesar de raros e caríssimos, estão sempre girando de mãos em mãos, enquanto que outros, muito mais baratos, só aparecem uma vez ou outra. Não perder a oportunidade é uma sabedoria que só se aprende depois de muito tempo de observação do mercado. Um bom livreiro pode ser um conselheiro útil, está muito mais a par do mercado que o simples particular.

É de boa política comprar sempre bons exemplares. Custam mais caro, mas a diferença de preço é largamente compensada, pois valorizam-se mais rapidamente. Só se deve comprar um exemplar imperfeito quando se trata de uma obra tão rara que não se tem esperança de encontrar logo outro melhor.

Muitos colecionadores compram o primeiro exemplar que aparece e, mais tarde, trocam-no por um melhor. O perigo é que, nessas trocas, se acaba perdendo dinheiro. Por outro lado, nem sempre aparecem exemplares perfeitos de todos os livros que se deseja e todo bibliófilo, até os mais exigentes, tem que se contentar com peças medíocres em sua coleção.

Quanta encadernação original, com particularidades curiosas, perdeu-se por ter caído nas mãos de um colecionador ignorante que a trocou por outra mais rica! A riqueza não substitui a pátina dos anos e a autenticidade.

Os bons livreiros que sabem apreciar livros sempre indicam em seus catálogos a espécie de encadernação que os cobre. Mas, por falar em catálogos de antiquários, convém lembrar que muitos os redigem mal. Não indicam corretamente o nome do autor, abreviam o título sem critério, não indicam o estado do exemplar e nada dizem sobre a encadernação. Outros, ao contrário, comentam os livros em termos encomiásticos, usando de uma terminologia de curandeiro para vender panaceias. Para eles, qualquer obra que não se encontra todos os dias é classificada como rara ou raríssima.

Não falo, é claro, dos grandes livreiros de reputação internacional. Os catálogos desses especialistas são redigidos com tal critério e competência que merecem ser guardados e usados pelos bibliófilos como obras de referência. Infelizmente, catálogos dessa espécie requerem pessoal especializado para prepará-los e nem todos podem dar-se ao luxo de ter, entre seus empregados, homens eruditos e com prática de comentar livros raros. A dificuldade é contornada, citando as obras de referência que descrevem melhor e comentam o livro. O comprador, para maiores detalhes, recorre à bibliografia citada.

Quanto à menção do estado em que se encontra o volume, à sua integridade e à encadernação, há usos universalmente aceitos no comércio. Se o exemplar está completo, sem falta de nada e no estado normal em que se encontra um livro dessa época, o catálogo não faz comentários. Mas, se lhe falta qualquer coisa, a errata, uma gravura ou qualquer complemento, o livreiro indica o defeito. Se não o faz, o comprador tem o direito de devolver o exemplar e reclamar o seu rico dinheirinho.

A mesma coisa acontece com a encadernação. Se o livreiro diz somente que a obra está encadernada, entende-se que a encader-

nação é banal e contemporânea. Como as encadernações antigas variam muito, os livreiros mencionam quase sempre as particularidades. Se a indicação for somente da espécie de couro usada, o comprador deve esperar receber apenas uma encadernação em bom estado, sem nenhuma particularidade especial. Pode ficar tranquilo que, se a encadernação for excepcional ou assinada por um mestre, o livreiro não se esquecerá de anotá-la... e marcar o preço de acordo.

Como se vê, essas práticas não passam de usos, não são leis. Espera-se que haja, entre vendedor e comprador, um *fair-play* indispensável entre *gentlemen*. O desonesto, o *tricheur*, fica logo eliminado do jogo. Se não existe uma lista negra de livreiros ou de compradores, existe uma coisa que a substitui com vantagem: a reputação do comerciante de um lado e a honra burguesa de pagar sua contas de outro.

Os velhos bibliófilos, com longa prática de ler catálogos e de comprar, sabem perfeitamente o que esperar quando encomendam uma obra a um livreiro. Sabem muito bem que um exemplar sem descrição de particularidade, anunciado em certos antiquários, é um exemplar perfeito, enquanto que em outro é apenas um bom exemplar. Livros são como roupas, camisas, gravatas etc. A mercadoria do *bon faiseur* não se pode comparar à do *magazin* que vende roupas feitas a prestação. Isso não quer dizer que não se encontre no bazar da esquina uma linda gravata. Aqueles que não veem a diferença não são obrigados a comprar nas boas casas.

Há livreiros que, por questão de princípio, só vendem exemplares perfeitos. Quando compram um lote de livros escolhem os melhores e revendem os que julgam indignos de sua clientela a um colega menos exigente. No Brasil, onde o comércio de livros raros é insignificante, nenhum livreiro pode selecionar com

tanto rigor os livros que compra e vende. É obrigado, por falta de mercadorias, a ficar com muitos volumes em mau estado. Mas não é somente por esse motivo que a seleção é pouco rigorosa: é porque os livros, se não forem muito bem cuidados, estragam-se com incrível rapidez neste clima nefasto aos livros. Os estragos são de proporções tais que um livro estrangeiro, importado há poucos anos e conservado sem cuidado, acaba fatalmente arruinado. Uma obra impressa no Brasil, no século XIX, isenta de furos de bicho é coisa rara.

De maneira que o livreiro brasileiro está habituado a ver exemplares furados, esse fato lhe parece tão natural que, se o dano não for de importância, não julga necessário mencioná-la no catálogo. Só fará menção quando os danos forem consideráveis. O livreiro europeu ou americano que nunca viu um bicho vivo na sua vida, quando lhe cai nas mãos um exemplar com um pequeno furo, anota-o muito desgostoso no catálogo e toma o cuidado de indicar, com a maior precisão, as páginas danificadas. O resultado é que um livro, marcado num catálogo inglês como tendo furos e traças, está quase sempre em melhor estado que outro da mesma obra, anunciado como um bom exemplar por um livreiro brasileiro.

É ter essas observações em mente quando se compram livros por catálogo. Mais fácil é comprar diretamente, na própria livraria. Basta examinar o livro e não esquecer que um bom exemplar custa mais caro. O livro em encadernação da época é, como disse, sempre preferível e o exemplar perfeito, por abrir, é o ideal.

Não se deve arriscar a comprar um livro que não se conhece, que não se sabe o que é. É sempre mais prudente consultar obras de referência, onde figuram todas as particularidades e comentários sobre o conteúdo, antes de efetuar a compra. Evita-se dessa maneira, muita decepção e muito dinheiro gasto inutilmente.

Muitos livreiros não marcam o preço de venda nos livros em algarismos, mas em siglas formadas geralmente por letras. Escolhem uma palavra de dez letras, na qual nenhuma é repetida, e convencionam que a primeira vale um, a segunda dois, e assim por diante, até a última, que vale zero. A palavra-chave é conhecida somente pelos empregados. O freguês fica obrigado, portanto, a perguntar ao livreiro o preço do livro e este a traduzir o valor das letras convencionais em algarismos, para informar ao comprador. Essa velha tradição de negociante perdura até hoje, não só entre livreiros mas entre joalheiros e antiquários em geral. É uma reminiscência do tempo em que o pechinchar, o discutir preço faziam parte do negócio e nada se comprava sem discussão e choradeira de parte a parte. Era um meio que o livreiro tinha para aumentar o preço marcado para o freguês pechincheiro e, depois de muito se lamentar, fazer um desconto até o limite do preço marcado. O livreiro nada perdia e o freguês ficava satisfeito e certo de ter obtido um desconto especial, só para ele. Esse brinquedinho tão ao gosto dos árabes e levantinos está acabando, graças aos novos métodos do comércio a preço fixo e certo, posto em prática com maior êxito pelos americanos. Muitos livreiros antiquários, nos países latinos sobretudo, ainda acreditam nas virtudes do preço conforme a “cara do freguês” e continuam a marcar seus livros com sinais cabalísticos. Parece-me um erro psicológico. O freguês que pergunta o preço de um livro que foi marcado com sigla, não tendo meios de verificar o preço verdadeiro, duvida e defende-se, pedindo desconto. Minha total incapacidade de negociar não me habilita a ver as vantagens de vender livros como tapetes num bazar oriental. Um velho livreiro, talvez, possa justificar o sistema. Como comprador, confesso que prefiro o método moderno de preço fixo e certo, sem desconto. Não tenho a impressão de

ter sido enganado e não volto para casa arrependido de não ter pechinchado.

Mas, o mais difícil, não é comprar livro raro de um livreiro, é comprar de uma pessoa que não entende nada do assunto. Comprar de um particular é, muitas vezes, um verdadeiro problema. Geralmente, as pessoas que possuem por acaso um livro antigo pensam, porque está datado de cem ou duzentos anos atrás, que possuem um tesouro. Imaginem um livro impresso há duzentos anos! Qualquer preço que se lhes ofereça parece-lhes pouco. Pensam sempre que o comprador as quer enganar. É inútil explicar-lhes que há livros antiquíssimos que nada valem, que há outros, recentes, que valem muito, que isto e aquilo, enfim, todas as regras do mercado de obras antigas. Nada adianta, porque não se ensinam em poucas palavras essas regras complicadas. É preciso ser dotado de um verdadeiro dom, de um talento especial, para oferecer ao vendedor uma quantia suficientemente alta para tentá-lo, sem que desconfie. Se a oferta for muito baixa não tentará o vendedor. Se for muito alta é perigoso, é pôr-lhe a pulga atrás da orelha. “Oferecer um preço razoável nem sempre é de boa tática” — dizia um velho livreiro. — “Muitas vezes sou obrigado a fazer uma oferta ridícula para não despertar no vendedor a noção do valor real da obra. Se não proceder dessa maneira ele ficará alertado e irá procurar um concorrente que, talvez mais hábil, ficará com o livro”.

Talvez tenha razão esse velho comerciante, embora esse método pareça imoral. Comprar o mais barato possível e vender pelo melhor preço que se pode é próprio do bom negociante, desde que o mundo é mundo. Quem pode atirar a primeira pedra?

Para comprar de quem não sabe o valor real do que está vendendo é preciso um verdadeiro talento e muita consciência.

Há outro tipo de gente: os que possuem livros raros, que sabem que são raros e procurados, mas não se decidem a vendê-los, embora precisem de dinheiro. São, no fundo, avarentos. São como muitos burgueses que vivem poupando sem precisar. Há muita gente que vive pobre e morre rica.

Isso me lembra um caso que me aconteceu. Existe um livro extremamente raro que procuro há anos. Nunca o consegui comprar.

Não aparece em catálogos, nenhum bibliófilo conhecido o possui. É uma das joias da Biblioteca Nacional de Lisboa. Um dia, conversando com um desconhecido numa livraria, disse-me ele que tinha alguns livros raros. Citou-me alguns que não eram tão raros quanto imaginava. A prosa continuando, de repente ele me perguntou, não sem malícia, se eu tinha o tal livro que tanto desejo. Retruquei que ninguém o tinha.

— Pois eu tenho! — exclamou com orgulho

Não acreditei: há tanto sonhador neste mundo! Brandamente, disse-lhe que tinha, provavelmente, a segunda edição, também bastante rara, mas que da primeira não existia nenhum exemplar, em mãos de particular, pelo menos era o que constava.

— Pois eu tenho! — insistiu.

Descreveu-me o livro com todas as minúcias, citou-me Barbosa Machado e Inocência. Não havia dúvida, era a primeira edição mesmo. Estava ali, na minha frente, um homem que possuía a coisa que eu mais desejava no mundo. Rapidamente fiz cálculos, lembrei-me de que poderia dispor de um certo dinheiro que destinava a outros fins e perguntei-lhe, o mais amavelmente que pude:

— O senhor não quereria trocar ou dispor desse exemplar?

Com a mesma amabilidade e com um sorriso condescendente, respondeu-me:

— Por enquanto não pretendo vendê-lo, talvez mais tarde o troque por outros livros, mas depende...

Fiz ver-lhe que, entre bibliófilos, é muito mais agradável trocar livros que vendê-los. Fiz mil elogios, mostrei o meu interesse em conhecer os seus livros. Insisti para que viesse ver os meus. Acabei convidando-o para jantar. No dia marcado apareceu-me o felizardo. Bebeu-me um *bourgogne* como quem bebe uma garrafa de vinho do Rio Grande e descobri que não entendia nada de livros. Com paciência e resignação, aguentei uma prosa cacete sobre política local e... nada do homem querer entrar no assunto. No fim, já cansado, e como ele não mostrasse a menor vontade de ver meus livros e não parasse de elogiar um demagogo candidato numa eleição qualquer, eu o interrompi bruscamente:

— E o seu livro? O senhor quer trocar ou vender?

O homem veio com uma lengalenga sobre a raridade do livro, o que representava para ele separar-se desse exemplar que lhe vinha da biblioteca de um tio. Contou-me as ofertas que já havia recusado.

— Sim, eu compreendo, mas o senhor diga o preço e eu verei se posso pagar o que me pede.

Mas, em vez de me responder com algarismo, soltou-me mais lengalenga, acabou mudando de assunto e indo embora tardíssimo. Fui deitar-me desanimado, irritado, e perdi o sono. Levantei-me convencido de que me tinha enganado, que não possuía o livro. Era um tratante e eu um tolo. Passados meses, encontrei-o de novo em outra livraria. Procurei evitá-lo, mas ele fez questão de vir falar comigo, amabilíssimo. Tratei-o secamente, mas não se deu por achado. Disse-me que eu precisava ver o tal livro. Imediatamente respondi que o faria com o maior prazer, quando quisesse.

— O senhor tem algum compromisso esta tarde?

É claro que nada tinha que fazer.

Tomamos um táxi e fomos para um bairro industrial, numa casa modesta e velha. A sala, dando frente para o barulho infernal da rua, estava mobiliada com móveis disparatados e sujos. Num canto, no chão, jazia um monte de livros brochados e aparentemente sem valor algum. Numa estante pequena empilhava-se uma centena de livros mal encadernados. Em cima viam-se uns mapas enrolados e nas paredes quadros horrorosos e uma folhinha velha, oferta de armazém de secos e molhados.

Sentei-me numa cadeira empoeirada e resolvi esperar pelos acontecimentos. Uma preta gorda, em chinelas, trouxe-nos um café marca três fff: fraco, frio e fedido.

O homem mostrou-me umas obras sem muito interesse como grande raridade. Aborrecido, já não sabia o que fazer, quando ele tirou de uma gaveta um volume e exclamou:

— Está aqui o livro!

Confesso que peguei o volume, convencido de que não se tratava da tal primeira edição, mas uma outra qualquer sem grande valor. Quando o abri na página de rosto vi, vi com estes olhos que a terra há de comer o mais tarde possível, que era mesmo o meu livro sonhado, a primeira edição em perfeito estado, com todas as margens, por encadernar. Agradei a meus pais por me terem provido de um bom e sólido coração, pois era caso de enfarte por emoção violenta. O homem observava-me folhear o tesouro com um sorriso infernal.

— Pode examiná-lo à vontade, está perfeito, não lhe falta nem a folha de errata... Confesse que o senhor não acreditava que eu o possuísse.

Protestei com absolutamente não... e fiquei sem saber o que dizer. Só sabia, lembro-me bem, dizer:

— É...é...é...

Com coragem perguntei-lhe quanto queria pelo livro. Pediu-me um preço absurdo, incrível, uma loucura. Protestei, indignei-me, dei risada. Acabei despedindo-me e voltando para casa, furioso. O homem não entendia nada de livros, era um verdadeiro chantagista, um tratante, um louco, sei lá.

Não vi mais o estranho personagem. Pouco depois mudei-me para outro país. Passavam-se os anos, mas não me esquecia do livro. Remexi bibliotecas, vi muito livro raro, mas nunca encontrei outro. Uma vez, fazendo escala em Lisboa, aproveitei as poucas horas para ir à Biblioteca Nacional folhear um exemplar.

Passaram-se mais anos e um dia, voltando à tal cidade, encontrei-me com o homem. Tivemos muito prazer em nos rever. Notei que estava mal vestido. Bom sinal, pensei eu, e perguntei se tinha ainda o livro. Tinha! Quanto queria por ele?

— O senhor sabe que os livros raros têm valorizado muito... Não se acha mais nada, tudo é raro.

— Sim, sim, é verdade, mas quanto o senhor quer?

— Bem, eu não sei se é negócio vendê-lo agora. Talvez convenha esperar. Aquele preço que eu lhe pedi há anos atrás é ridículo hoje em dia. Teria de aumentá-lo no mínimo cinquenta por cento...

Ri, desconversei e despedi-me com um misto de dó e de medo, como quem lida com loucos.

Passaram-se os anos (a história é comprida) e encontrei-me novamente com o maníaco. Notei que estava magro, pálido, ainda mais mal vestido e com os sapatos furados. Contou-me que tinha estado doente, talvez precisasse sofrer uma operação. Aconselhei-o vivamente a consultar um bom médico, operar-se com um grande cirurgião. Fiz-lhe sentir que tudo isso, infelizmente, custa

muito caro, mas salva-se a vida, que não há dinheiro que pague. Com muito jeito, perguntei se não tinha vendido o livro. Não, não tinha. Achava que não o venderia mais, agora justamente que os preços estavam subindo tanto. Perdi a paciência e disse:

- Pois eu hei de comprar o seu livro!
- Como, se eu não o vendo por dinheiro algum?
- Não faz mal, espero. Comprarei de sua viúva.

Dei-lhe as costas e fui embora.

Mais uma vez passaram-se os anos e voltei a morar na mesma cidade que o homem. Vejo-o de longe, de vez em quando. Está forte e sacudido. Sei que não vendeu o livro.

Eu não tenho passado bem. Tenho chamado médico. Será praga que ele me rogou? Será que vou morrer antes dele, sem ter comprado o livro?

❧ PECHINCHAS ❧

“ESTAMOS FALANDO A TODA HORA NO VALOR DE UM LIVRO, NO CUSTO DE UM EXEMPLAR, EM VALORIZAÇÃO, EM COMPRAR, EM VENDER ETC. ESTAMOS SEMPRE FALANDO EM DINHEIRO. ORA, QUANDO ERA MENINO, DIZIAM-ME QUE ERA FEIO FALAR EM DINHEIRO. ERA FALTA DE EDUCAÇÃO DIZER QUANTO CUSTOU UM OBJETO QUE SE POSSUÍA. ESPERO QUE AINDA SEJA MUITO FEIO, MAS, QUE SE ABRA UMA EXCEÇÃO PARA OS COLECIONADORES!”

Perguntar a um bibliófilo quanto ele pagou por um livro é uma indiscrição, mas perguntar quanto vale é pedir uma informação. Não se chame de novo-rico àquele que lhe disse logo quanto pagou por um belo exemplar. Geralmente, é porque pagou barato e tem vaidade de ter feito uma pechincha. Os pechincheiros muito vaidosos chegam até a diminuir o preço que pagaram. Há, também, os que pensam valorizar seus livros, aumentando o custo. São os vaidosos espertos que só enganam os leigos.

É curioso notar como, entre os bibliófilos, há muita gente sovina. São, geralmente, os mais ricos. Talvez haja no colecionador um instinto de posse mais agudo que no comum dos mortais. Talvez, até a bibliofilia seja uma forma de avareza. Mas, é uma forma especial: o colecionador apaixonado não dá valor ao dinheiro, mas ao objeto. É, talvez, por isso que todo bibliófilo goza duplamente um livro, quando o compra barato. A ambição de muito bibliófilo é fazer pechincha. É unir o prazer de possuir, de entesourar, com o instinto recalcado de gastar o menos possível. Esse prazer é tanto maior quanto mais difícil está se tornando essa possibilidade. É muito difícil fazer reais pechinchas hoje em dia. Os livreiros estão ficando muito sabidos. Não há livreiro antiquário que não possua bibliografia, que não leia catálogos, que não esteja a par do mercado. Foi-se o tempo do dono de sebo que não sabia o que vendia! Há ainda muitos, mas não têm nas estantes as grandes raridades sonhadas. Os velhos bibliófilos lembram-se com saudade dos sebos de trinta ou quarenta anos atrás. Quanto livro raro comprava-se no Rio a troco de reza! E em São Paulo então!

Talvez haja em São Paulo alguém que se lembre do Gazeau, velha livraria instalada no Largo da Sé, na esquina da rua Benjamin Constant, repleta de livros usados. Logo à entrada, atrás do balcão ficavam os donos da casa, os irmãos Gazeau. Eram franceses, mas estavam em São Paulo há tantos anos que falavam um francês aporuguesado e preferiam conversar em português, embora com um terrível sotaque. Sua maneira de negociar era muito simples. Consistia em esperar pacatamente o freguês, que acabava entrando e oferecendo um livro à venda. Gazeau pegava o livro, folheava-o para ver se não faltavam páginas e, com a maior indiferença, oferecia dez tostões. O vendedor reclamava, esperneava, mas ele não dizia nada. Tirava uma pratinha de mil-réis e a punha no balcão.

O som da moeda convencia o freguês. Embolsava-a e ia embora. Então, o grande negociante, sem mover um só músculo do rosto, pegava o livro, marcava cinco mil-réis nas costas e estendia-o, displicentemente, a um empregado que o punha na prateleira.

Dias depois, um comprador encontrava o livro, levava-o ao Gazeau e perguntava o preço.

— Está marcado: cinco mil-réis.

— Mas é caro.

— “Entom” o senhor vá comprar na livraria Garraux, na rua Quinze de “novembre”; custa dez mil-réis.

Era a pura verdade, o livro novo custava isso mesmo. O freguês espichava os cinco mil-réis. Inútil dizer que, com esse método esplêndido, numa época abençoada em que não havia imposto de vendas e consignações, nem necessidade de contabilidade complicada, nem faturas e duplicatas, nem leis trabalhistas, quando o Gazeau morreu e foi para o Paraíso dos bons e honestos comerciantes deixou uma fortuna considerável. Os irmãos Gazeau, em dezenas e dezenas de anos, acumularam um enorme estoque de livros. Havia de tudo nesse sebo colossal: livros escolares sebentos, romances fora da moda, livros de direito, de história, de filosofia, de tudo, e na maior desordem. No porão estavam os livros que ele comprara há muito tempo. Era ali que os amadores encontravam as edições esgotadas, as curiosidades e as raridades das quais Gazeau nem se lembrava da existência.

Recordo-me com saudade das tardes que ali passei, ajoelhado, remexendo nos baixos das prateleiras ou trepado numa escada descobrindo livros. Lembro-me que um dia descobri o primeiro volume de uma obra rara, que me interessava sobremaneira. Peguei o volume desaparelhado e perguntei ao Gazeau se ele não tinha o segundo volume. Ele me respondeu:

— “Procurre” e o senhor “encontrra”.

Levei dias procurando e achei. Depois de tanto trabalho, ele não podia cobrar-me senão vinte mil-réis. Hoje não daria essa obra por dinheiro nenhum. É um dos primeiros livros publicados em São Paulo. Bons tempos aqueles, em que se podia fazer pechinchas, descobrir livros raros, quando os livreiros não sabiam lá muito bem o preço de uma obra antiga. Hoje, se a gente acha caro um volume, o livreiro cita logo o preço por que foi vendido um exemplar em Londres, mostra um catálogo francês, exhibe a fatura com o preço pago na Holanda, calcula câmbio, ágio, juros de capital empatado, impostos... sei lá! E acaba-se comprando assim mesmo, porque neste país de moeda instável, em plena inflação, o livro antigo não perde o seu valor. Pelo contrário.

De fato, o livro bom, a edição rara, é uma mercadoria de valor internacional. Uma primeira edição de Dickens tanto vale na Inglaterra quanto no Brasil. Um livro sobre o Brasil não se vende somente aqui.

Acontece que o número de pessoas que colecionam livros aumenta todos os anos, em todos os países. É uma consequência do progresso material, do aumento da cultura, do desenvolvimento normal de qualquer país. O que não aumenta é o número de livros antigos. O número de exemplares existentes, de uma determinada edição, é fixo. Muitos desses exemplares estão em bibliotecas públicas e nunca serão postos à venda novamente. Muitos se estragam com o decorrer dos anos, perecem nos incêndios, nas guerras, em toda sorte de acidentes. E no Brasil então, quanto livro o bicho come todos os anos! De maneira que, de cada obra antiga, um certo número de exemplares desaparece do mercado. A velha lei da oferta e da procura age em benefício dos felizes possuidores da mercadoria procurada.

Um livro começa sua carreira sendo “comum”; passa a ser “escasso”; torna-se “raro”; e acaba sendo “raríssimo” há, na escala, graduações e sutilezas que os livreiros usam nos anúncios. Há o livro “escasso e procurado”, o livro “raro com a folha de erratas” ou “com as capas da brochura”. Quanto aos adjetivos “raro” e “raríssimo”, há um verdadeiro abuso dos livreiros. Não lhes bastam mais essas expressões nesse nosso mundo de publicidade intensa. Inventam termos miríficos: “de toda raridade”, “da maior raridade”, “inachável” e não sei mais quê. Geralmente, o bom bibliófilo desconfia de tanto superlativo. Prefere, em tais casos, comentários mais positivos e menos encomiásticos. O livreiro competente, que não usa de publicidade coca-cola, prefere mencionar simplesmente que o livro não se encontra numa das grandes livrarias sabidas ricas no assunto ou não é citado numa bibliografia especializada.

Há livros que sumiram. Não resta um único exemplar da edição. Não falo dos livros sem valor, que ninguém nota que desapareceram. Falo dos livros procurados ansiosamente, cuja existência é sabida, mas de que nunca ninguém viu um exemplar. Há pouco tempo, um bibliógrafo espanhol publicou numa revista uma lista de livros e edições desaparecidos. Desses livros tem-se notícia pelas bibliografias antigas, mas hoje em dia ninguém conhece um único exemplar que tenha sobrado. Há muito “livro fantasma” neste mundo. Há os que desaparecem durante anos, durante séculos, e que de repente um Colombo descobre. Um caso curioso é o que aconteceu com *Libretto de Tutta la Navigazione de Re de Spagna de le Isole et Terreni Nuovamente Trovati*. Esse folheto de dezesseis folhas, impresso em Veneza em 1504, é considerado como um monumento da História da América. Com razão, pois o *Libretto* é nada mais nada menos que a primeira coleção de viagens que jamais se imprimiu. Contém a primeira relação impressa

da terceira viagem de Colombo. Contém mais a primeira edição da *Década I* de Pietro Martire d' Anghiera.

Datado de 1504, somente em 1752 é que se soube de sua existência, graças a uma citação feita por Marco Foscarini, na sua obra *Della Letteratura Veneziana*. Passaram-se os anos e, já no século XIX, quando os estudos sobre as descobertas da América tomaram um grande desenvolvimento, homens como Humboldt tudo fizeram para encontrar um exemplar do precioso documento, mas em vão. Em 1866, Henry Harrisse, o maior especialista de livros sobre a América daquele tempo e grande remexedor de bibliotecas, não o conseguiu ver e lamentava o desaparecimento do *Libretto*. Mas, em 1872, o mesmo Harrisse anunciava ao mundo dos bibliófilos que um exemplar tinha sido descoberto na Biblioteca Marciana em Veneza. Inútil dizer que o livrinho foi lido e relido, estudado e reestudado, pelos especialistas. Essa joia da Biblioteca Marciana, esse monumento da história da descoberta da América, tinha porém um pequeno senão: faltava-lhe a página de rosto. Mas, que importava? Era o único exemplar no mundo! Ora, pois bem; havia em Florença um livreiro antiquário, homem erudito e grande especialista em livros raros, chamado Leo S. Olschki. Estava ele muito calmamente gozando um *dolce far niente* na sua casa de campo, um domingo, quando lhe aparece um homem oferecendo-lhe à venda um livro velho com a encadernação em mau estado. Olschki pegou o volume e abriu-o: deu com *Portolano Rigo*, impresso em 1490. Ficou encantado e resolveu adquiri-lo mas, antes de fazer uma oferta, continuou a folhear o velho alfarábio. Qual não foi sua alegria quando deparou com a segunda obra encadernada no mesmo volume: o *Libretto*! E o *Libretto* com a página de rosto! O único exemplar completo no mundo! A história conta que telegrafou a John Carter Brown, oferecendo-lhe

a preciosidade e que este grande colecionador não hesitou um segundo em comprá-la. Mas, a história não diz por quanto. Aliás, isso não tem a menor importância. Não há dinheiro que pague o exemplar único de uma obra como essa. Quem quiser vê-lo poderá fazê-lo na John Carter Brown Library, em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos.

Dar golpes de sorte como esse é ambição de todo bibliófilo. Talvez não seja mais possível, em nossos dias, fazer descobertas dessa importância, mas ainda é possível se não acertar no milhar, pelo menos na dezena. É muito difícil descobrir um exemplar desconhecido hoje em dia. Procurar exemplares perdidos é como procurar tesouro enterrado pelos piratas dos mares do sul. O que é mais comum é comprar barato uma obra de valor, que, por ser pouco conhecida, não é muito procurada. De repente, por uma razão ou por outra, a obra torna-se célebre e seu preço sobe extraordinariamente, como aconteceu com o Debret, cuja existência mui sabida foi descoberta, de repente, pelos novos-ricos da era getuliana.

Vejamos outro exemplo: o de um livro que nada deve a ninguém, um bom e honesto livro que seguiu sua carreira sem espalhafato, um livro que se fez por si. Em princípios do século passado, um jovem poeta inglês foi a Portugal visitar um tio que vivia em Lisboa, exercendo o cargo de pastor da colônia protestante inglesa. O jovem poeta aprendeu português, entusiasmou-se pela História portuguesa e voltou à Inglaterra decidido a escrever uma obra sobre as descobertas e a expansão lusitana no mundo. Mas, à medida que Robert Southey, era assim que se chamava o poeta, estudava o assunto, modificava o seu plano e acabou escrevendo uma *History of Brazil*. Southey era um poeta conhecido, poeta laureado, príncipe dos poetas, diríamos hoje. Sua *História do Brasil* vendeu-se bem, graças ao nome do autor e à novidade do

assunto. Mas, com o decorrer dos tempos, o nome de Southey foi ficando esquecido, a obra não foi reeditada. Muitos exemplares estragaram-se, desapareceram, muitos foram parar em bibliotecas públicas e sumiram do mercado. O fato é que, em torno de 1930 ou 1940, a *History of Brazil*, de Robert Southey, sem ser um livro raro, era um livro que não se encontrava facilmente. Um bonito exemplar dos três grossos volumes vendia-se por umas três libras. Mas, nestes últimos vinte anos, o Brasil progrediu da maneira que sabemos. O número de pessoas que gostariam de possuir uma *História do Brasil* publicada há mais de um século aumentou consideravelmente. Os colecionadores de brasiliana multiplicaram-se. Por outro lado, o Brasil tornou-se um objeto de estudos para os estrangeiros. Cresceu o número de bibliotecas que precisam ter livros sobre o Brasil. É fácil compreender que os poucos exemplares existentes subiram de preço. Hoje em dia uma *History of Brazil* de Southey é cotada em torno de oitenta ou noventa libras. Não resta dúvida de que aqueles que compraram a obra nos bons tempos fizeram um bom negócio.

Muita gente compra livros, objetos de arte, quadros, com o intuito de empregar capital. Quem o faz com critério e conhecimento do assunto ganha dinheiro. Mas é necessário possuir, não somente gosto seguro, como um faro comercial notável.

Publicaram-se em França entre as duas guerras, nesse período que poderíamos chamar de segunda *Belle Époque*, milhares de edições de luxo. Quase todas eram impressas em vários papéis, com *suites* das gravuras em diversos estados. Geralmente, os exemplares de *tête*, tirados em números reduzidíssimos de exemplares, eram subscritos antes de a edição ser posta à venda. Certas obras eram ilustradas por pintores famosos ou ilustradores conhecidos. Todas eram caríssimas. Hoje, a grande maioria dessas edições não vale

nem uma parcela do preço de venda. Algumas obras ilustradas por artistas que passaram de moda são praticamente invendáveis. Dessa plethora de livros de luxo, salvaram-se somente alguns, os que foram ilustrados por pintores cuja fama se manteve até hoje.

Em meados do século XIX, as edições feitas pelos Elzevir eram colecionadas com verdadeira fúria. Todo livro publicado por esses editores flamengos era valioso. A moda passou. Hoje, somente um ou outro, como o *Pâtissier François* tem valor, não mais por ter sido editado por Elzevir, mas por ser raro e livro de gastronomia, assunto muito em moda. Os outros quase nada valem, salvo os exemplares que foram encadernados para bibliófilos, por grandes artistas. Valem por causa da encadernação.

O gosto muda com o tempo. Há moda para livros, como há moda para tudo. Os tempos mudam, já se dizia em Roma. Sobrevivem somente as obras que estão acima do gosto do dia, aquelas que, pelo seu conteúdo, são eternas ou, pela sua beleza, estão acima de um gosto momentâneo. Uma primeira edição de *Os Lusíadas* não se desvaloriza, as *Histoires Naturelles*, de Jules Renard, ilustradas por Toulouse-Lautrec, apareceram em 1899 pelo preço de cinquenta francos. Valem hoje bem mais de um milhão. Valorização semelhante aconteceu à maioria dos livros ilustrados por Picasso, Matisse, Maillol, Rouault e alguns outros.

Essa valorização, no fundo, pouco importa ao bibliófilo. É assunto de importância para livreiros. O que o bibliófilo procura é um prazer intelectual e artístico e não o ganhar dinheiro. Se um amador pagou milhares de francos por um livro ilustrado por Schmied, pouco lhe importa que esse ilustrador tenha passado de moda e que o volume quase nada valha. O prazer que tem em possuir o que considera uma joia, não o impede de o admirar e folhear com volúpia.

Houve gente que pagou milhões por um quadro de *genre*, aqueles que representam um mosqueteiro do tempo de Luís XIII, bebendo numa taberna com uma mulherzinha no colo. Pagou-se uma fortuna por quadros premiados no “Salon” ou por uma paisagem de Rosa Bonheur, de Millet. Quanto valem esses quadros hoje em dia? No mercado internacional pouco mais que nada. Mas, se o burguês endinheirado, que dependura essas coisas na sua sala, tem com isso o prazer e a impressão de que gosta de pintura, para que lhe tirar a ilusão? Deixem-no enfear em paz seus salões dourados com esses quadrinhos e quadros. Mas, se ele se meter a crítico de arte, se começar a pontificar, a dizer que ele também é capaz de pintar quadros como Picasso ou Matisse, e a rir-se da pintura abstrata, aí então, alto lá! Pau nele!

❧ BIBLIOFILIA ❧ DE NOVO-RICO

“MUITOS BIBLIÓFILOS GOSTAM DE COMPARECER A LEILÕES DE LIVROS E FAZER PESSOALMENTE SEUS LANCES. PARA COMPRAR EM LEILÃO É PRECISO TER UMA MENTALIDADE DE JOGADOR DE PÔQUER. ACRESCE QUE, NA MAIORIA DOS PAÍSES (SALVO NA INGLATERRA), OS LEILÕES SÃO QUASE SEMPRE MAIS OU MENOS PREPARADOS. OS GRANDES LIVREIROS CONVENCIONAM ENTRE SI O QUE DESEJAM COMPRAR, ACERTAM OS PREÇOS. COMBINAM NÃO FAZER LANCES CONTRA AMIGOS E ABANDONAM AO PÚBLICO O QUE NÃO LHES INTERESSA. O BIBLIÓFILO INEXPERIENTE QUE COMPARECE AO LEILÃO ACABA PAGANDO MAIS CARO DO QUE SE TIVESSE ENCARREGADO UM LIVREIRO, MEDIANTE COMISSÃO, DE FAZER AS NEGOCIAÇÕES NECESSÁRIAS E O LANCE FINAL.”

Poucas vezes lancei em leilão e somente livros pouco procurados. Não tenho mentalidade de jogador, distingo a dama do valete com muita dificuldade. Não sei lançar no momento oportuno e parar quando necessário.

Paguei três vezes o seu valor por um folheto num leilão, somente porque fiquei com raiva de um novo-rico que lançava contra mim, sem saber o que estava tentando comprar. Foi no Rio de Janeiro, durante a última guerra. A conflagração mundial provocou, no Brasil, os efeitos mais imprevistos no mundo pacato dos colecionadores. Surgiram, como sempre durante as guerras, homens que ganharam de repente fortunas consideráveis. Esses novos-ricos, não tendo no que gastar dinheiro, não podendo ir à Europa ou aos Estados Unidos beber nas *boîtes*, meteram-se a colecionadores. Provocaram uma verdadeira revolução no mercado de antiguidades e de livros raros. Marcaram uma época na História do Brasil. É da guerra que data uma nova era na bibliofilia brasileira. Só quem viveu esse tempo é que se lembra, com espanto ainda, das verdadeiras loucuras que se fizeram. Remexendo em velhos recortes de jornais, encontrei um artigo que publiquei em *O Estado de S. Paulo* nessa época e que retrata bem, parece-me, esse episódio histórico. Não posso deixar de transcrevê-lo aqui, não por amor aos escritos efêmeros que toda gente produz, mas como documento de uma época já longínqua e que muito bibliófilo de hoje não conheceu:

Sempre tive pena dos novos-ricos. A exploração do proletariado não é nada ao lado da exploração do novo-rico. Do operário toda gente tem pena e muito brasileiro visceralmente burguês vira comunista porque tem dó de gente pobre. Mas do milionário ninguém se compadece. Ridicularizam-no, extorquem-lhe dinheiro com prazer, e tudo fazem para reduzi-lo

à pobreza. É verdade que, na maioria das vezes, bem o merece. Merece porque é de uma vaidade incomensurável. Certo que tudo se compra, que basta dinheiro para adquirir educação e cultura, fere aos que não julgam a fortuna uma coisa indispensável.

Em todas as épocas, em todos os países do mundo, o novo-rico sempre teve predileção pelas coisas antigas. Não são eles os protetores da pintura moderna, da arquitetura funcional, de decoração de hoje. Ao contrário, são os maiores fregueses dos antiquários. Só compram antiguidades, e que antiguidades! Velharias sem nenhum valor artístico ou histórico, que ainda existem à venda graças unicamente ao esnobismo ignaro e prejudicial à formação do gosto verdadeiro. Mas pagam caro esta predileção.

Depois que vi, num leilão no Rio de Janeiro, dois milionários da era getuliana disputarem por mais de cinquenta mil cruzeiros um Chabas ignóbil, e não fazerem um lance sequer para uma linda paisagem italiana do século XVII, autêntica, mas anônima, perdi definitivamente a pena que tinha dos novos-ricos brasileiros. O quadro de Chabas não alcançaria quatro a cinco mil francos na Europa, mas o nome *pompier* do pintor figura no *Benezit*. Possuir um quadro de autor que figure no *Benezit* é o suprasumo da ambição do novo-rico nacional. Ignora que o *Benezit* é um dicionário de artistas, onde tanto figuram os maus quanto os bons pintores, tal como no *Aulete* constam tanto palavras bonitas como as feias.

O novo-rico procura na aquisição de coisas antigas uma tradição que não tem. É nos países novos onde há maior número de antiquários. Nos Estados Unidos são tantos, que se espalham ao longo das estradas de automóveis. Na Europa vivem do turista norte-americano e no Brasil do novo-rico getuliano.

Não há nisso mal nenhum. O enriquecimento paga, o comerciante ganha, os inúmeros intermediários levam as suas comissões. É mais um divertimento que um negócio. A mercadoria vendida tem, no mais das vezes, um valor fictício. Nas mãos de um particular vale tanto, nas de um antiquário hábil vale mais. Nos leilões há sempre comparsas para forçar altos lances. São quase sempre os mesmos que compram e vendem e procuram enganar-se. Mas basta meia dúzia de novos-ricos entrar em crise e deixar de comprar para o brinquedinho ter um fim. Alguém fica com o mico (tal é o nome dado à coisa) e perde a partida.

Quando vier a época da deflação, muito capitão de indústria nacional sairá fora do mercado. Ficarão sobrando muito “abacaxi” por aí. Sobrará muito trinco de porta, muito peso de papel, muito vasinho de opalina, muita manga de lustre, figurinhas de Saxe e Sèvres, quadros, quadrinhos e quadrões de pintores franceses e italianos do fim do século passado e outras bugigangas.

Mas as boas peças, as verdadeiras obras de arte antiga, não entrarão nesse jogo de leilões puxados a anúncio de meia página. Passarão silenciosamente de amador para amador. Por falar em leilões, já repararam no estilo dos anúncios dos leilões? Fazem a minha delícia, os domingos. Todo piano é maravilhoso. Antigamente anunciava-se “um mavioso piano alemão”, hoje os pianos vendidos “ao correr do martelo” são franceses ou norte-americanos. O supprassumo da mobília é de “estilo Luís XV”. Não há leilão sem um “aparelho completo de porcelana francesa para jantar”, “um faqueiro de Cristophle verdadeiro”. Tudo que é cristal é sempre “fino”, prata sempre é “antiga”: pintor é sempre “afamado”. Nunca haverá leilão anunciado como leilão. Todos são “importantes” e os leiloeiros “hábeis”.

Mas, deixemos de lado a literatura leiloeira para voltar aos novos-ricos. São os compradores certos de antiqualhas sem valor. Pagam caro porque têm ilusão de que o preço alto garante a qualidade. São explorados porque não ouvem a opinião de ninguém, não leem, não estudam o assunto antes de meter-se a colecionador. E uma vez que adquiriram três ou quatro peças, discorrem e pontificam com ares de entendedor.

Até a penúltima onda de milionário, depois da última guerra mundial, não se arriscavam eles a invadir certos campos de antiguidades mais difíceis e de menos efeito, tais como livros e gravuras. Mas, com o progresso normal do ambiente, depois desta última inflação, os ricos novíssimos meteram-se com entusiasmo a comprar livros de luxo. E foi um desastre.

Os nossos editores não estavam preparados para fornecer livros de luxo ao público endinheirado. Isolados pela guerra, não podiam sequer importar papéis especiais, condição essencial para fazer-se um livro de luxo. Não tínhamos ilustradores, tipógrafos etc. Nada, absolutamente nada, nem o gosto. Entretanto não houve editor que não fabricasse edições numeradas, impressas tão mal quanto a comum, com a diferença de ser o exemplar maior, grandalhão e pesadão para justificar em alguma coisa o preço alto. Mas não se sabia o que inventar para fabricar livros de luxo. Impri-miram-se verdadeiros monstrenhos sobre seda de camisa, fizeram encadernações de pano com uma cataplasma esculpida grudada na capa e outras monstruosidades semelhantes. E vendiam-se. Venderam-se as edições inteiras. Estão esgotadas, raras.

Não resta dúvida que, em matéria de edições de luxo, o que se produziu no Brasil nestes últimos anos está abaixo da crítica. Houve decadência. Fizemos melhor no passado.

Não é aqui o lugar de procurar uma razão para essa decadência. Há sempre muitas explicações para os desastres. Mas o fato é que nunca se imprimiu tão mal no Brasil. Entretanto, nunca se fez tanta edição de luxo e nunca se venderam livros tão caros.

Não foi somente o livro de luxo moderno que encontrou comprador certo e generoso. O livro antigo era disputado a preços nunca vistos. Livros que valiam, e valem, no mercado internacional, dois ou três mil cruzeiros conforme o exemplar, alcançaram aqui seis e oito mil.

Houve um verdadeiro encilhamento de certos livros.

Os bibliófilos inexperientes e apatacados precipitaram-se com gula sobre as obras vistosas, volumosas, com ilustrações coloridas. Se as gravuras eram tiradas em preto, não havia dúvida, mandava-se colorir. Criou-se uma especialidade para artistas: colorir gravuras.

Os novos amadores de livros antigos precipitaram-se sobre os livros que tratam do Brasil. Descobriram os mistérios da brasileira. Mas, em vez de procurar as *Relações* raríssimas, os sermões de autores brasileiros do século XVII e XVIII, os primeiros folhetos impressos no Rio e na Bahia, as crônicas religiosas e as primeiras histórias, precipitaram-se sobre os viajantes do século XIX cheios de figuras. A atração pela ilustração, que regala os olhos antes do espírito, é característica no primitivo e no primário.

A procura geral por esse gênero de livros foi tal que o preço subiu astronomicamente. Mas nenhum deles alcançou o preço de Debret. Por que justamente Debret? Mistério que não se consegue desvendar. Possuir os três volumes do pintor francês equivale, ainda hoje, a um título entre compradores de livros. Dá importância. Possuir um Rugendas também dá, mas menos. Equivale a ser barão do Império ou comendador. A posse do Ribeyrolles não vale mais que o título de conselheiro. A suprema ambição

é possuir as três obras. Esses bibliófilos inexperientes nada mais ambicionam. Daí por diante tudo parece para eles fácil e risonho. Doce ilusão. O fácil é justamente adquirir um Debret ou Rugendas. É uma questão de preço.

Não são e nunca foram obras chamadas raras. Senão vejamos. O Debret foi publicado em 1834 e vendido a 200 francos. Alguns exemplares foram coloridos e vendidos a 400 francos. O colorido das gravuras, feito por artistas que não tinham estado no Brasil, apresenta anomalias curiosas. Frutas, como bananas, são vermelhas, os abacaxis são verdes e assim por diante. A obra não teve sucesso, grande parte da edição encalhou. Dezenas e dezenas de exemplares não chegaram nem a ser brochados. Ficaram amontoados na tipografia Didot até fins do século passado. J. F. de Almeida Prado, num artigo recente sobre Chadenat, conta que esses restos da edição foram oferecidos ao célebre livreiro que não quis comprar por achar mau negócio. Uma parte foi vendida a preço ínfimo e outra foi para o pilão da fábrica de papel. Apesar da existência de número relativamente pequeno de exemplares, não era obra procurada. Os catálogos do começo do século ainda o anunciavam, de quando em vez, por preço inferior ao da publicação. Chadenat, especialista em livros sobre o Brasil, oferecia-o, encadernado, por 150 francos. E logo em seguida anunciava um exemplar excepcional, em papel velino, encadernado em meio marroquim vermelho, lombo decorado, cabeça dourada, sem aparar, por 600 francos. Note-se, de passagem, que esse exemplar é dos poucos verdadeiramente “coloridos na época”. Mas tomemos como base o preço do exemplar comum, 150 francos. Quais eram os livros de preço equivalente nesse tempo? É fácil fazer a comparação, folheando-se esse mesmo catálogo de Chadenat. Aí vemos anunciado o *Katecismo Kariri* de Bernardo de Nantes

por 200 francos, o Jean de Léry, de 1580, pelo mesmo preço, mas numa encadernação excepcional, a *Relation Historique des Amazonas*, pelo conde de Pagan, por 175 francos, o *Marañon y Amazonas*, do Padre Rodriguez, por 200 francos. Mais caros, muito mais caros porque eram de fato raros, já nessa época, aparecem a *Relation Succinte* de Martin de Nantes por 700 francos, o Claude d'Abbeville por 450 francos, o Lescarbot, na melhor edição por 800 francos.

Se compulsarmos outros catálogos posteriores ao de Chadenat, veremos que as proporções são as mesmas. A única diferença é que o Debret se encontrava com relativa facilidade, enquanto que para adquirir um Claude d'Abbeville o bibliófilo que o quisesse tinha que procurá-lo durante anos. E quanto ao *Katecismo Kariri* só um feliz acaso o faria comprar. Hoje em dia são ainda mais difíceis de encontrar.

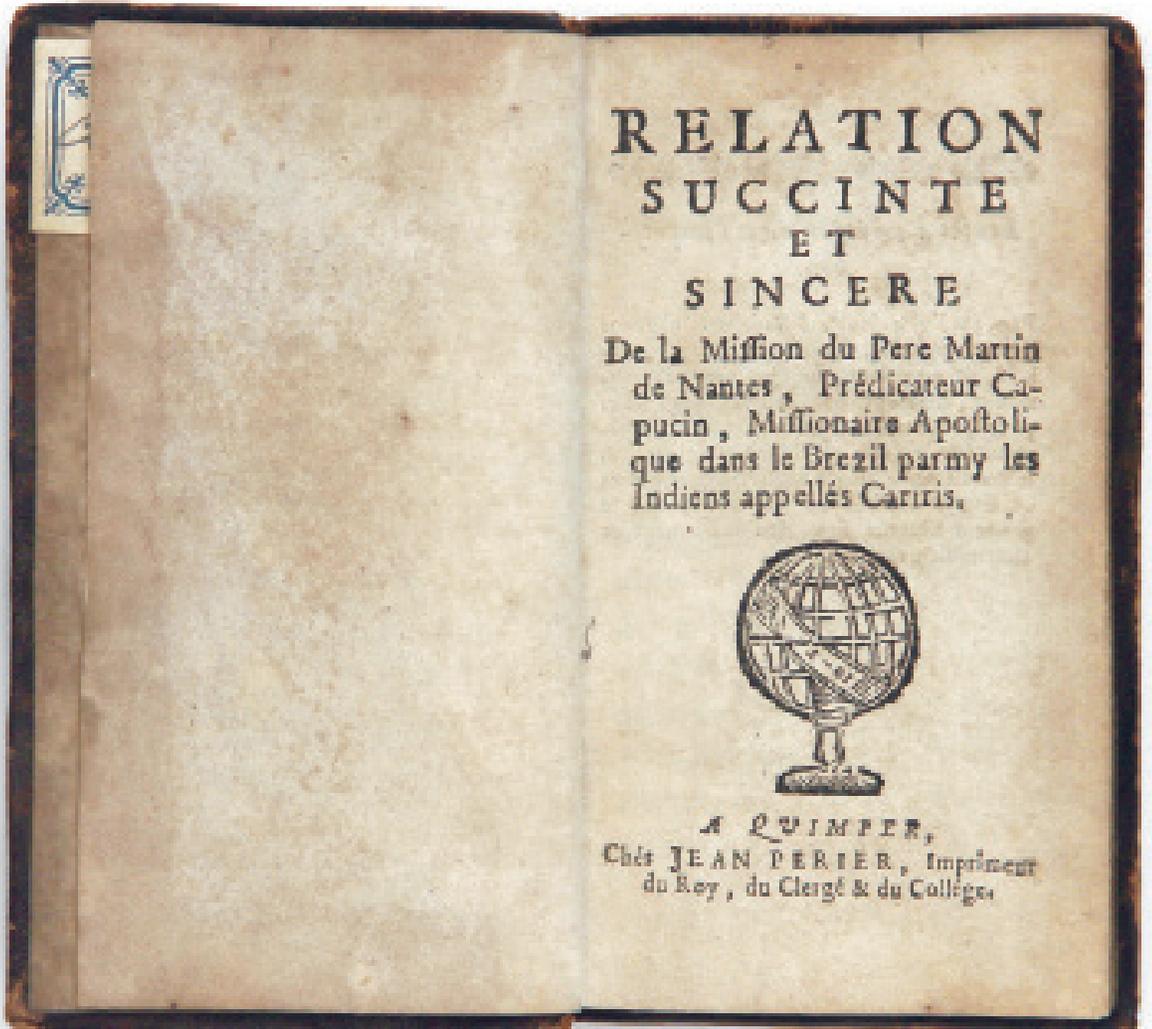
Os livros verdadeiramente raros sobem continuamente de valor. Estão acima dos caprichos da moda e dos desejos dos amadores ocasionais e endinheirados. Tomemos como exemplo um livro célebre: *La Relacion y Commentarios...* de Alvar Núñez Cabeza de Vaca. É, incontestavelmente, um livro importantíssimo e raríssimo. Como se sabe Cabeza de Vaca sucedeu a D. Pedro de Mendoza como *adelantado* de Buenos Aires. Indo tomar posse de seu posto, desembarcou em Santa Catarina e fez a viagem por terra para o Paraguai, sede do governo naqueles tempos. Antes estivera na América do Norte, pelas atuais Flórida e Louisiana. A obra é dividida em duas partes. A *Relacion*, escrita por Cabeza de Vaca, e os *Commentarios*, escritos por Pedro Fernandez, seu secretário. A *Relacion* apareceu pela primeira vez em Zamoira no ano de 1542. Dessa edição só se conhecem três exemplares, dos quais, um único, o da Lenox Library, está completo. Os dois ou-

tros, mutilados, acham-se no British Museum e na John Carter Brown Library. Em 1555, em Valladolid, fez-se uma nova edição da *Relacion* e o editor, Francisco Fernández de Córdoba, teve a ideia de agregar-lhe, como segunda parte, os *Commentarios*. Como disse, a 1.^a edição da *Relacion* é inachável. Os três únicos exemplares conhecidos estão em bibliotecas públicas e nunca serão postos à venda. Da edição de Valladolid aparecem, de raro em raro, um ou outro exemplar à venda. Se dissermos que os caminhos percorridos nas duas viagens são motivos de discussões até hoje e as aventuras de Cabeza de Vaca das mais excitantes, como disse um historiador, teremos, creio, dado uma ideia do valor “potencial” desse livro famoso.

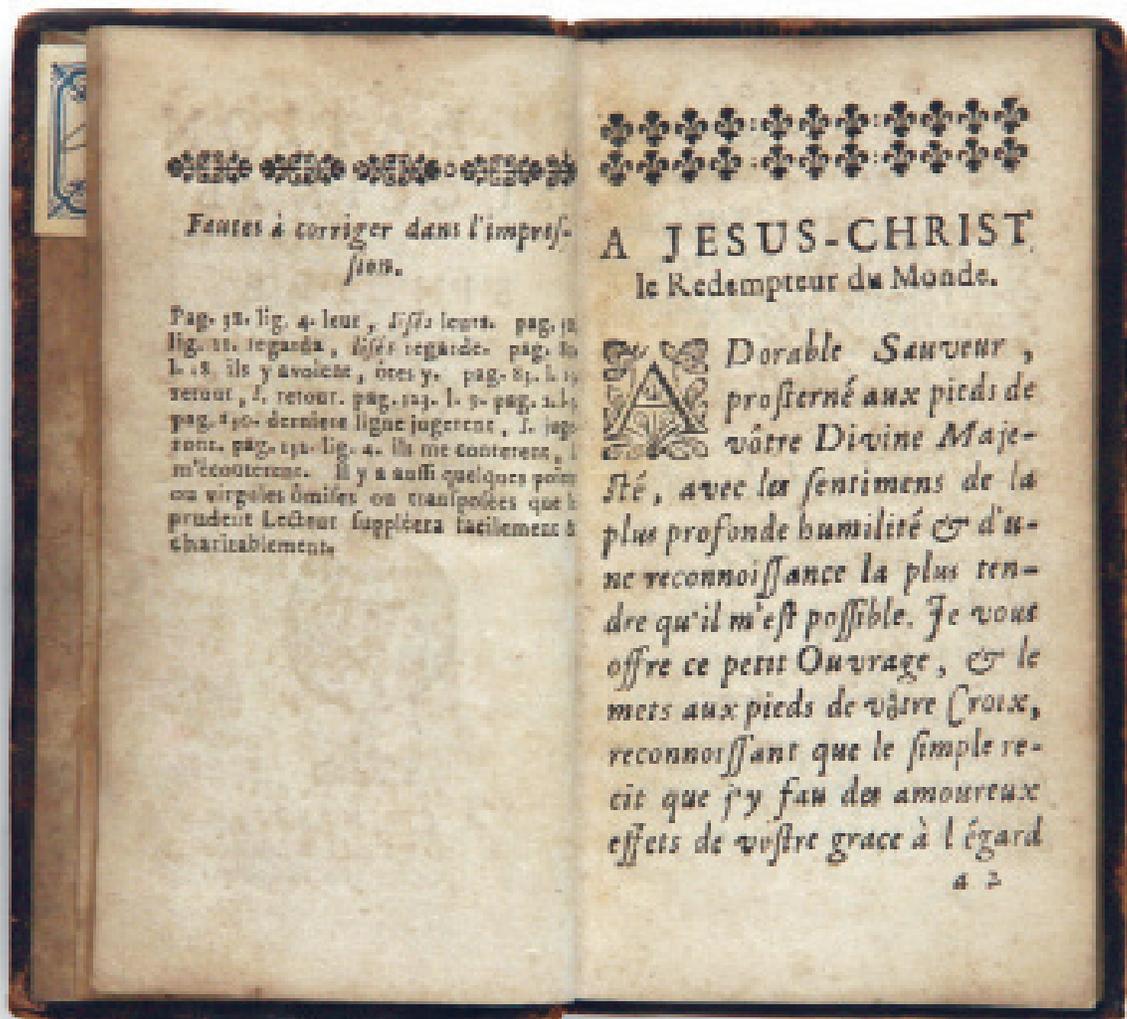
Pois bem, quanto vale um Cabeza de Vaca? Antes de responder, vejamos quanto valia. Em 1877 um exemplar alcançou no leilão Balton Corney, em Londres, a soma de 39 libras e 10 xelins. Nos primeiros anos deste século o famoso livreiro Jacques Rosenthal, de Munique, vendeu um exemplar com quatro folhas em fac-símile manuscrito, por 36 libras. José Carlos Rodrigues pagou pelo seu exemplar 24 libras, e pagou barato. Em 1920, Maggs pedia por um exemplar 560 libras. Neste ano, Robinson pede no seu catálogo 750 libras. E no recentíssimo leilão da biblioteca Bayar Rives, em Nova Iorque, outro exemplar com dois pequenos defeitos alcançou, sem as despesas, 2800 dólares.

Pouco mais que o preço de um Debret no Brasil! Ora, seria uma asneira bibliográfica comparar as duas obras. Entretanto, entre nós, o Cabeza de Vaca não encontraria provavelmente comprador e o Debret seria disputado. Está errado, não há dúvida. Mas, num país onde o metro de terreno no centro do Rio de Janeiro é mais caro do que no centro de Nova Iorque, não há de que se admirar! São coisas que acontecem somente no Brasil!

“É uma das duas mais raras obras francesas sobre o Brasil”
(*Bibliographia Brasiliana*).



Martin Nantes, *Relation Succinte et Sincere*, Quimper [França], Jean Perier, [1706], 233 p. (13 × 17 cm). Página de rosto. Acervo BBM.



—————

Fautes à corriger dans l'impression.

Pag. 10. lig. 4. leur, *Jésu* leurs. pag. 10.
 lig. 11. regarda, *lisez* regardé. pag. 10.
 l. 13. ils y avoient, *écrit* y. pag. 21. l. 13.
 retour, *J.* retour. pag. 123. l. 3. pag. 214.
 pag. 210. dernière ligne jugerent, *J.* jugé-
 ront. pag. 131. lig. 4. ils me contèrent, *J.*
 m'écouterent. Il y a aussi quelques points
 ou virgules omises ou transposées que le
 prudent Lecteur suppléera facilement &
 charitablement.

—————

A JESUS-CHRIST
 le Redempteur du Monde.

A Dorable Sauveur,
 prosterné aux pieds de
 votre Divine Maje-
 sté, avec les sentimens de la
 plus profonde humilité & d'u-
 ne reconnoissance la plus ten-
 dre qu'il m'est possible. Je vous
 offre ce petit Ouvrage, & le
 mets aux pieds de votre Croix,
 reconnoissant que le simple re-
 cit que j'y fai des amoureux
 effets de vostre grace à l'égard

a 2

Duas páginas de *Relation Succinte et Sincere*.
 Página com errata (à esquerda) e uma página de abertura (à direita).

Por quê? Por ignorância, origem de todos os males brasileiros. Ignorância dos novos-ricos, bibliófilos improvisados. Lucros fáceis e rápidos são gastos sem contar. Vaidade também, muita vaidade em possuir uma obra cara e poder contar aos amigos o preço que pagaram. O Debret é um símbolo. É o padrão de uma época.

Isso escrevia eu no fim da última guerra mundial, mas veio a paz, veio a Guerra Fria e os novos-ricos encontraram novos divertimentos. Pararam de comprar livros. As edições de luxo nacionais desapareceram como por encanto, os livros de gravuras passaram da mão de novo-rico para as coleções de bibliófilos. E os preços, caíram? Não, o que caiu foi o cruzeiro. Assustadoramente. Entenda-se este país!

“THE GENTLE ART OF BOOK HUNTING”

“BEM SEI QUE *IL FAUT EN BONNE COMPAGNIE LE MOINS QU’ON PEUT PARLER DE SOI*, MAS UM CAÇADOR NÃO PODE DEIXAR DE CONTAR SUAS CAÇADAS; E QUE É UM BIBLIÓFILO SENÃO UM CAÇADOR DE LIVROS?”

Não se assuste o leitor, não vou contar minhas façanhas. Ao contrário, vou somente contar que, nos meus quarenta e tantos anos de caçada de livros raros (quarenta e tantos por enquanto) muito poucas vezes tive um golpe de sorte. Tenho a impressão de que os bibliófilos que contam com a sorte para adquirir raridades enganam-se redondamente. Ganhar na loteria acontece, não há dúvida, senão ninguém compraria bilhetes, mas é tão raro que os jornais dão a notícia. O colecionador que espera repetir a façanha frequentemente engana-se.

Em bibliofilia a *avis rara* é muito procurada e os caçadores são muitos.

Não me lembro, entre os milhares de livros que comprei na minha vida, de ter feito mais de uma ou outra descoberta ou pe-

chinha. E, se as fiz, é porque, na época, os livros que comprei muito barato não eram ainda procurados por muita gente. Quando comecei a comprar folhetos publicados no Brasil entre 1808 e 1822, os hoje famosos folhetos da Imprensa Régia, costumava pagar entre dois e cinco mil-réis, conforme a grossura. Em São Paulo, só um amigo meu os comprava casualmente. No Rio, onde eram encontrados com mais facilidade, os concorrentes eram um pouco mais numerosos; em compensação, escolhiam os assuntos e não compravam qualquer um, só porque tinha sido impresso na Imprensa Régia.

Fiquei logo conhecido como amador de folhetos. Lembro-me de um livreiro que passou a me cobrar vinte mil-réis pelos folhetos finos e cinquenta pelos folhetos grossos. Não adiantava protestar, ele sabia que eu acabava pagando mesmo, com medo de perder a ocasião. Que fiz eu? Quando descobria um folheto nessa livraria, tomava nota do lugar e mandava um amigo comprá-lo. Para o meu amigo o preço era cinco mil-réis. Legítima defesa!

Pouco a pouco, todos os livreiros acabaram descobrindo o valor bibliográfico dessas peças. Não por minha causa, é claro, mas porque os livreiros também aprendem e progridem. Quase sempre, infelizmente, mais depressa que os bibliófilos.

Há quarenta anos só conhecia em São Paulo apenas um outro colecionador de brasiliana. Ele, com muito dinheiro. Eu, com pouco tempo para consagrar à minha coleção e com o dinheiro que sobrava a um rapaz solteiro que tinha garantidas somente cama, mesa e roupa lavada. Assim mesmo, mandei vir da Itália um belo exemplar de *Istoria delle Guerre del Regno del Brasile*, do bom carmelita Gioseppe di S. Teresa. Paguei por ele uns duzentos mil-réis, se não me engano, com grande escândalo da família e dos amigos da Semana de Arte Moderna. Mas, quando comprei por

“qui-nhen-tos mil-réis” um belo exemplar do Barléus, a família ameaçou interditar-me e Mário de Andrade achou que eu estava exagerando.

Fiz pechincha? Não. Paguei o que valiam, nessa época, esses livros. Num tempo heroico e antiquíssimo, onde poucos eram os que colecionavam brasileira.

Quando resolvi comprar um Debret, o preço já estava alto. Era já o início das grandes desvalorizações da moeda. Um dia, conversando com um amigo, disse-me ele que seu pai tinha dado de presente um exemplar à biblioteca de um clube recreativo do interior. Resolvi escrever ao clube, perguntado se o queriam vender. A resposta demorou, mas, um belo dia, apareceu-me um cavalheiro que, com um bom sotaque paulista, explicou-me que a diretoria do clube recreativo se tinha reunido para estudar minha proposta e ele, vindo de São Paulo a negócios da sua fazenda, fora encarregado de me dizer que o clube resolvera vender o Debret. Meu coração pulou! O clube precisava reformar o salão de baile. Se eu quisesse pagar a reforma, podia ficar com o Debret. O fazendeiro vinha munido de um orçamento. Fiquei assustado: como custava caro uma simples reforma num salão de baile! Fiquei assombrado como até no interior de São Paulo já se sabia o valor de um Debret. Acabei pagando e os cidadãos dessa cidadezinha nem me convidaram para o baile de inauguração. Divertiram-se à minha custa.

Há coincidências curiosas que fazem a gente encontrar um livro procurado, quando menos se espera. Toda gente sabe que nos cais do Sena, em Paris, não há mais livro raro há muito tempo. Um passeio ao longo do Sena, numa dessas tardes de primavera, quando as árvores estão soltando folhas novas e quando uma luz dourada cai sobre Notre-Dame, dá uma tal alegria de viver, que

tudo parece fácil na vida, até mesmo descobrir ali, numa caixa de ferro colocada na amurada, o primeiro livro impresso no Brasil.

Há muito tempo que conhecia “*Monsieur Bernard*”, livreiro no cais. Comprei dele, um dia, um livrinho sem importância para ler. Conversamos sobre Apollinaire e acabamos amigos. De vez em quando íamos ao *bistrot d'en face* tomar um vinhozinho e conversar. *Monsieur Bernard* nunca me oferecia livros. Sabia que eu só comprava brasileira e ele não negociava nesse gênero de obras. “É preciso grandes capitais” — dizia ele. Um dia que passei pelo cais e parei para dar um dedo de prosa com meu velho amigo, contou-me que um seu colega tinha em casa um enorme livro, um verdadeiro trambolho, um álbum de gravuras. Não era coisa antiga, fotografuras ou coisa que o valha, do século XIX. Perguntei-lhe se as gravuras eram sobre o Brasil. O colega de *Monsieur Bernard* achava que sim, mas não tinha certeza, havia muito que não manjava esse calhamaço. Tive que insistir para que pedisse ao amigo que me mostrasse o cartapácio. Se fosse sobre o Brasil eu compraria com certeza. Insisti, pedi como um favor pessoal. Dias depois, *Monsieur Bernard* estendia-me um pedaço de papel onde o famoso colega tinha escrito o título do livro. Desdobrei o papelucho e li: “*Brazil Pittoresco*, por Charles Ribeyrolles, Rio de Janeiro 1859!”

As negociações foram longas e laboriosas. O “colega” tinha comprado o livro há muito tempo, juntamente com uma biblioteca, ignorava quanto pedir, mas sabia que obras sobre o Brasil eram sempre caras. “Não há dúvida” — dizia eu — “mas são caras as obras antigas e não fotolitografias do século XIX”. O “colega” concordava, mas queria consultar um especialista. Eu insinuava que o perito ou desvalorizaria o exemplar para poder comprá-lo ou exageraria o preço por inveja. *Monsieur Bernard* intervinha em

meu favor. Depois de muita conversa, acertamos o preço e *Monsieur* Bernard ficou de me fazer a entrega no dia seguinte e receber o dinheiro, caso o exemplar estivesse completo.

Assim que apontei no cais, *Monsieur* Bernard foi logo dizendo que tinha sido obrigado a tomar um táxi para transportar esse trambolho. Ficou mais contente quando lhe disse que eu pagaria o táxi. Para o exame do exemplar, convidei-o a ir a um outro *bistrot*, onde havia um vinho d'Arbois famoso. Examinei o Ribeyrolles. Era um exemplar perfeito, com todas as margens, como novo, numa encadernação “três-quartos” de marroquim vermelho da época. Nunca tinha visto um exemplar tão bonito. Paguei contente o preço combinado, paguei o táxi, paguei a comissão de *Monsieur* Bernard, paguei o vinho. Teria pago uma segunda garrafa se o vinho d'Arbois não fosse tão traiçoeiro. Quando íamos saindo, meu bom amigo, *Monsieur* Bernard, disse-me, ajudando-me a sobraçar o enorme infólio: “Francamente, nunca pensei que um bibliófilo como o senhor comprasse um trambolho como esse... litografias *d'après photo*... e o senhor vai ter que tomar um táxi para transportar isso!”

Não me consolo do Ribeyrolles me haver custado a consideração de *Monsieur* Bernard. Mas, se perdi a consideração de um amigo francês, ganhei a estima de muito colecionador brasileiro, sobretudo dos pechincheiros. Não me lembro, assim de momento, de ter feito muitas outras descobertas de livros raros por preço barato. Comprei, é verdade, entre 1920 e 1930 muita coisa boa por preço que parece ridículo hoje em dia, mas, como já disse, paguei o preço corrente naquele tempo feliz, quando a libra valia quarenta mil-réis e poucos eram os colecionadores.

Nunca me arrependi de ter comprado um livro por um preço alto. Só me arrependo das obras que não comprei.

❧ CURIOSIDADES BÍBLICAS ❧

“LEIGO JULGA UMA BIBLIOTECA PELO NÚMERO DE LIVROS QUE CONTÉM. É INGENUIDADE. SÓ O NEÓFITO IMPRESSIONA-SE COM O NÚMERO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA. O QUE VALE É QUALIDADE. UMA BIBLIOTECA *NON REFERT QUAM MULTOS SED QUAM BONOS HABEAT*, E OS BONS SÃO POUCOS.”

Imprime-se muita coisa que nada vale. Sempre se imprimiu livro sem valor. No fim de alguns anos, ninguém mais quer essa enorme massa de papel impresso. Têm, então, o destino do jornal velho, são vendidos a peso para fabricantes de papel. É um nobre destino para muita asneira impressa.

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem que ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna

procurado é ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra.

Quais são esses fatores, essas particularidades? É impossível estabelecer regras, ditar leis ou dar diretrizes rígidas, mas, em geral, a primeira edição de uma obra célebre é quase sempre procurada. Se não é ainda, certamente o será algum dia. A primeira edição de uma obra que nenhuma história registra, que ninguém mais lê, nada vale, embora existam muito poucos exemplares no mundo.

Não é somente o texto de uma obra que a torna valiosa. Muitas vezes um livro é procurado porque foi impresso por um tipógrafo célebre, porque contém ilustrações feitas por um ilustrador conhecido, porque está revestido de uma encadernação feita por um encadernador famoso e, muitas vezes, até porque contém um erro de impressão divertido.

A Bíblia é, incontestavelmente, o livro que mais edições teve no passado e continua a ser o livro que mais se imprime. É, no entanto, Deus que me perdoe, um livro comum.

É nos países protestantes que se imprimiram e se continua a imprimir Bíblias em quantidade. Nesses países é que existem em maior número os colecionadores de Bíblias. Coisa compreensível, dada a importância da leitura da Bíblia pelos protestantes. Em muitos países conserva-se ainda a tradição da “Bíblia de Família”, que passa de geração a geração. Muitas contêm páginas em branco, para se anotar as datas de casamento, de nascimento dos filhos. Quase todas, embora muito antigas pouco ou nada valem bibliofilicamente falando. Raras têm algum valor, por causa das sólidas encadernações. Essas encadernações em pergaminho estampado com decorações, às vezes com cenas da História Sagrada e datadas, às vezes com fechos de metal trabalhado (quebrados ou desaparecidos, quase sempre) são apreciadas. Mas, se pouco valem

no mercado de livros antigos, têm muito valor para as famílias que as possuem há gerações.

Não há livreiro europeu que não tenha visto entrar-lhe pela loja uma velhinha, sobraçando uma enorme Bíblia “que está na família há duzentos anos”. Decidiu vendê-la depois de muito pensar, como último recurso para resolver uma dolorosa situação de aperto e, às vezes, de miséria envergonhada. A decepção que sofrem ao saber o pouco valor desse tesouro de família é dos casos mais dolorosos que um livreiro enfrenta.

Há Bíblias que valem verdadeiras fortunas. Ninguém ignora que a *Bíblia de Gutenberg* é um livro célebre, procuradíssimo e, talvez o livro mais caro do mundo. É, também um dos livros mais estudados que existe. Poder-se-ia formar uma verdadeira biblioteca, reunindo tudo que se escreveu sobre essa famosa edição.

Entretanto, não é tão rara assim. Existem quarenta e dois exemplares no mundo, o que não deixa de ser um número bastante grande, considerando-se a data em que foi impressa. Aliás, é curioso que existam tantos exemplares de Bíblias incunábulas. Uma das mais belas edições é certamente a de 1462, em dois volumes, impressa por Fust e Schöffer. Essa Bíblia, além de apresentar a particularidade de ter sido impressa propositadamente em dois volumes, é a primeira Bíblia datada que existe. Dessa magnífica edição são conhecidos mais de sessenta exemplares, dois deles na Biblioteca Nacional do Rio.

O que torna a *Bíblia de Gutenberg* tão valiosa é o fato de ser o primeiro livro que se imprimiu. Quanto à Bíblia de 1462, o que a torna tão procurada é o fato de ter saído dos prelos de Fust e Schöffer, de ser a primeira propositalmente dividida em dois volumes e de ser o primeiro livro onde se declara quem o imprimiu, onde e em que ano. É o primeiro livro com um colofão, invenção tão útil

que dura até hoje. O número de Bíblias impressas, de Gutenberg até hoje é incalculável. Basta dizer que até 1600 fizeram-se umas duzentas edições. Os bibliógrafos que se deram ao trabalho de calcular quantas Bíblias se imprimiram até hoje citam Algarismos enormes e não chegam senão a cifras aproximadas. Entretanto, somente poucas edições são verdadeiramente valiosas e somente por causa de uma ou outra particularidade. Algumas são procuradas simplesmente por serem a primeira Bíblia impressa num determinado país ou num certo idioma.

Existe uma edição inglesa da Bíblia, que tem um grande valor, simplesmente por ser a primeira “edição autorizada”. Foi impressa em Londres em 1611. Tendo-se em vista o que essa edição representa na história da Inglaterra e dos países anglo-saxões, compreende-se que seja tão ambicionada. Acresce que dessa edição existem dois “estados”. A diferença vê-se no Livro de Rute, III, 45. No primeiro estado lê-se: “He went into the citie...” No segundo: “She went into the citie...” A diferença de preço varia entre uma e outra em alguns milhares de dólares! Os exemplares “masculinos” (com o *He*) valem mais, é claro!

Há uma Bíblia que vale muito dinheiro, simplesmente por causa da piada que fez o tipógrafo que a imprimiu. É uma edição inglesa de 1631. Imprimindo o sétimo mandamento, “não cometerás adultério”, o tipógrafo esqueceu o “não” e saiu impresso: “Thou shalt commit adultery”. A brincadeira custou trezentas libras de multa ao gaiato e toda a edição foi queimada, com receio de que os leitores não percebessem o engano e seguissem o mandamento, tal qual tinha sido impresso. Mas escaparam quatro exemplares.

Como disse há pouco, as edições da Bíblia protestante são mais apreciadas. As Bíblias católicas, salvo uma ou outra exceção, não são muito valiosas.

A leitura da Bíblia, em língua vulgar, foi proibida em Portugal pela Inquisição em 1551. Esse fato explica por que ela foi traduzida para o português segundo a doutrina da Igreja Católica, em fins do século XVIII, pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo. Em 1778, saiu a tradução do Novo Testamento, o resto muito mais tarde. Essa tradução não é a única que foi feita, mas é a mais apreciada. Não é a primeira edição a mais procurada. É outra, cuja impressão foi iniciada por Simão Tadeu Ferreira, em 1794, continuada por outros tipógrafos e somente terminada na tipografia da Academia das Ciências, em 1818. É uma bela edição em sete volumes in-quarto, com portadas gravadas e um retrato do Príncipe do Brasil, a quem é dedicada. Mas não é obra muito procurada. Em 1821, a Sociedade Bíblica de Londres mandou imprimir em português uma edição protestante que é rara e, portanto, mais valiosa.

Um caso divertido é o que aconteceu com um livro brasileiro, que só vale por causa de uma curiosidade da errata. Trata-se de um romance de Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, publicado no Rio por Laemmert, em 1896.

Valentim Magalhães, escritor prolífero, não deixou nenhuma obra-prima. As histórias da literatura, redigidas hoje, não lhe consagram mais que um ou dois parágrafos. Ninguém, que eu saiba, coleciona as primeiras edições de suas obras. Entretanto, *Flor de Sangue* é livro procurado. Lúcia Miguel-Pereira, na *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*, diz que não conseguiu encontrar nem um exemplar. Esse romance é de fato raro e tornou-se procurado pelos bibliófilos por causa da errata do volume. Diz ela: “à página 285, quarta linha, em vez de — *estourar os miolos* — leia-se *cortar o pescoço*”.

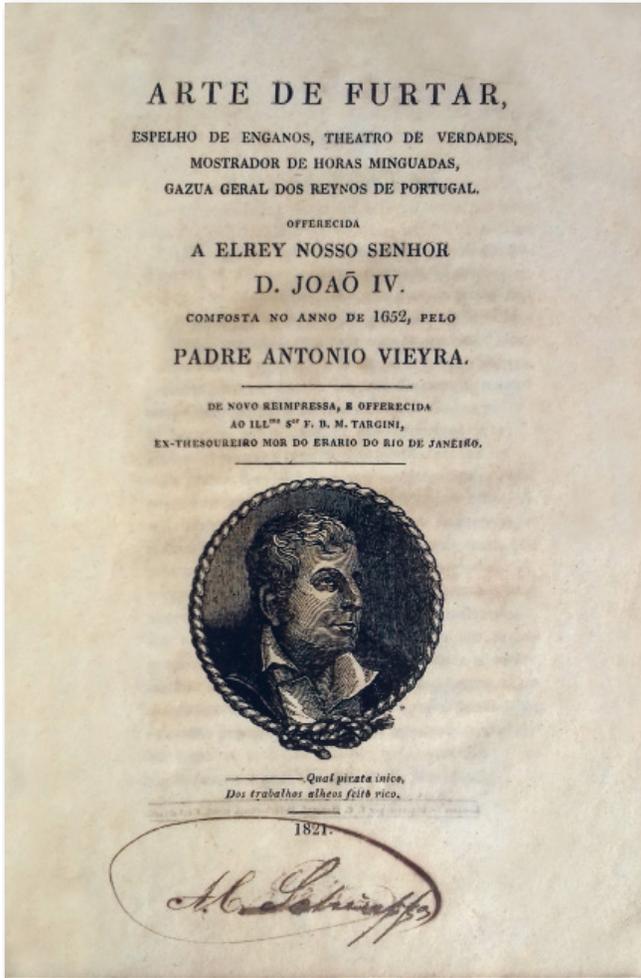
Outro caso típico de edição valiosa, somente por uma particularidade, é o da edição da *Arte de Furtar*, impressa em Londres em 1821. Essa edição foi mandada imprimir por Hipólito da

“Esse romance é de fato raro e tornou-se procurado por causa da errata: ‘à página 285, quarta linha, em vez de – *estourar os miolos* – leia-se *cortar o pescoço*”.



Valentim Magalhães, *Flor de Sangue*, Rio de Janeiro/São Paulo/Recife, Laemmert & Cia. Editores, 1896. 384 (18,3 × 18,7 cm). Acervo BBM.

“Essa edição foi mandada imprimir por Hipólito da Costa. É oferecida ao Ilmo. Sr. F. B. M. Targini, ex-tesoureiro do erário do Rio de Janeiro... Nunca jornalista brasileiro atacou um ministro da Fazenda com tanto espírito, tanta eficácia e *ad perpetuam rei memoriam*”.



Padre Antonio Vieira, *Arte de Furtar...*, Londres, Hansard, 1821.
xxiv+428 p. (18 × 13 cm). Acervo Luís Pio Pedro.



Arte de Furtar..., Frontispício e página de abertura da edição de 1652. Acervo BBM.

SENHOR.

HUM Sabio disse, que não havia neste mundo homem, que se conhecesse; porque todos para consigo são como os olhos, que vendo tudo, não se vem a si mesmos: e daqui vem não darem muita fé em si de suas perfeições, nem advertirem em seus defeitos; e ser necessario, que outrem lhes diga, o que passa na verdade. Se V. Magestade não se conhece, nem o mundo em que vive, e de que he Senhor, eu o direy em breves palatras. He V. Magestade o mais nobre, o mais valente, o mais poderoso, e o mais feliz homem do mundo; e este mundo he hum covil de ladroens. Digo que he V. Magestade o mais nobre; porque o fez Deus Rey, e lhe deu por Avós Reys Santos, e poderosos, que elle mesmo escolheu, e ennobreceu, para a mais nobre acção de lhe augmentar, e estabelecer sua Fé. He o mais valente, assim nas forças do corpo, como nas do espirito: nas do corpo; porque não ha trabalho, a que não resista, nem outrem, que possa medir valentia com V. Magestade: e nas do espirito; porque não ha fortuna, que o quebrante, nem adversidade, que o perturbe. He o mais poderoso; porque sem arrancar a espada, se fez Senhor do mais dilatado Imperio, tirando-o das garras de Leons, que o occupavaõ; com tanta pressa, que não poem tanto

Costa. É “oferecida ao Ilmo. Sr. F. B. M. Targini, ex-tesoureiro-mor do erário do Rio de Janeiro”. Oferecer a *Arte de Furtar* a um ex-tesoureiro... mas Hipólito foi mais incisivo ainda. Embaixo da dedicatória colocou um retrato, mostrando somente a cabeça de Targini rodeada, como enfeite, de uma corda. Embaixo do medalhão mandou imprimir estes versos: “Qual pirata inico dos trabalhos alheios feito rico”. Nunca jornalista brasileiro atacou um Ministro da Fazenda com tanto espírito, tanta eficácia e *ad perpetuam rei memoriam*.

Casos como esses são inúmeros. Quanto mais conhecida a particularidade, mais procurada é a edição e, conseqüentemente, mais caro o exemplar.

Há livros que se tornam procurados unicamente por causa das ilustrações. O caso dos *Baisers*, coleção de poesias sem valor de Dorat, poetastro francês do século XVIII, é bem típico. O texto nada vale, do autor ninguém mais lê nada, mas a edição dos *Baisers*, de 1770, é muito valiosa, exclusivamente porque foi ilustrada por Eisen e Marillier. É, na realidade, um dos mais belos livros ilustrados do século XVIII. Esse gênero de livros tem valor artístico e não literário. O mesmo acontece com certas obras encadernadas por encadernadores célebres. Os colecionadores de encadernações pouco se importam com o texto, o que vale para eles é a obra de arte que o encadernador realizou. Não resta dúvida que muito mais valioso é o livro raro, encadernado na época por um grande artista. Mas isso de encadernação já é uma outra história...

ENCADERNAÇÕES IMPERIAIS

“EXISTEM BIBLIÓFILOS QUE NÃO DÃO IMPORTÂNCIA ÀS ENCADERNAÇÕES DOS LIVROS QUE ADQUIREM. PARECE-ME ISSO UM ERRO, POIS A ENCADERNAÇÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DO LIVRO. OS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS NO SÉCULO XV JÁ ERAM ENCADERNADOS. ALIÁS, A ARTE DE ENCADERNAR É ANTERIOR À DESCOBERTA DA IMPRENSA. OS MANUSCRITOS ERAM SEMPRE ENCADERNADOS. QUANDO SE INVENTOU O PRELO, NÃO FOI NECESSÁRIO INVENTAR A ENCADERNAÇÃO. OS ARTÍFICES QUE ENCADERNAVAM OS MANUSCRITOS PASSARAM A ENCADERNAR OS LIVROS COM A MESMO TÉCNICA E UTILIZANDO OS MESMOS MATERIAIS.”

Usavam couros sólidos, a vaqueta, o couro de porco. Quando o livro era muito grande e pesado, colocavam em cada espelho quatro ou cinco *cabochons* bem salientes, de maneira a proteger a encadernação, pois os livros eram

guardados deitados nas estantes e não de pé, como usamos hoje em dia. Na falta de papelão (só inventado muito mais tarde), os espelhos eram cobertos com pranchetas de madeira. A decoração era feita com ferros a frio. Mais tarde inventou-se a roda, ou virador, que permitia um trabalho mais rápido. A douração é uma técnica árabe que se espalhou pela Europa somente no século XVI, assim como o uso do marroquim. Mais tarde, os venezianos importaram o marroquim do Levante com o grão mais grosso e de melhor qualidade.

No século XVI estiveram muito em voga as encadernações decoradas por meio de uma placa de metal que, com uma só pressão do balancim, reproduzia um desenho, cobrindo uma grande parte do espelho. Muitas dessas placas representavam cenas religiosas, armas de algum personagem ou mesmo brasões de fantasia. Grande número são datadas.

Durante muito tempo usou-se colocar nas estantes o livro de pé, com o lombo virado para o fundo, exatamente ao contrário do que usamos. No lombo não vinha indicação alguma do nome do autor e do título. Para distinguir os volumes, escrevia-se o título a tinta no corte arredondado, das folhas externas que os franceses chamam muito apropriadamente de *gouttière*.

Muito cedo apareceram os bibliófilos que mandavam fazer encadernações de luxo para seus volumes. Surgiram os livros cobertos de veludo, de chamalote, de couro trabalhado.

Foi moda, entre os bibliófilos, até o século XIX, usar um único modelo de encadernação para todos os seus livros. Grolier, De Thou e outros grandes bibliófilos do século XVI e XVII criaram verdadeiros tipos de encadernação.

Pode-se dizer, sem querer simplificar muito, que, à medida que o número de livros publicados foi aumentando, houve da parte

dos livreiros uma tendência a exigir dos encadernadores um trabalho mais rápido e um tipo de encadernação mais simples. São bem conhecidas as encadernações em plena carneira, com uma douração singela, no lombo somente, tão usadas no século XVII e XVIII. São encadernações mandadas fazer pelos livreiros e não por bibliófilos. É preciso ter em mente que o editor ou tipógrafo vendia os livros ao livreiro em folhas sem dobrar e, portanto, sem brochar. Os livros, ou melhor, as folhas tipográficas eram remetidas ao livreiro de um país a outro em barricas. Usava-se esse método para poupar peso e economizar frete.

O livreiro mandava encadernar alguns exemplares para “amostra”, para oferecer ao freguês, e guardava o resto em folhas. À medida que ia vendendo uns, ia mandando encadernar outros. Os bibliófilos compravam os seus exemplares em folhas e mandavam encadernar ao seu gosto.

No século XVIII, quando a produção de livro era já enorme, julgava-se que muito folheto e até livro não merecia encadernação, por não ter um valor permanente. Os livreiros mandavam-nos brochar e recobrir com uma simples folha de papel barato azul ou cinzento. Assim eram vendidos as “revistas” da época, os folhetos sobre um assunto do momento, as edições pouco valiosas. Esse costume durou até o século XIX, quando se resolveu repetir o texto da página de rosto nas capas da brochura e vendê-las assim, sem encadernação. Era um meio excelente de baratear o custo da mercadoria.

Somente em 1825, um inglês teve a ideia de fabricar e vender o livro já encadernado com uma capa de pano, material mais barato de que o couro. Mas, a invenção só se difundiu mais tarde e, assim mesmo, apenas na Inglaterra e nos países anglo-saxões. Na França e nos países de tradição francesa, os editores preferiram,

para tornar menos custosa a produção, fabricar e vender o livro brochado com capa de papel. A despesa da encadernação ficava a cargo do comprador, caso não preferisse guardar o livro assim mesmo em brochura. É essa a razão por que a arte de encadernar é mais difundida em França e nos países anglo-saxões hoje em dia e, conseqüentemente, a tradição do trabalho bem feito se mantém mais viva.

Não é aqui o lugar de se fazer uma história da encadernação, de se estudar os diferentes estilos e as diferentes técnicas empregadas. Quis, somente, lembrar o quanto a encadernação é importante para o bibliófilo e o interesse que ela apresenta em si mesma. Esse interesse é tão grande que muita gente coleciona encadernações com o mesmo entusiasmo e paixão que os bibliófilos colecionam livros. Há colecionadores de encadernações blasonadas, de encadernações românticas, de “encadernações de editor” ilustradas, e há, sobretudo, os colecionadores de encadernações feitas pelos grandes e célebres artistas. Por toda parte do mundo há os colecionadores de encadernações francesas assinadas, antigas e modernas.

No Brasil já existem bibliófilos interessados em encadernações brasileiras. Infelizmente, não conheço nenhum estudo sobre o assunto. É pena, porque tenho, para mim, que existia um estilo brasileiro de encadernação no Segundo Reinado. Esse estilo é patente nas encadernações que eu chamaria de imperiais. Essas encadernações distinguem-se pelas armas do Império, colocadas geralmente no centro do espelho. Muitas são um tanto carregadas de filetes, gregas e dourados de toda sorte. Outras, ao contrário, são de um bom gosto notável. São mais comuns as que trazem somente as armas imperiais. Muito mais raras são as que trazem o *chiffre* de algum titular ou do próprio imperador: p. II. O curioso

é a variedade de tipos de armas do Império que se nota. O brasão de um país não pode variar ao gosto de um artista; no entanto, já cheguei a contar umas quatorze ou quinze variações e deve haver mais. As armas imperiais não são, nas encadernações, o emblema do país, mas um verdadeiro motivo de decoração.

Muita gente pensa que o fato de um livro estar encadernado “com as armas do Império” significa que o exemplar pertenceu ao imperador. Ao contrário, indica em geral que pertenceu a alguma repartição pública, ao Império, à Fazenda Pública. Eram encadernações oficiais. Geralmente, nesse caso, o couro da encadernação é verde e com a combinação do ouro da gravação formam as cores nacionais, verde e amarelo. O lindo brasão do Império era empregado tal qual se emprega hoje o horroroso brasão da República, em tudo que é oficial.

Desiludam-se, pois, os que têm um volume de leis ou um relatório encadernado em couro verde com as armas imperiais e pensam “que foi da biblioteca de Pedro II”. Foi de uma repartição qualquer, talvez, simplesmente, da Repartição de Águas e Esgotos. Mas, naquele tempo, dizia-se Repartição de Águas e Esgotos da Corte, o que pode, talvez, consolar o colecionador inexperiente.

Em algumas encadernações imperiais, as cores do brasão são pintadas à mão, em outras os motivos são incrustados em couro de cores diferentes. São trabalhos de luxo, feitos para bibliófilos, ou para dar de presente a algum personagem. São raras, hoje em dia.

Usou-se muito até o fim do século XIX encadernar em veludo. Espelhos e lombo eram recobertos de veludo e os enfeites gravados a ouro. A cor preferida era a verde, mas usava-se também veludo azul, roxo, ou, mais raramente, vermelho. Não vi veludo de outras cores. As armas imperiais vêm gravadas no centro do espelho como nas encadernações em couro.

Esse tipo de encadernação em veludo era, também, muito usado para recobrir brochuras de teses, discursos, homenagens, comemorações etc. Muitas vezes trazem o título ou uma dedicatória gravada no espelho, outras vezes simples iniciais.

Não falo das encadernações em veludo, com enfeites de bronze dourado, dos álbuns de retratos que toda família possuía. Tirar retrato e oferecê-lo aos parentes e amigos era obrigatório. Os primeiros álbuns eram importados da Europa; mais tarde Leuzinger fabricava-os no Rio. Era um dos grandes negócios da firma.

Entretanto, as encadernações imperiais não são, absolutamente, as primeiras e únicas feitas no Brasil como se pode imaginar. Logo que houve bibliotecas, apareceram os encadernadores. O padre Serafim Leite, na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, cita o nome de um irmão jesuíta, Manuel Fernandes, que, entre outros ofícios, desempenhou o de encadernador nas missões do Maranhão e Pará desde que chegou de 1734 até 1760, quando foi desterrado, como todos os da Companhia. Mas, não é esse o único jesuíta encadernador de que a História guardou o nome. A grande biblioteca da Companhia de Jesus na Bahia, já tinha, em meados do século XVIII, uns quinze mil volumes. Para tomar conta e conservar esse acervo considerável, era necessário haver um bibliotecário. Um deles foi o irmão Antônio da Costa, natural de Lyon, na França, que entrou para a companhia em 1677, com trinta e três anos de idade, e faleceu em 1722. Esse benemérito irmão foi um notável bibliotecário; redigiu um catálogo por autores e matérias. Não era somente um excelente organizador como, também, tipógrafo e encadernador. As outras bibliotecas jesuíticas tinham quem delas cuidasse e o mesmo acontecia nos conventos de beneditinos e franciscanos da Bahia, de Olinda e do Rio de Janeiro. É preciso

não esquecer que a arte de encadernar foi arte de convento durante toda a Idade Média.

É possível que ainda exista em Portugal, onde foram parar muitas bibliotecas jesuíticas, algum livro encadernado no Brasil no século XVIII e, talvez, antes. Nos conventos brasileiros de outras ordens pouco ou nada resta das bibliotecas antigas. O “bicho” quase tudo devorou!

Quando a Imprensa Régia foi fundada, em 1808, e o Brasil passou a produzir livros, apareceram os encadernadores. Os livros dessa tipografia eram vendidos brochados. Geralmente saíam cobertos com uma simples capa de papel cinzento ou azulado, papel barato, como se usava na Europa. O comprador é que os mandava encadernar por sua conta e a seu gosto.

Creio não me enganar, pensando que os primeiros encadernadores do Rio de Janeiro foram franceses. Aliás todo o artesanato de luxo estava em mão dos franceses. O negócio de encadernação era, muitas vezes, apenas um ramo de comércio. Era, geralmente, ligado ao negócio de papelaria, livraria e miudezas. Esses franceses da Rua do Ouvidor vendiam um pouco de tudo. Desde os princípios do século XIX estava estabelecido na Rua do Ouvidor um francês ou suíço, *Monsieur* Bouvier, com negócio de papelaria e encadernação. Os Morange, com loja na Rua do Ouvidor a princípio e, mais tarde, na Rua da Cadeia, eram encadernadores peritos. Executaram belíssimos trabalhos, nos quais colavam, como em Paris, uma elegante etiqueta da casa: “Morange Irmãos. Encadernadores franceses. Rua da Cadeia n. 43. Rio de Janeiro”. Ou então: “Rua do Ouvidor, 69. Morange Irmãos. Encadernadores. Armazém de Papel e de Todos os Gêneros Anexos para Escritórios, Imprensa, Desenho e Pintura. Rio de Janeiro”.

Na Bahia, por volta de 1820, Antônio José Coimbra usava uma etiqueta enorme, gravada em madeira, com desenhos do mais puro estilo popular, onde dizia: “Antônio José Coimbra vende livros e encaderna de todas as qualidades. Bahia”. Excelente encadernador e excelente dourador esse artista baiano.

Por essa época já havia ótimos oficiais em todo o Brasil. Nenhuma casa teve mais fama durante o Segundo Império que a de Leuzinger.

Georg Leuzinger, suíço, do cantão de Glarus, chegou ao Rio em 1832. Em 1840 comprou a papelaria e encadernação de Morange, de quem falamos.

A encadernação, a litografia, a gravação e as artes gráficas, em geral, muito devem a Leuzinger. Importava sempre máquinas modernas da Alemanha e dos Estados Unidos e mandava vir técnicos competentes, que formaram toda uma geração de oficiais brasileiros. O grande negócio de Leuzinger, pelo menos no começo, foi a fabricação de livros de escrituração em branco, esses pesados *Contas Correntes*, *Diário* e *Razão*, indispensáveis à contabilidade até poucos anos. Para encadernar esses livros, montou uma grande oficina que o Sr. Moll^t dirigiu durante muito tempo. Leuzinger não encadernava somente livros em branco, porém toda sorte de livros. Era o grande encadernador das repartições públicas. Na sua oficina encadernavam-se os relatórios e as publicações dos diferentes Ministérios. Leuzinger usava generosamente o brasão do Império. Foi o grande fabricante dessas encadernações imperiais, como me parece adequado chamá-las. Não tinha absolutamente exclusividade de encadernações para o governo. O Instituto dos Surdos-Mudos também encadernava, por sinal que horrivelmente mal.

Os trabalhos de Leuzinger são notáveis, sobretudo as encadernações feitas para particulares. Não se fazia melhor na Europa.

Não é de admirar, pois todo o material era importado e os oficiais eram estrangeiros. De nacional, havia o quê? Talvez a costura feita por algum moleque aprendiz. O fato é que na oficina de Leuzinger formaram-se excelentes oficiais nacionais. Muitos foram abrir oficinas nas províncias e espalharam a arte pelo Brasil.

Embora existissem excelentes oficinas de encadernação no Rio e nas principais cidades do Império, mandava-se encadernar muito na França. Os livreiros estrangeiros do Rio encarregavam-se das encomendas. Tinham seus encadernadores-correspondentes em Paris e na província.

B. L. Garnier mandava encadernar, na França, muitos dos livros que editava. Uma parte da edição já vinha encadernada. Para certas edições, como uma Bíblia em dois volumes, ilustrada com gravuras sobre aço, da qual fez muita publicidade, mandou fazer em França uma encadernação de editor muito bem-feita.

Quando Garnier lançou a *História do Império*, de Pereira da Silva, em sete volumes, mandou fazer três tipos de encadernação. Um com lombo de couro verde e espelhos em percalina verde, outro melhor, igual ao primeiro, mas com o brasão do Império no espelho e, um terceiro, de grande luxo, feito sob encomenda, em pleno couro com motivos decorativos e filetes dourados. Para os seis volumes da *História do Brasil*, de Southey, parcialmente traduzida por Oliveira e Castro e tolamente anotada pelo cônego Fernandes Pinheiro, Garnier mandou fazer uma encadernação em meio-couro verde, espelhos de percalina verde, vendendo por trinta e seis mil-réis a coleção. Seis mil-réis o volume encadernado em Paris! São típicas encadernações imperiais... feitas na França.

É curioso que não se usassem outros motivos brasileiros nas encadernações, além do brasão do Império. Talvez, porque os fer-

ros fossem feitos no estrangeiro e importados. Em tipografia usava-se muita vinheta brasileira feita aqui, com motivos tipicamente nacionais. Uma das mais pitorescas é a que representa um negro correndo, que se usava nos primeiros anos da Independência, para anunciar escravo fugido. Mas, em encadernação nada, que eu sabia, além do brasão imperial.

Daí a dificuldade de se distinguir as encadernações brasileiras das feitas na Europa. Um conhecedor, bem a par do gosto europeu e sabendo o que se usava aqui, pode às vezes identificar uma encadernação brasileira do tempo do Império. Mais fáceis de reconhecer são as que os artífices de Pernambuco e da Bahia faziam. A imperfeição do trabalho, o gosto mais lusitano que francês são elementos ponderáveis que se levam em conta.

Infelizmente, o clima brasileiro, nefasto aos livros, destruiu e destrói essas obras de arte. Encontravam-se muitas com relativa facilidade, às vezes em bom estado, há uns trinta anos atrás. Hoje estão ficando raras. Muito colecionador, com mania de reencadernar, é culpado de ter destruído muita preciosidade simplesmente por ignorância, por pensar que uma encadernação nova veste melhor um livro. Ora, em princípio é sempre preferível conservar a encadernação antiga, a original do livro, mesmo que esteja cansada. Uma restauração bem feita, por especialista, é preferível a uma encadernação nova.

Muitas obras foram reencadernadas posteriormente, por exemplo, um livro do século XVII foi reencadernado no século XVIII. Se a encadernação posterior estiver em bom estado, convém conservá-la. Acontece frequentemente que a encadernação posterior não apresenta nada de particular e está em mau estado. Que fazer? Restaurar essa encadernação sem interesse ou mandar fazer nova? É difícil resolver em tese. Cada caso deve ser estudado

e bem ponderado antes de se tomar uma decisão que possa desvalorizar o exemplar.

Muitos bibliófilos preferem, quando é necessário, mandar reencadernar um livro, no estilo da época. Outros, ao contrário, preferem mandar fazer uma encadernação simples, sem estilo definido, sem nada que lembre a época em que o livro foi impresso. É um problema muito debatido, não só quanto a livros, mas quanto a antiguidades em geral.

O Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve que enfrentar esse problema quando decidiu construir um hotel em Ouro Preto. Que estilo adotar? Fazer um hotel “estilo colonial” ou francamente em “estilo moderno”? Copiar ou criar? Depois de muito debate, resolveu não copiar, não “tapear”, mas construir francamente como hoje se constrói no Brasil, sem imitação, sem pastiche, francamente da época de hoje, como os construtores do século XVIII construíram a cidade em estilo moderno daquele tempo. Creio que fizeram bem. Nada mais bocó do que uma cópia do antigo.

Esse critério certo não pode ser aplicado tão simplesmente à encadernação de um livro antigo. A encadernação não é senão uma parte do livro. Uma encadernação ultramoderna, cobrindo um texto antigo, seria uma monstruosidade. O que convém é cobrir esse texto com uma boa encadernação simples, neutra, sem pretensão. Se o livro merece um pleno marroquim, um pleno *chagrin*, lombo com nervos e data ao pé, ainda é a melhor solução. Se o livro é menos valioso, a meia-encadernação basta. É bom lembrar que a encadernação “três quartos”, isto é, lombo e cantos largos não combina com textos anteriores ao fim do século XIX.

Confesso que não sou, em princípio, contra as encadernações em estilo da época do livro. Tudo depende da maneira como são

executadas. A escolha do couro, dos ferros, a combinação dos papéis de guarda precisam ser muito bem estudadas. É preciso, para se obter um bom resultado, principalmente, não se misturarem estilos. A perfeição da execução, a perícia do encadernador é essencial nesse gênero de trabalho. Nada mais horrível que uma encadernação em estilo antigo mal-executada.

Em matéria de encadernação, o que vale é o gosto. Ora, em matéria de gosto não há regra que se possa ditar. Há bibliófilos com gosto e colecionadores sem o menor gosto, que arruínam para sempre seus livros.

Infelizmente, a encadernação não depende somente do bibliófilo, mas também do encadernador, e um bom encadernador é coisa rara. No Brasil a decadência da arte de encadernar é uma das coisas mais lamentáveis que conheço. Só há uma decadência comparável: a da tipografia. Quando se comparam as encadernações feitas no Rio, durante o Segundo Reinado e nas primeiras décadas da República, com o que fazem hoje os “encapadores” de livros que se intitulam encadernadores, sente-se um verdadeiro pavor, pensando nos perigos a que estão expostos os nossos livros.

É por esse motivo que se deve ter todo o cuidado quando se entrega um livro a um encadernador. A primeira coisa a fazer é ver algumas encadernações já feitas por ele. Se parece capaz de produzir o que se quer, então dá-se-lhe um livro não muito valioso, para experimentar. É indispensável explicar exatamente como se quer que o serviço seja feito, não só pessoalmente, mas por escrito, numa papeleta que se junta ao exemplar. É de absoluta necessidade escrever-se o nome do autor e o título da obra, tal como deve aparecer na lombada, para não se ter surpresas assustadoras. Um meu amigo mandou encadernar a obra de Machado de Assis, *Esauí e Jacó*. Quando recebeu o volume de volta, o título estava mudado

para *Esaó e Jacú*. No Brasil, é indispensável lembrar que um livro que tem capas deve ser encadernado com elas. Com as duas capas, se não ele joga fora a última, sob pretexto de que “não tinha nada escrito”. Deve-se explicar e insistir para que não corte a cabeça e as margens exteriores do livro. Os maus encadernadores têm a mania de reduzir o tamanho dos livros para economizar papelão e couro. Muitos bibliófilos não gostam que se apare a cabeça dos livros. Parece-me um engano. Apará-la para torná-la lisa é uma proteção para o livro, evita que o pó penetre nas páginas. Foi por isso que se inventou uma proteção adicional: a cabeça dourada.

Se para alguns encadernadores todas as recomendações possíveis não bastam, há outros que conhecem sua arte tão bem que é suficiente indicar-lhes o gênero de encadernação que se deseja. Lembro-me do que me aconteceu com um livro, em Paris, há muitos anos. Eu tinha um livro, pelo qual sentia uma grande ternura. Era de um poeta que eu gostava. Não era uma edição valiosa nem muito cara. Tinha-o comprado nos tempos de estudante, à custa de um fim de mês que não acabava mais. A encadernação primitiva estava em mísero estado. Resolvi mandar fazer, para conservar essa lembrança de tempos heroicos, uma bela encadernação em pleno marroquim *janseniste* com cabeça dourada. Fiz a papeleta, juntei-a ao exemplar e levei-o com outros livros ao velho e bom amigo *Monsieur G.*, que me encadernava à papa fina. Qual não foi minha surpresa, quando recebi o meu livro com uma simples encadernação meio *chagrin*! Quando lhe perguntei por que não tinha seguido as instruções da papeleta, *Monsieur G.*, do alto do seu orgulho de artesão consciente de sua arte, do seu saber e da tradição centenária de seu ofício, disse-me com um ar protetor: “Seu livrinho não merece um pleno marroquim”. Tinha razão o velho artista.

Encadernadores como esse só se encontram na França e na Inglaterra hoje em dia. A esses artistas, um bibliófilo que não entende muito de encadernações pode entregar seus livros sem pa-peleta. Eles sabem mais, conhecem melhor do que um bibliófilo o que um livro necessita.

Um bom profissional é raro. Um encadernador célebre, cuja assinatura num livro valoriza o exemplar, não é um simples oficial que obedece a ordens, mas um artista que sabe o que faz e por que o faz. Um grande bibliófilo francês que conheci disse-me que nunca dava livros a encadernadores célebres por três razões: primeiro, porque cobram muito mais caro que os outros, segundo, porque fazem o que querem, terceiro, porque demoram muito para executar o serviço. Tinha razão só em parte o meu amigo. Se só fazem o que querem, sabem o que fazem: é uma garantia para o bibliófilo. Caro, todos cobram. Encadernar decentemente um livro é um trabalho exclusivamente manual.

Numa época mecanizada, industrializada como a nossa, o trabalho manual é inevitavelmente caro. Quanto à demora, eu gostaria de saber qual é o encadernador bom que trabalha depressa. Nesse trabalho lento, onde é preciso esperar que a cola seque bem, antes de continuar, não é possível fazer depressa um serviço bem feito. Além disso, é bom lembrar que o encadernador não trabalha só para um amador. Precisa ter muitos fregueses para viver. Espere, pois, com paciência a volta de seus livros.

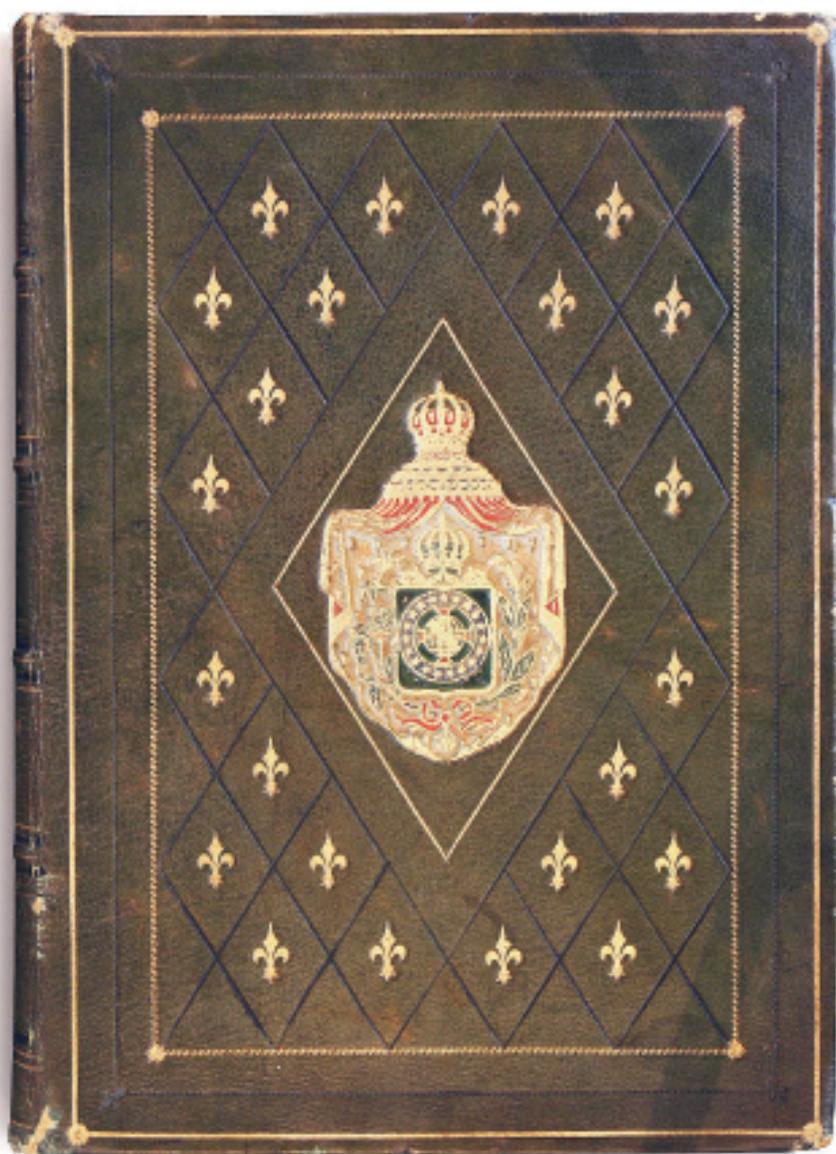
É um assunto delicado o de encadernação. Conselhos, neste caso, são como para mulher quando quer casar. Não adiantam. Só a experiência própria serve. Todo bibliófilo faz tolices em matéria de encadernação. Esteja, pois, preparado a pagar o seu tributo e aprender à sua própria custa.

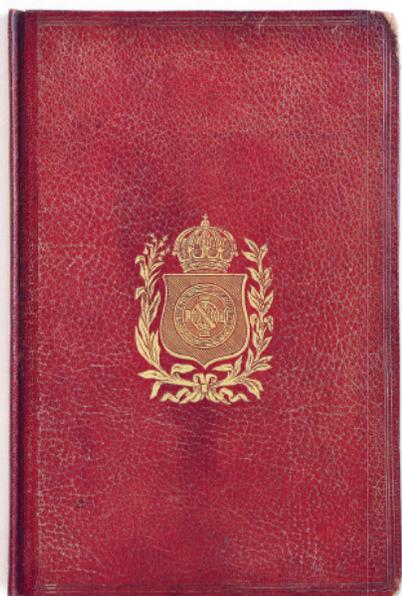
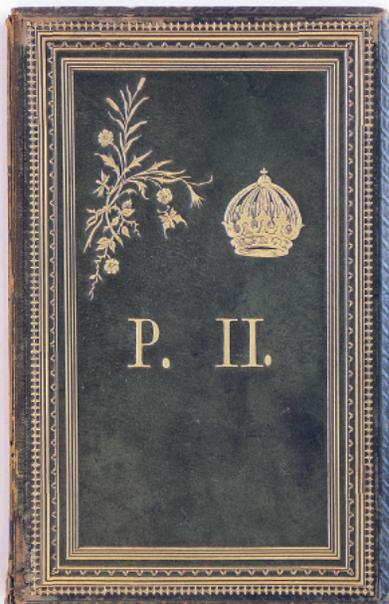
Um conselho certo e seguro quero dar aos amadores de livros que não entendem de encadernação. Nunca, em hipótese alguma, entreguem seus livros a essas senhoras ou senhoritas que fazem “encadernações artísticas”. Na maioria das vezes, esses objetos que produzem nada têm a ver com encadernação. São prendas domésticas.

NOTA

1. Em todas as edições precedentes está grafado o nome Mole. Provavelmente trata-se do inglês Charles Moll, encadernador da Casa Imperial, conforme consta à página 75 do livro de Ubiratan Machado, *História das Livrarias Cariocas*, São Paulo, Edusp, 2012.

Encadernações Imperiais (Acervo BBM)







❧ PIOR É A EMENDA ❧ QUE O SONETO

“FALÁVAMOS HÁ POUCO DAS PESSOAS QUE MANDAM REENCADERNAR SEUS LIVROS SEM ABSOLUTA NECESSIDADE. O INCONVENIENTE DESSA PRÁTICA NÃO ESTÁ EM DESTRUIR A ENCADERNAÇÃO ORIGINAL, MAS EM SE PERDEREM AS FOLHAS DE GUARDA QUE, MUITAS VEZES, CONTÊM ANOTAÇÕES CURIOSAS OU INDICAÇÕES QUE PODEM TER MUITA IMPORTÂNCIA PARA A IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DO EXEMPLAR.”

Nem todos os exemplares de uma obra rara valem o mesmo preço. O valor de um livro antigo depende do estado em que se encontra, da encadernação que o veste ou de alguma particularidade que o exemplar apresenta.

Certos exemplares de obras raras chegam a ter uma verdadeira personalidade. São alguém, são conhecidos dos bibliófilos, se não pessoalmente, pelo menos pela fama. Alguns têm uma verdadeira genealogia, sabe-se de onde vieram, por que mãos passaram e onde se encontram no momento. Os bibliófilos que o viram falam

dele como se fosse uma pessoa, elogiam-no ou lhe apontam os defeitos, comparam-no com outros. São, geralmente, peças que pertenceram ao próprio autor ou fizeram parte da coleção de algum personagem. Esses exemplares privilegiados, esses livros de sangue azul, enobrecem uma biblioteca. A procedência de um livro é, portanto, muito importante para o colecionador. Mas, como determinar essa origem?

Nos casos simples, uma encadernação armoriada, uma assinatura, um *ex-libris*, uma anotação feita por um livreiro ou leiloeiro, indicando de quem o adquiriu e em que catálogo está descrito, servem para autenticar a origem. Em outros casos o tipo da encadernação, igual ao que usava sabidamente um colecionador, certas marcas manuscritas que serviam para localizar livros, certas particularidades semelhantes às encontradas em outras obras, cujo dono é conhecido, são elementos que servem para se identificar uma peça como tendo pertencido a uma determinada coleção. Mas a procedência de um livro só é valiosa quando lembra alguma coisa, quando evoca reminiscências do passado, lembranças de uma biblioteca famosa ou de algum fato histórico. Possuir um exemplar que pertenceu a De Thou, o famoso colecionador do século XVII, ou a *Madame* de Maintenon, ou a D. Pedro I é muito mais interessante que possuir a mesma obra num exemplar comum. Um livro com dedicatória do autor não tem somente mais encanto, mas vale muito mais. O *ex-libris* de um colecionador conhecido, colocado num livro, valoriza-o.

Muito livro contém anotações, se não do próprio autor, muitas vezes de um contemporâneo. Se as anotações são do autor, não podem deixar de ter seu interesse, mas se são de outra pessoa nem sempre aumentam o valor do livro. Geralmente é o contrário que acontece, sujam o livro, fica ele maculado como esses exemplares

que pertenceram a desconhecidos, com a mania de marcar sua posse, rabiscando seus nomes ignorados nas folhas de rosto. São exemplares defeituosos, repelidos pelos bibliófilos. Toleram-se, às vezes, assinaturas seculares, mas assinaturas modernas inutilizam um exemplar.

Mário de Andrade era um bibliófilo requintado. Quando recebia um livro com dedicatória de um autor conhecido, guardava-o tal qual o recebera, sem abrir as folhas. Comprava outro exemplar e, nesse sim, fazia as anotações que desejava, riscava trechos, sublinhava palavras, enchia as margens de comentários. Não imaginava que suas anotações poderiam ter um imenso valor para o estudo de sua personalidade de crítico. Não lhe passava pela cabeça que entre os seus dois exemplares o mais valioso no futuro seria o anotado e rabiscado.

Mas quem não for um Mário de Andrade não deve anotar livros valiosos e primeiras edições. Confesso, entretanto, que sinto ímpetos de escrever meu nome num livro raro que possuo. Trata-se de um belíssimo exemplar com uma encadernação armoriada de uma obra impressa em 1688. Esse exemplar tem uma particularidade: traz a assinatura de seu primeiro dono, datada de 1689. Logo abaixo vem outra assinatura, com a data de 1789 e, em seguida, outro nome escrito em 1889. Não há dúvida de que esse livro exige que seu dono em 1989 assine seu nome no lugar que lhe é devido. Quando abro essa obra fico perplexo. Pergunto-me se viverei até 1989 para colocar com emoção meu nome ao pé da lista centenária de seus possuidores. Trato esse livro carinhosamente há mais de vinte anos. Vivo com cautela, “viver é muito dificultoso”, para alcançar o ano fatídico de 1989 e poder, honestamente, sem trapaça, assinar meu nome na hora devida. Tenho uma missão a cumprir na vida. Seria uma injustiça se morresse antes, não acham?

Certas assinaturas, anotações, *ex-libris*, encadernações brasonadas, são elementos que aumentam o encanto de um livro, indicando-nos a sua origem. Os livreiros sabem muito bem quanto esses detalhes têm *appeal* (no caso de livros que pertenceram a mulheres famosas têm até *sex appeal*) e nunca se esquecem de indicar a procedência desses exemplares. Há um certo exagero até da parte de alguns antiquários, sobretudo americanos. Para qualquer exemplar indicam um *pedigree*, sem a menor importância às vezes. É frequente ver em catálogos indicações como esta, por exemplo: “The Brown-Dupont-Silva’s copy”. Ninguém duvida que o exemplar passou sucessivamente pelas bibliotecas desses ilustres desconhecidos. Só um bibliófilo ingênuo daria valor a tanta procedência sem importância. Títulos não causam admiração nem a um esnobe.

Não é somente a procedência que torna um livro desejado. Muitas vezes ele apresenta certas características que o valorizam. Os ingleses usam uma expressão para designar esses livros: “association copy”. A “associação” varia muito e pode, às vezes, ser tão sutil que só tem real valor para quem o quer vender. Não resta dúvida que um exemplar de uma obra, com a assinatura da mulher do autor, a de um seu amigo conhecido, ou de alguém que escreveu sobre ele é uma “associação” interessante. Não deixa de ter seu encanto um livro de História que pertenceu a um historiador célebre. Mas há muito exagero em querer ligar fatos simplesmente baseados em características desse gênero.

Todas essas sutilezas de bibliofilia mostram a que requintes podem chegar os colecionadores. Se muitas não passam de esnobismos, outras são qualidades que ninguém pode negar.

Por isso é preciso tomar cuidado antes de alterar qualquer detalhe num exemplar. Simples marcações de localização, feitas muitas vezes a lápis, podem indicar a proveniência de um livro.

Um exemplo que me vem à memória é o dos livros da biblioteca de Eduardo Prado. Quase todos trazem marcadas a lápis, numa das folhas de guarda, duas localizações. Uma delas, riscada, era a localização que o livro tinha na fazenda do Brejão. Quando a biblioteca foi mudada para a Rua Visconde do Rio Branco, riscou-se a antiga e fez-se a nova. Essa marcação é um elemento seguro para se identificar um exemplar que pertenceu a essa célebre biblioteca, muito mais seguro que o *ex-libris* que não figura em todos os exemplares e raramente nos folhetos, sem encadernação na época.

Há pessoas que trocam o *ex-libris* dos livros. Porém, se o *ex-libris* é de uma coleção famosa, não se enganam os peritos. Se a coleção foi vendida e existe um catálogo da venda, o que prova a proveniência é o catálogo e não o *ex-libris*. Muitas vezes é fácil verificar que o *ex-libris* foi mudado. Os entendidos sabem que livros ou que gênero de livros continha a biblioteca. Além disso, é preciso não se esquecer que todos os livros de bibliófilo têm um “jeitão” comum. Assim como os cachorros velhos se parecem com o dono, os livros de um colecionador têm um ar de família. O fato explica-se muito simplesmente. Além da especialização ou da predileção por certo gênero de obras, certo tipo de encadernação, certa perfeição dos exemplares, ou ainda a maneira de marcar um trecho do texto, toda uma série de pequenos fatos serve de indício para um Sherlock Holmes identificar um livro como pertencendo a uma determinada biblioteca. Não falo dos bibliófilos que adotavam um só tipo de encadernação ou confiavam todos os seus livros a um único encadernador. Não há nenhum mérito em identificar um livro da biblioteca de Alfredo Pujol. Quase todos os seus livros, até os mais banais, foram encadernados *en demi veau naturel*, por Kieffer, no seu estilo inconfundível meio *art nouveau* e de muito mau gosto. Mas há exceções para confirmar a regra.

Alguns dos livros de Pujol foram encadernados em marroquim, em estilos clássicos.

Dizia eu que há muita gente que muda *ex-libris* de livros. Não é crime não, mas não deixa de ser divertida essa maneira de se enganar a si próprio. Há, também, mulheres elegantes e ricas que usam joias falsas.

Muito mais comum que trocar *ex-libris* é mudar páginas imperfeitas por outras em melhor estado, de outro exemplar. Os ingleses dizem que um livro que sofreu essa operação foi *doctored*. Um exemplar “medicado” é sempre menos valioso, embora a operação tenha sido feita por perito-cirurgião.

Em livros brasileiros, todas as práticas de restauração são toleradas com mais benevolência. Os estragos feitos pelos bichos e pela umidade são de tal monta no Brasil que um exemplar lavado ou refeito, com folhas de diversos outros, é perfeitamente aceitável. Usa-se muito no Brasil, “pour réparer des ans l’irréparable outrage”, lavar as folhas amarelecidas de um exemplar. A grande maçada é que qualquer pessoa se mete a lavar livros. Ora, lavar livros é uma operação extremamente delicada e demanda técnica especial. Lavar não consiste somente em desmanchar a brochura, meter as folhas dentro do banheiro ou do bidê cheio de água misturada com cloro, retirar quando o papel branqueou, secar bem e reencadernar o livro. A precaução não consiste somente em mudar a água com o preparado pela água pura de um segundo banho, nem tomar cuidado para que as folhas não escapem pelo esgoto afora. Lavar livros dessa maneira é desastroso, porque enfraquece irremediavelmente o papel.

O papel antigo era feito de trapos de linho reduzidos a pasta por meio de pilões, batendo-os em tinas com água. Essa pasta era retirada das tinas por meio de uma forma, uma verdadeira peneira

(o tear), e comprimida pela frasqueta para retirar a água. As folhas eram então empilhadas entre feltros e depois postas a secar em varais. Depois de bem secas, eram mergulhadas num banho de cola e postas a secar novamente. A cola tinha a função de dar coesão às fibras e resistência à folha. Se essa última operação fosse omitida, o papel absorveria a tinta aos borrões e não teria resistência. Não teria “sonoridade”, ficaria mole como um pedaço de pano.

Ora, lavando-se a folha de um livro, a cola dilui-se na água, o cloro ataca as fibras, o papel torna-se mais frágil. Papel sem cola é mata-borrão. A folha lavada passa a absorver a umidade do ar com muito mais facilidade. Vai, portanto, manchar-se de marrom dentro de pouco tempo e não resistirá mais ao manejo normal, ao folhear frequente.

Quando se é obrigado a lavar as folhas de um livro para branqueá-las, é preciso dar em seguida um banho de cola para restabelecer tanto quanto possível a integridade do papel. Tanto quanto possível digo, porque o cloro, o permanganato, o metabissulfito ou todo e qualquer preparado que tem a propriedade de branquear o papel ataca e pode até destruir as fibras. Por mais banhos de água limpa que se deem em seguida, não se pode evitar que o papel fique afetado. A operação, sendo feita com todo o cuidado, pode reduzir os danos a um mínimo e o livro pode durar muitos anos ainda, mas o banho de cola final é indispensável. Lavar sem “reencolar” é apressar a destruição de um livro. Um exemplar lavado e reencolado, embora o serviço tenha sido feito por um especialista, conhecedor de todos os segredos da profissão, é um exemplar desvalorizado. Banho não é recomendado para livros e gravuras, mas para os bibliófilos.

Outra prática corrente no Brasil é restaurar livros, cobrindo os furos com papel transparente. Alguns restauradores chegam até

a colar na página inteira uma folha de papel de seda. Não pode haver prática mais desastrosa, mais bárbara e mais destruidora. Lembra a história do diabo que tanto quis endireitar o olho do filho que acabou furando-o. É pior a emenda que o soneto.

Que fazer com um exemplar bichado? Não comprá-lo, simplesmente, responderia um bibliófilo exigente. Mas, nem sempre é possível encontrar exemplares perfeitos. Exemplares sem furos em livros brasileiros antigos são excepcionais. Não comprar exemplares bichados é privar-se de possuir muito livro raro.

Na minha opinião, é preferível não restaurá-lo, deixá-lo tal como está, a entregá-lo a um desses restauradores tapa-buracos. Um ou outro furo de traça é tolerável em certas obras. Mas, se o exemplar está, como é comum no Brasil, verdadeiramente rendado de furos, então não é digno de um bibliófilo, nada vale para um colecionador. O livreiro que o venda barato a quem o quer ler e estudar, é um *exemplaire de travail*. Fará a felicidade de um erudito, em vez de se tornar o desespero de um bibliófilo.

Há, entretanto, casos onde a raridade e o valor da obra justificam a despesa de uma restauração por especialista. Os bons restauradores de livros são tão raros quanto os bons restauradores de quadros antigos. Cobram caro seus serviços. É explicável, pois nada demanda mais paciência, tempo e habilidade. Esses restauradores conhecem as diferentes qualidades de papel e sabem bem qual é o melhor preparado para cada tipo de papel no estado em que se encontra. Conhecem todas as colas que se podem empregar, sabem refazer à pena as letras comidas, possuem uma infinidade de truques e técnicas, resultado de anos de trabalho.

Geralmente, esses especialistas procedem da seguinte maneira: começam desmanchando a encadernação sem inutilizá-la, lavam todas as folhas, mas, antes de dar o banho de cola, tapam

com uma pasta de papel, feita com alguma folha em branco do próprio livro, todos os furos de bicho. Se alguma folha está rasgada, consertam-na, colando as beiradas e imprensando os bordos entre dois papéis de seda muito finos, que são retirados no final da operação. Esses restauradores sabem dar o banho de cola e sabem colorir levemente o papel, de maneira que pareça antigo, sem ficar com essa cor esbranquiçada, característica do livro mal lavado.

Como se vê, é trabalho delicado, demanda perícia e raros são os que o fazem bem. Não havendo quem o faça, não valendo o livro o custo de uma restauração, não convém tocá-lo. É preferível conservá-lo. Conservá-lo como está a entregá-lo a um pseudorestaurador tapa-buraco com papel-manteiga. É preferível esperar que apareça um exemplar em bom estado.

A mesma coisa dá-se com encadernações antigas. Só devem ser restauradas por especialistas que conhecem o *métier*, que possuam pedaços de couro antigos, provenientes de encadernações sem valor, que tenham papéis antigos para guardas, ferros de dourar com motivos da época e saibam como envelhecer uma douração nova.

Restaurar uma encadernação antiga fica, às vezes, mais caro que fazer uma nova. Vale quase sempre a pena, pois não altera a integridade do livro e não se perdem essas anotações, essas pequenas particularidades que têm tanto valor, como procurei mostrar.

🏹 BICHO, MOFO E 🏹 OUTRAS CALAMIDADES

“O CLIMA BRASILEIRO É, EM GERAL, NEFASTO AOS LIVROS. NA MAIOR PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL O AR É ÚMIDO E QUENTE. NÃO HÁ AMBIENTE MELHOR PARA A PROLIFERAÇÃO DE INSETOS, QUE ATACAM OS LIVROS, E PARA A FORMAÇÃO DO MOFO, QUE DANIFICA O PAPEL E A ENCADERNAÇÃO. NADA PIOR PARA OS LIVROS. INFELIZMENTE, EM MUITO POUCAS PARTES DO BRASIL, O LIVRO ENVELHECE SEM MOLÉSTIAS. É, PORTANTO, INDISPENSÁVEL TOMAREM-SE MEDIDAS RADICAIS PARA COMBATER ESSAS CALAMIDADES.”

Os homens de ciência já estudaram todas as espécies de bichos de livros e receitaram métodos eficientes de combate a essas pragas. Os entendidos, por sua vez, indicam receitas caseiras. Uns, baseados em longa experiência, aconselham pincelar as páginas junto à lombada com ingredientes diversos. Há, até, quem use passar querosene nos livros! Com esse

tratamento bárbaro as folhas ficam oleosas como papel de pegar moscas e o cheiro do querosene, que devia afugentar o bicho, afugenta muito mais o bibliófilo.

Na minha opinião, todas essas drogas, toda essa medicina caseira, estão hoje superadas. É história antiga, como os remédios folclóricos de caboclo para curar uma dor no peito que responde na cacunda.

Hoje em dia, a melhor maneira de matar bicho de livros é usar DDT¹. Convém usar o pó, porque os fabricantes de preparados empregam, como veículo do remédio, líquidos que se evaporam deixando vestígios. Mancham os livros. A aplicação do pó é mais fácil, não tem perigo de manchar e pode ser removido facilmente quando se quiser. Onde convém usar o DDT líquido é nas estantes. Removem-se todos os livros das prateleiras e passa-se o preparado com um pulverizador. Se o preparado usado for de boa qualidade, o líquido evapora-se com facilidade, deixando nas estantes as partículas de DDT, que conservam suas qualidades inseticidas durante bastante tempo.

Mas, se a luta contra o bicho é problema resolvido, graças ao DDT, não é tão fácil lutar contra a segunda calamidade nacional: a umidade.

Como se sabe, o papel absorve facilmente a umidade ambiente. Forma-se, na sua superfície, um fungo marrom que mancha o papel. Em geral, os papéis antigos de linho são menos sujeitos ao fungo que os modernos. Explica-se: o papel feito de trapo leva um banho de cola para manter as fibras coesas e dar à folha uma “sonoridade” e um peso indispensáveis ao produto de boa qualidade. Essa cola protege as fibras e evita que a umidade penetre. Não quero dizer com isso que todo papel antigo, fabricado em fôrma, com trapo de linho, seja refratário ao fungo. Mas, como disse,

papel bem “encolado” é mais resistente à umidade. Infelizmente esses papéis são preferidos pelos bichos.

A fabricação de papel à máquina dispensa as velhas e boas receitas de cola. Usam-se, para manter as fibras, preparados químicos e ingredientes de toda sorte. O papel de madeira, então, é uma verdadeira calamidade! Certos papéis porosos, muito bonitos para quem não pensa no futuro, chamados *bouffants*, são fabricados sem cola alguma. São verdadeiros mata-borrões, absorvem umidade com grande facilidade e ficam “picados” de fungo em poucos anos.

No século XIX, quando se começou a imprimir livros em papel *bouffant*, certos bibliófilos mandavam tirar, quando se anunciava a publicação de uma obra que eles desejavam possuir, exemplares em papel especial. Era o que fazia Jules Janin. Mais tarde veio a moda de os próprios editores mandarem tirar exemplares em papel de boa qualidade de cada livro impresso. Outros bibliófilos compravam exemplares comuns, mas mandavam-nos “encolar” antes de encaderná-los. É pena que esse requinte de bibliófilo não seja mais possível hoje em dia. É pena que se tenha impresso, nestes últimos trinta anos, em papéis de madeira ou *bouffant* de má qualidade, tanta obra de valor. Dessas primeiras edições nada restará.

Os livros de Mário de Andrade e de quase todos os escritores da Semana de Arte Moderna foram impressos em papéis péssimos. Já, hoje em dia, essas primeiras edições, verdadeiros marcos da literatura brasileira, encontram-se todas manchadas de fungo e não durarão muitos anos mais.

Como se vê, proteger os livros contra a umidade é tão importante quanto protegê-los dos bichos.

Antigamente, os bibliófilos estavam divididos em dois campos: os partidários das estantes abertas e os partidários das estan-

tes fechadas. Os primeiros argumentavam que a ventilação evitava o mofo. Os segundos diziam que as estantes fechadas, nas quais se tinha tido o cuidado de colocar um pires com cal virgem para absorver a umidade, era o ideal. Discussão ociosa de porta de livraria. Não resta dúvida de que o pires com cal virgem era um meio excelente para lutar contra a umidade, numa época em que o homem, para lutar contra o calor, só tinha o leque.

Felizmente, há hoje outros meios mais eficazes. Existem, por toda parte, uns aparelhos chamados “condicionadores de ar”. Embora esses aparelhos não tenham sido fabricados para proteger livros de mofo e poeira, mas para o conforto do homem civilizado nos dias de calor, o fato é que são realmente indispensáveis à conservação de uma biblioteca. Seria ocioso descrever aqui esse aparelho ou explicar como filtra o ar, retira do ambiente grande parte da umidade e dá ao bibliófilo uma sensação de bem-estar nos dias de calor. O ar-condicionado é a solução moderna para a proteção dos livros.

Para o colecionador que vive num clima extremamente úmido, existe outro aparelho moderno, chamado “desumidificador”. Esses aparelhos não refrigeram o ambiente, mas retiram do ar toda a umidade. Para as pessoas que vivem com seus livros em climas úmidos, o desumidificador traz a solução ideal. Convém ter um higrômetro na sala onde estiver situada a biblioteca. Assim que o higrômetro indicar uma umidade superior a 60 ou 65%, liga-se o aparelho.

Não é suficiente proteger o papel contra mofo e bichos. É necessário proteger as encadernações também.

É sabido que o ar muito seco, sem uma certa porcentagem de umidade, danifica o couro. Ressecado, perde a elasticidade natural e, com o abrir e fechar, rompe-se a lombada junto aos espelhos. Isso

acontece com frequência nos países onde se é obrigado a aquecer as moradas no inverno. Na Europa e nos Estados Unidos, principalmente, onde as habitações são geralmente superaquecidas, é preciso tomar cuidados especiais com os livros encadernados em couro. É tão comum sofrerem esse acidente que os catálogos de livreiros antiquários usam uma série de expressões para descrever esses desastres nas lombadas dos livros: *joints tender, weak, broken* e às vezes até *gone*.

É, portanto, necessário proteger o couro da encadernação. O certo é controlar a umidade e a temperatura do ambiente onde se encontram os livros. Para livros a umidade ideal é 60 a 65% e a temperatura, 20 a 25°C. Esse ambiente não é somente agradável aos livros, mas também aos bibliófilos.

Mesmo conservados nessas temperaturas e porcentagens da umidade, convém proteger as encadernações com a aplicação de certos preparados, sobretudo as encadernações antigas. Existem muitas fórmulas empregadas com resultados excelentes. O British Museum e a Library of Congress, depois de muito estudo feito nos laboratórios oficiais, adotaram fórmulas cuja eficácia está amplamente comprovada. É preferível usar essas fórmulas a arriscar o emprego de uma gordura qualquer que possa manchar irremediavelmente o couro².

No Brasil muita gente usa simplesmente graxa de sapato. É um remédio primitivo e arriscado. Nem todo couro aceita uma simples graxa de sapato. Um couro nobre como o marroquim perde toda a sua beleza, quando não se mancha ou adquire um brilho desusado. Outro grande inconveniente da graxa de sapato é que encobre a douração, suja-a.

Muitos especialistas em conservação e restauração recomendam aplicar o preparado, mesmo nas encadernações novas, poucos

meses depois que chegaram do encadernador. Nos livros antigos o tratamento deve ser feito periodicamente.

Já que estamos falando nas calamidades que sofrem os livros, não quero esquecer-me de lembrar aos bibliófilos os danos que causa o sol. Luz em excesso desbota e resseca a encadernação e o papel. Nunca, em hipótese alguma, deve-se deixar o sol bater nas estantes. Quanto menos luz solar, melhor.

Não falo em poeira e outras sujidades que se acumulam fatalmente, tanto nas estantes, como nos próprios livros. Limpeza rigorosa é necessária numa biblioteca como em toda parte. Mas, cuidado com as donas de casa e, sobretudo, com empregados. Esses complementos úteis à felicidade de um bibliófilo têm, geralmente, uma maneira um tanto rude de limpar livros. Usam batê-los um contra o outro e depois, para completar a destruição, passam com energia um pano na cabeça do volume, arrancando a coifa. Já vi passar o aspirador com tanto vigor numa brochura, que uma das folhas sumiu pelo cano adentro.

É sempre mais garantido o próprio dono limpar, ele mesmo, sua biblioteca. É um divertimento, é uma ocasião que ele tem de folhear um livro que não pega há muito tempo, de verificar que um volume está precisando de um pequeno conserto ou que uma encadernação precisa de um novo polimento. Se o colecionador tem muitos livros, não é preciso limpá-los todos ao mesmo tempo e ficar com os braços doloridos. Basta limpar uma ou duas prateleiras de cada vez.

Use uma escova para tirar o pó e uma camurça em seguida. Caso encontre um bicho, retire e isole imediatamente o volume, desinfete todos os que estão perto, desinfete a prateleira, desinfete tudo com abundância de DDT. Só coloque o doente no lugar depois de alguns meses e fique vigiando toda a estante em perigo.

Quem trata de seus próprios livros não teme bicho, mofo e outras calamidades. Além disso, é um excelente exercício para bibliófilos, gente sedentária e avessa a esportes.

É possível que alguém julgue meus conselhos inexequíveis, devido ao custo dos aparelhos e preparados que preconizo. Há muita gente sovina entre bibliófilos. Essa gente prefere ver sua biblioteca desvalorizar-se aos poucos a gastar com sua manutenção. Há, também, pessoas indiferentes ou negligentes, que não tratam de seus livros com os devidos cuidados. Esses bibliófilos verão seus livros envelhecerem rapidamente. Livros exigem bom trato e carinho, como as mulheres.

NOTAS

1. A partir da década de 1970 começaram a surgir dúvidas sobre a conveniência do uso do DDT. Relato sobre danos à fauna e riscos para a saúde humana, além da ação poluidora de oceanos e mananciais, acabaram por levar muitos governos, inclusive o do Brasil, a proibir o uso desse inseticida. De há muito se estava observando, além do mais, que os insetos desenvolviam resistência ao DDT e que seus efeitos já não eram os mesmos. Atualmente, no caso de infestação de livros e outros documentos por insetos, recomendam-se técnicas de fumigação com produtos especiais, que somente devem ser manipulados por profissionais ou empresas devidamente capacitados. De qualquer modo, o melhor mesmo é adotar medidas de prevenção. Valem as palavras, que transcrevemos a seguir, de Rizio Bruno Sant’Ana, da Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, de cuja seção de obras raras foi chefe e que é especialista na matéria: “Infelizmente, não existem fórmulas mágicas, a não ser uma velha máxima de minha avó: precaução e água-benta! A gente pode trocar a água-benta por uma boa limpeza, tanto nos livros como nas estantes; a precaução pode ser traduzida pela utilização de ar-condicionado, desumidificadores e controle de iluminação. Ou seja, nenhum produto químico deve ser colocado nos livros, uma vez que eles são tóxicos para o homem e podem manchar o livro quando em contato com a umidade do ar. O melhor é, portanto, prevenir a aparição de insetos, fungos e outros bichos com a limpeza cotidiana do ambiente e periódica dos livros

(de um a seis meses, dependendo das condições ambientais – o uso do ar-condicionado com o filtro, por exemplo, diminui a existência de poeira). É importante também o controle da iluminação, da temperatura e da umidade relativa do ar, pois uma pequena mas constante variação destes fatores é mais prejudicial aos livros do que um ataque de cupins, que são facilmente visíveis e estancáveis (principalmente se os livros são vistoriados constantemente), enquanto a deterioração do papel é invisível mas praticamente impossível de ser barrada” [Comunicação pessoal ao editor [Briquet de Lemos], em 30.05.1998].

A partir da década de 1970 intensificaram-se em vários países, as pesquisas sobre a preservação e restauração de documentos de papel. Os resultados dessas pesquisas têm contribuído para que se coloquem de lado práticas anteriormente recomendadas, como é o caso da aplicação de preparados que protegeriam a encadernação de couro. O Preservation Directorate da Library of Congress considera que os benefícios desses preparados são apenas aparentes e que seu uso pode até ser prejudicial às encadernações, podendo ressecar o couro e torná-lo rígido e manchado. Se o preparado for aplicado em excesso, o couro fica pegajoso e a poeira a ele aderirá mais facilmente. Existe ainda o risco de o preparado atravessar a encadernação e manchar o texto. A Library of Congress recomenda que se adotem medidas preventivas. Recomendamos que se consulte o site da Library of Congress sobre preservação na internet: <http://leweb.loc.gov/preserv> (Briquet de Lemos).

2. Monsenhor Nabuco, num livro admiravelmente bem feito e que todo bibliófilo brasileiro precisa ler, aconselha, para proteger e conservar os couros, uma receita usada pelo British Museum à base de lanolina. Não há a menor dúvida, que é excelente (Monsenhor Joaquim Nabuco, *Em Defesa do Livro*, Rio de Janeiro, Antunes, 1959). Eis a fórmula copiada do livro citado:

Lanolina anidra (gordura de carneiro)... 196g

Cera de abelha... 14g

Óleo de cedro... 28g

Hexane (éter de petróleo refinado)... 308g

As fórmulas usadas pela Library of Congress são muito parecidas com a do British Museum. A base é lanolina que, de acordo com estudos feitos, é a melhor gordura para proteger e amaciar o couro sem manchá-lo.

PRIMEIRAS EDIÇÕES

“TODA GENTE SABE QUE A PRIMEIRA EDIÇÃO DE UM LIVRO É MAIS VALIOSA QUE AS OUTRAS. É QUASE SEMPRE A REGRA PARA AS OBRAS LITERÁRIAS.”

Mas, por que, dirá o leitor, preferir uma primeira edição? Muitas vezes a primeira edição de uma obra célebre é mal impressa, em papel barato, é um livro francamente feio. Não raro existem edições posteriores mais bem apresentadas. Por que a primeira edição de um livro vale quase sempre mais que as outras?

A grande maioria das vezes é simplesmente uma questão sentimental, como diz um bibliógrafo inglês. O bibliófilo quer possuir o texto do autor de que ele gosta tal qual veio à luz pela primeira vez, tal qual o autor o manejou ainda com a tinta fresca.

Nem sempre a primeira edição de uma obra literária tem somente um valor sentimental. Muitas vezes a comparação dos textos das diversas edições, feitas em vida do autor, revelam correções. É um meio de se estudar como seu estilo evoluiu, como uma ideia

se cristalizou e a forma que tomou. O que seria das edições críticas dos grandes escritores sem comparação das primeiras edições?

O romance clássico de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, teve muitas edições. A primeira compõe-se de dois volumezinhos banalmente impressos na tipografia de Maximiano Gomes Ribeiro, no Rio, em 1854. Contém o texto revisto pelo autor, enquanto que as outras foram publicadas depois de sua morte trágica num naufrágio. Todas as edições posteriores contêm erros, ou melhor, não estão conforme o texto que o autor aprovou. Não é, portanto, só por uma questão sentimental que essa primeira edição é preciosa. Não é somente porque existem apenas alguns exemplares no mundo que ela é procurada pelos bibliófilos.

Caso semelhante dá-se entre a primeira e a segunda edição do mais romântico de nossos romances: *Inocência*, de Taunay. A primeira, publicada sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte, apareceu num volumezinho impresso, em papel bem ruinzinho, pela Imprensa Nacional, em 1872. É sabido que o livro teve grande sucesso, apesar de muitos defeitos de estilo. Taunay, consciente desses defeitos, pediu a Heráclito Graça que revisse o texto antes de publicá-lo novamente. Já a segunda edição apareceu muito mais bem impressa por Leuzinger, num elegante volume datado de 1884 e com texto revisto.

Exemplos como esse são inúmeros e não quero insistir.

É preciso confessar também que muitas vezes os colecionadores pagam altos preços por primeiras edições, simplesmente porque são raras e pouca gente as possui. Os bibliófilos são humanos e gostam de possuir o que os outros não têm. São como as mulheres que desejam um *manteau de vison* e não qualquer agasalho mais quentinho.

“Não é, portanto, só por uma questão sentimental que essa primeira edição é preciosa. Contém o texto revisto pelo autor”.



Página de rosto. Manuel Antonio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, Rio de Janeiro, Typographia de Maximiano Gomes Ribeiro, 2t. em 1 (t.1: 142 p.; t.2: 159 p. (16,3 × 11,5)).

O que vem a ser ao certo uma primeira edição? Como distinguir uma primeira edição das demais? Vamos tentar explicar essas diferenças sem entrar em muitos detalhes e simplificando um pouco para evitar falar em assuntos de técnica tipográfica.

Quando um manuscrito é enviado à tipografia, a primeira operação que sofre é ser copiado em letras tipográficas. Depois de estar composto, isto é, copiado e paginado, é impresso. O editor determina quantos exemplares quer. Todos os exemplares, impressos pela primeira vez, compõem o que se chama a primeira edição. Acontece frequentemente que o editor encomenda somente, digamos, quinhentos exemplares do livro, mas, ou porque acredita que, uma vez vendidos os primeiros, a obra terá ainda procura ou, por outra razão, ele pede à tipografia que não desmanche a composição, que a guarde até ele precisar de mais. Posteriormente ele encomenda uma nova quantidade. A tipografia que guardou a composição imprime de novo o livro. Imprime com a composição guardada. Essa nova fabricação é chamada *tiragem*. Não há, portanto, nenhuma diferença entre a primeira e a segunda tiragem, senão uma diferença cronológica. Mas, se forem feitas muitas tiragens, os tipos sofrem um desgaste, devido à pressão do prelo. Portanto, os exemplares da primeira tiragem são mais nítidos. Daí os bibliófilos preferirem sempre os exemplares das primeiras tiragens.

Acontece frequentemente que, entregue a primeira tiragem ao autor, ele descobre um engano numa palavra ou numa frase. Pede que se faça a correção na composição. Feita a correção, a segunda tiragem sai diferente da primeira. A diferença é mínima muitas vezes, mas tem sua importância para o autor. É um elemento que se tem para diferenciar uma tiragem da outra.

Acontece, também, que no meio da impressão descobre-se um erro grave. Para-se o prelo, faz-se a correção e continua-se sem se

dar ao trabalho de inutilizar as folhas já impressas. Saem, portanto, dois tipos de exemplares: os primeiros com o engano, os segundos corrigidos. Ambos são da mesma edição e da mesma tiragem. Mas há dois *estados* dessa tiragem.

Um exemplo vem-me à memória: em 1940, o Ministério da Educação resolveu mandar traduzir e publicar a famosa obra de Barléus sobre os feitos de Maurício de Nassau no Brasil. A impressão foi luxuosamente feita. O ministro Capanema interessou-se muito por essa publicação. Indo Mário de Andrade visitá-lo, um dia, foram juntos ver em que pé estava a impressão. Verificaram que estava praticamente terminada, os operários estavam tirando a última folha onde figurava o colofão que dizia: *Desta obra, composta e impressa nas Oficinas do Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, tiraram-se 530 exemplares, dos quais 500 exemplares em papel Vergé alemão e 30 exemplares, especiais, em papel Ingress, fora do comércio.*

Mário de Andrade notou logo um erro de ortografia. Ingres tinha sido impresso com dois *s*! E agora? Inutilizar todas as folhas já impressas e recomeçar o serviço importaria em prejuízo considerável. O impressor propôs cortar com um formão a cabeça da letra *s* colocada a mais e continuar a tiragem. A proposta foi aceita.

Por isso existem dessa edição, famosa na época, dois estados: o primeiro, com a palavra Ingres impressa erradamente e o segundo, com o engano corrigido. Mas como não se refez a composição da linha para acertar os espaços entre as palavras, o lugar onde estava o *s* suprimido ficou visível em todos os exemplares do segundo estado.

Outro exemplo: em 1902, a Livraria Garnier resolveu publicar uma segunda edição das *Poesias Completas* de Machado de Assis. Nessa época, quase todos os livros dessa editora eram

impressos na França e, apesar do cuidado com que era feita a revisão, escapavam erros. Mas nenhum tão grave quanto o que apareceu nesse livro. No prefácio (página VI), Machado escreveu “... cegara o juízo...”. O tipógrafo francês trocou o *e* por um *a*! Imagine-se a cara que deve ter feito o pudibundo autor vendo esse erro borrando sua obra! O pior é que só percebeu o engano quando já estavam vendidos alguns exemplares. No meio da consternação geral, Eduardo Lemos, empregado da livraria, propôs raspar com todo o cuidado a fatídica letra *a* e escrever no lugarzinho a letra *e* a nanquim. Assim foi feito para sossego de todos. Mais tarde, Garnier mandou reimprimir a folha contendo o fatal engano e substituí-la em todos os exemplares¹.

Existem, portanto, três estados dessa edição das *Poesias Completas* de Machado de Assis. O primeiro com a “palavra feia”, o segundo com a correção feita à mão e o terceiro sem “palavra feia”. Inútil dizer que os exemplares mais raros e procurados são os que trazem a palavra muito feia.

Resumindo: a primeira edição de um livro é composta de todos os exemplares produzidos pela primeira composição. De uma primeira edição, pode haver exemplares de diversas tiragens e estados. Desmanchada a primeira composição, se o editor quiser reimprimir a obra, será necessário fazer-se nova composição do texto. Cada composição produz uma nova edição e, possivelmente, diversas tiragens com diversos estados.

Edição, tiragem e estado² são as três grandes diferenciações que se costumam fazer.

Com a introdução da composição à máquina e a impressão mecânica, a tipografia sofreu uma verdadeira revolução. Hoje em dia, praticamente, não se compõe mais à mão, não se imprime mais diretamente sobre a composição. Esta serve somente para se fazer um

molde, que é levado ao prelo. Os métodos de produzir esse molde são vários e estão sendo constantemente aperfeiçoados pela necessidade de se produzirem edições cada vez maiores e mais baratas.

Muitos desses métodos foram inventados em fins do século XVIII, mas só se tornaram usados em conjunto com a máquina de compor, inventada em 1886.

Esse progresso, verdadeira industrialização, complicou a velha diferença entre edição, tiragem e estado. Quase todo livro moderno só é composto uma única vez para se fazer o molde e, desse molde, tiram-se quantos exemplares se quer e quando se quer.

Muitos editores franceses (e de outras nacionalidades que seguem as práticas francesas de edição) não usam mais o termo “edição”, mas “milheiro”, primeiro milheiro, segundo milheiro... décimo quinto milheiro. O bibliófilo supõe que o primeiro milheiro equivale à primeira tiragem da primeira edição. Com o sistema de indicar somente a ordem das edições (1ª. ed., 2ª. ed., 15ª. ed.), o bibliófilo não sabe quantos exemplares foram impressos de cada edição. Uma primeira edição pode ser de duzentos a vinte mil exemplares. Há e houve autores de sucesso, cujas primeiras edições em primeira tiragem foram de milhares de exemplares. Zola, Daudet e outros autores de sucesso tiveram certos livros impressos logo da primeira vez a cem mil exemplares. Mesmo no Brasil, há hoje autores, cujas obras são tiradas em primeira edição a dez mil exemplares e até mais.

Como verificar se um livro é da primeira edição?

Na França e nos países que seguem a tradição francesa de editar, um exemplar é da primeira edição (como disse um bibliógrafo francês) “quando na página de rosto não há indicação contrária”. Quer dizer que, se na página de rosto não vem impresso “segunda... terceira... ou x edição”, o exemplar é da primeira. Essa regra, para

livros franceses modernos, é muito geral e tem muitas exceções, mas, como quase sempre, a data vem indicada ao pé da página de rosto, é um elemento mais ou menos seguro para a identificação. Para se saber se é da primeira tiragem ou não só comparando diversos exemplares.

O nome do editor, que figura quase sempre na página de rosto, é outro elemento essencial para a identificação. Com esses elementos, o bibliófilo procura numa bibliografia quando a obra foi impressa pela primeira vez e quem a editou ou imprimiu.

Nem sempre o problema pode ser resolvido tão facilmente. Muitos editores não usam indicar o ano em que a edição foi impressa. Outros a indicam de uma maneira pouco clara.

Todo brasileiro conhece as edições de B. L. Garnier, editor do Rio de Janeiro, que publicou grande parte da literatura brasileira de fins do século XIX e princípios deste [XX]. Garnier quase nunca datava suas edições. Mas, como quase todos os seus livros eram impressos na França, o tipógrafo francês datava-os. Não na página de rosto, mas bem no fim do texto, como uma assinatura da tipografia. Exemplo: “Paris – Typographia Garnier Irmãos 72.4.95”. O primeiro número é o número de ordem, usado pela tipografia para distinguir as diferentes composições. O segundo (4) refere-se ao mês de abril. O terceiro (95), ao ano de 1895. Esse livro foi, portanto, impresso (ou terminado) em abril de 1895. Não resta dúvida que descobrir a data de uma edição sem data, saber se é uma primeira edição ou não, nem sempre é fácil sem o auxílio de obras de referência.

Hoje em dia, nos países de tradição francesa, como o Brasil, a data ao pé da página de rosto ou num colofão no fim do livro, é praxe de todo editor que se preza. A indicação da ordem numérica de edição (salvo a primeira) é outro bom costume, geralmente seguido.

Já nos países anglo-saxões, os usos e costumes dos editores são diferentes. Tenho aqui em cima da mesa um livro inglês, que todo bibliófilo precisa ler: *An Introduction to Bibliography for Literary Students*, de Ronald B. McKerrow, Oxford At the Clarendon Press. É isso e somente isso que está escrito na página de rosto. Como saber se este exemplar é da primeira edição? Basta ler o que está escrito no verso da folha de ante-rosto: “First published 1927. Second impression with corrections 1928. Reprinted lithographically in 1948, 1949, 1951 from sheets of the second impression”. Não se poderia ser mais claro: este livro foi publicado pela primeira vez em 1927, em 1928 saiu uma segunda tiragem com correções. A composição foi litografada e reimpressa em 1948, 1949 e 1951.

Nem todos os editores ingleses e americanos são tão explícitos. Muitos usam somente indicar no verso da folha de rosto ou ante-rosto: “First published 1930, new revised edition 1949, further revised edition 1954”. Ou então: “First printing November 1955”. Outros só indicam a data do *copyright*.

Como se vê, não existe maneira estandardizada e universal de fabricar livros. As tradições nacionais são muito fortes e, apesar de todos os esforços de organizações internacionais, não se consegue uma uniformização. De maneira que os bibliófilos não têm outro recurso, na maioria das vezes, senão consultar uma bibliografia. O número de obras desse gênero é incalculável. Todo país que se respeita publica uma ou mais bibliografias, onde é registrada sua produção. Pode-se dizer que não há livro que não tenha sido descrito em algum repertório. Se é raro, então não falta bibliografia que o descreva até com minúcias.

Infelizmente, o Brasil é pobre em bibliografias. País novo, onde o prelo só foi introduzido definitivamente em 1808, país

subdesenvolvido, onde a indústria editorial só progrediu muito tarde, onde as bibliotecas ainda são escassas, não houve ainda tempo para se formar essa classe de homens pacientes e altruístas, que são os bibliógrafos.

De maneira que o colecionador de livros brasileiros tem que se contentar quase sempre com o auxílio do instrumento nacional e individualista por excelência: o olhómetro. É a olho que ele compra uma edição que parece a primeira e única. Muitas vezes é considerada como tal, até se encontrar outra que prove o contrário.

Na falta de bibliografias bem feitas, o colecionador serve-se de biografias do autor, de histórias da literatura, de qualquer fonte que lhe possa indicar a data em que o livro foi publicado.

A primeira coisa a fazer, quando se pretende colecionar obras de um autor ou obras referentes a um assunto, é adquirir as obras de referência essenciais. Com essas obras como guia é que se pode formar uma coleção. Sem elas, faz-se muita tolice e compra-se ingenuamente muito gato por lebre. O dinheiro gasto em boas obras de referência redundará em economia.

Para se formar uma boa coleção é preciso conhecimento do assunto. Esse conhecimento é adquirido em livros. Digo bem em livros e não *num* livro. Não existe bibliografia completa e infalível. Todas contêm omissões e enganos. Daí a necessidade de adquirir as melhores e usá-las conjuntamente.

Um colecionador sem bibliografias é um operário sem ferramentas. Dificilmente poderá formar uma boa coleção.

NOTAS

1. Quem conta e documenta o caso é J. Galante de Sousa na sua *Bibliografia de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, INL, 1955, p. 103.
2. Há quem prefira usar o termo “variante” em vez de “estado”.

🏹 BIBLIOGRAFIAS 🏹

“DISSEMOS E REPETIMOS QUE NÃO SE PODE COLECIONAR LIVROS, FORMAR UMA BIBLIOTECA, SEM CONSULTAR BIBLIOGRAFIAS. LENDO E CONSULTANDO, FREQUENTEMENTE, ESSAS OBRAS É QUE SE APRENDE QUAIS SÃO OS LIVROS QUE EXISTEM SOBRE UM ASSUNTO, QUAIS AS OBRAS PUBLICADAS POR UM AUTOR, QUAIS AS EDIÇÕES QUE FORAM IMPRESSAS, QUAIS SÃO AS RARAS E DESEJÁVEIS, ENFIM, TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS.”

Existem milhares de bibliografias sobre os mais variados assuntos. Publicam-se novas todos os anos, em todos os países. Mas como, então, escolher nesse mundo de livros aquele que nos convém?

Felizmente existem livros que indicam para cada assunto das bibliografias que existem. Essas obras conhecidas sob o título de *guia de referência*, *bibliografia das bibliografias*, *guia do bibliotecário*, ou semelhantes, sugerindo o mesmo conteúdo, são livros que

toda biblioteca possui, pois são indispensáveis ao trabalho diário dos funcionários. De maneira que o colecionador só tem o trabalho de ir a uma biblioteca pública e consultar uma dessas obras. Convém, se possível, examinar as próprias obras indicadas nos guias. Deve-se verificar bem, antes de fazer a compra, se os livros indicados são obras de consulta frequente de que o bibliófilo vai precisar constantemente, tais as informações que eles contêm, ou se são apenas obras que terá de consultar de vez em quando. Se estiver no primeiro caso, compre-o sem hesitação. Será seu guia, sua Bíblia. Mas, se não contiver todas as informações que deseja, se lhe parecer insuficiente para seu propósito, não o compre. Consulte-o na biblioteca pública quando precisar.

Quando estiver folheando uma bibliografia, não se esqueça nunca de ler o prefácio. É no prefácio que o autor explica como e por que redigiu sua obra. Não é possível julgar-se uma obra sem ler o prefácio. É incrível o número de pessoas que não leem os prefácios e depois criticam a obra por não tratar desse ou daquele assunto, quando o autor explicou nas primeiras páginas por que não o fez. É lendo o prefácio que se pode julgar se a obra nos convém.

É preciso, também, ter bem em mente que a bibliografia ideal não existe. Nenhuma é completa e sem erros. Nenhuma foi redigida com perfeição, nenhuma está isenta de lamentáveis erros de impressão. Os bibliotecários especializados em referência, os livreiros e os bibliófilos experientes bem o sabem e, quando desejam informações completas sobre um livro, consultam mais de uma bibliografia. É preciso, portanto, resignar-se a adquirir mais de uma obra logo de início. As outras, as secundárias, ou ficam para mais tarde ou estão à sua disposição na biblioteca pública.

Não posso, infelizmente, num livrinho como este orientar melhor a escolha. Cada bibliófilo necessita de um tipo de bibliogra-

fia, conforme o assunto ou o autor que coleciona. O colecionador de livros sobre a América, ou de edições francesas antigas, ou de livros sobre tabaco, ou ainda de livros sobre o Brasil, cada um deles necessita de obras de consulta diferentes. Não é possível aqui aconselhar a melhor escolha para cada caso. Seria preciso redigir uma bibliografia das bibliografias e duplicar o trabalho de Besterman¹. O próprio bibliófilo é que deve escolher a sua ferramenta, de acordo com o trabalho que pretende realizar.

A título de exemplo, vamos escolher o caso mais frequente entre nós, o colecionador de livros antigos sobre o Brasil. Quais são as bibliografias brasileiras mais aconselháveis? A mais conhecida e a mais utilizada de todas essas fontes é, sem dúvida, a *Bibliotheca Brasiliense*, de José Carlos Rodrigues. Não passa de um catálogo anotado de livros raros sobre o Brasil e de alguns autógrafos e manuscritos que lhe pertenciam. Não é nem sequer a descrição da totalidade da coleção do autor, mas somente das obras que possuía sobre o descobrimento da América e do Brasil colonial, publicadas entre 1492 e 1822.

É isso que indica o título da *Bibliotheca Brasiliense*. Mas o prefácio mostra que o autor modificou o plano à medida que a foi redigindo. Como diz: “Vi logo quão improficuas são estas restrições rigorosas. Por que excluiria, por exemplo, os trabalhos de Markham, Santarém e Varnhagen sobre Vespúcio ou por que enumeraria apenas a metade das obras de Cairu? Resolvi, pois, catalogar também os impressos depois de 1822 e que se referem a assuntos do Brasil colonial ou que são de autores que escreveram antes e depois daquela data”.

Pretendia o autor corrigir todos esses senões com a publicação de uma segunda parte, provida de um índice geral, onde apareceria o resto de sua coleção. Infelizmente não chegou a fazê-lo².

A *Bibliotheca Brasiliense* ficou sendo, portanto, uma obra truncada. É somente o catálogo de uma coleção particular. Não pode, pois, pretender — como, aliás, não pretende — o título de *bibliografia*, mas de *biblioteca*, como muito justamente a denominou seu autor.

A concepção que José Carlos Rodrigues tinha de uma Brasileira não era a mesma que temos hoje. Sofreu exageradamente a influência do meio e da época em que viveu. É evidente essa influência quando se analisa o conteúdo de sua coleção. Considerável é o número de volumes que nada têm que ver numa Brasileira. São obras de “Americana”, tal qual se procurava nos Estados Unidos em fins do século XIX. São livros como os colecionavam Lenox, Carter Brown, Maitland, o senador Murphy e outros bibliófilos americanos. A *Bibliotheca Brasiliense* é, na realidade, uma Biblioteca Americana ou, melhor ainda, uma Biblioteca Latino-Americana.

Rodrigues não poderia ter reunido essa esplêndida coleção, se não tivesse vivido tantos anos em Nova Iorque e não tivesse feito viagens à Europa. Não havia no Brasil, naquele tempo, o ambiente necessário para a formação do admirável bibliófilo que foi. Não era nos sebos do Rio, nem nas nossas bichadas bibliotecas de então, que poderia ter visto belos exemplares de livros raros e educado seu gosto. Esse gosto, inato nos verdadeiros bibliófilos, foi-se apurando no estrangeiro no convívio com os grandes livreiros, as grandes bibliotecas e outros bibliófilos.

José Carlos Rodrigues estava em contato com os livreiros — antiquários de seu tempo, com Quaritch — talvez o maior deles e que lhe vendeu as peças mais preciosas de sua coleção — com Stevens, Edwards, Chadenat — de gloriosa memória para os brasileiros com — Fr. Muller, Rosenthal, Hierseman, Vindel, Maggs etc.

Não foi somente nessas casas célebres que fez compras notáveis. Comprou também alguma coisa em Portugal, na “Frade”, talvez. No Rio, no velho Martins, com certeza, deve ter adquirido os folhetos da Imprensa Régia, catalogados por Vale Cabral, em 1881, e que se encontravam com relativa facilidade naquele tempo. Foi, sobretudo, na Inglaterra que adquiriu a melhor parte de sua coleção. Londres já era, como continua sendo, o grande centro mundial de livros raros e livreiros sérios.

Pouco importa. O fato é que conseguiu formar a melhor coleção de livros raros, jamais feita por um brasileiro. Daí o valor do seu catálogo como obra de referência. Mas, seria uma obra como muitas outras, se não a tivesse enriquecido com comentários. Para redigi-los, tinha, não só a cultura geral e histórica necessárias, mas o sentido seguro do valor de uma obra em relação a outras e a determinado assunto. Muitos desses comentários são perfeitos. Alguns, ao contrário, não passam de paráfrases do que já tinham dito HARRISSE, BRUNET ou LECLERC. Outros contêm enganos inevitáveis, outros, enfim, discutem problemas posteriormente esclarecidos, ou assuntos que não nos interessam mais.

A catalogação das obras da *Brasiliense* é, de um modo geral, excelente, muito superior a tudo quanto se publicava em Portugal e no Brasil, nessa época. Atinge o alto padrão das bibliografias francesas do tempo. Sofre, entretanto, da falta de critério seguro para a entrada de nomes próprios. É pena, também, que não tenha feito mais “chamadas”, sempre úteis. A grande maioria dos enganos nos títulos e na colação é, em grande parte, devida a erros tipográficos. A transcrição de títulos em alemão e em holandês chega, às vezes, a ser desastrosa. A má revisão talvez venha do fato de o livro ter sido composto em linotipo. A *Bibliotheca Brasiliense* é, aliás, o primeiro livro composto em linotipo no Brasil. Mas,

apesar de todos os seus defeitos inevitáveis, é a melhor bibliografia de brasiliana que se escreveu. Tornou-se, justamente, a Bíblia dos bibliófilos desta especialidade.

Já a mesma coisa não se pode dizer da *Biblioteca Exótico-brasileira*, segunda tentativa de catalogação brasiliana, cuja origem convém lembrar para se poder avaliá-la com critério.

Em 1913, Alfredo de Carvalho apresentou a Lauro Müller, então ministro das Relações Exteriores, uma petição, na qual pedia auxílio para a conclusão de uma *Biblioteca Exótico-brasileira*, que tinha em elaboração. O plano que havia traçado para a redação dessa bibliografia incluía: *a)* todas as obras de autores estrangeiros, referentes ao Brasil, inclusive as de autores portugueses, posteriores à Independência; *b)* todas as traduções das mesmas obras, quando feitas por brasileiros; *c)* todas as traduções de obras de autores brasileiros; *d)* todas as obras de autores brasileiros em língua estrangeira. Adiante, esclarece que entendia por obras “livros, folhetos, artigos de anuário, revistas e jornais importantes”.

Cada obra catalogada seria acompanhada da descrição bibliográfica completa, de comparação entre as diferentes edições, e notícias biográficas do autor. Cinco índices completariam o trabalho. Calculava que dariam três ou quatro volumes in-8.º, de quatrocentas ou quinhentas páginas cada um. O plano terminava com uma avaliação de 12 114 obras em vinte línguas diferentes a serem inventariadas. Não conta como chegara a uma avaliação tão exata. Subentende-se, enfim, que o período escolhido era o mais vasto possível: das origens à atualidade. Para realizar esse plano gigantesco, pedia auxílio para viajar pela Europa.

A Primeira Guerra Mundial, que estourou pouco depois da apresentação do requerimento, impediu o despacho. Em 1916 fa-

lecia Alfredo de Carvalho e tudo levava a crer que não mais se pensaria em realizar tão ambicioso projeto.

Entretanto, a feliz ideia do presidente do Estado de Pernambuco, Estácio Coimbra, de mandar reunir os escritos dispersos do historiador, trouxe à baila o plano da *Biblioteca Exótico-brasileira*. Eduardo Tavares foi encarregado de dar execução à tarefa. Alfredo de Carvalho tinha formado em vida uma boa biblioteca. Obrigado a vendê-la, ofereceu-a ao governo, que a recusou. Vendeu-a a um livreiro, que lhe imprimiu o catálogo com preços marcados. No Brasil corre uma lenda sobre o valor inestimável dessa biblioteca.

Uma leitura atenta do catálogo não me deu a impressão de conter tantas obras insubstituíveis. Era mais uma biblioteca de trabalho que uma coleção de livros raros. As obras de valor que continha (não poucas, é verdade) eram mais “difíceis de se achar” que propriamente raras naquela época e, na sua maioria, ainda aparecem hoje com frequência no mercado. Essa observação não justifica a recusa do governo pernambucano de não ter aproveitado a ocasião para enriquecer a modesta biblioteca de Recife. Os “entendidos”, que deram parecer contrário à compra, o fizeram alegando que as obras, “em sua maioria eram escriptas em holandez, allemão, inglez, latim e outros idiomas estrangeiros, e que seriam pouco ou nada consultadas na Bibliotheca Publica...” Sinal dos tempos...

Mas, além desse catálogo impresso, Alfredo de Carvalho tinha deixado fichas, não só dos livros que possuía, mas de uma infinidade de outros, de cuja existência tinha notícias. É com esse material que pretendia, pensamos, começar a redação de sua almejada bibliografia. Sabia que uma obra desse vulto não poderia ser levada a cabo com os recursos das bibliotecas brasileiras. Pedira auxílio

ao governo para realizá-la no estrangeiro. Teria conseguido? Tal como a projetou, não cremos. Mas teria, com certeza, alterado o plano primitivo, um tanto fantasista. Reduzi-lo-ia a proporções mais razoáveis, mais de acordo com as forças de um só homem. A frequência das grandes bibliotecas europeias, o convívio com profissionais e o manuseio constante das grandes bibliografias gerais, teriam certamente mostrado ao historiador o quanto seu projeto era fora de proporção. Tenho a impressão de que teria caído em si e seguido outro caminho mais certo. Infelizmente não pôde nem sequer começar seriamente o trabalho. O que deixou, além do catálogo de sua modesta coleção, eram fichas incompletas, simples notas, indicações vagas.

Desse emaranhado de apontamentos, Eduardo Tavares, com uma paciência de beneditino, quis tirar uma obra da vastidão projetada por Alfredo de Carvalho. Sua inexperiência, seu desconhecimento das fontes clássicas que o poderiam ter guiado, levaram-no a cometer a imprudência de seguir o plano nebuloso e por demais ambicioso do mestre e amigo. Não o quis alterar e o acabou fazendo. Com a fé dos leigos resolveu, sem dúvidas cruéis, realizar a obra irrealizável. O resultado foi precário. Os três volumes que conseguiu publicar, abrangendo as letras de A a M, mais servem para atrapalhar os bibliógrafos e os colecionadores inexperientes do que ajudar os pesquisadores. Em 1964, a Biblioteca Nacional publicou no volume 77 dos seus *Anais* a parte final da *Exótico-brasileira* (letras N a Z) e mais duas bibliografias de Alfredo de Carvalho: *Biblioteca Exótica Pernambucana* e *Biblioteca Geográfica Brasileira*.

Mas, nem tudo nessas obras é inutilizável, os comentários de Alfredo de Carvalho a grande número de livros são os melhores de sua obra de vulgarizador da história de Pernambuco. Perdidos

em colunas de jornais e revistas, aos esforços de Eduardo Tavares devemos a vantagem de poder consultá-los no seu devido lugar.

Outra tentativa de repertoriar, em parte, a bibliografia brasileira deve-se ao livreiro Garraux.

Garraux tinha livreria e papelaria em São Paulo. Foi, aliás, o introdutor do envelope na Pauliceia. Fez seu pé de meia e voltou à França para gozar o fruto de suas economias. Empregou suas horas vagas na redação de uma bibliografia que dedicou “*À la nation Brésilienne*”. Redigida com incontestável competência, a *Bibliographie Brésilienne* traz o subtítulo de *Catalogue des Ouvrages Français et Latins Rélatifs au Brésil (1500-1898)*.

A intenção do autor não era descrever somente obras raras, mas tudo quanto se tinha publicado sobre o Brasil, em francês e latim. Livreiro de profissão, serviu-se, como guia, de catálogos de livreria. Essa compilação de catálogos parece-me mais cuidadosa que as pesquisas que fez no acervo da Bibliothèque Nationale de Paris. Não colheu ali tudo quanto poderia ter colhido. Daí vem, talvez, a principal característica da obra de Garraux: muito completa para livros correntes do século XIX e muito deficiente para livros franceses e latinos dos séculos anteriores.

Outra obra que, sem ser uma bibliografia, tem prestado grandes serviços aos pesquisadores é o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, publicado em 1881. A ideia de reunir numa exposição as publicações de toda sorte, aparecidas em qualquer época, sobre História do Brasil, cabe ao barão Homem de Melo. O mérito da realização, ao barão de Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional, e a seus auxiliares.

A intenção de, por meio de uma exposição, dar um balanço do que havia no Brasil de livros, folhetos, mapas, manuscritos e gravuras de toda sorte, sobre História do Brasil, era uma ideia

louvável. Infelizmente, realizado às pressas, esse balanço não revelou senão uma parte mínima das coleções do país. As províncias quase nada mandaram. Poucos particulares concorreram, salvo S. M. o Imperador, o juntador de livros Ramos Paz, D. Ana R. de Carvalho, o barão Homem de Melo e alguns mais. As repartições do Império pouca coisa expuseram. A grande contribuidora foi a Biblioteca Nacional. A parte que lhe coube foi tão grande que o *Catálogo da Exposição* tornou-se, na realidade, um catálogo de documentos de História do Brasil da Biblioteca Nacional. Tanto mais que muitas das obras alheias expostas foram mais tarde incorporadas à Nacional, começando pela biblioteca particular do Imperador e os livros catados aqui e acolá, por Ramos Paz.

A redação do catálogo é muito deficiente. A classificação arbitrária das obras torna laboriosa a consulta desse enorme repertório. Os poucos comentários que contém nada adiantam. A catalogação propriamente dita, enfim, se é adequada para uma simples exposição, é insuficiente como obra de referência de livros raros.

Não se pode considerar, como disse, o *Catálogo da Exposição* como uma bibliografia ou um catálogo de brasiliana. É mais um catálogo de biblioteca, contendo muita brasiliana, como o *Catálogo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* e outros do mesmo gênero.

São essas obras que os brasilianistas utilizam mais frequentemente como referência.

Como procurei mostrar, nenhuma por si só é suficiente ou satisfaz plenamente o colecionador de hoje. Todas elas são antiquadas e nenhuma delas é suficientemente completa.

Foi essa a razão que me levou a tentar atualizar e reunir, num corpo só, os livros sobre o Brasil, numa obra que intitulei: *Bibliographia Brasiliana, a Bibliographical Essay on Rare Books About*

Brazil Published from 1504 to 1900 and Works of Brazilian Authors Published Abroad Before the Independence of Brazil in 1822.

Não tenho a pretensão de ter realizado uma obra excelente (leia-se o prefácio), mas, pelo simples fato de ter sido redigida depois das outras, está mais atualizada e mais completa que as anteriores, embora contenha erros e omissões. Se realizei meu propósito de ser útil aos bibliófilos e livreiros antiquários, cabe a eles dizê-lo.

A obra foi publicada em inglês. Muita gente estranhou que uma bibliografia brasileira fosse publicada somente em inglês. Muitas razões levaram-me a optar por esse idioma. Em primeiro lugar, uma bibliografia é um instrumento de trabalho e deve servir a todos e não só aos brasileiros. Na realidade, há mais gente interessada em Brasileira no estrangeiro do que no Brasil. Em segundo lugar, não sou nada nacionalista. Não sei por que o petróleo deve ser nosso e o café ou o babaçu podem ser de quem quiser. Sinto-me tão cidadão do mundo quanto brasileiro ou paulista de quatrocentos anos, desses paulistas de quem caçoam tanto os que gostariam de sê-lo. Não é só no Brasil que se estuda a nossa cultura. O nosso patrimônio pertence ao mundo, tal como as obras de Shakespeare, a pintura de Van Gogh, ou as comédias de Molière pertencem também aos brasileiros. Acresce que todo brasileiro culto sempre soube mais de uma língua e só por nacionalismo tolo é que se pode irritar em consultar uma bibliografia brasileira escrita em inglês.

Essas bibliografias são as mais utilizadas pelos bibliófilos e livreiros antiquários hoje em dia, mas, existem outras que, embora não sejam especializadas em brasileira, contêm muita obra sobre o Brasil. A mais conhecida e a mais autorizada é *A Dictionary of Books Relating to America*, de J. Sabin. Começado por Sabin, o

primeiro volume apareceu em 1868. Continuado por outros, o último, o vigésimo nono, só foi publicado em 1936. É uma obra monumental, abrangendo as três Américas. O âmbito vastíssimo explica a omissão de muito livro. Não é, nem pretende ser, uma bibliografia brasileira, mas, como dissemos, contém muito livro sobre esta parte da América. Infelizmente, é uma obra difícil de se encontrar completa. Felizmente foi reeditada por um processo fotográfico, por um editor de Amsterdam em 1962.

Existem ainda outras bibliografias que abrangem a brasileira. Mas não têm a importância do Sabin. Muito citados são certos catálogos de livreiros, que descrevem e comentam, com acerto, livros sobre o Brasil. Os mais conhecidos são os de Leclerc, publicados em fins do século passado. O melhor apareceu em 1878, com o título de *Bibliotheca Americana*, seguido de dois suplementos. Outro catálogo muito estimado foi publicado por Fr. Müller, famoso livreiro holandês, em 1872, com o título de *Books on America*³. Existem muitos outros de grandes livreiros europeus, descrevendo livros sobre o Brasil, de mistura com livros sobre a América. Os catálogos de Chadenat estão repletos de livros sobre o Brasil, mas, geralmente, sem grandes comentários. Chadenat era um homem estranho. Foi o maior conhecedor de livros sobre o Brasil do seu tempo. Amigo do Barão do Rio Branco, de Eduardo Prado, de Paulo Prado e muito brasileiro bibliófilo dessa geração. Quando o conheci já não vendia livros, entesourava. Creio que ninguém da minha geração conseguiu penetrar no seu depósito de livros. Era um avaro, vivia pobremente e a família mais pobremente ainda. Sua avareza chegou a tal ponto que deixou explícito em seu testamento que seus livros só poderiam ser vendidos dez anos depois de sua morte. Os dez anos fatídicos caíram durante a última guerra, de maneira que os leilões só tiveram iní-

cio em 1952 (se não me engano). A família, ou os sobreviventes, já não puderam aproveitar os milhões que renderam. Foram leilões sensacionais. Apareceram livros da mais alta raridade, que não se viam no mercado há dezenas de anos. A Bibliothèque Nationale de Paris valeu-se de seu direito de preferência para se enriquecer com algumas preciosidades. Foi gente do mundo inteiro assistir aos leilões anuais. Os jornais deram notícia dos lances mais altos. Infelizmente, as melhores peças de brasiliana não vieram para o Brasil. Muitas foram compradas por bibliotecas estrangeiras, outras estão girando ainda, de mãos de livreiros a mãos de bibliófilos e assim por diante. *Habent sua fata libelli.*

Mas, voltemos ao nosso assunto. Desviei-me dele, porque meu subconsciente lembrou-me que tive muito desgosto com o livreiro, encarregado de fazer meus lances, e só comprei pouca coisa.

Neste século, os catálogos publicados em série de nove volumes pelos conhecidos livreiros ingleses Maggs Bros., entre 1922 e 1930, sob o título geral de *Bibliotheca Americana*, são conhecidos de todos os brasileiros. Um dos volumes dessa série intitula-se *Bibliotheca Brasiliensis*. É um dos mais bem apresentados, com uma riqueza de ilustrações notável e o mesmo critério nos comentários, usado tradicionalmente por esses famosos livreiros.

Muito sebo brasileiro, que possui um exemplar bichado de algum livro contido nesse catálogo, agita o pobre exemplar no nariz do freguês, exclamando: “Está no Maggs por cinquenta libras!”

É verdade, mas os exemplares vendidos por Maggs estão sempre em excelente estado. O que vale é o exemplar e não a obra.

Catálogos, contendo brasiliana, aparecem centenas por ano em todos os países. O bibliófilo que se quer documentar deve lê-los com atenção e guardá-los quando merecem. Muitos, como vimos, tornam-se verdadeiras obras de referência.

Já tratamos das bibliografias especializadas, dos catálogos de livreiro, resta-nos tratar das grandes bibliografias gerais e das nacionais. Do famoso Brunet: *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres* (a melhor edição é a última, de 1860-1865), só direi que contém pouca brasileira, a maioria no suplemento em dois volumes, publicado por Deschamps em 1878-1880. O *Trésor de Livres Rares et Précieux*, de Graesse, também está no mesmo caso. Esses dois repertórios gerais são das tais obras que eu sugeria há pouco que se consultassem, quando necessário, nas bibliotecas.

Quanto às bibliografias nacionais que repertoriam tudo que se publicou num país, das origens até a data da publicação, não temos muita escolha. Portugal e Brasil sempre foram pobres em bibliografias. O pai da bibliografia portuguesa foi Barbosa Machado, que publicou em quatro volumes, entre 1741 e 1759, a sua famosa *Bibliotheca Lusitana*. É uma obra preciosa, para eruditos e bibliófilos.

Inocência Francisco da Silva foi o continuador de Barbosa Machado. Em 1858, começou ele a publicar o seu *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos [...] Applicaveis a Portugal e ao Brasil*. A obra ficou terminada com a publicação do sétimo volume. Inocência resolveu redigir um suplemento, corrigindo erros e omissões dos volumes anteriores. Mas faleceu logo e Brito Aranha continuou a obra do benemérito bibliógrafo. O *Diccionario* ficou completo com o aparecimento do vigésimo segundo volume. O *Inocência*, como é conhecido, é uma obra notável. Apesar das omissões, dos enganos e de toda sorte de senões, nunca ninguém redigiu em Portugal ou no Brasil uma obra que se lhe compare. É um monumento da cultura lusitana.

Infelizmente, Inocência tomou Barbosa Machado como modelo. Ora, no século XVIII era costume, em muitos países, fazer

a entrada dos nomes de autores nos dicionários biográficos pelo nome de batismo. Assim fizera Barbosa Machado, assim fez Inocêncio, para desespero dos consulentes. Quem quiser encontrar as edições de Camões deve procurar em Luís. Ora, como em Portugal há um mundo de gente que se chama Antônio, João ou Manuel, procurar um autor no *Inocência* é um verdadeiro suplício. Felizmente, meu amigo José Soares de Sousa publicou um *Índice do Dicionário Bibliográfico de Inocência*, onde os autores têm entrada pelo último nome. Em 1958, Ernesto Soares publicou outro índice com o título de *Guia Bibliográfica*, muito completo, com entrada pelos nomes próprios, pelos apelidos, pelos títulos das obras anônimas e publicações periódicas. A obra de Ernesto Soares é o complemento indispensável ao *Diccionario* de Inocência. Infelizmente só se imprimiram quinhentos exemplares, sendo postos à venda cento e cinquenta apenas. É, portanto, livro difícil de se achar e caro quando aparece. Aliás, também não é fácil achar completa a obra de Inocência e o manejo do *Diccionario* não é tão simples quanto indiquei. Não vale a pena desanimar os bibliófilos inexperientes logo de início: já terão de sofrer bastante no correr da vida.

Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, médico baiano, resolveu fazer um *Inocência* brasileiro e publicou, em 1883, o primeiro volume do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. O sétimo só saiu em 1902. Blake seguiu o modelo de seu predecessor português: fez a entrada do autor pelo nome de batismo, narrou a biografia e deu a lista das obras que escreveu com a data da publicação. Em tese, contém todos os autores nascidos no Brasil, desde o século XVI até fins do século XIX. A tragédia da entrada pelo nome de batismo pode ser evitada com o *Índice* publicado no Rio em 1937, por Jango Fisher, mas que infelizmente foi impresso em

pequena tiragem e é raro⁴. É hábito, no Brasil, falar-se mal da obra de Blake. Dizem que “não é completo”, “contém muitos erros”, “não é sempre seguro”. Tudo isso é verdade, mas não há outra obra que o substitua! Quem não tem cão, caça com gato. É a regra, no Brasil, para tudo, a começar pelos Correios e Telégrafos até a fila de ônibus. Muito sofre o brasileiro.

Aliás, tanto Inocêncio quanto Sacramento Blake sofreram muito. Quem gostar de ouvir choradeira leia os prefácios dos volumes das obras desses bibliógrafos. É só lamentação: que ninguém os ajuda, que o governo não os auxilia etc., etc. É uma tradição curiosa, em Portugal e no Brasil, de toda gente que escreve um livro achar que o governo deve ajudar! Deve ser complexo de inferioridade em país de grande porcentagem de analfabetos. Função do governo não é dar ordenado a quem escreve e edita livros. É manter boas bibliotecas para quem estuda e fazer funcionar este nosso calamitoso correio que leva, até hoje, mais tempo para nos entregar um livro encomendado no estrangeiro que no tempo de Anchieta.

Pelo que vejo, não só estou saindo do assunto, como me estou lamentando. Mas o brasileiro sofre tanto que precisa desabafar, como o bom Dr. Augusto Alves Sacramento Blake, de gloriosa memória.

São essas, a meu ver, as principais obras que um colecionador de brasiliana deve consultar e, se possível, possuir. Há outras, muitas outras, mas não abrangem períodos tão grandes. Muita obra de brasiliana é obra de história ou de literatura e, nesse caso, a consulta às bibliografias de história ou de literatura é inevitável e sempre proveitosa. Na sua falta, devem-se consultar as biografias de autores, os dicionários biográficos, as histórias de literatura etc., etc.

Não quero desanimar o bibliófilo principiante, pretendendo que ele consulte livros e mais livros todas as vezes que comprar um volumezinho do seu agrado. O que pretendo é que, consultando as bibliografias, ele aprenda muita coisa sobre o livro que comprou e aumente o prazer de possuí-lo. Comprar um livro porque lhe disseram que é raro está ao alcance de qualquer um, mas, saber por que é raro, conhecer a história dessa obra e saber exatamente o que contém é próprio do verdadeiro bibliófilo.

NOTAS

1. Theodore Besterman, *A World Bibliography of Bibliographies*, 3.^a ed., Genebra. Societas Bibliographica. 1955, 4 vols.
2. As fichas muito incompletas, sem comentários, contendo apenas notas ligeiras, encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A sua publicação, tal como está, não apresenta interesse.
3. Título completo: *Catalogue of Books, Maps, Plates on America, and of a Remarkable Collection of Early Voyages, Offered for Sale by Frederik Muller at Amsterdam* [Briquet de Lemos]
4. A referência completa é *Índice Alfabético do Dicionário Bibliográfico Brasileiro* [...] compilado por Jango Fisher (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.127.). Em 1969, a editora Kraus Reprint fez uma reimpressão fac-similar da obra de Sacramento Blake e incluiu o índice de Jango Fisher no volume 7. Existe outro índice, por ordem de sobrenomes e mais completo do que o de Jango Fisher, que foi compilado por Alexandre Eulálio e publicado na *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n.5 (A-D), n.6 (E-I), n.7 (M-P), n.8 (Q-Z), 1957. [Briquet de Lemos]

COM TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS

“HÁ POUCO FALAMOS EM PRIMEIRAS EDIÇÕES E CITAMOS, COMO EXEMPLO, OBRAS MODERNAS. MAS, INFELIZMENTE, OS CRITÉRIOS USADOS PARA IDENTIFICAR OBRAS MODERNAS NEM SEMPRE SERVEM PARA AS ANTIGAS. OS HÁBITOS EDITORIAIS EVOLUÍRAM E NEM SEMPRE É FÁCIL IDENTIFICAR UMA EDIÇÃO ANTIGA SEM AUXÍLIO DE OBRAS DE REFERÊNCIA.”

Para citar somente uma das muitas diferenças da maneira de publicar livros, basta lembrar que antigamente todo impresso, em todos os países, estava sujeito à censura prévia. Essa censura era exercida pelo Estado, mas, em alguns, além da autorização do poder civil, era necessário que o texto tivesse recebido também o beneplácito da Igreja. Nesses países ela censurava tudo que se destinava ao prelo, quer fosse escrito por eclesiásticos quer por leigos. Em certos países, enfim, onde a Inquisição foi introduzida e exerceu um poder verdadeiro, todo escrito estava sujeito a uma outra censura ainda, a da Santa Inquisição.

Em Portugal, por exemplo, a partir da primeira metade do século XVI, logo após o estabelecimento da Inquisição, eram necessárias três licenças para se poder imprimir um texto qualquer: a licença do bispo, representando a Igreja (chamada licença do Ordinário), a do Santo Ofício (pela Inquisição) e a licença real (do poder civil, expedida pelo Desembargo do Paço).

Pombal reuniu os três organismos encarregados da censura e licença de imprimir numa única repartição: a “Real Meza Censoria”. Na Real Mesa estavam representados os três “poderes, cada qual com um ou mais representantes. Depois da queda do ministro, a rainha D. Maria I alterou a composição da repartição e mudou-lhe o nome para “Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros”.

Foi esse o sistema que vigorou com pequenas modificações até o século XIX, quando as Cortes de 1820 aboliram a Inquisição e, em princípio, a censura prévia. Mas a liberdade de imprensa só se tornou efetiva com a promulgação da Constituição de 1834.

No Brasil, o problema da censura só se apresentou com a fundação da Imprensa Régia, em 1808. Criada a tipografia, nomeou-se uma junta encarregada de administrá-la, de examinar os textos apresentados à impressão e conceder a licença. Esse regime vigorou até 1821, quando D. João VI e o príncipe D. Pedro juraram no Rio a Constituição portuguesa em elaboração e estenderam ao Brasil os mesmos direitos que a lei outorgava a Portugal. Mas, na realidade, a liberdade de imprensa, ou melhor, o direito de imprimir sem licença prévia só veio com a Independência.

Essa é a significação das palavras que aparecem ao pé da página de rosto dos livros portugueses antigos: “Com todas as licenças necessárias”, ou, mais tarde, “Com licença da Real Meza Censoria” e, no tempo de D. Maria I, “Com licença da Real Meza

da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros”. No Brasil usou-se de 1808 a 1820 a fórmula: “Com licença de Sua Alteza Real”.

Mas, se a censura existiu em toda parte e ainda existe em muitos países, os motivos de censura nunca foram uniformes num determinado Estado, quanto mais no mundo. Uma obra proibida num lugar podia circular livremente em outro e frequentemente um livro, licenciado e vendido regularmente, era bruscamente apreendido. É sabido que Pombal mandou apreender e destruir muito livro pelo simples fato de ter sido escrito por jesuíta. Assim é que a *Vida do Padre Belchior de Pontes*, pelo padre Manuel da Fonseca, impresso com todas as licenças necessárias em Lisboa, em 1752, foi, com muitos outros, suprimido por edital da Real Mesa Censória em 1771. Dezenove anos depois de impresso, mandava-se “que todos os exemplares [...] [fossem] entregues na Secretaria da Real Meza Censoria no preciso termo de trinta dias para nella serem suprimidos”. A Real Mesa alegava que continha “doutrinas errôneas, tendentes a inspirar o temor puramente servil e a contaminar alguns Artigos de Fé com interpretações sofisticas [...]”. Como essa obra, muitas outras foram destruídas por ordem de Pombal. De várias, salvaram-se alguns exemplares para alegria dos bibliófilos que as possuem hoje em dia. Depois da queda de Pombal, quando veio a “viradeira”, e que D. Maria I modificou a composição da Real Mesa e mudou-lhe o nome, a censura passou a ser mais branda. Mas, se a nova repartição tornou-se mais condescendente, não concordou com isso o famoso intendente da polícia Pina Manique. Protestou em representação à rainha e, não tendo sido atendido em tudo, agiu por conta própria, mandando suprimir o livro de Melo Franco, *Medicina Theologica*, publicado sem nome do autor, e não só esse livro como muitos outros.

Fatos como esses aconteceram em todos os países. Em França, quando a censura tornava-se muito severa, era hábito mandar imprimir o livro perigoso na Holanda e introduzi-lo clandestinamente. Todos esses fatos refletiam diretamente no comércio de livros e causavam prejuízos aos editores e livreiros.

Mas esses honestos comerciantes não estavam somente sujeitos a esses caprichos da censura. Havia um perigo muito mais sério e constante: era a concorrência desleal dos próprios colegas. Muitas vezes um editor resolvia lançar uma obra, empregando grandes capitais. Nada impedia que outro copiasse o texto e também o pusesse à venda, mais barato, causando prejuízo evidente ao seu colega.

Para evitar uma concorrência funesta, a fim de defender o seu capital e o seu trabalho, muito cedo os impressores pediram ao governo leis que os protegessem. Já no século xv alguns países protegiam os impressores contra essa concorrência. Quando um impressor queria imprimir um livro, requeria ao seu governo o direito de ser o único a poder editá-lo, mandar imprimi-lo, vendê-lo, negociá-lo enfim, durante um certo número de anos. Durante esse tempo, qualquer outra edição desse livro era ilegal. A lei autorizava a apreensão e o infrator estava sujeito a multas e outras penalidades. Essa faculdade de ser o único a poder imprimir e negociar determinada obra, durante certo número de anos, era chamada *privilégio*.

O sistema de privilégio vigorou, com raras exceções, na maioria dos países até fins do século xviii e, em alguns casos, até muito mais tarde.

Esse sistema era vantajoso aos impressores, era uma proteção contra a concorrência desleal à corporação. Mas, a autoridade do poder que concedia o privilégio não ia além das fronteiras. Um

editor francês, por exemplo, protegido por um privilégio, nada podia fazer contra um colega holandês que editava o mesmo livro. Esse problema tinha uma grande importância numa época em que as limitações linguísticas eram bem menores que hoje. O latim era língua universalmente lida e o francês, a partir do século XVIII, era falado em toda a Europa.

O comércio de livros sempre foi, aliás, um comércio internacional. A *Bíblia de Gutenberg* foi vendida na Europa toda, assim que foi terminada. Os editores tinham agentes nas principais cidades da Europa. Assim que uma edição saía do prelo numa cidade, procedia-se à distribuição pelos livreiros de todas as nações. Uma cidade ou um país não podia consumir uma grande tiragem. Os grandes impressores trabalhavam para o mercado internacional

Era, portanto, difícil evitar a concorrência desleal. Quando Aldus Manutius imprimia, em princípios do século XVI, os clássicos latinos em edições feitas com o máximo cuidado, depois de ter mandado estabelecer os textos por eruditos de fama, embora protegido por um privilégio, via editores estrangeiros copiarem essas edições e vendê-las mais barato no mercado internacional. Que podia ele fazer? Somente mandar apreender os exemplares vendidos em Veneza e protestar em cartas aos amigos.

Houve sempre um comércio de edições chamadas clandestinas, contrafeitas ou piratas, isto é, edições que não obedeciam ao privilégio concedido à edição original.

Os impressores holandeses chegaram a ser verdadeiros especialistas em edições piratas. No século XVIII, quando a literatura francesa tornou-se a mais lida de todas, a Holanda chegou a imprimir mais livros franceses que a França. No século XIX, foram os belgas os grandes piratas das edições francesas. No Brasil, em

fins do século XIX e princípios deste, os editores rio-grandenses, protegidos por uma constituição positivista, imprimiam toda sorte de livros, sem autorização dos editores legítimos e sem pagar direitos autorais.

Se hoje o problema dos direitos autorais está em grande parte resolvido pela Convenção de Berna, pela Convenção da Unesco e pelos tratados bilaterais, o problema da publicação simultânea de autores, cujos direitos autorais caíram no domínio público, não tem solução. A livre concorrência e a velha lei da oferta e da procura é que regulam o problema.

Quando lemos no verso da página de rosto de um livro moderno as expressões “Direitos reservados”, *Copyright*, *Tous droits réservés*, essas palavras nada mais são que a modernização dos velhos termos que se leem nos livros antigos: *Com Previlégio Real*, *Cum privilegium*, *Avec privilège du Roy* etc.

Muitos editores usavam (sobretudo na França, no século XVIII) transcrever todo o texto do privilégio no fim da obra, assim como em Portugal era muito comum, nos séculos XVII e XVIII, transcrever os despachos dados ao requerimento, pedindo as licenças. Muitas obras portuguesas desse tempo não reproduzem os despachos somente, mas os pareceres dos censores. Esses pareceres são, muitas vezes, uma longa crítica elogiosa.

A leitura dessas páginas é sempre útil e, às vezes, necessária para se identificar edições e resolver problemas bibliográficos.

Há livros que são perfeitamente iguais nos menores detalhes: diferem somente quanto ao nome do editor. Como explicar o fato? Tratar-se-ia de edições diferentes? Explica-se: era frequente um ou mais editores reunirem-se para publicarem uma obra. Os privilégios eram concedidos em nome de ambos. Em vez de “assinarem” conjuntamente os exemplares da edição (como faziam

também), preferiam dividi-los entre si, cada parte trazendo o nome de um dos sócios.

Às vezes um livreiro, depois de obter o privilégio, desistia de publicar a obra e vendia o seu direito a um colega. Bastava, para tanto, registrar a transferência. Essas práticas eram correntes na França.

Era muito comum, também, um livreiro-editor, não conseguindo liquidar os saldos de uma edição, vender a um colega todos os exemplares remanescentes. O comprador mandava imprimir uma nova página de rosto com a *imprenta* em seu nome, colocava-a no lugar do original e punha à venda os exemplares. Às vezes alterava a data da publicação para outra mais recente. Essa prática era tão corrente que muita obra, considerada como tendo sido editada duas vezes, teve, na realidade, uma única edição. A que se supunha ser a segunda não era senão a primeira edição, com nova folha de rosto. Há casos até em que o comprador de saldos mudava o título do livro!

Não é excepcional verem-se exemplares de uma mesma edição com datas diferentes. Na maioria das vezes é porque a impressão era começada no fim do ano. Os exemplares saídos em primeiro lugar levavam a data do ano por se findar e os últimos a do ano seguinte. Um exame desses exemplares revela que são absolutamente idênticos, só varia a data. Não são edições diferentes, são estados diferentes.

Um caso curioso é o de um livro que saiu com um título diferente do previsto pelo autor e pelo editor, porque o burocrata que escreveu o privilégio enganou-se. Provavelmente o requerente achou mais fácil publicá-lo com o título errado a sujeitar-se às despesas e demora de novo processo. Esse caso raro (não conheço outro semelhante) aconteceu com a primeira edição da *Histoire des Indes Orientales*, de Souchu de Rennefort, impressa em Paris

em 1688. Outras coisas interessantes e fora do comum aconteceram com esse livro. A leitura atenta da última folha, contendo o privilégio e diversas notas, explica a maneira pouco usual como foi publicada essa edição.

O autor é que obteve o privilégio para editar a obra. Não é comum em França esse fato. Os privilégios eram, geralmente, concedidos em nome dos livreiros e não dos autores. Souchu de Rennefort mandou imprimir o livro na tipografia de C. Chenault et Fils e vendeu os exemplares aos livreiros Arnoult Seneuse e Daniel Hortemels, conforme acordo firmado entre eles. “Les exemplaires ont été fournis” consta numa nota. Mas, como o privilégio tinha sido dado para se publicar uma *Histoire des Indes Orientales* e não *Mémoires pour Servir à l’Histoire des Indes Orientales*, como devia ser, imprimiu-se um aviso, indicando o fato e explicando que “on s’est trompé en écrivant le privilege”. Como se vê, essa edição saiu absolutamente fora das normas correntes.

Como se sabe, a obra de Souchu de Rennefort é livro de Brasileira e teve outras edições.

Há casos em que aparecem exemplares com página de errata e outros sem ela. O exemplar sem errata está mutilado? Não, o exemplar sem errata é, simplesmente, de uma segunda tiragem, onde as erratas foram corrigidas.

Todos esses fatos curiosos, que revelam como se editava antigamente, como funcionava o mercado de livros, como se faziam negócios sérios e negociatas escandalosas, o bibliófilo aprende, lendo com atenção os prefácios, os privilégios, os pareceres da censura, todas essas partes do livro em que o leitor comum não se digna pôr os olhos.

Quem sabe ler e sabe consultar não deixa nunca de ler o prefácio, de percorrer o índice e a bibliografia, antes de consultar a obra

ou iniciar a leitura. Se todo leitor criterioso age dessa maneira, o bibliófilo deve examinar os livros com mais cuidado ainda. Para o leitor comum, tiragens diferentes de uma novela não têm a menor importância. Para o bibliófilo, essa pequena diferença é capital. Não há detalhe que não tenha significação para um bibliófilo. Uma página sem reclamo, um caderno sem assinatura, um engano de numeração numa página¹ têm grande importância, podem valorizar um exemplar, fazendo-o pertencer a uma categoria em vez de outra.

Quem não é bibliófilo ri-se dessas preocupações como se riem os que não sabem jogar *bridge* da diferença entre um grande *slam* e um pequeno *slam*. Mas o fato não impede que os bibliófilos continuem a colecionar e os jogadores de *bridge* a baterem as cartas mui calados e sisudos. “Nunca han tenido, ni tienen las artes otros enemigos que los ignorantes”, diz um provérbio espanhol.

NOTAS

1. É conhecido o caso do erro de numeração que se nota na primeira edição de *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga, impressa em 1792. Alguns exemplares dessa edição têm a p. 20 erradamente numerada 02. Esse engano leva alguns bibliógrafos a pensarem que existem duas edições impressas em 1792: a primeira com a p. 20 numerada 02 por engano e a segunda, com o erro corrigido. Um estudo que fiz, comparando diversos exemplares de ambas as “edições”; e um exame dos defeitos dos tipos empregados na impressão, leva-me à convicção de que só existe uma única edição de *Marília de Dirceu* em 1792, que teve, porém, duas tiragens.

TIPOGRAFIA SEM LÁGRIMAS

“UM BIBLIÓFILO QUE SE PREZA NÃO COMPRA NUNCA UM LIVRO INCOMPLETO. UM EXEMPLAR COM FALTA DE PÁGINAS, EMBORA FALTANDO SOMENTE UMA FOLHA PRELIMINAR OU FINAL, NÃO TEM VALOR PARA UM COLECIONADOR. SÓ SE ADMITE UM EXEMPLAR INCOMPLETO QUANDO SE TRATA DE UM LIVRO TÃO RARO QUE NÃO SE TENHA POSSIBILIDADE DE OBTER OUTRO TÃO CEDO.”

É, portanto, necessário verificar com cuidado se o livro está completo antes de comprá-lo. Os bons livreiros antiquários fazem essa verificação, antes de pôr a obra à venda, mas há muito livro cuja *colação* não é fácil e engana até quem tem prática. O mais certo é fazer a verificação pessoalmente. Mas, como é que se faz essa verificação? Folheando todas as páginas e vendo se a numeração segue sem pular número? Infelizmente o problema não é tão simples assim. Os livros antigos estão cheios de erros de numeração de página, embora estejam absolutamente completos.

Muitos livros, por outro lado, aparentemente perfeitos, não contêm a folha de meio título ou a folha final com a errata e, como geralmente essas folhas não trazem numeração de espécie alguma, a verificação torna-se difícil. É preciso, portanto, *colacionar* o livro inteiro e verificar a presença de todas as folhas em cada caderno, sobretudo do primeiro e do último.

Por falar em verificação, dou-me conta de que estou usando termos técnicos, cujo sentido exato talvez não seja bem conhecido do leitor. Se continuar assim, dentro em pouco ninguém entenderá mais o que pretendo explicar. É possível que o leitor, embora amador de livros, não saiba como se imprime hoje e como se imprimia antigamente. Noções dessa arte são indispensáveis a todo bibliófilo. Vamos, portanto, tentar explicar os princípios da técnica de impressão de livros, para tornar mais claro o emprego de certos termos usados por bibliógrafos e impressores e tentar tornar estas páginas mais claras e inteligíveis. Não entraremos em detalhes, evitaremos falar das inúmeras exceções e casos particulares. Faremos, apenas, um esquema dos problemas, daremos somente uma ideia dos princípios que regem a arte de impressão. O leitor que conhecer o assunto pode pular o capítulo. O leitor tem sempre o privilégio de pular páginas sem magoar o autor.

Quando um impressor recebe um manuscrito para impressão, a primeira coisa que faz é resolver o tamanho que o livro deverá ter. As dimensões do livro dependem do tamanho da folha de papel, na qual ele será impresso. O impressor escolhe, também, o tamanho dos caracteres tipográficos (diz-se o *corpo*) que ele vai empregar. Tudo é calculado de maneira a poupar papel.

Resolvidos esses pontos, ele começa a composição. O texto de um livro é composto pelo tipógrafo seguidamente, sem se preocupar com a divisão por páginas. Somente depois de terminada

a composição é que se divide o texto em páginas. Terminada essa operação, as páginas são colocadas em fôrmas que mantêm os tipos coesos e firmes, de maneira a não se desconjuntarem com a pressão do prelo.

Não se imprime um livro página por página, mas muitas ao mesmo tempo. Para isso o impressor arruma as páginas na fôrma, na sequência que elas deverão ter no livro. Numa fôrma, ele coloca certas páginas, na outra, as restantes do lote que ele vai imprimir e leva-as ao prelo. Feita a impressão, ele dobra a folha impressa de maneira a formar um caderno. Como ele tomou a precaução de arrumar as páginas, prevendo como a folha seria dobrada, elas caem certas em seus lugares, uma depois da outra e nenhuma de cabeça para baixo. O número de vezes que o impressor dobrou a folha impressa para formar um caderno é chamado *formato*. Dobradas todas as folhas impressas, os cadernos são costurados de maneira a se formar o livro.

Se o impressor resolveu imprimir um livro de grande tamanho, bastará dobrar a folha de papel uma só vez para obter um caderno com duas folhas e quatro páginas. Esse formato é chamado *in-folio* (in-fól.). Mas ele pode dobrar a folha mais vezes. Se ele dobrar duas vezes, obterá um caderno com quatro folhas e oito páginas e o livro terá o formato *in-quarto* (in-4.º). Se ele dobrar três vezes, o caderno terá oito folhas e dezesseis páginas, o formato será *in-oitavo* (in-8.º). E, assim por diante, o impressor poderá fazer formatos in-12, in-16, in-24, in-32, conforme quiser.

Formato, repetimos, é a palavra que se usa para indicar o número de vezes que a folha impressa foi dobrada. É esse o verdadeiro significado da palavra, mas como o tamanho do livro, afinal de contas, depende do número de vezes em que a folha é dobrada, é comum usar-se erradamente a palavra *formato* em vez de tama-

nho. Esse hábito presta-se à confusão, pois um in-4.º impresso num papel pequeno pode ser menor que um in-8.º feito com uma folha maior.

Antigamente as dimensões das folhas de papel eram mais ou menos fixas, conforme as marcas e as qualidades. Variavam de país a país, mas dentro de certos limites impostos pela técnica de fabricação manual. A fabricação de papel a máquina (papel contínuo) alterou as medidas antigas, embora haja também para o papel mecânico medidas certas, conforme as marcas. Era muito comum até o século XIX um editor, anunciando um livro, indicar, não somente o formato, mas também a marca do papel empregado na impressão. Os livreiros e os leitores entendidos ficavam aptos a saber exatamente o tamanho da obra. Hoje, a menção de formato não é senão uma vaga indicação de tamanho. Mas toda gente sabe que um in-fólio é um livro muito grande, um in-4.º, um livro grande, um in-8.º, um tamanho cômodo, o in-16, um livro pequeno e o in-32, um livrinho. Essas noções empíricas bastam para muita gente. Os bibliotecários não usam mais indicar nos catálogos o formato do livro por causa da confusão que pode provocar. Indicam somente o tamanho, medido em centímetros. Mas os bibliógrafos, se usam centímetros para indicar o tamanho de um exemplar, baseiam a descrição do livro e a verificação de sua integridade no formato. Essa operação é chamada *colação*.

Vamos voltar à confecção do livro. Quando um impressor está compondo e imprimindo um livro, ele toma a precaução de marcar nas páginas e nas folhas certos sinais para facilitar as operações posteriores. Por exemplo, para não haver engano na distribuição das páginas na forma e para não haver equívoco em juntar os cadernos, ele marca as páginas e os cadernos com certos sinais convencionais.

O leitor já notou, com certeza, que as páginas dos livros antigos trazem a última palavra impressa duas vezes. A primeira normalmente no correr da linha, a segunda logo embaixo. Notou, também, que essa palavra é ainda repetida no começo da primeira linha da página seguinte. Muitos impressores, em vez de repetir a palavra, repetiam somente a primeira sílaba. Essas repetições, ou melhor, a palavra colocada isoladamente ao pé da página é chamada *reclamo*.

O reclamo não é, como pensam alguns, uma gentileza dos tipógrafos antigos para facilitar a leitura, mas um ponto de referência para facilitar a confecção do livro.

Para tornar mais segura a juntada dos cadernos em sequência certa, o tipógrafo numera-os. O número do caderno, colocado ao pé da primeira página de cada um, chama-se *assinatura*.

Antigamente (e até hoje em muitas tipografias) não se usavam números, mas letras para assinar os cadernos. O primeiro caderno era assinado com letra A, o segundo com um B e assim por diante. Quando acontecia de um livro conter mais cadernos que as letras do alfabeto, repetiam-se as letras: AA, BB e, se necessário ainda, triplicavam-se: AAA, BBB etc., ou então usava-se combinar letras maiúsculas e minúsculas. Não se usavam, para marcação de assinatura, as letras J, V, W e, em certos casos, Y. Era uma maneira de evitar confusões, pois os tipógrafos antigos, seguindo uma tradição que vinha dos copistas de manuscritos, usavam indiferentemente em composição o I ou o J, o V ou o U. A letra W era representada por dois v (*double v*) ou por dois U (*double U*, em inglês). Quanto ao Y (*I griega*, em espanhol), só era usado em certos idiomas. Depois de 1500, quando se começou a imprimir em grande escala os autores gregos clássicos, o Y aparece com frequência. Os tipógrafos franceses raramente usavam a letra κ minúscula.

Para facilitar o trabalho do operário encarregado de juntar os cadernos e evitar que ele perdesse tempo em procurar uma letra que não tinha sido empregada para a marcação ou, então, para lhe indicar qual o meio usado para numerar os cadernos depois de esgotadas as letras do alfabeto, muitos tipógrafos imprimiam no fim do livro a seriação completa das letras e sinais que tinham sido usados como assinatura. Essa indicação chama-se *registro*. Muitas vezes o registro está impresso sozinho na última folha do último caderno, outras vezes no verso da última página impressa. Muitos encadernadores, julgando que o registro não fazia parte do livro, quando estava impresso numa folha separada, jogavam-no fora. Não o podiam fazer quando estava composto no fim ou no verso da última página de texto.

O registro não era tão usado nos livros antigos quanto o reclamo e a assinatura. Somente aparece em livros de certas oficinas. Era usado, sobretudo, na Itália até fins do século XVI. Era raro na França e na Inglaterra. O registro desapareceu relativamente cedo na história da tipografia, enquanto que o reclamo durou até fins do século XVIII e a assinatura é usada até hoje universalmente.

Não sei se já repararam que os livros antigos nem sempre trazem a assinatura no primeiro caderno, contendo as folhas preliminares, ou, quando trazem, estão assinados com uma letra minúscula ou um sinal tipográfico. Nos livros modernos é muito comum a primeira assinatura que aparece ser a letra B ou o número 2. Essa anomalia provém do fato de que, tanto antigamente quanto hoje, quase sempre se imprime em primeiro lugar o texto do livro. Terminada a impressão do texto, o tipógrafo calcula quantas páginas brancas sobram no último caderno e se há lugar para se colocar nelas tudo quanto deve figurar ainda no livro. Se não há lugar para imprimir a página de meio título, de rosto, o prefácio, o índice

etc., então é necessário abrir outro caderno. Nele o tipógrafo imprime tanto as páginas preliminares, como as finais. Depois, corta o caderno pelo meio e coloca cada parte no seu lugar.

Há no livro outros pontos de referência que facilitam a confecção, os quais são usados menos universalmente, são particularidades de certas oficinas e têm menor importância para o bibliófilo.

A numeração das páginas não é essencial para o trabalho do tipógrafo. A ideia de numerar as páginas de um livro aparece relativamente tarde na história da tipografia. Primeiro teve-se a ideia de numerar somente as folhas. O primeiro livro que se conhece com essa novidade, foi impresso em Colônia, na Alemanha, em 1470. Logo depois, em 1472, na mesma cidade, inventou-se a numeração por página. Mas, embora essa invenção fosse logo universalmente adotada, muitos e muitos livros, até o século XVII, ainda são numerados somente por folhas.

Como dissemos, a numeração em muito pouca coisa auxilia o tipógrafo, que não trabalha com páginas, mas com folhas contendo muitas páginas. Os manuscritos não tinham numeração e não se sabe por que os tipógrafos a inventaram, talvez para facilitar ao leitor caso desejasse referir-se ao texto incluído numa página. Os tipógrafos antigos não lhe davam grande importância, não se preocupavam muito com a sua exatidão. São uma infinidade os livros antigos com erros de numeração.

Todas essas marcações de páginas, folhas e cadernos variaram muito através da história. Não existia uma regra universalmente adotada. Pode-se dizer que cada país, cada oficina tinha suas regras. Até hoje é assim. Se a assinatura dos cadernos subsiste até hoje como princípio, é porque é o meio mais simples e mais eficaz de evitar engano numa operação tão importante quanto a reunião dos cadernos de um livro. Os livros antigos e modernos eram e são

confeccionados, tendo como base o caderno. O caderno é uma constante através da história; é, portanto, nele que se deve basear qualquer conferência que se queira fazer. São as assinaturas que revelam todas as particularidades de um livro.

Vimos como e por que é tão frequente uma obra antiga conter erros de paginação. Acontece, também, que somente as páginas de texto são numeradas uniformemente. As páginas preliminares são geralmente, seguindo a tradição, numeradas em algarismos romanos ou não têm numeração de espécie alguma. O mesmo acontece com as páginas finais. As páginas de meio título e a página de rosto nem sempre são incluídas na numeração e muito menos as páginas em branco do começo e do fim, colocadas como proteção do texto. Ora, todas essas folhas fazem parte integrante do livro. A falta de uma delas afeta a integridade do exemplar. Os colecionadores de incunábulo fazem questão da presença das folhas em branco no começo e no fim. Um exemplar sem elas fica desvalorizado. Já os colecionadores de livros posteriores não são tão exigentes, mas um exemplar com todas as folhas em branco, originais, fica valorizado.

Todas essas constatações só podem ser feitas colacionando os cadernos. Há diversas maneiras de proceder à colação, mas a que me parece mais simples é a seguinte:

Abre-se o livro na primeira página de texto, deixando-se de parte as páginas preliminares, pela razão que disse. Ao pé dessa página encontra-se a primeira assinatura do primeiro caderno. Será, provavelmente, A ou o número 1, se o impressor usou algarismos, mas pode ser B se o impressor tiver reservado A para o caderno com as preliminares e finais. A segunda folha estará assinada A2, a terceira A3 e a quarta A4. Já a seguinte não traz assinatura nenhuma, assim como as três seguintes. Se nós abrirmos bem o livro

entre a folha A4 e a seguinte, a primeira sem assinatura, procurando olhar bem junto ao lombo, veremos a costura do caderno. Estamos, portanto, no meio de um caderno. O número de folhas de cada lado da costura é sempre o mesmo. Neste caso são quatro. Quatro de cada lado, portanto, num total de oito folhas e dezesseis páginas. Ora, o formato cujo caderno contém oito folhas é o in-8.º Temos, portanto, neste caso, de colacionar um in-8.º e sabemos que todos os demais cadernos terão oito folhas. Bastará, portanto, constatar até o fim do livro a presença de todas as assinaturas nos devidos lugares. A quarta folha do último caderno sem assinatura deve conter o fim do texto. Se as folhas de índice, errata (se foi impressa) e a folha em branco, que todo impressor que se preza deixa para proteger o texto, somarem quatro é que somente a metade do caderno está presente no final. O resto foi cortado, o impressor nele imprimiu as páginas preliminares e deve, portanto, figurar no começo do livro. Essas quatro folhas conterão, provavelmente, uma folha em branco (para proteção do texto), uma folha de meio título, uma página de rosto com o verso em branco e outra com o prefácio ou dedicatória.

Esta é a maneira de colacionar. Tomamos como exemplo um in-8.º, normalmente composto. Mas, infelizmente, nem todos os livros desse formato foram impressos com tanto cuidado e puderam ser tão bem planejados e executados. Por uma razão ou outra, o impressor era obrigado a utilizar subterfúgios ou verdadeiros truques do *métier* para terminar um livro.

Assim é que, para poupar costuras e não engrossar demais o lombo, usava-se encaixar dois ou mais cadernos um no outro. Acontecia, também, que era necessário compor um livro com alguns cadernos de formato diferente. Muitos in-4.º contêm cadernos in-8.º. Essas anomalias resultaram da necessidade de poupar papel.

Era costume, também, compor em meias-folhas, isto é, dispunham-se as fôrmas no prelo com o texto repetido. Terminada a impressão, cortava-se a folha ao meio. Dessa maneira, imprimiam-se dois exemplares ao mesmo tempo. Esse método é muito usado hoje em dia, graças a certas técnicas modernas e ao tamanho das folhas de papel fabricadas a máquina. Nos casos de pequenos formatos, era preciso dobrar tantas vezes a folha, que o caderno ficava muito grosso. Para evitar esse inconveniente, faziam-se diversos cadernos com a folha. Quando se queria, por exemplo, fazer um livro in-16 cortava-se a folha em dois pedaços, de maneira a obter dois cadernos de oito folhas cada um, num total de dezesseis páginas. Para fazer um livro in-24, cortava-se um terço da folha, de maneira a obter dois cadernos: um grande (com os dois terços da folha) e outro menor (com o terço restante). O caderno grande continha oito folhas com dezesseis páginas e o pequeno, quatro com oito páginas.

Não quero deixar de lembrar que toda essa técnica não foi criada logo no início da invenção da imprensa. Os impressores levaram muitos e muitos anos para aperfeiçoar o sistema. Pode-se dizer que foi somente a partir do século XVI que a maneira de dobrar foi uniformemente adotada. Os incunábulos raramente contêm todos os cadernos do mesmo formato.

São muitas as variações do sistema. Mas, de qualquer maneira, os princípios de impressão são os mesmos e a colação é sempre feita do mesmo modo, por caderno. Se esses princípios tiverem sido aplicados corretamente, o leitor não poderá deixar de fazer uma colação certa. Se descobrir anomalias na confecção do livro, será fácil saber quais são elas e onde se encontram.

E agora, meu caro bibliófilo aprendiz, pegue um livro qualquer e repita as operações que lhe aconselhei fazer. Não deu cer-

to? Não me culpe, não se ria das regras que descrevi. Ri melhor quem ri por último. Procure saber por que não deu certo. Você descobrirá então uma quantidade de detalhes imprevistos e interessantes no seu livro. Não o pegará mais na estante como um livro qualquer, mas como seu exemplar, com suas bizarras e sua própria personalidade. Não será mais um livro, mas alguém que você conhece muito bem, com todas as suas qualidades e defeitos. Se os defeitos forem tantos e intoleráveis, você acabará separando-se dele por incompatibilidade, mas se ele tiver qualidades raras, por nada neste mundo você o trocará por outro. E quem rirá serei eu.

COLAÇÃO COM LÁGRIMAS

“NO CAPÍTULO PRECEDENTE, PROCUREI DAR UMA IDEIA DOS PRINCÍPIOS QUE REGIAM E REGEM AINDA EM PARTE A ARTE DE IMPRIMIR LIVROS. ESPERO QUE O LEITOR TENHA ENTENDIDO MINHAS EXPLICAÇÕES UM TANTO SIMPLIFICADAS E POSSA COLACIONAR SEUS PRÓPRIOS EXEMPLARES.”

Tratamos de livros normais de colação muito simples, mas nem todas as obras impressas foram confeccionadas normalmente e nem sempre é fácil verificar se estão completas. O impressor é obrigado, muitas vezes, a empregar subterfúgios para resolver um problema imprevisto. É frequente ser ele forçado, depois do livro praticamente pronto, a cancelar uma folha, pura e simplesmente. Outras vezes é obrigado a substituir uma folha impressa por outra.

Nem sempre é possível descobrir por que o impressor procedeu dessa maneira. Em certos casos, o cancelamento foi feito por exigência da censura. É possível que, nos casos de substituições de

folhas, um erro muito grave tenha escapado aos revisores e que o autor tenha exigido a troca.

Os casos de cancelamento apresentam-se, geralmente, sob uma ou outra das três formas seguintes: cancelamento simples, cancelamento com substituição e cancelamento com acréscimo de texto.

Todo livro, cujo formato for perfeitamente regular, mas somente um caderno contiver uma folha a mais ou a menos, é suspeito de cancelamento. A colação de exemplares nessas condições nem sempre é fácil e não se faz sem lágrimas.

Quando era necessário cancelar uma folha, o impressor não a cortava rente à dobra, mas deixava uma beirada para ser colada junto à seguinte. Se ele não colasse a beirada, a folha gêmea ficaria solta no caderno. Quando o livro está encadernado, a colagem nem sempre é visível e é difícil perceber qual é a folha cancelada. A conferência do reclamo, a numeração das páginas (quando merece confiança) são indícios que nos podem levar a descobrir onde houve cancelamento.

Nos casos de cancelamento com substituição, isto é, quando o impressor trocou uma folha por outra, a técnica empregada é a mesma, somente que, em vez de colar a beirada na folha gêmea, colou-a na nova folha. Se o livro foi costurado e encadernado com cuidado, é difícil saber qual foi a folha substituída. A colação não revela nada, pois o número de folhas do caderno não foi alterado. É mais fácil examinar se há diferença na qualidade do papel ou se as linhas d'água coincidem normalmente em todas as folhas. É muito possível que o impressor não tenha tomado o cuidado de colar a folha nova de maneira que as linhas impressas ou as linhas de marca d'água coincidam exatamente com a folha ao lado.

O terceiro caso que se apresenta com frequência é quando, por uma razão ou outra, o impressor cancelava uma folha e substituí-a por diversas. Nesse caso o caderno apresenta maior número de folhas e a colação logo o revela. Geralmente não há grande dificuldade em descobrir os acréscimos.

O que interessa ao bibliófilo, em matéria de cancelamentos, é verificar se o exemplar que possui está completo. Existem muitas obras que sofreram cancelamento, mas um ou outro exemplar escapou à mutilação. Nesse caso, o exemplar perfeito vale infinitamente mais.

Um caso muito conhecido, aliás, que me vem à lembrança, é o que aconteceu com a primeira edição da crônica de D. Manuel, de Damião de Góis, ou melhor, com a *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, impressa em Lisboa, em 1556, por Francisco Correa. Depois de publicada a primeira parte, certas críticas que o autor fizera a grandes personagens da época provocaram tais protestos, que o governo mandou recolher todos os exemplares e cancelar diversas folhas. Mas escaparam alguns. Hoje só se conhecem três ou quatro sem mutilação. Inútil dizer que valem incomparavelmente mais que os outros.

Outro caso de cancelamento muito conhecido e que pode servir de exemplo é o que se deu com a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, de autoria do padre Simão de Vasconcellos, impressa em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, em 1663.

Fazendo-se a colação do texto, verifica-se que a assinatura Z contém só uma folha em vez de quatro. O texto do capítulo termina normalmente nessa folha, mas o reclamo está errado, é *Li* e a primeira palavra da página seguinte é Índice. Essa página faz parte de um novo caderno de duas folhas, somente assinadas *a* e *a2*.

... caso de cancelamento muito conhecido e que pode servir de exemplo [...] a assinatura contém só uma folha em vez de quatro!



Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil...*, Lisboa, Officina Valente de Oliveria, MDCLXIII [1663]. 328 p. (35 × 25,5 cm). Página de rosto. Acervo BBM.

Depois desse caderno, as assinaturas estão certas. Como se todos esses indícios de falta de folhas não bastassem, a folha z (verso) está numerada 178 e a seguinte, 185. Não há, pois, a menor dúvida de que faltam três folhas.

O fato que provocou o cancelamento não deixa de ser divertido¹. O padre Jacinto de Magistris, visitador dos jesuítas, não gostava de Simão de Vasconcelos e procurou impedir a publicação da *Chronica*. Começou alegando que estava mal escrita e acabou levantando uma questão de dogma para impedir a publicação. De fato, na introdução da obra, num capítulo intitulado “Noticias Antecedentes, Curiosas, e Necessarias”, o padre Simão de Vasconcelos aventava a hipótese de o paraíso terrestre estar situado no Brasil. O padre de Magistris apegou-se a esse fato como sendo contrário ao dogma e escreveu ao padre-geral em Roma, pedindo que não desse o *imprimatur* e, se o tivesse concedido, que o mandasse suspender. Quando chegou a Lisboa a ordem de Roma, mandando suspender a publicação até elucidar-se a questão de dogma, a *Chronica* já estava impressa e Simão de Vasconcelos já tinha presenteado amigos com uns dez exemplares. Toda a edição foi impedida de correr e os exemplares doados foram recolhidos. O padre Vasconcelos passou apertado, mas também quem o mandou dizer que isso que estamos vendo por aqui é o paraíso terrestre? Mas, à força de pareceres de teólogos de Coimbra, Évora e Lisboa, acabou provando que a questão da localização do paraíso terrestre não era questão de dogma e que ele, aliás, não o afirmara, mas sugerira apenas. Por fim, de Magistris permitiu que a obra corresse, mas que se cancelasse o trecho controverso. Como os parágrafos contestados encontravam-se, por sorte, impressos no fim da primeira parte nas “Noticias Antecedentes”, bastou cancelar três folhas e imprimir uma nova para acertar os parágrafos.

Assim se fez, mas sobrou, ainda, um trechinho paradisíaco muito inocente.

A ordem de cancelamento foi tão bem cumprida que não escapou nem um exemplar que se saiba. Todos os que existem, ao contrário do que aconteceu com a obra de Damião de Góis, estão cancelados. Imagine-se o valor de um exemplar completo, se por acaso fosse descoberto!

Outro caso, também muito conhecido, onde não houve cancelamento mas somente acréscimo, é o da *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal*, impressa em Lisboa pelo famoso Paulo Craesbeck, em 1645, em dois volumes. É no segundo volume, depois da assinatura v2, que se nota que a folha seguinte está assinada paradoxalmente v2 1/2 e página 232 1/2. A folha seguinte não tem nem assinatura nem numeração, mas, daí por diante, tudo continua normalmente. Não é preciso, neste caso, muita perspicácia para descobrir que o impressor aumentou duas folhas no caderno, tanto mais que as duas folhas com o texto adicional contêm exatamente todo o texto de um capítulo. Mas, se o impressor facilitou a colação para os bibliófilos, não teve o cuidado de numerar esse capítulo suplementar 50 1/2, preferiu repetir o número 51 do seguinte. Assim é que todos os exemplares contêm dois capítulos 51. Esse acréscimo parece-me que foi feito antes de a obra ser posta à venda, pois os exemplares que aparecem sempre o trazem.

Muitas vezes, o impressor, depois de acabar uma obra e ter distribuído parte da edição, resolve substituir uma folha. Imprime-a separadamente e faz a substituição nos exemplares que ainda tem em estoque. As pessoas que já adquiriram a obra (livreiros ou subscritores) recebem a nova folha para fazerem a troca. Muitos bibliófilos, em vez de fazerem a substituição, mandam



P. M. Balthazar Téllez, *Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal...*, Lisboa, Paulo Craesbeck, MDCXLV [1645], vol. 1 (30 × 22 cm). Frontispício. Acervo BBM.

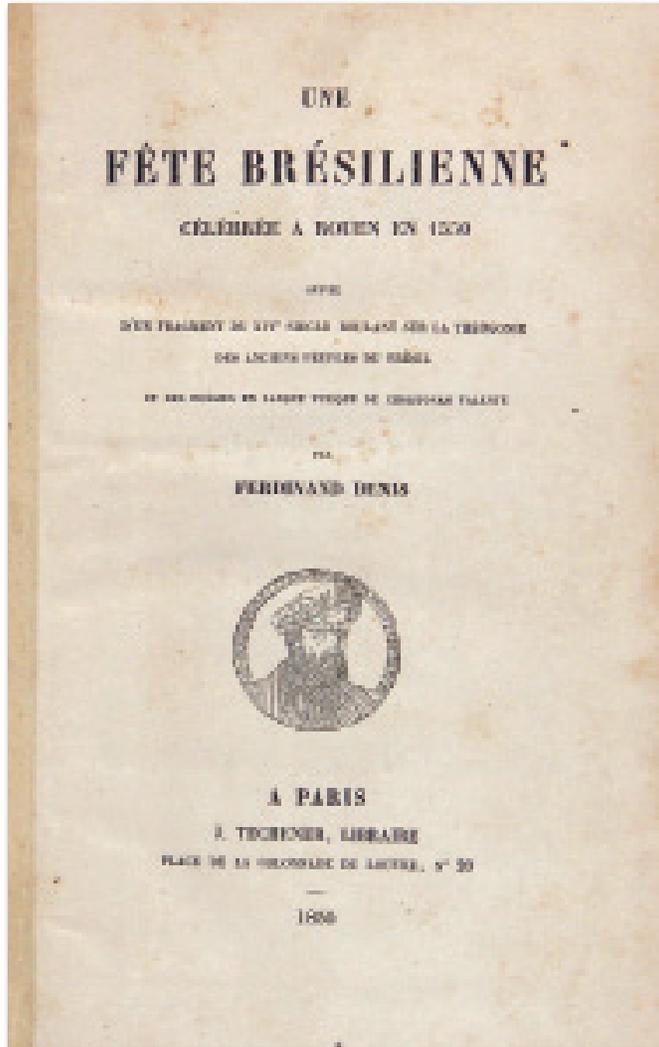
encadernar seus exemplares com as duas. Ficam, portanto, com um exemplar diferente, com duplicata de uma folha. Não há dúvida de que esses exemplares têm seu interesse e não é somente um capricho de bibliófilo que os valoriza. O cancelamento tem sempre uma razão de ser e uma razão importante, senão o impressor não faria despesa com esse trabalho. Não é sempre fácil descobrir, hoje em dia, o motivo que levou ao cancelamento e à substituição de folhas em livros antigos. Em muitos casos não se conhecem exemplares sem cancelamento e não se pode fazer a comparação. Quando existem exemplares de ambos os estados, a razão é, quase sempre (salvo os casos muito comuns de censura), a correção de um erro ou uma mudança no pensamento do autor. Às vezes, é simplesmente porque o impressor quis ou embelezar mais ainda a obra, adicionando uma gravura ou uma vinheta, ou ainda melhorar a paginação.

Lembro-me do caso de um livro extremamente raro e de grande interesse para o Brasil. Trata-se de um dos mais belos livros ilustrados na França, no século XVI. É uma obra muito estudada, embora não se tenha descoberto ainda quem foi o gravador que fez essas magníficas xilogravuras. Para os brasileiros, esse livro tem um valor inestimável, pois contém a descrição das festas que se fizeram em Rouen, na Normandia, por ocasião da entrada solene na cidade de Henrique II e de sua *bien aimée compaigne* Catarina de Medici. Nessas festas tomaram parte uns cinquenta índios brasileiros, que moravam na cidade e para ali tinham sido levados por navios que frequentavam as costas do Brasil. Esses índios e mais uns cem marujos normandos, que por aqui tinham andado, construíram uma aldeia numa praça da cidade e nela se exibiram em seus afazeres, tal como se estivessem em suas tabas. O *clou* da festa foi quando, divididos em dois campos rivais, os “Tabageres”

e os “Toupinambaulx”, como diz o autor, deram-se combate e puseram fogo nas palhoças. Toda a festa vem narrada com detalhes pitorescos nesse famoso livro. Não é somente o texto que interessa para nós, brasileiros: a obra contém, entre outras gravuras, uma grande xilografia em página dupla, mostrando a reconstituição da aldeia indígena, em Rouen, nos seus menores detalhes.

Foi Ferdinand Denis quem revelou ao grande público a existência desse livro precioso numa brochura intitulada *Une Fête Brésilienne à Rouen*, publicada em 1850. O livro foi impresso em 1551, por Jean de Prest para Jean du Gord, livreiro conhecido em Rouen. Não se conhece o autor da obra que foi publicada anônima, mas o título muito comprido, como se usava na época, é *C’Est la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz Spectacles et Magnifiques Theatres...* Esse livro contém um cancelamento feito, parece, depois de a obra estar publicada, pois a folha H5 foi cortada visivelmente e substituída por outra. A folha antiga continha somente texto, a nova², além do mesmo texto, traz uma gravura representando o delfim de França a cavalo. O fato de a nova folha trazer uma ilustração faz pensar que o impressor quis enfeitar mais a obra, mas, por que não o fez antes? Vá alguém lá saber o que se passou numa tipografia em 1551! Contentemo-nos em constatar que existe o cancelamento de uma folha e substituição por outra mais bonita. Se o sabemos é porque, embora existam hoje uns cinco ou seis exemplares somente desse precioso livro, uns foram encadernados com as duas folhas, a cancelada e o *carton*. Não há dúvida de que os últimos são ainda mais valiosos e bem o sabia o bibliófilo que o mandou encadernar. Mas a obra é tão rara que, mesmo um exemplar simplesmente cancelado, é ambicionado pelos colecionadores de França, de Navarra e do Brasil. Haveria ainda muita coisa interessante a dizer sobre esse livro.

“Este livro contém um cancelamento, feito parece depois de a obra estar publicada, pois a folha 5 foi cortada visivelmente e substituída por outra”.



Ferdinand Denis, *Une Fête Brésilienne*, Paris, J. Techener, Librairie, 1850, 104 p. (21 × 13 cm). Acervo BBM.

Mas, o que nos interessa aqui é mostrar como é importante verificar se um livro sofreu ou não cancelamento. Essa verificação é também um meio de saber se um exemplar não está falsificado. Muita gente submete livros a toda sorte de manipulações. É comum substituírem-se folhas deterioradas por outras em bom estado, tiradas de um segundo exemplar. Mais frequente ainda é substituírem-se gravuras. Geralmente, depois da troca de folhas ou gravuras, reencaderna-se o volume. Não é sempre fácil descobrir a troca, mas, quando a substituição foi feita por causa de as folhas originais estarem picadas de traça, um simples exame revela a fraude. Basta reparar bem se os furos continuam através das folhas substituídas. Com as manchas d'água acontece a mesma coisa. O que se deve examinar nesses casos são os defeitos do livro e não a colação.

Os livreiros sérios, sempre que anunciam um livro com folhas de outro exemplar, não se esquecem de mencioná-lo. Não resta dúvida que uma obra nessas condições vale menos. Mas, tratando-se de livros brasileiros, tão difíceis de encontrar em perfeito estado, muito bibliófilo, rigoroso para com obras estrangeiras, tolera exemplares com folhas de outro.

Como se vê, cancelamentos, substituições de folhas, manipulações não são coisas raras. Se os cancelamentos aparecem menos do século XIX em diante é porque os métodos industrializados de produção e o encarecimento da mão de obra fizeram com que se tornasse mais barato reimprimir o caderno inteiro. É por isso que os bibliógrafos preferem diferenciar os cancelamentos de cadernos em livros modernos como “estados” e “tiragens”, quando são, na maioria dos casos, verdadeiros cancelamentos.

Todas essas pequenas diferenças em exemplares diversos de uma obra fazem as delícias dos bibliófilos. Se, muitas vezes, a di-

ferença tem grande importância, como vimos, outras vezes não passam de caprichos de amadores. Mas, em todo caso, é preciso saber reconhecê-las.

NOTAS

1. O fato vem narrado na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite, S. J. (vol. IX, p. 178).
2. Os franceses chamam a folha que substitui a cancelada de *carton*, os ingleses de *cancel*. Deve existir um termo português. Não o conheço e não o encontrei em dicionários.

❧ O PRIMEIRO LIVRO SOBRE ❧ O BRASIL E OS PRIMEIROS IMPRESSOS BRASILEIROS

“DIZÍAMOS, HÁ POUCO, QUE O PRIMEIRO LIVRO SOBRE UM ASSUNTO É SEMPRE PROCURADO. QUANTO MAIS O ASSUNTO É HISTORICAMENTE IMPORTANTE, TANTO MAIS RARO É O LIVRO. O PRIMEIRO LIVRO SOBRE A AMÉRICA (A CARTA DE COLOMBO) TEVE DIVERSAS EDIÇÕES. FOI LIVRO DE SUCESSO NA ÉPOCA. QUALQUER DAS EDIÇÕES É OBRA DISPUTADA A PESO DE OURO HOJE EM DIA.”

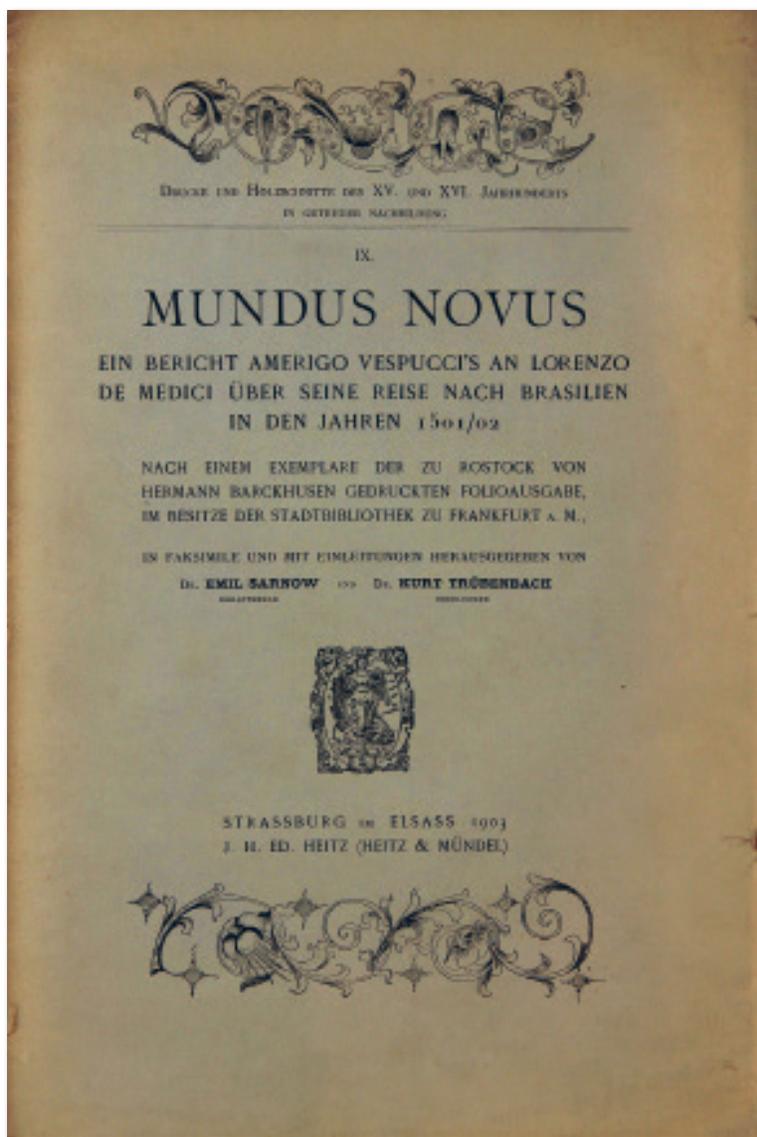
E o primeiro livro sobre o Brasil? É um assunto complicado, que não se pode estudar aqui com o desenvolvimento necessário¹, mas tenho, para mim, que o primeiro livro sobre nosso país é o *Mundus Novus*, de Vespúcio. Desse folheto de poucas páginas existem muitas edições em diversas línguas, umas datadas, outras sem data. Quero crer, seguindo a opinião de Magnaghi, que a primeira edição é a que foi impressa por Johannes Otmar, em 1504, na cidade de Augsburg.

Nesse folheto de oito páginas, Vespúcio narra a viagem que fez pelas costas do Brasil. É um folheto raríssimo em qualquer das doze ou treze edições publicadas na época. Há mais de um século é ardentemente procurado pelos bibliófilos, não porque seja o primeiro impresso sobre o Brasil, mas porque é um documento-chave para o estudo da delicada “questão Vespúcio”, que tem feito, e ainda faz, correr tanta tinta e desperta tanta paixão. É curioso que, até pouco tempo atrás, poucos historiadores ou bibliófilos notaram que o *Mundus Novus* é o primeiro livro sobre o Brasil. José Carlos Rodrigues, que possuía um exemplar, fez sobre esse folheto um longo e erudito comentário (hoje superado), mas não reparou que tinha em suas mãos o primeiro papel impresso sobre o Brasil.

Como disse, o *Mundus Novus* é um folheto raríssimo. Quase todos estão em bibliotecas públicas, mas ainda aparece, de vez em quando, um exemplar de uma ou outra edição. São logo adquiridos pelos colecionadores de Americana, tribo numerosa e poderosa no mundo da bibliofilia, capaz de pagar uns quatro ou cinco mil dólares por esse famoso folheto. No Brasil só existe um, que eu saiba, o que foi de José Carlos Rodrigues. Está na Biblioteca Nacional do Rio. Infelizmente esse exemplar fora lavado e, como não foi conservado com especial cuidado, já se está desfazendo. Não creio que dure muito tempo mais. Os melhores, e das edições mais raras, estão nas grandes coleções oficiais da Europa e dos Estados Unidos. Da edição em holandês só existe um único exemplar na John Carter Brown Library e do resumo em tcheco só existe, também, um único na Tcheco-Eslováquia.

Mas, não são somente os primeiros livros sobre um assunto como a Americana (que abrange a Brasiliana) que são procurados. O primeiro livro sobre a arte de fazer rendas, a primeira obra sobre

“O primeiro livro sobre o nosso país.”



Américo Vespúcio, *Mundus Novus*, Strasbourg, 1504, 20 × 14 cm.

tabaco, sobre jogo de xadrez, sobre taquigrafia, sobre café², sobre qualquer outro assunto, são colecionados pelos bibliófilos.

Um tipo de livro que dá margem para coleção é a primeira impressão feita num país ou numa cidade. Os primeiros livros impressos nas cidades da Europa são incunábulo muito raros e, na sua grande maioria, já fora do alcance dos bibliófilos. Estão, quase todos, nos cofres das grandes bibliotecas oficiais. Muitos são tesouros nacionais e as leis que, em toda parte, protegem o patrimônio histórico, não os deixam sair dos países de origem, salvo quando são duplicatas.

E os primeiros livros impressos no Brasil? Não há, talvez, campo mais vasto e inexplorado em bibliofilia. É um verdadeiro sertão, que poucos bandeirantes percorrem, guiados por roteiros incertos. É um assunto pouco conhecido, onde um bibliófilo estudioso pode fazer descobertas sensacionais. Num país novo como este, não houve ainda tempo para se fazer a história do livro no Brasil³ ou redigir bibliografias que sirvam de guia aos bibliófilos. Os poucos pioneiros que escreveram sobre o assunto não encontraram quem os reeditasse, corrigindo-os e aumentando-lhes a obra. Muito historiador capaz de fazê-lo com proveito prefere escrever sobre história propriamente dita ou história literária. Preferem repetir o que já foi dito sobre nossa evolução política ou sobre nossos poetas a escrever uma boa bibliografia bem documentada. São assuntos considerados de segunda ordem, indignos de um bacharel. De maneira que o bibliófilo que deseja colecionar livros brasileiros é obrigado a abrir o caminho, ele mesmo, a desbravar o sertão praticamente sem guia. É, talvez, por isso mesmo que o assunto é tão interessante.

A questão da introdução da imprensa no Brasil está hoje resolvida, pelo menos em parte, depois dos estudos de Alfredo de

Carvalho, José Higino, Clemente Brandenburger, Afonso d’E. Taunay e Félix Pacheco. Não resta mais dúvida de que o primeiro livro (na realidade, um folheto de 22 páginas) que se imprimiu no Brasil apareceu no Rio de Janeiro em 1747.

Não deixa de ser estranho que a imprensa tivesse aparecido tão tarde no Brasil. Outras possessões portuguesas, como Goa e Macau, tiveram prelo muito cedo. É curioso que os jesuítas que introduziram a imprensa nas reduções do Paraguai em torno de 1700, no Rio da Prata em 1766, e em muitos outros países, não o tenham feito no Brasil. Aqui, onde ministravam instrução superior e defendiam tese, onde redigiam gramáticas e catecismo das línguas indígenas para serem usadas *in loco*, não instalaram prelos junto aos seus colégios. Mandavam imprimir seus livros em Coimbra, Évora e Lisboa.

Não se sabe de nenhuma iniciativa tomada, quer pelas autoridades da Colônia, quer pelas ordens religiosas, para se introduzir a imprensa no Brasil. A política portuguesa era contrária a essa iniciativa, ou pelo menos o foi, a partir de meados do século XVIII.

Mais liberal foi Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa do Nordeste. Pediu que lhe mandassem da Holanda uma tipografia e um tipógrafo capaz. Os diretores da Companhia das Índias Ocidentais tiveram dificuldade em encontrar quem quisesse ir trabalhar no Recife. Quando encontraram um tal Pieter Janszoon e o contrataram, faleceu antes de embarcar. O projeto não foi adiante⁴.

O fato é que não houve prelo no Brasil até que Antônio Isidoro da Fonseca instalasse no Rio de Janeiro uma tipografia em 1747, que chamou de “segunda oficina”, querendo significar que possuía uma primeira em Portugal. De fato, Isidoro da Fonseca

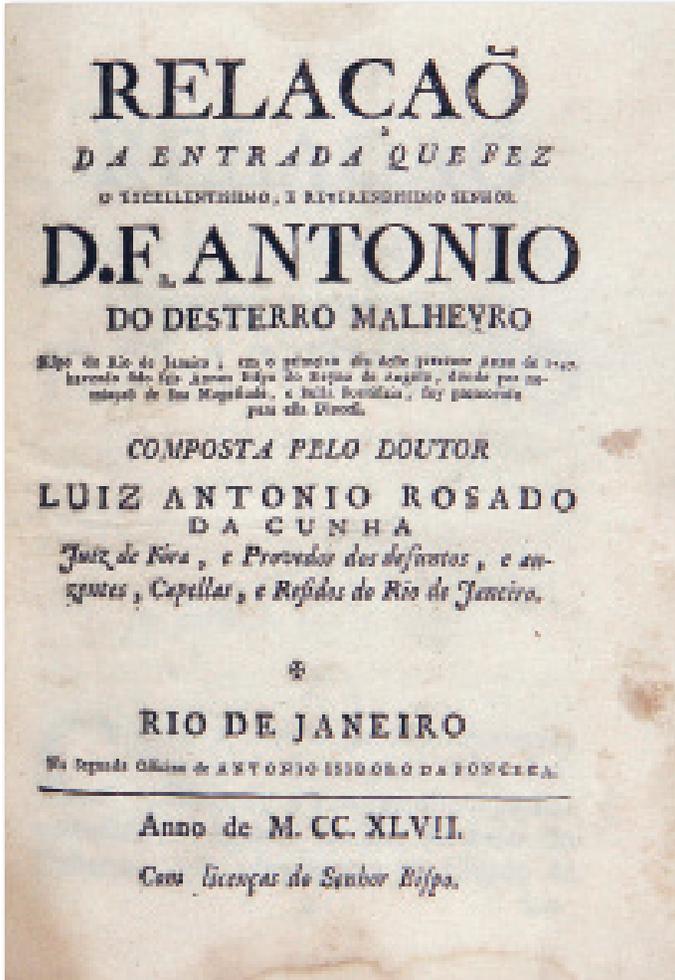
era impressor conhecido em Lisboa, onde tinha publicado muitas obras de vulto e de autores célebres⁵.

Por que um impressor tão importante liquidou sua oficina em Portugal e veio para o Rio de Janeiro? Não se sabe ao certo. Alguns historiadores, como Capistrano de Abreu e Félix Pacheco, supõem que Isidoro da Fonseca fosse cristão-novo ou mosaizante e, talvez, tivesse achado melhor, em certo momento, liquidar seus negócios em Lisboa, por estarem muito perto da Inquisição. É possível que o fato de ter publicado três obras de Antônio José da Silva, queimado pelo Santo Ofício, não fosse estranho à resolução que tomou. Mas o próprio Antônio Isidoro da Fonseca, num requerimento que fez em 1750, em Lisboa, diz que “desfez a sua casa e a sua oficina, assim para satisfazer a alguns credores, como para assentar no Rio de Janeiro, com o intento de ganhar o que lhe era preciso e à sua mulher”. A lhe dar crédito, foram os maus negócios que o forçaram a liquidar sua oficina em Lisboa e emigrar para o Brasil e tentar a vida com uma “segunda oficina”. Há, também, os que pensam que, chegado ao Rio, foi protegido pelo governador Gomes Freire de Andrade, conhecido como protetor das letras. Mas, na realidade, nada se sabe ao certo.

O fato é que, em fevereiro de 1747, Isidoro da Fonseca publicou no Rio de Janeiro um folheto de vinte e duas páginas, intitulado: *Relação da Entrada que Fez [...] D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro [...] Composta pelo Doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha [...]*

Mas, logo que se soube em Lisboa que o bispo D. Antônio tinha feito sua entrada no Rio e que uma *Relação* dos festejos tinha sido impressa nessa cidade, baixou-se uma provisão, mandando fechar a tipografia, apreender todo o material e remeter tudo para o Reino⁶. A provisão explica por que não admitia prelos no

“Esta *Relação* é, incontestavelmente, o primeiro livro [...] impresso no Brasil” (*Bibliografia Brasileira*).



Luiz Antonio Rosado da Cunha, *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo...*, Rio de Janeiro, Segunda Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, MCCXLVII [1747]. 20 p. 1 f. s. n. (19 × 14 cm). Página de rosto. Acervo BBM.

Brasil: “não é conveniente [...] nem de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, onde as despesas são maiores que no Reino”⁷.

Não permitir que indústrias se desenvolvessem nas colônias e viessem a prejudicar as da metrópole era a política normal adotada por todos os países europeus naquela época mercantilista. Como consequência da provisão, tudo foi remetido para Lisboa: prelo, tipos, papel e o próprio tipógrafo seguiu o material. Mas Isidoro da Fonseca não desistiu da ideia de se estabelecer no Brasil. Em 1750, requereu, pedindo para voltar e instalar aqui uma tipografia. O despacho, no próprio requerimento, foi lacônico: “Escusado”. Era escusado insistir, a licença não lhe seria dada e o fundador da imprensa no Brasil parece que desistiu da ideia. Nada mais se sabe dele.

Nenhuma outra tipografia existiu no Brasil⁸ até que a mudança do governo português para o Rio de Janeiro exigiu a instalação de uma imprensa para a publicação dos atos oficiais. Fundou-se, então, em 13 de maio de 1808, a Imprensa Régia. Em 1811, D. João autorizou Manuel da Silva Serva a estabelecer outra tipografia na Bahia. Essas duas oficinas foram as únicas que funcionaram no País até as vésperas da Independência. De 1822 em diante, a imprensa espalhou-se pelo país inteiro.

Em 1747, Isidoro da Fonseca não imprimiu somente a relação da entrada do bispo. Saídos de sua oficina, existem mais dois trabalhos. Um deles tem o seguinte título ao alto da primeira página: *Em Aplauso do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheyro, Dignissimo Bispo desta Cidade*. São dezessete folhas impressas de um só lado. As cinco primeiras contêm um *Romance Heroico*, versos encomiásticos ao bispo. As outras doze folhas restantes contêm epigramas em latim e um so-

neto em português, sobre o mesmo assunto. O outro é uma tese. *Conclusiones Metaphysicas de ente reali*, do jesuíta Francisco de Faria. Esse trabalho tem a particularidade de ter sido impresso num pedaço de seda e não em papel. É interessante essa impressão, não por ter sido executada em seda (pois é possível que tivesse tirado outros exemplares em papel), mas como peça tipográfica. Revela um grande talento de *mise en page*. Não era fácil fazer caber numa única página, embora de grande formato, a dedicatória e as três conclusões da tese de Francisco de Faria. Demonstra, também, que o impressor tinha trazido para o Rio tipos de diversos corpos, itálicos e enfeites. Mas os recursos da “segunda oficina” de Isidoro da Fonseca não lhe permitiam fazer trabalhos de monta. Em todo caso, dera ele prova em Portugal e no Brasil que era tipógrafo hábil. O governo português tinha motivo (tendo-se em conta a mentalidade da época) para temer uma futura concorrência à indústria gráfica do Reino. Convinha, portanto, matar a iniciativa logo de início. As razões que levaram o governo a confiscar a tipografia de Isidoro da Fonseca em 1747 e a lhe negar a volta ao Brasil em 1750 estavam baseadas em princípios mercantilistas vitais para a economia da metrópole.

Mas a provisão alegava, também, motivos de ordem jurídica. Nenhum livro podia ser impresso ou circular em Portugal sem as “licenças necessárias”. Ora, tanto as autoridades civis como as eclesiásticas, encarregadas da censura, tinham sede em Lisboa. Se houvesse tipografia no Brasil, os originais de uma obra teriam, portanto, que ser remetidos para Portugal, para serem aprovados. Só uma vez obtidas as autorizações, voltariam para serem impressos. Como nenhum livro podia circular sem que o texto impresso fosse conferido com o original, seria necessário fazer nova expedição para Lisboa, para a conferência, e nova remessa para o Brasil,

com autorização para circular. Não resta dúvida de que esse vai-vém era muito incômodo e demorado. A provisão achava muito mais fácil receber os originais dos livros escritos no Brasil e fazer todo o resto em Portugal. Evitavam-se extravios, demoras e prejuízos à indústria da metrópole.

O governo não impedia que os autores brasileiros publicassem livros. São inúmeras as obras de brasileiros escritas no Brasil, mas todas foram impressas em Portugal. Escaparam, apenas, essas poucas produções de Isidoro da Fonseca. Como foi possível publicar no Brasil um livro sem “todas as licenças necessárias?” Isidoro da Fonseca, velho impressor em Lisboa, sabia muito bem que publicar um livro sem as licenças era muito grave. Não quis assumir essa tremenda responsabilidade. Requereu licença, mas ao bispo. No requerimento (que vem impresso no fim da *Relação* com os despachos), diz que “pretende imprimir a *Relação* incluza, mas como não esteja inda revista por Vossa Excellencia tanto como Inquizidor Delegado, como Ordinario, para se ver se tem cousa, que offenda à nossa Santa Fé, pede a V. Excellencia que vista que seja a dita *Relação* não tendo couza contra os bons costumes conceda V. Excellencia a dita graça por ser obra volante”. D. Antônio mandou o padre Cristóvão Cordeiro ver “o papel”. Este não achou “nelle couza alguma contra a nossa S. Fé e bons costumes”. Então o bispo despachou, em 18 de janeiro de 1747: “Pode-se imprimir, e não correrá sem ser revisto para ver se está conforme o original”. Em 7 de fevereiro, o padre Cordeiro conferiu o texto já impresso e informou: “Está conforme o seu Original”. No mesmo dia, o bispo deu o último despacho: “Visto estar conforme o original, pode correr”. A impressão foi feita em vinte e um dias, mais ou menos uma página por dia, admitindo-se que tudo tenha sido feito sem demora.

Se pensarmos bem, tudo nesse folheto é contra a lei e Antônio Isidoro da Fonseca bem o sabia, como se vê do seu requerimento. Ele não podia pedir licença somente ao bispo e ignorar a autoridade civil. Isidoro atribuiu ao bispo uma autoridade que lhe cabia somente em parte. Como bispo (ordinário) e como delegado do Santo Ofício no Rio, D. Antônio do Desterro só podia atestar que a *Relação* nada continha contra a Santa Fé, mas não podia (e, aliás, não o fez) atestar que não era obra subversiva, ou infestada de ideias contra o Estado, como se costumava alegar quando era o caso. Isidoro deixa entender que sabia muito bem disso, tanto que pede a graça de imprimir a *Relação* “por ser obra volante”.

Toda gente parece estar de acordo em amenizar os rigores da lei e facilitar o despacho do requerimento, embora não tivesse seguido todos os canais competentes. Tratava-se de deixar circular um simples folheto escrito por um juiz, elogiando um bispo, onde não havia nada de mal, uma simples narrativa dos festejos realizados no Rio, por ocasião da posse do bispo. Tudo isso nos parece tanto mais provável que a *Relação* não traz ao pé da página de rosto, como era praxe em todos os impressos dessa época, o sacramental: “Com todas as licenças necessárias”, mas esta fórmula nova e única: “Com licença do Senhor Bispo”. D. Antônio do Desterro Malheiro endossara o ato ilegal de Antônio Isidoro da Fonseca.

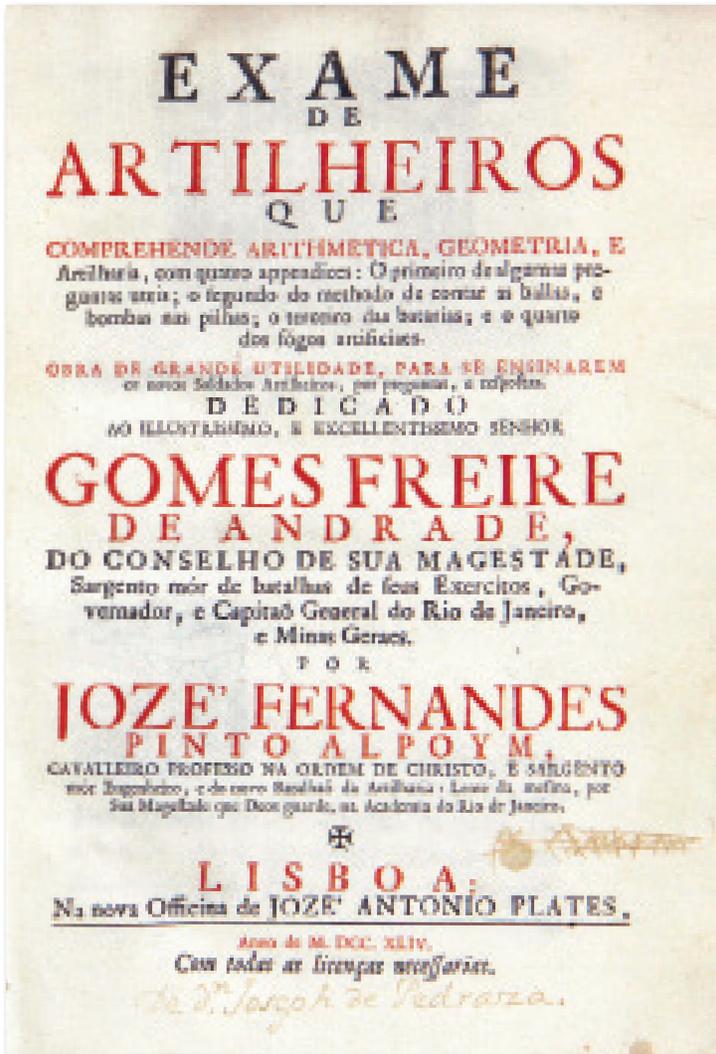
Assim foi impresso e circulou o primeiro livro publicado no Brasil. É curioso notar que existem duas tiragens desse raríssimo cimélio: na primeira, a data, ao pé da página de rosto, saiu impressa MCCXLVII [1247], em vez de MDCCXLVII [1747]. Além desse engano existe, na segunda tiragem, uma pequena mudança de palavras no texto de uma frase.

A edição não deve ter sido muito grande. Uma “obra volante” desse gênero, mesmo em Portugal, não excederia duzentos exemplares. O fato é que, hoje em dia, só se sabe da existência de três exemplares da primeira tiragem: o da Biblioteca do Itamaraty, o da New York Public Library e o meu. Da segunda tiragem (com a data certa), sabe-se que existem dois exemplares na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um na New York Public Library, outro na Biblioteca de Coimbra e outro ainda na Catholic University of America (coleção Oliveira Lima). É possível que existam mais alguns em alguma biblioteca. É possível, também, que um livreiro feliz descubra um e o venda por preço bem alto. Mas, por enquanto, todos, salvo o meu, estão em bibliotecas públicas e nunca serão vendidos. É por isso que evito mostrá-lo a bibliófilos moços. Não gosto de provocar em colegas o desejo de encurtar as “horas breves de meu contentamento”.

Quanto aos dois outros trabalhos avulsos feitos por Antônio Isidoro da Fonseca no Rio, só se sabe da existência de um único exemplar de cada. A coleção de versos *Em Aplauso...* encontra-se encadernada em seguida à *Relação*, na coleção Barbosa Machado, e a grande “folha” de seda, contendo as *Conclusiones* de Francisco de Faria, acha-se no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. É a primeira tese impressa no Brasil e o primeiro trabalho de um jesuíta brasileiro impresso aqui.

Não se conhecem outros exemplares das produções da oficina de Isidoro da Fonseca. Mas não me admiraria que aparecessem mais⁹. Esses impressos são pouco conhecidos. Raros são os bibliófilos que os viram, mais raros ainda os que estudaram a questão. No estrangeiro, onde a história dos primeiros livros impressos num país provoca sempre estudos, pouca gente conhece o caso de Isidoro da Fonseca. Pode-se dizer que até Félix Pacheco, em 1931,

“O primeiro trabalho de matemática escrito por um brasileiro.”



José Fernandes Pinto Alpoym, *Exame de Artilheiros...*, Lisboa, Nova Officina de Jozé Antonio Plates; MDCCXLIV [1744]. 259 p. (15,3 × 20,5 cm). Página de rosto. Acervo BBM.

esclarecer, em parte, a história da *Relação da Entrada do Bispo*, muita gente erudita (salvo Clemente Brandenburger) acreditava que da “segunda oficina” de Isidoro da Fonseca tivessem saído dois outros livros: o *Exame de Bombeiros* e o *Exame de Artilheiros*, ambos de autoria de José Fernandes Pinto Alpoym, lente da Escola de Artilharia do Rio. Essa lenda originou-se do fato de ambos os volumes terem sido escritos no Brasil, ambos dedicados a Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, e contem cartas, nas páginas preliminares, escritas no Rio. Acresce que uma das estampas do *Exame de Bombeiros* está datada “Rio 1749”. Acontece que são muito semelhantes tipograficamente falando e foram publicadas em 1744 e 1748, portanto contemporâneas da *Relação da Entrada do Bispo*. Há ainda outros fatos que se prestam à confusão. O *Exame de Artilheiros* foi mandado recolher logo depois de publicado e o *Exame de Bombeiros*, impresso em português em Madrid, traz licenças portuguesas.

O grande culpado dessa crença é Varnhagen. De fato, na primeira edição da sua *História Geral do Brasil*, publicada em Madrid em 1857, diz ele:

No Rio chegou a haver até uma imprensa, estabelecida por um Antônio da Fonseca que, sem ser clandestinamente, imprimiu em 1747 um livro acerca da entrada do último bispo. E há quem creia que desses tipos saiu clandestina a impressão do livro chamado *Exame de Bombeiros*, do lente da Escola de Artilharia Alpoim. O *Exame de Artilheiros*, livro do mesmo autor e muito mais raro que o primeiro, havia já sido antes impresso e até fora mandado recolher, por Carta Régia (de 15 de julho de 1744) ao corregedor d’Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nele com a pragmática acerca de tratamentos.

Na segunda edição, impressa em Viena em 1877, Varnhagen é mais positivo:

A mesma cidade [Rio de Janeiro] chegou em 1747 a possuir uma imprensa, estabelecida por um Antônio da Fonseca, que imprimiu nesse ano um livro, acerca da entrada do bispo. E não falta quem opine que aí foi também impresso, senão o *Exame de Bombeiros*, do lente da Escola de Artilharia Alpoim, pelo menos o *Exame de Artilheiros*, do mesmo autor, mandado recolher por Carta Régia de 15 de julho de 1744 ao corregedor da Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nele com a pragmática dos tratamentos.

Quais seriam os documentos ou argumentos em que Varnhagen baseou a afirmação de que esses dois livros, um com a imprensa de Madrid, 1748, por Francisco Martinez Abad, e outro com a imprensa de Lisboa, 1744, por Antônio Isidoro da Fonseca¹⁰, foram impressos no Rio de Janeiro? Não se sabe. Varnhagen não citava quase nunca os documentos que utilizava. Teria ele, aliás, visto documentos nesse sentido ou simplesmente assim imaginou? Esse exemplo nefasto de não citar documentos foi seguido por muitos historiadores brasileiros e ninguém, tal o prestígio desse grande investigador, teve a curiosidade de verificar essas asserções. Varnhagen era tabu. Os que o seguiram, limitaram-se a repetir o que o “mestre” tinha dito. Inocêncio, com sua autoridade de bibliógrafo, repetiu Varnhagen. A lenda espalhou-se. Todos os autores (Moreira de Azevedo, Fernandes Pinheiro, Sacramento Blake, Vale Cabral e outros mais), que trataram da questão da introdução da imprensa no Brasil, repetiram o que havia dito Varnhagen. Um único, Clemente Brandenburger, num artigo publicado em 1925, no *Gutenberg-Festschrift*, com o título de “Die seltesten Brasilia-

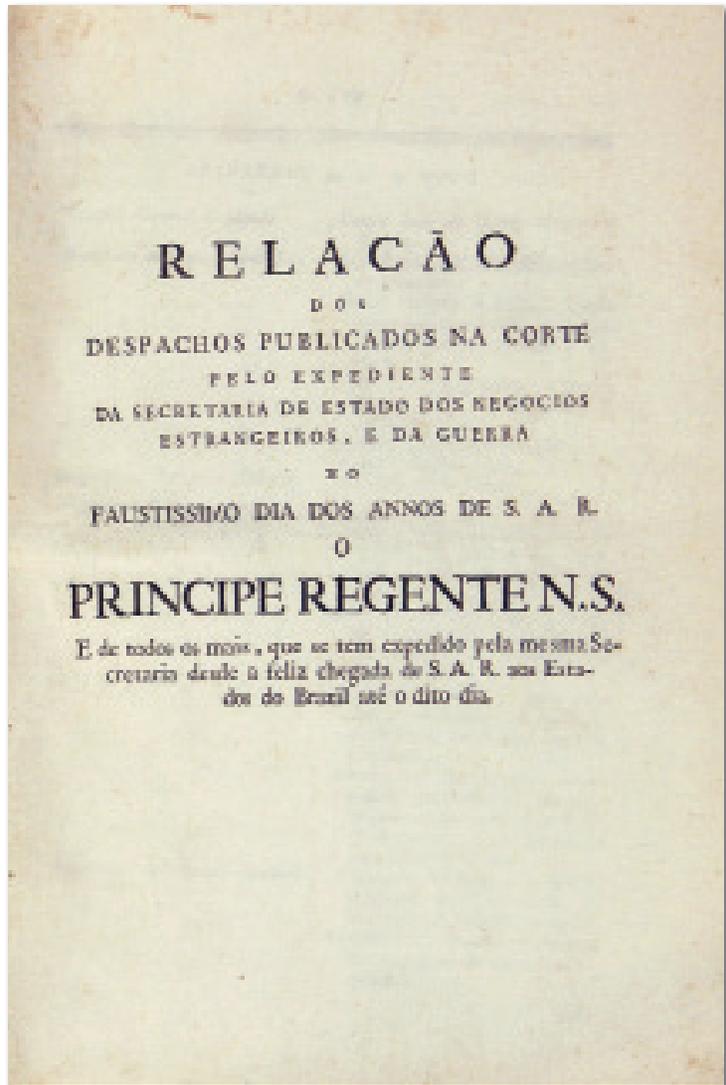
nischen Drucke”, não concordou com Varnhagen e não acreditou na lenda de o *Exame de Bombeiros* e de o *Exame de Artilheiros* terem sido impressos no Brasil. É verdade que não baseou sua argumentação em nenhuma documentação.

O artigo de Brandenburger, publicado em alemão numa revista especializada, pouco conhecida no Brasil, passou despercebido entre nós. Uma feliz coincidência fez reviver a questão. Afonso d’E. Taunay foi, em 1930, convidado a organizar a Biblioteca do Itamaraty. Na verdade, não organizou coisa nenhuma: esse grande erudito não era capaz de organizar nem seus próprios escritos, quanto mais uma biblioteca. Remexeu todos os livros e encontrou o exemplar da *Relação da Entrada do Bispo* com a data errada de que falamos e logo percebeu a importância do achado. Desse feliz acontecimento deu logo notícia em quatro daqueles enormes artigos que publicava aos domingos no *Jornal do Commercio* do Rio. Esses artigos cheios de informações eruditas, de observações inéditas, de mistura com citações de memória e das digressões costumeiras, provocaram a curiosidade de toda gente.

Félix Pacheco, diretor do *Jornal do Commercio* e colecionador de Brasiliana, escreveu a Taunay, felicitando-o e fazendo-lhe perguntas sobre o caso da primeira tipografia no Brasil. Taunay respondeu. Travou-se, assim, entre os dois acadêmicos, uma correspondência sobre o caso. Félix Pacheco entusiasmou-se pelo assunto, estudou a fundo a questão, e chegou à conclusão de que nem o *Exame de Bombeiros* nem o *Exame de Artilheiros* tinham sido impressos no Brasil, mas simplesmente nos lugares indicados nas portadas das duas obras, em Lisboa e Madrid, respectivamente.

À medida que Félix Pacheco fazia suas pesquisas, escrevia a Taunay, contando suas descobertas. Revelou que as oficinas que imprimiram o *Exame de Bombeiros* e o *Exame de Artilheiros* exis-

“É a primeira das publicações da Impressão Régia.”



Relação dos Despachos Publicados na Corte..., Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1808, 30,5 × 21,5 cm. Acervo BBM.

tiram de fato em Lisboa e Madrid e que Isidoro da Fonseca era grande impressor em Lisboa, antes de se mudar para o Rio. Essas cartas, e algumas outras de outras pessoas, fazendo sugestões, reuniu ele, mais tarde, num alentado volume, que intitulou: *Duas Charadas Bibliográficas*.

Não se trata de um livro sobre o problema da introdução da imprensa no Brasil, como seria de esperar, mas de uma coletânea de cartas a Afonso Taunay e outras pessoas, escritas à medida que Félix Pacheco ia fazendo suas investigações. Ora, quando fazia um achado, ou tinha uma ideia, escrevia logo uma carta. Muitas vezes na seguinte, abandonando a ideia, comunicava outro achado ou, então, perdia-se em investigações que nada tinham que ver com o assunto e em digressões tolas e, às vezes, ingênuas. Algumas dessas pesquisas paralelas deram resultado interessante. Descobriu que o primeiro livro em português publicado na América, o *Luzeiro Evangelico*, por João Batista Morelli de Castelnuovo, frade misterioso, cuja biografia é pouco conhecida, foi impresso no México em 1710.

Toda essa confusão torna a leitura das *Duas Charadas Bibliográficas* um verdadeiro suplício. Não existe livro mais difuso, confuso e obtuso, como diria Varnhagen. Se, em vez de reunir uma correspondência, tivesse escrito um estudo sobre a introdução da imprensa no Brasil, teria redigido um livro clássico, que perpetuaria seu nome de acadêmico já esquecido. Sem contar que submete todos os interessados no assunto a torturas e desesperos.

Se Félix Pacheco deslindou o mistério do *Exame de Artilheiros*, do *Exame de Bombeiros* e muitos dos fatos referentes à introdução da imprensa no Brasil, não me parece que tenha explicado tudo de uma maneira satisfatória. Para começar, engana-se, afirmando que o *Exame de Bombeiros* contém dezenove pranchas gravadas,

quando na realidade são vinte, sem contar o retrato de Gomes Freire e uma “tábua” ou tabela impressa. O que não explica é o caso das gravuras. Todas são de autoria de José Francisco Chaves, salvo o retrato de Gomes Freire, que foi gravado por O. Cor, artista conhecido, estabelecido em Lisboa. A gravura XVII traz, no ângulo direito, a indicação “Rio 1749”. Teria ela realmente sido gravada no Rio de Janeiro em 1749? E como explicar essa data, se o livro está datado do ano anterior, de 1748? São fatos que Félix Pacheco não estudou satisfatoriamente e mistérios que não pôde desvendar. Há outras questões que poderiam ser reestudadas e, talvez, com resultados diferentes.

Como disse, nem tudo está esclarecido no caso da introdução da imprensa no Brasil. Há, ainda, margem para muita investigação. Não creio, porém, que o exame dos livros, por mais minucioso que seja, revele muita coisa. Mas creio que investigações nos arquivos de Portugal, entre processos e papéis da época, revelem novidades. É de se esperar que investigadores retomem o estudo da questão e possam esclarecer todos os aspectos obscuros da introdução da imprensa no Brasil.

Depois de Antônio Isidoro da Fonseca, não houve mais tipografia no Brasil até 1808, quando, para o Rio, mudou-se o governo português. A tipografia que se montou na nova capital era nova, nunca tinha sido usada. Fora encomendada na Inglaterra por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, para imprimir em Lisboa os papéis da sua secretaria. As caixas, contendo a tipografia, não tinham sido ainda retiradas do cais, quando a corte teve que embarcar às pressas para o Brasil, acossada pelas tropas francesas. Os caixotes foram embarcados com tudo que se amontoava no cais, à espera de lugar nos porões dos navios ingleses.

A imperiosa necessidade de haver, na nova sede do governo, uma tipografia para imprimir os atos oficiais, fez com que se instalassem logo os prelos encomendados em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e chegados ao Rio a bordo da nau Medusa, no dia 7 de março de 1808. Terminada a instalação, o príncipe regente D. João expediu um decreto nesse sentido, datado de 13 de maio¹¹.

Com essa data existe um folheto de vinte e sete páginas intitulado: *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra no Faustissimo Dia dos Annos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais que se têm expedido pela mesma secretaria, desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia. A Relação dos Despachos* foi publicada no dia 13 de maio de 1808, conforme está declarado na imprensa, colocada no fim do texto, como era uso em folhetos. Mas não foi publicada, conforme muitos supõem, em comemoração desse ato, mas do faustíssimo dia de anos de S.A.R. o Príncipe Regente N. S., tal como está impresso no título.

Aliás, nesse dia, não foi assinado somente o decreto referente à Impressão Régia, mas muitos outros. Dia 13 de maio foi, digamos assim, dia de despacho com o secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra, tendo o príncipe regente assinado muitos outros atos que lhe foram apresentados à sanção por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Existem, que eu saiba, nove outros atos assinados no mesmo dia 13 de maio¹².

Ora, todos esses atos também foram publicados no mesmo dia 13 de maio, como foi a *Relação dos Despachos*? Não se pode saber. Não se usava imprimir cartas régias, decretos e alvarás com páginas de rosto, imprensa e data. A impressão era feita sem pá-

gina de título e sem data de publicação. Esse tipo de impresso continha somente o texto do ato oficial com a data da assinatura, o registro (quando era o caso) e o nome da tipografia. Assim se fazia em Portugal, assim se continuou a fazer no Brasil até depois da Independência. Mas é possível que esses papéis tenham sido publicados na mesma data que a *Relação dos Despachos*.

Aliás, não deixa de ser curioso que o decreto de 13 de maio não faça alusão alguma ao fato de se estar fundando a imprensa no Brasil. Esse ato da maior importância, que faria exultar Luís Gonçalves dos Santos (o padre Perereca, como era conhecido)¹³ e provocaria em Londres comentários amargos de Hipólito da Costa¹⁴, não é notado nem no decreto nem em impresso algum desse ano.

Tudo se passa como se tratasse simplesmente de dar novas funções a uma repartição já funcionando.

Diz o decreto simplesmente, sem a pompa que se usou para criar outras instituições novas no Brasil, “que os prelos que se acham nesta capital eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia [...]”. Parece até que os prelos, já instalados, estavam funcionando, porém como repartição da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e que, do dia 13 de maio em diante, passariam a funcionar como Impressão Régia, encarregada de publicar “toda a legislação”. Até parece que esse decreto não era mais que uma formalidade, como muitos outros, que o Príncipe Regente assinou, pois não houve interrupção legal na vida administrativa da monarquia portuguesa pelo fato de ter mudado a corte de residência. A rotina administrativa continuou. O dia 13 de maio, dia de seu aniversário, era dia de despacho com o secretário de Estado dos Negócios Es-

trangeiros e Guerra e nesse dia assinou, como em todos os dias de despacho com esse secretário, diversos atos relativos a essa pasta: perdoou desertores, criou a Ordem da Espada, regulou a Brigada da Marinha, mandou fazer guerra aos “Botecudos”, criou uma fábrica de pólvora e mandou que a casa “onde se estabeleceram” (como diz o decreto) os prelos destinados à Secretaria de Estado servisse “interinamente” de Impressão Régia.

Se a *Relação dos Despachos*, datada de 13 de maio de 1808, foi de fato impressa nesse dia, não há dúvida de que os prelos já estavam instalados e funcionando, diria *Monsieur* de La Palisse. Teriam produzido outros papéis antes desse dia? Teriam sido impressos, concomitantemente, os outros despachos ou outros papéis que não sabemos?¹⁵ Quem poderá responder a essas perguntas?

O fato é que a *Relação dos Despachos*, trazendo a data do decreto criando a Impressão Régia e dizendo ter sido publicado em comemoração ao aniversário do Príncipe Regente, que fazia anos nesse dia 13 de maio, é tido como sendo o primeiro impresso saído dessa oficina. Desse dia em diante, a Impressão Régia passou a imprimir todos os atos do governo, não somente os que foram assinados daí por diante, mas todos os que já tinham sido sancionados mas não tinham sido publicados. Só nessa ocasião é que foi impressa a carta régia, abrindo os portos do Brasil, assinada na Bahia em 28 de janeiro¹⁶.

Diversos desses papéis oficiais (cartas régias, alvarás, decretos) tiveram várias edições, isto é, foram impressos diversas vezes. Assim se procedeu até as vésperas da Independência. Esse fato era provocado, provavelmente, pela necessidade de se remeter a todas as repartições os atos oficiais impressos para o conhecimento dos administradores. Esgotada a primeira edição, fazia-se nova composição e impressão.

As repartições colecionavam essas leis em ordem, para consulta. Em 1811, a Imprensa Régia mandou imprimir um índice cronológico de todas as leis, publicadas de 1808 a 1811, e uma folha de rosto com o seguinte título: *Código Brasiliense ou Coleção das Leis, Alvarás, Decretos, Cartas Régias etc. Promulgadas desde a Feliz Chegada do Príncipe Regente N. S. a Estes Estados com um Índice Cronológico. Tomo I.*

Em 1812, procedeu-se da mesma forma, publicando-se uma folha de rosto (*Tomo II*), para enfeixar as leis avulsas, publicadas durante o ano de 1811. Em 1814, fez-se nova folha de rosto e índices (também com a indicação de *Tomo II*) para substituir a de 1812 e enfeixar as leis de 1811, 1812 e 1813. Em 1820, enfim, saiu a última folha de rosto do *Tomo II*, abrangendo os anos de 1811 e 1819. Esses índices e as respectivas páginas de rosto eram colocados na frente das coleções de leis avulsas, conservadas e colecionadas. Quando saía uma página de rosto, substituía-se a antiga pela nova. Toda a legislação publicada de 1808 a 1819 estava assim contida em dois volumes, com seus respectivos índices anuais⁷.

Quer me parecer que a Imprensa Régia, à medida que ia imprimindo as leis e as distribuía, conservava exemplares para, mais tarde, formar coleções. É possível que, quando se imprimiram as páginas de rosto com os índices, tenham verificado que, de uma ou outra lei, não havia exemplares suficientes para formar bastantes coleções e tenham, então, mandado reimprimir as leis de que havia falta. É, talvez, essa a explicação para o fato de existirem várias edições de certas leis.

É curioso notar que as coleções feitas na Imprensa Régia e que serviram de base para os índices não eram absolutamente completas, pois existem leis avulsas que não figuram nos índices.

O início das atividades da Imprensa Régia não foi tão simples quanto poderia parecer. Mas até prova do contrário (se é que seja necessário provar o contrário), a *Relação dos Despachos*¹⁸, datada de 13 de maio de 1808, é o primeiro impresso que dela saiu. Esse folheto de vinte e sete páginas é extremamente raro. Só se conhecem poucos exemplares¹⁹.

Se esse folheto é o primeiro impresso feito na Imprensa Régia, qual seria o segundo? Alfredo do Vale Cabral, que relacionou quase tudo que se imprimiu no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1822, não estabeleceu quais foram o segundo e o terceiro impressos publicados na Imprensa Régia. Tinha ele em mãos dois elementos preciosos para fazer ou tentar fazer uma classificação cronológica: o livro de registro de entrada de impressos na Biblioteca Nacional²⁰ e o arquivo da atual Imprensa Nacional. O livro de registro desapareceu e a Imprensa Nacional sofreu um incêndio em 1907, que tudo destruiu. Talvez um hábil bibliófilo, estudando a questão com argúcia, possa descobrir muita coisa nova e interessante sobre os primeiros folhetos saídos da Imprensa Régia.

A obra de Vale Cabral é um monumento da bibliografia brasileira, apesar das omissões e enganos inevitáveis em obras desse gênero. Os *Annaes da Imprensa Nacional*²¹, desse grande bibliógrafo, são o guia mais perfeito sobre esse assunto. Se hoje os bibliófilos podem colecionar esses impressos que se estão tornando raros, é em grande parte graças a esse funcionário da Biblioteca Nacional.

São raros os bons estudos sobre história do livro no Brasil. Geralmente o que aparece nada traz de novo, não passa de compilação de dados sobre os primeiros jornais publicados nos diferentes Estados. São catálogos de periódicos sem o menor comentário. Não têm sequer a utilidade de uma lista telefônica. Faltam-nos estudos sérios sobre as origens e desenvolvimento da imprensa

nas diferentes regiões do Brasil. Quais foram os primeiros livros impressos em Pernambuco, no Pará, em São Paulo? O que se lia, o que se imprimia nas províncias na época da Independência? Graças a Vale Cabral, temos informações seguras sobre o que se produziu no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1822, mas nada de semelhante temos para as outras partes do país. Eu deveria dizer nada tínhamos, pois apareceu um notável estudo do Sr. Renato Berbert de Castro sobre *A Primeira Imprensa da Bahia* que vem preencher essa lacuna no que toca a esse Estado²².

Essa obra notável divide-se em duas partes. Na primeira, o autor estuda a vida de Manuel Antônio da Silva Serva, o fundador da primeira tipografia baiana, e narra a história de sua oficina, a segunda que houve no Brasil. O grande mérito desse estudo está no fato de o autor ter revisto toda a questão e não se ter contentado em repetir as informações esparsas nas obras de historiadores anteriores. Foi aos arquivos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Lisboa, assentou sua história em sólida documentação. Muitos pontos obscuros foram esclarecidos, muitos fatos novos foram narrados, muita afirmativa anterior foi rebatida com prova documental. Não resta dúvida de que esse notável trabalho é básico para o estudo da história do livro no Brasil.

Na segunda parte, o autor faz o recenseamento de toda a produção da tipografia de Silva Serva, desde sua fundação em 1811 até 1819, data do falecimento do introdutor da imprensa na Bahia. Não deve ter sido essa parte a mais fácil de fazer, pois é sabido que nenhuma biblioteca é rica em impressos baianos dessa época. A Biblioteca Nacional é paupérrima, a Nacional de Lisboa possui algumas obras, a da Faculdade de Medicina de Salvador nada tem, ou tinha, quando a consultei anos atrás. Quanto à Biblioteca Pública do Estado da Bahia, sua pobreza era justificada pelo in-

cêndio de 1912. Mas não creio que essa instituição jamais tivesse tido muitas primeiras impressões baianas. Lendo, com essa finalidade, seu primeiro catálogo impresso em 1819, fiquei intrigado com o fato de a biblioteca possuir nessa época apenas uma ou duas obras feitas por Silva Serva. Não tive ainda a ocasião de consultar o catálogo de 1858 para verificar se essa estranha lacuna tinha sido preenchida. Mas, esse fato só teria a vantagem de responder à minha curiosidade, pois, como se sabe, o acervo antigo da biblioteca não existe mais. Diante dessa pobreza de nossas bibliotecas, o Sr. Berbert de Castro recorreu às coleções particulares e foi aí que encontrou a maior parte das obras procuradas. Entretanto, alguns impressos de cuja existência ele sabia pela leitura da *Idade d'Ouro* e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, não conseguiu vê-los.

A descrição das espécies nessa preciosa segunda parte é minuciosa como convém e indica onde se encontra o exemplar consultado. Os comentários que faz a cada obra são esclarecedores, alguns extremamente valiosos. As reproduções das páginas de rosto de muitos volumes são extremamente úteis para se ter uma ideia da habilidade do tipógrafo Silva Serva e poder comparar sua produção com a da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

A tipografia de Silva Serva continuou a operar depois da morte de seu fundador em 1819. O Sr. Berbert de Castro promete-nos um novo volume sobre o resto da história dessa famosa oficina. Aguardo com ansiedade, como todos os que se interessam pela história do livro, esse novo volume. Permito-me, porém, fazer-lhe um pedido: não deixe mais que uma obra dessa importância e que interessa a um grande público seja publicada por uma repartição e não seja posta à venda nas livrarias do país. Torna-se publicação clandestina como quase tudo que imprimem os governos estaduais e municipais e muitas universidades. Conseguir esses im-

pressos é mais difícil do que comprar um incunábulo raro ou um folheto de Silva Serva.

Para terminar, não quero deixar de notar que esse magnífico livro, quanto ao conteúdo, é lamentavelmente impresso e apresentado. Não honra a Imprensa Oficial do Estado da Bahia, prova de que ali não se tem a menor noção de como se deve imprimir um livro, nem sequer uma página de rosto.

Nos outros Estados a imprensa foi fundada durante o tempo das lutas políticas, que precederam e se seguiram à Independência. Fundava-se tipografia para imprimir jornais políticos. De maneira que, na quase totalidade dos Estados, o primeiro produto saído do prelo foi um jornal. Há muito estudo publicado sobre os primeiros jornais em cada província do Brasil, mas muito poucos sobre os primeiros livros ou folhetos. Qual foi o primeiro livro impresso em Pernambuco, no Maranhão, no Pará, em São Paulo?²² A resposta certa está à espera de quem estude a questão. Em muitos casos, é provável que não se consiga mais encontrar exemplar algum do primeiro livro ou folheto impresso em certas cidades.

Perderam-se por ignorância e displicência, ou foram comidos pelos bichos.

Como se vê, o assunto dos primeiros livros (não jornais, cuja história é bem sabida) é “um sertão desconhecido, habitado por índios selvagens”, como diziam os mapas de São Paulo do tempo da Guerra do Paraguai. É todo um vasto campo, à espera de que bibliógrafos e colecionadores o desbravem.

NOTAS

1. Procurei resumir a questão na minha *Bibliographia Brasiliana*, vol. 2, pp. 345 e ss. [Na 2.^a ed., vol. 2, pp. 904 e ss. (Briquet de Lemos)]

2. Em 1985 foi publicado *O Livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, pelas editoras T. A. Queiroz e Edusp. com tradução de Maria da Penha Villalobos (caps. 1-10) e Lélío Lourenço de Oliveira (caps. 11-20), revista e atualizada pelo autor. Pode ser considerada como a primeira obra de fôlego sobre o tema (Luís Pio Pedro).
3. O primeiro livro sobre café, assunto que não pode deixar de ser brasileiro, foi publicado em Roma em 1671. Seu autor, maronita nascido no Líbano, Antônio Fausto Naironi, intitulou-o *De Saluberrima Potione Cabvé seu Cafê* [...]. Afonso Taunay publicou uma edição fac-similar com a tradução portuguesa em 1945, à custa do Departamento Nacional de Café, uma das poucas coisas úteis que fez esse instituto. A edição de 1671 é da mais alta raridade.
 Não é sem vaidade bibliofílica que digo que comprei meu exemplar de um livreiro que não sabia o que tinha e classificara essa preciosidade entre livros de botânica (o que talvez pareça razoável) e pedira por ela um preço muito inferior ao que vale.
4. Em 1647 apareceu na Holanda um folheto intitulado *Brasilsche Gelt Sack (O Saco de Dinheiro Brasileiro)*. Nesse opúsculo, o autor publica um verdadeiro libelo contra os editores da Companhia das Índias Ocidentais. A imprensa desse folheto, ao pé da página, indica *Gedruckt in Brasilien op't Reciff in de Breede-Bijil. Anno 1647* (Impresso no Brasil, no Recife, no Machado Largo). Houve quem pensasse ter sido esse folheto impresso no Recife. Alfredo de Carvalho (*Rev. do Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco*, vol. XI, n. 64, 1904) provou que tinha sido impresso na Holanda. No mesmo artigo (“Da Introdução da Imprensa em Pernambuco pelos Holandeses”), publicou a correspondência entre o Conselho de Recife e a Assembleia da Companhia das Índias Ocidentais, sobre o pedido da remessa de uma tipografia.
5. Saíram de seus prelos o tomo I da *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, as *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, de D. Antônio Caetano do Bem; os *Séculos da Religião e o Claustro Franciscano*, de Apolinário da Conceição; *A Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade; as *Obras*, de Duarte Ribeiro de Macedo; as *Notícias de Portugal*, de Manoel Severim de Faria, e três obras de Antônio José da Silva, o Judeu, para citar somente as mais importantes, algumas das que passaram à posteridade.
6. Diz a Provisão, datada de 6 de julho de 1747: “D. João por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em África, senhor da Guiné etc.
 “Faço saber a vós, governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, que por constar que d’este reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de Letras de imprensa, no qual não he conveniente se imprimão papeis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem ao seu officio, aonde

as despesas são maiores que no Reino, do qual podem hir impressos os livros e papeis ao mesmo tempo, em que D'elle devem hir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quaes se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se achão algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar e remeter para este reino, por conta e risco de seus donos, e entregar a que elles quizerem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos officiaes da imprensa que ouver, para que não imprimão nem consintão que se imprimão livros, obras, ou papeis alguns avulsos sem embargo de quaesquer licenças que tenham para dita impressão, cominando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, em que tiverem incorrido, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dem a sua devida execução e a fação registrar nas suas ouvidorias [...]” (vide *Anais de Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, vol. 50 (1936), p. 121).

7. “Diz Antonio Isidoro da Fonseca que, sendo preciso ao Supplicante o passar ao Rio de Janeiro, a assentar ali huma imprensa, na qual imprimisse alguns papeis e concluzoens, sem que disso se seguisse prejuizo a terceira pessoa, offensa às leis de V. M., mas utilidade pública por não haver naquellas partes outra impressão, se lhe prohibiu o uzo della par ordem de v. m. e foi o supplicante mandado sahir do dito Rio de Janeiro, como com effeito sahiu e se acha nesta Côrte. E porque recebe nisso grande prejuízo, porque para outra vez se estabelecer na Côrte, se não acha com meios promptos, nem faceis, pois desfez a sua casa e a sua officina, assim para satisfazer a alguns credores, como para assentar no dito Rio de Janeiro, com o intento de ganhar o que lhe era preciso e a sua mulher [...] e que nestas circumstancias e certezas espera o supplicante da Real Clemencia de v. m., que não offendendo o supplicante com este modo de vida (a que o precisa a sua honra e a obrigação de sustentar a sua caza) o bem commum nem as leis de v. m. lhe faça mercê levantar-lhe a prohibição de Janeiro, na mesma fórma e para o mesmo fim de que usava d'ella ou na Bahia e se necessário for, fará termo com as penas que v. m. for servido impor-lhe, de que não imprimirá livros sem licença de v. m. e do Santo Officio, nem outro algum papel, de que se diga damno ao Reino ou a algum vassallo delle” (*idem, ibidem*).
8. Alfredo de Carvalho fala de uma tipografia que imprimia em Recife, em princípios do século XVIII, letras de câmbio e orações devotas. Essa oficina teria sido suprimida por uma Ordem Régia de 8 de julho de 1706. Wilson Martins (*A Palavra*

Escrita, São Paulo, Anhembi, 1957, pp. 338 e ss.), pesquisando o assunto com muita argúcia e dando busca ao Arquivo Nacional, não encontrou nenhum vestígio de ordem régia ou provisão nesse sentido nos primeiros anos do século XVIII. Acredita que Alfredo de Carvalho confundiu a suposta ordem régia de 8 de julho de 1706 com a provisão de 6 de julho de 1747, referente a Isidoro da Fonseca e prefere “encarar com prudente desconfiança a ideia de que houvesse existido no Recife, naquele ano, uma tipografia”.

9. Que fim terá levado o exemplar da *Relação* que Pizarro, por volta de 1820, dizia possuir? O bicho comeu? (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, vol. 5, p. 7, nota.)
10. Todas as edições precedentes trazem Antônio Isidoro da Fonseca como impressor do *Exame de Artilheiros*. O verdadeiro impressor é Jozé Antonio Plates, como se pode ver na *Bibliographia Brasiliana*, São Paulo, Edusp, 2010, tomo 1, p. 51 (Luís Pio Pedro).
11. Diz o decreto: “Tendo-Me constado, que os Prelos, que se achão nesta capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e attendendo à necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva inteiramente de Impressão Regia, onde se imprimirão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras: ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tem assim entendido, e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instruções, e Ordens necessarias, e participará a esse respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de mil oitocentos e oito”.
12. São eles:
 1. *Decreto da Criação do Posto de Almirante-General da Marinha, junto à Real Pessoa.*
 2. *Decreto da Instauração da Nova Ordem da Espada.*
 3. *Decreto da Criação da Real Fábrica de Pólvora.*
 4. *Decreto de Perdão aos Desertores que no Prazo de Seis Meses se Recolherem aos seus Corpos*
 5. *Decreto Determinando que os Voluntários não Sejam Constrangidos a Servir nos Regimentos mais de Oito Meses.*

6. *Alvará que Regula o Corpo da Brigada Real da Marinha.*
7. *Alvará da Criação da Contadoria da Marinha.*
8. *Carta Régia ao Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, sobre a compra e Venda do Salitre para o Real Fábrica de Pólvora.*
9. *Carta Régia ao Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, sobre a Guerra aos Índios Botocudos [sic].*

Esta última Carta Régia declarando a guerra aos Botocudos provocou o seguinte comentário de Hipólito da Costa:

“Entre os documentos recebidos se acha uma Declaração de Guerra da Corte do Brasil contra os Índios Botocudos. Há muitos tempos que não leio um papel tão célebre; e o publicarei quando receber a resposta que Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Nação dos Botocudos, der a esta grande peça de Diplomacia; porque é natural que este longo papel que contém 8 páginas, seja dirigido àquela nação. É verdade que ela ainda não sabe ler, mas aprenderá, julgo eu, para responder a isto” (*Correio Brasiliense*, vol. 1, pp. 420/21 (1808)).

13. “O Brazil até o feliz dia 13 de Maio do anno de 1808 não conhecia o que era Typographia: foi necessário que a brilhante Face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este Paiz, não só quanto à sua Agricultura, Commercio e Industria, mas também quanto às Artes e Sciencias, dissipando as trevas da ignorancia, cujas negras e medonhas nuvens cobrião todo o Brazil, e interceptavão as luzes da sabedoria [...]” (Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para Servir à História do Reino do Brazil*, Lisboa, Impr. Régia, 1825, vol. 1, p.80).
14. “O mundo talvez se admirará que eu vá enunciar, como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brazil; mas tal é o facto. Começou o seculo 19 e ainda os pobres Brazilienses não gozavam dos beneficios que a imprensa trouxe aos homens; nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o Governo que lh’o prohibia, acoçado na Europa, se não visse obrigado a procurar um asylo nas praias da nova Lusitania... Saiba, pois, o Mundo e a Posteridade que no anno de 1808, da era Christãa, mandou o Governo Portuguez, no Brazil, buscar a Inglaterra uma Impressão com os seus apêndiculos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em *cem libras esterlinas!!!... Tarde, desgraçadamente tarde; mas em fim, appareceram typos no Brazil...*” (*Correio Brasiliense*, t. 1, p. 393 (1808)).
15. Sabe-se que Dom José Presas, chegado de Buenos Aires em princípios de 1808, foi logo depois empregado por D. Carlota Joaquina como secretário particular.

Sir Sidney Smith encarregou-o de mandar reimprimir os manifestos da Junta Nacional de Sevilha, que um navio de frota inglesa levou com urgência ao Prata, onde foram distribuídos largamente, assim como em toda a América Espanhola. A impressão desses manifestos não consta no índice do *Código Brasiliense*, enquanto que os manifestos em espanhol de D. Carlota Joaquina dirigidos aos hispano-americanos, figuram ali na devida data. Não foram incluídos talvez por emanarem da Espanha, mas foram incontestavelmente impressos no Rio. Esses papéis da Junta de Sevilha teriam sido impressos na Impressão Régia antes da *Relação dos Despachos*? (cf. José Presas, *Memorias Secretas de la Princesa del Brazil...*, Bordéus, Carlos Lawalle Sobrinho, 1830, cap. primeiro).

16. Poder-se-ia pensar que alguns desses atos, assinalados e datados antes de 13 de maio, teriam sido impressos antes dessa data. Não o foram, pois trazem a indicação de “Impressão Régia” e esse nome só foi dado à tipografia pelo decreto dessa data.
17. A coleção fictícia de leis avulsas enfeixadas nos dois volumes com o título de *Código Brasiliense* é raríssimo.
18. Existem outras *Relações dos Despachos*, publicadas mais tarde, referentes a despachos posteriores.
19. Só se conhecem três exemplares: o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o que foi vendido há poucos anos por um antiquário de Lisboa, e o meu que comprei em Oxford do erudito livreiro Dr. Maurice L. Ettinghausen que o adquirira do duque de Palmela.
20. Em 1993 foi publicada a *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, de Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes, pela Edusp e Livraria Kosmos Editora, em dois volumes, que veio completar a obra de Vale Cabral, “surprindo-lhes as deficiências e descrevendo os muitos títulos que lhe faltaram...”, conforme consta a apresentação do volume 1 desta obra.
21. Oliveira Bello (*Imprensa Nacional*, Rio, 1908, p. 16) diz que foram impressos em seguida: “*Congratulação a S. A Real o Príncipe Regente Nosso Senhor pelo Feliz Annuncio da Restauração de Portugal* por João Antonio Rodrigues de Carvalho (n.º 3 de Vale Cabral); *Devoção ao SS. Sacramento ou Regras Especiaes para Inflammar os Corações dos seus Devotos no seu Ardente Amor* (n.º 7 de Vale Cabral); *Elegia á Sempre Saudosa e Sentidissima Auzencia de S. A. R. de Lisboa para os seus Estados do Brasil...* por J. M (n.º 9 de Vale Cabral)”. Oliveira Bello não diz em que documentos baseou essa afirmativa.
22. Renato Berbert de Castro, *A Primeira Imprensa da Bahia e Suas Publicações*, Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819 [Salvador], Secretaria da

Educação e Cultura, Departamento Superior e da Cultura, 1969, 166 p. + 1 p. (sem número) do Índice Histórico.

23. Carlos Rizzini (*O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1946, p. 322, nota 24) dá as seguintes datas da introdução da imprensa nos diferentes Estados: Alagoas, 1831; Amazonas, 1852; Bahia, 1811; Ceará, 1824; Espírito Santo, 1840; Goiás (cidade de Meia Ponte), 1830; Mato Grosso, 1840; Minas Gerais, 1823; Pará, 1821; Paraíba, 1826; Paraná, 1856; Pernambuco, 1817; Piauí, 1832; Rio de Janeiro (estado), 1829; Rio Grande do Norte, 1832; Rio Grande do Sul, 1827; São Paulo, 1827; Santa Catarina, 1831; Sergipe, 1832. Vide as notas da p. 192-193.

BRASILIANA

“MUITA GENTE, CADA VEZ MAIS GENTE, COLECIONA LIVROS SOBRE O BRASIL. É POR ISSO QUE POUCOS ASSUNTOS TÊM SUBIDO TANTO DE PREÇO NESTES ÚLTIMOS TRINTA ANOS. MUITO ENTENDIDO ACHA, E COM RAZÃO, QUE ESSA ALTA NÃO TEM FIM.”

Diversos fatores influem para essa procura. O progresso material e cultural do Brasil, em primeiro lugar; a curiosidade e o interesse pelo Brasil no estrangeiro, em segundo lugar; e o aumento do número de colecionadores em todos os países, em terceiro lugar. Aliás, o assunto em si dá margem a formar um conjunto de livros de princípios do século XVI a nossos dias. É assunto que contém livros para todos os especialistas: livros sobre as descobertas, livros ilustrados com xilografia, com gravuras sobre cobre, litografias, aquatinta etc.

É um assunto vasto e variado, contendo livros baratos e livros caríssimos, livros que se encontram com facilidade e livros da mais alta raridade. Muitos já desapareceram do mercado, todos

os exemplares conhecidos estão em bibliotecas públicas. Outros estão em vias de seguirem o mesmo destino.

A vastidão do assunto e a diversidade das espécies dão margem a muita descoberta. Muita particularidade não foi ainda estudada, muito ponto obscuro da bibliografia dos livros sobre o Brasil não foi ainda esclarecido.

É um assunto que apaixona qualquer bibliófilo. Não é, portanto, de admirar que o número de colecionadores de Brasiliana aumente todos os dias.

Mas, o que é Brasiliana? Quais os livros que pertencem à Brasiliana?

Se tomarmos o termo na sua acepção geral, no seu sentido mais largo, pertencem à Brasiliana todos os livros que tratam do Brasil, todos os livros escritos por brasileiros e todos os livros impressos no Brasil. A única restrição que se faz nessa massa considerável de papel impresso e de papel ilustrado (sem falar em manuscritos) é que não se considera Brasiliana o que não é procurado pelos bibliófilos. A mesma distinção é feita em bibliofilia para assuntos semelhantes, tais como Americana, Orientalia, Judaica etc.

Se Brasiliana abrange, em tese, tudo quanto dissemos, na prática, o assunto é mais restrito. Entende-se por Brasiliana somente os livros antigos sobre o Brasil. Publicados até que data? — perguntarão. Nada mais difícil que marcar uma data para uma coleção de assunto. Na minha fraca opinião, o fim do século XIX parece-me uma data prática e realista. O limite de 1900 é bastante recuado para dar ao assunto o cunho antigo, indispensável, que exige o bibliófilo.

O leitor deve ter notado que me tenho referido aos livros sobre o Brasil somente e não incluí na classificação os livros impressos no Brasil, nem os livros de autores brasileiros, impressos no exterior.

Pertencem à Brasiliana? É questão de opinião. Há bibliófilos que não hesitam em afirmar que sim, outros excluem essas obras. Os bibliófilos imperialistas, os que são pela expansão da Brasiliana, querem que se incluam as obras dos autores brasileiros antigos e os livros impressos no Brasil. Não deixam de ter razão, mas é preciso pôr um limite a esse imperialismo, senão ele começará a invadir fronteiras e provocará conflitos. Ora, os bibliófilos são pacatos por temperamento e têm horror às guerras. É por isso que, como bibliófilo e pacifista, proponho que se classifique como Brasiliana todos os livros sobre o Brasil, impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros, impressos no estrangeiro até 1808.

Por que essa limitação para os autores brasileiros? — perguntarão indignados os nacionalistas. Pela simples razão de que, em 1808, começou-se a imprimir regularmente no Brasil e daí por diante tudo seria Brasiliana, desde a *Relação dos Despachos*, tão ambicionada pelos bibliófilos, até os *Discursos* do Getúlio, que ninguém quer, nem lê.

Os livros impressos no Brasil e procurados pelos bibliófilos não pertencem à Brasiliana propriamente dita; formam uma categoria à parte. Se se quiser dar a essa classe uma denominação, proponho que a chamem Brasiliense. Essa classificação é arbitrária, como toda classificação, aliás. Mas tem a vantagem de dividir bem duas grandes categorias de um assunto enorme e não misturar os livros impressos no exterior com os que foram impressos no Brasil.

Os bibliófilos estrangeiros procuram de preferência os livros de Brasiliana, enquanto os colecionadores nacionais procuram mais os livros de Brasiliense. É uma simples observação que estou fazendo e não traçando uma linha divisória. É incontestável que a primeira edição das *Singularitéz de la France Antarctique*, de

Thévet, é um livro procurado no mundo todo, enquanto que a primeira edição de *A Moreninha*, de Macedo, é um livro ambicionado quase somente pelos bibliófilos brasileiros. Das *Singularitéz* existem muitos exemplares, embora seja um livro muito caro. De *A Moreninha* só se conhece um exemplar. Os exemplos poderiam ser multiplicados ao infinito... e as exceções seriam numerosas, como em toda regra.

O importante numa biblioteca feita com critério é o equilíbrio entre as diferentes obras, a harmonia da coleção. Não me parece que se devam misturar assuntos bibliográficos diferentes. As misturas em coleções, seja lá do que for, não são geralmente de bom gosto. Mistura só tem bom gosto em *cocktails*.

Mas se um bibliófilo quiser colecionar a torto e a direito Brasileira e Brasiliense e formar um verdadeiro *cocktail* de livros, meu Deus, deixem-no juntar seus livrinhos em paz!

O assunto Brasileira, apesar da restrição que lhe fizemos, é imenso. Não existe, nunca existiu, uma Brasileira completa. É ilusão de leigo pensar que possa existir uma Brasileira, uma Americana, ou outra qualquer coleção sobre um assunto, absolutamente completa.

Um bibliófilo deve, portanto, logo de início, saber que nunca poderá possuir uma coleção completa sobre seja lá do que for. Sempre lhe faltará um ou outro livro que ele conhece, que já viu, mas que não consegue adquirir. É nisso que está, justamente, o interesse de colecionar. Os que desanimam não têm o fogo sagrado, essa ânsia de perfeição, sempre procurada mas nunca atingida. É por isso que aos bibliófilos, cujas almas não anseiam pelas grandes alegrias místicas, eu aconselharia humildade. Não ambicionar livros que não possam ter, restringir sua coleção de acordo com suas possibilidades, são os únicos meios de se poder formar uma biblioteca.

Se esses conselhos valem para qualquer assunto, muito mais valem eles, quando se quer hoje em dia colecionar Brasileira.

Como já dissemos, o assunto é vasto, abrange quatro séculos e contém livros nos mais variados idiomas. Muitos não se referem exclusivamente ao Brasil, o que os torna procurados por colecionadores de outros gêneros e, portanto, mais difíceis de encontrar, por causa da concorrência. Um exemplo entre muitos é o que acontece com a *Histoire de la Nouvelle France*, de Lescarbot, impressa em Paris em 1609. Como o título indica, é um livro sobre o Canadá. Foi escrito com a intenção de fazer propaganda da colonização francesa. Lescarbot mostra, patrioticamente, a parte que os franceses tomaram nas descobertas e na colonização da América. Não podia, pois, deixar de narrar a ocupação francesa de Ville-gagnon da Baía de Guanabara. O que nos conta é extremamente interessante. Não são somente algumas páginas, mas diversos capítulos, acompanhados de um mapa da “Ganabara”. É, portanto, um livro importante para a Brasileira. Mas não é, em nenhuma de suas edições francesas (as únicas que tratam do Brasil), um livro fácil de se achar. Pelo contrário, é livro raro, e tornou-se raro porque é muito mais procurado pelos poderosos colecionadores de Americana, que o compram com sólidos dólares, do que pelos brasileiros possuidores de cruzeiros desvalorizados.

Portanto, quem quiser colecionar esse gênero de livros deve estar preparado, como dizia o saudoso Dr. Taunay, “a desatar os cordões da bolsa”.

Brasileira é um assunto caro. É por isso que muitos colecionadores, hoje em dia, colecionam somente uma parte dos livros de Brasileira. Procuram os livros de viagens, ou os livros ilustrados, ou os livros alemães sobre o Brasil. Qualquer desses assuntos contém muita obra, o suficiente para formar uma coleção valiosa.

Talvez a parte mais extensa e mais cara seja a de livros de viagens ao Brasil.

É sabido que os portos da Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina serviram de escala quase obrigatória aos navios que demandavam às Índias Orientais. De maneira que muito livro de viagem ao redor do mundo é também um livro de Brasiliana. No século XIX, quando os países europeus, a França principalmente, mandaram grandes expedições científicas dar a volta ao globo, para estudar a flora, a fauna, e fazer toda sorte de investigações, essas expedições reuniram coleções consideráveis de espécimes de história natural e publicaram os resultados de suas investigações em séries de volumes, que marcaram época, não só no mundo científico, mas no mundo dos livreiros e colecionadores, tal a beleza dessas obras repletas de gravuras. Quase todas foram impressas em muitos volumes com diversos álbuns de pranchas. Apareciam em fascículos durante anos. Como toda obra desse gênero, a venda era feita por subscrição. Levava anos para sair completa. Eram principalmente as bibliotecas que as subscreviam. Os pequenos colecionadores do século XIX não apreciavam muito esse gênero de publicação, não só porque não estava em moda mas, também, porque álbuns de pranchas sobre flora e fauna eram considerados *encombrants* em bibliotecas particulares.

Todos esses fatores fizeram com que as obras completas de expedições científicas sejam hoje muito raras e caras. Creio não me enganar pensando que são das obras mais caras de uma coleção de viagens. Em compensação, muitas delas são obras-primas de arte e nunca se fez ou se fará coisa igual ou parecida.

O mesmo pode-se dizer das obras publicadas como resultado das expedições científicas, organizadas para explorar somente o

Brasil, tais como as de Spix, Martius, Pohl, Wied-Neuwied, Adalbert von Prussia, para só citar os mais conhecidos.

Como se vê, somente com essas obras o colecionador tem muito livro para adquirir. Mas, se ele não estiver disposto a comprar todos esses enormes volumes, contendo a parte científica, as pranchas sobre flora e fauna, poderá, como fazem muitos, adquirir somente os volumes referentes à descrição da viagem e o álbum de vistas e paisagens que os acompanha quase sempre.

São numerosos os livros de viagem ao Brasil no século XIX. Não é sem motivo que Sérgio Buarque de Holanda fala de um novo descobrimento do Brasil, em princípios do século passado. A grande maioria dos viajantes que aqui estiveram deixou depoimentos da maior importância para o estudo do nosso passado. Tal é o seu valor documental, que muitos desses livros não são somente procurados pelos bibliófilos, mas pelos historiadores e estudiosos de nossa civilização. Alguns foram reeditados e traduzidos em diversas línguas. Possuir todas as edições e traduções é a ambição de muita gente.

Se muito colecionador de Brasiliana tem uma preferência pelos livros de viagens do século XIX, ilustrados com aquatintas e litografias, outros preferem os mais antigos do século XVI, XVII ou XVIII, ilustrados com gravuras sobre madeira, sobre cobre ou, ainda, sem nenhuma ilustração. Entre eles estão muitos dos livros de Brasiliana mais raros e mais valiosos. Alguns pertencem à categoria dos “inacháveis” ou “da mais alta raridade”, tais como o *Mundus Novus*, de Vespúcio, o primeiro impresso que existe sobre o Brasil.

Como dissemos, o assunto “viagens ao Brasil” é vasto, suficiente para formar uma biblioteca numerosa e valiosa.

Muitos outros assuntos estão no mesmo caso; os livros portugueses sobre o Brasil publicados antes de 1800, por exemplo. Essas velhas crônicas narrando as descobertas, as histórias jesuíticas, as vidas de santos e mártires que estiveram no Brasil, os livros sobre a guerra holandesa etc. etc., todos esses livros impressos pesadamente em Portugal têm um “*charme* tipográfico”, se me permitem a expressão, que os torna inconfundíveis. Muitos são fontes de primeira ordem para nossa história. Alguns pertencem à categoria dos livros verdadeiramente raros. Fazem o desespero ou o orgulho dos colecionadores de Brasiliana.

Como se vê por esses poucos exemplos, livros sobre o Brasil são muitos. São tantos que me parece impossível hoje em dia, como já disse, reunir uma Brasiliana contendo todos os assuntos. Não digo completa, porque, repito, não existe em bibliofilia assunto completo, mas mesmo “rica” ou “riquíssima”, como se usa dizer. Não é mais uma questão de dinheiro. Há livros que nenhum dinheiro pode comprar, pois os únicos exemplares conhecidos estão em bibliotecas oficiais. Outros aparecem tão raramente que são logo adquiridos pelos colecionadores que se encontram perto dos vendedores. Entram em jogo a sorte, a oportunidade, fatores imponderáveis, com os quais um bibliófilo não pode contar sempre.

❧ BRASILIENSE ❧

“DISSEMOS, HÁ POUCO, QUE CHAMAMOS DE BRASILIENSE A COLEÇÃO DE LIVROS IMPRESSOS NO BRASIL. O NOME POUCO IMPORTA, ALIÁS, E SE LHE QUISEREM DAR OUTRO TÍTULO QUALQUER, NÃO VEJO NISSO O MENOR INCONVENIENTE. A IMAGINAÇÃO DO BRASILEIRO NÃO SE REVELA NOS ROMANCES, MAS NOS NOMES DE BATISMO QUE DÁ AOS FILHOS E NOS APELIDOS QUE PÕE EM TODA GENTE. CHAMEM OU APELIDEM, PORTANTO, COMO QUISEREM A COLEÇÃO DE LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL. QUALQUER NOME SERVE, ATÉ O DE MARIA JOSÉ, MAS, O QUE IMPORTA, É NÃO MISTURAR BRASILIANA COM BRASILIENSE.”

Ao primeiro grupo pertencem os livros sobre o Brasil, impressos entre 1504 (data do primeiro livro sobre o Brasil) e 1900. Pertencem à Brasiliana, igualmente, os livros escritos por brasileiros durante o período colonial (das primeiras manifestações literárias até 1808, data em que se encerra, na reali-

dade, o período colonial e quando se começa a imprimir regularmente entre nós).

Ao segundo grupo pertencem os livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias. É vasto o período e largo o campo. Abrange tudo quanto se publicou no Brasil em mais de século e meio. Fica restrito logo de início pelo único fator válido em bibliofilia: o ser procurado pelos colecionadores. Se um livro não é procurado pelos bibliófilos, nada vale como objeto de coleção. Os livreiros antiquários bem o sabem, melhor que os amadores.

Numa Brasiliense entram os primeiros livros impressos no Brasil pela Imprensa Régia, as obras célebres ou raras de literatura, os primeiros livros de Medicina, de Direito, de História Natural, as obras sobre escravidão, sobre Política, sobre História etc. etc. É muita coisa e não creio que nenhuma biblioteca pública tenha a ambição de reunir todos esses assuntos. Os colecionadores bem o sabem e escolhem, sabiamente, um ou outro assunto nesse campo, para formar suas coleções.

É a literatura o que mais atrai neste momento os colecionadores de Brasiliense. Nem sempre foi assim. Há poucos anos ainda a literatura que os bibliófilos brasileiros mais procuravam era a literatura clássica portuguesa. Era esse o assunto em moda e o autor mais colecionado era Camilo Castelo Branco. Clássicos portugueses e Camiliana eram as únicas coisas dignas de se colecionar.

Esse gosto era normal numa época onde a pureza da linguagem e a colocação de pronomes provocavam mais estudos e polêmicas que a política nacional. Vivíamos voltados para a Europa, fazendo um esforço insano para escrever em bom português de Portugal romances como os que se publicavam em França.

Mas a Semana de Arte Moderna “descoelhonetizou” a literatura nacional. Os escritores brasileiros deixaram de colocar entre

aspas as frases com pronome mal colocado. Ninguém, depois de Mário de Andrade, teve mais vergonha de não escrever como os portugueses. Surgiu no Brasil a consciência de uma “fala brasileira”, independente da língua portuguesa. Não houve decadência da cultura portuguesa entre nós, o que houve foi uma valorização da literatura brasileira.

A consciência do valor de nossa literatura em si, e não em relação a outras literaturas, foi o grande fator que levou os bibliófilos amadores de literatura a procurarem as primeiras edições de nossos autores. Isso não quer dizer que todos abandonassem as coleções de clássicos portugueses e as Camilianas. Não houve eliminação ou substituição, mas adição, soma, um novo assunto como objeto de coleção. Os grandes livros da literatura portuguesa não perderam absolutamente o seu valor bibliofílico. Aliás, as obras que marcam uma data na história, as que serviram para fixar uma língua e formar uma literatura, são e serão sempre procuradas. *As Armas da Castidade*, de Manuel Bernardes, continua a ser um livro raro e mui útil a toda sorte de leitores, inclusive aos bibliófilos. Pouca gente lê Camilo hoje em dia, mas qual o bibliófilo que não se orgulharia de possuir *Maria, Não me Mates que Sou Tua Mãe!?*

Dizíamos que é recente a procura das primeiras edições dos autores brasileiros. De fato, há uns vinte anos atrás, qualquer romance era encontrado com relativa facilidade e custava uma bagatela. Os livros de poesia, então, não valiam nada. Nem os sebos os compravam, porque era sabido que “livro de poesia não se vende”.

Entretanto, certos livros já eram raros. Eram raros, mas pouco procurados. As edições, antigamente, eram muito pequenas, sobretudo dos livros de estreia. O público era bem menor que hoje e não se tinha inventado a venda de livros a prestação. Acresce que o clima brasileiro sempre foi um devorador de livros. É incalculável

o número de livros que “o bicho” devora anualmente no Brasil. Ponha-se mais um ou outro livro que não teve sucesso imediato, cuja edição não se esgotou logo, que teve o destino inexorável de ser vendido como papel velho, e se terá a explicação, muito provável de tão poucos exemplares terem chegado até nós. Talvez seja essa a explicação da raridade incrível da primeira edição das *Memórias de um Sargento de Milícias*, publicado em 1854.

Há também a considerar um caso diferente. Certos livros, impressos na quantidade normal, tiveram tal sucesso que a primeira edição esgotou-se logo. Os exemplares foram tão lidos, relidos e emprestados, que se consumiram. Ninguém guardou a primeira edição, ninguém podia prever que valeria muito dinheiro mais tarde. É essa a explicação que encontro para a existência de um único exemplar conhecido de *A Moreninha*, de Macedo. É possível que as *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves, de que não se conhecem mais que uns poucos exemplares em bom estado, da primeira edição, esteja nas mesmas condições.

Se há uns vinte anos atrás, esses livros já eram inacháveis porque só um ou outro exemplar se salvou, a grande maioria dos romances e livros de poesia daquela época era encontrada com relativa facilidade. Procurando com paciência, achava-se *O Guarani*, *Iracema* e *A Escrava Isaura*. Os sebos não tinham descoberto ainda os mistérios das primeiras edições, muito pouca gente as sabia identificar, principalmente quando não traziam na página de rosto a data da publicação.

As obras de muitos autores só se tornaram procuradas há muito pouco tempo. Há uns dez anos atrás, ninguém procurava as obras de Inglês de Sousa, Rodolfo Teófilo, Franklin Távora, Adolfo Caminha, Domingos Olímpio, Lindolfo Rocha, Simões Lopes Neto, Antônio de Oliveira. Para muita gente, eram autores sem

valor, quase fora da literatura. Foi preciso que Lúcia Miguel-Pereira os estudasse metodicamente, no quadro geral da literatura brasileira, para que eles passassem a ocupar o lugar que lhes é devido. Assim consagrados, passaram a ser colecionados ao lado dos grandes, de Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Alencar, e todos os romancistas brasileiros de primeira plana.

Para os bibliófilos, esses romancistas menores apresentam um interesse todo especial. A grande maioria de seus livros foram impressos na Província, em tipografias mal aparelhadas. As edições não devem ter sido muito grandes, menores que as que costumava fazer Garnier, no Rio de Janeiro. Muito poucos tiveram segunda edição. Alguns tornaram-se raros no fim de poucos anos. Em 1947 e 1948, quando Lúcia Miguel-Pereira procurou-os para estudá-los, já não encontrou muitos deles nos sebos, nem em coleções particulares, nem na Biblioteca Nacional. Ajudei-a nessa procura e sei com que paciência, com que dedicação, remexeu tudo quanto foi biblioteca onde poderia encontrar esses romances esquecidos. No entanto, não conseguiu ver nem um exemplar da *Vida Burguesa*, de Antônio de Oliveira, do *Marido da Adúltera*, de Lúcio de Mendonça, de *Judith*, de *Lágrimas de um Crente*, de Adolfo Caminha, nem *Iacina*, de Lindolfo Rocha, nem mesmo *Os Retirantes* e *Pedro Espanhol*, de um autor tão célebre quanto José do Patrocínio. E outros, muitos outros, não conseguiu encontrar. É bem provável que essas obras, pouco conhecidas então e, portanto, pouco procuradas, comecem a aparecer agora que os bibliófilos as conhecem e colecionam.

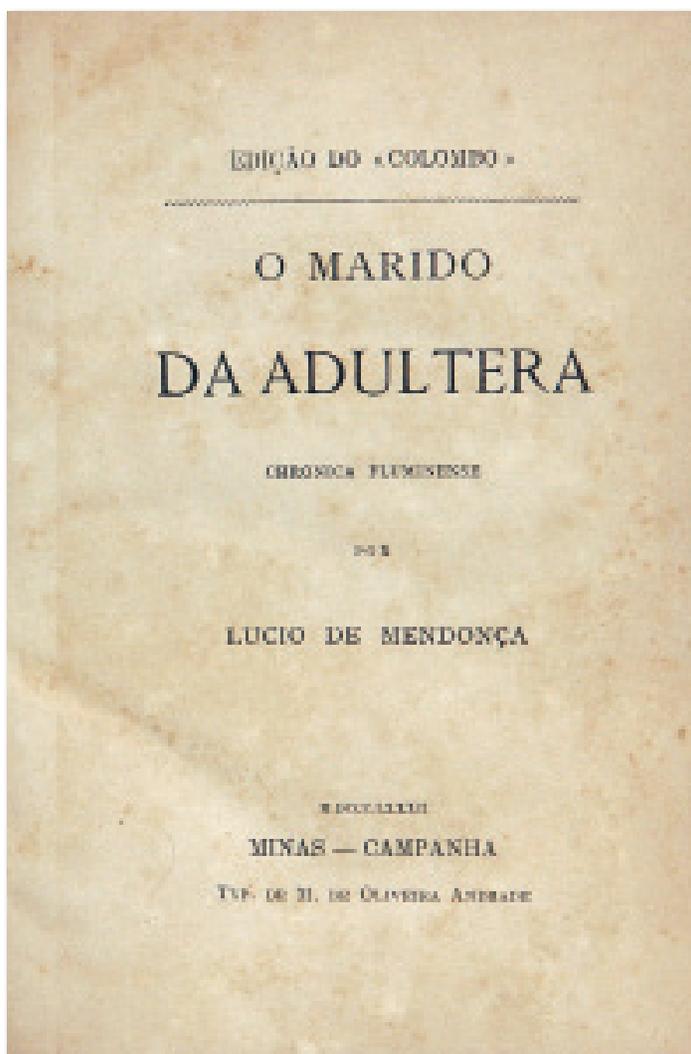
Como sempre, são os bibliófilos que salvam os livros de destruição. Quando Mário de Alencar publicou uma edição do *Teatro*, de Machado de Assis, não incluiu nem “Desencantos” nem “As Bodas de Joanhina”, porque não conseguiu encontrar nenhum

exemplar. Os colecionadores, alertados, puseram-se em campo e descobriram alguns. Não há dúvida, os bibliófilos são úteis à república das letras. Não deveriam pagar impostos!

Se os colecionadores de literatura brasileira são relativamente novos no grêmio Brasiliense, os amadores de História são os mais antigos.

Certas obras clássicas escritas em princípios do século XIX, como a *Corografia Brasileira*, de Aires de Casal, publicada em 1817, já custavam caro no tempo da República Velha. Pelas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Monsenhor Pizarro, publicadas em nove tomos, José Carlos Rodrigues pagou, antes de 1907, a quantia altíssima de cem mil-réis. O *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa, custava nos bons tempos do Epitácio uns cento e cinquenta mil-réis. Por essa importância vivia-se um mês no Rio, numa boa pensão portuguesa, com comida à tripa forra e tomando cerveja às refeições. As *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, as *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, de Fernandes Gama (das quais Rodrigues diz que “se tem tornado bem escassa”), os *Motins Políticos da Província do Pará*, de Raiol, são obras que já eram procuradas e valiosas em princípio do século. Outra obra histórica que é rara há muitos anos é a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa. Foi publicada entre 1826 e 1830 pela Imprensa Nacional, mas Cairu nunca a completou e só foram impressas algumas partes, inclusive um apêndice que ele denominou *Crônica Autêntica da Regência do Brasil*. Embora o texto não tenha grande valor, os documentos que transcreve em profusão são difíceis de encontrar. E talvez daí venha o fato de ter sido sempre procurada. Exemplares truncados aparecem, mas, absolutamente completos, são cada vez mais raros.

“Um dos primeiros romances epistolares da literatura brasileira”.



Lucio de Mendonça, *O Marido da Adultera*, Minas
– Campanha, Typ. de M. de Oliveira Andrade,
MDCCCLXXXII [1882]. Página de rosto. Acervo BBM.

“Certas obras clássicas escritas em princípios de século XIX [...] já custavam caro no tempo da República Velha”.



Aires de Casal, *Corographia Brazilica...*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, MDCCCXVII [1817], onde foi publicada pela primeira vez a Carta de Pero Vaz de Caminha.

Sempre foi difícil encontrar em bom estado, sem furos de bicho, exemplares dessas obras, principalmente dos *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa, obra raríssima. Não é de se admirar que fossem tão procuradas, pois são fontes de primeira ordem para a História do Brasil e algumas só foram reimpressas recentemente; outras estão à espera de uma reedição. São livros básicos, numa coleção Brasiliense de História. Acresce que algumas dessas obras foram impressas nas províncias em sucessivos anos e, como toda obra publicada nessas condições, são difíceis de encontrar completas e em bom estado. A explicação da raridade dessas obras encontra-se nos seguintes fatos narrados por Melo Moraes na sua *Phytographia da Botanica Brasileira* (Rio de Janeiro, Garnier, 1881, pp. x e xi):

[...] um aviso do ministério da Fazenda de 18 de Janeiro de 1836, mandando entregar ao da Guerra —, todo o papel impresso, que existia na Typographia Nacional, para ser aproveitado na fabricação de cartuxame: — e realmente entregou-se uma extraordinária quantidade de arrobas de papel impresso, indo como inútil a *História do Brasil* do sábio Visconde do Cayrú, as *Memórias* do padre Luiz Gonçalves, os *Annaes do Rio de Janeiro* do Sr. Balthazar da Silva Lisboa; as *Memórias do Rio de Janeiro* de Monsenhor Pizarro; as de Fr. Leandro do Sacramento, sobre a cultura do chá, e outras obras de merecimento, impressas na Typographia Nacional, desde 1808 a 1836!!! No dia 14 de Janeiro de 1861, a Typographia Nacional annunciou à venda em leilão de 2.950 arrobas de impressos, indo entre eles alguns exemplares da *Flora Fluminense*. Por outro aviso do governo imperial, mandou-se vender, como papel sujo, os exemplares existentes, da *Flora Fluminense*, à Fábrica de papel de Petrópolis, cujo produto líquido não entrou para o Thezouro, segundo constou, porque a fabrica fallio [...]

Difícil, também, é encontrar folhetos impressos nos anos que se seguiram à Independência, sobretudo os que foram impressos na Bahia e no Maranhão. Esses anos agitados por lutas políticas terríveis produziram uma infinidade de folhetos onde se atacava pessoalmente, xingava-se, caluniava-se em prosa e em verso e mentia-se com uma paixão nunca vista. Se muitos desses folhetos só servem de exemplo para mostrar a que excessos levou a liberdade de imprensa num país que pouco antes não tinha nem tipografia, outros são da maior importância para o estudo da política do tempo. São muito interessantes os que tratam de teorias políticas, repletos de citações de Bentham, de Benjamin Constant, de Rousseau, de Voltaire, muitas vezes numa confusão demagógica, digna de nossos tempos.

A fundação de escolas de Medicina, de Engenharia e de Direito criou a necessidade de manuais para os alunos. Já em tempos del-Rei Dom João VI, aparecem no Brasil os primeiros livros de Medicina e de Matemática. Muitos são simples traduções de obras estrangeiras, francesas principalmente, mas outros são estudos originais. Um dos primeiros livros publicados em São Paulo é um volume impresso em 1836 na Tipografia de Costa Silveira (a primeira que houve nessa província). O seu título é *Questões Sobre Presas Marítimas* e seu autor, o famoso José Maria de Avelar Brotero, o futuro conselheiro, de quem até hoje se contam “broteradas”. Em 1838, a mesma tipografia imprimia o *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, que saiu anônimo, mas que foi escrito por Daniel Pedro Müller. Esse livro contém uma quantidade de tabelas estatísticas e um curioso *Itinerário das Principais Estradas da Província*. Essa grande folha não foi impressa, mas reproduzida na “Poligrafia de Hércules Florence, inventor d’esta Arte”. É o único documento que resta dessa famosa

invenção¹. Aliás, o livro de Daniel Pedro Müller, que muita gente pensa erradamente que é o primeiro livro impresso em São Paulo, é, certamente, um dos livros mais raros de quantos se publicaram no Brasil nessa época. Menos raro, mas assim mesmo raríssimo, é o *Resumo de História Universal*, publicado em dois volumes em São Paulo, em 1839. Também saiu anônimo, mas é do famoso Júlio Franck, o misterioso alemão que foi professor do Curso Anexo à Faculdade de Direito e o fundador da “Burchenschaft”, sociedade secreta de estudantes e professores, como havia na Alemanha, na Áustria e na Suíça. A de São Paulo exerceu grande influência até pouco tempo atrás. Seus membros não se reuniam somente para beber chope e cantar como na Alemanha.

Todos esses primeiros livros impressos em São Paulo são muito raros, alguns inacháveis. Aliás, toda a bibliografia paulista das origens da imprensa neste Estado está envolta ainda em nuvens. Não se fez ainda um levantamento correto do que se imprimiu nessa província nos primeiros anos. A existência de muito impresso, aparecido antes de 1840, é absolutamente ignorada. Há muita descoberta a fazer.

Os primeiros impressos da Bahia são mais conhecidos². As bibliotecas públicas, ricas em acervo antigo, possuem alguns, mas são raros no mercado de livros. Os primeiros folhetos de Pernambuco³, não sei por que, são raríssimos, muito mais raros que os do Maranhão⁴.

De todos esses folhetos e livros, os que se encontram com frequência são os da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Talvez pelo fato de terem sido procurados metodicamente pelos bibliófilos, graças à bibliografia de Vale Cabral. Não quero dizer com isso que sejam comuns, mas aparecem de vez em quando no mercado de livros antigos. Todo livreiro do Brasil e do estrangeiro sabe que a

Imprensa Régia foi a primeira tipografia brasileira regular e, como todo livro desse tipo é procurado, quando possuem um exemplar, marcam os preços altos. Um deles ultimamente teve a ideia de anunciá-los sob o título de “incunábulo brasileiro”. O apelido está pegando e o preço subindo, de acordo com a pomposidade do apelido.

O número de colecionadores de Imprensa Régia está aumentando, apesar de ser um campo ingrato. Digo ingrato pela dificuldade de se reunir um grande número. Vale Cabral arrola 1251 impressos entre 1808 e 1822. Mas há mais. Não muito, mas bastante se incluirmos as Cartas Régias, Alvarás e outras peças oficiais que lhe escaparam e algumas dezenas de folhetos que ele não cita, mas que existem.

Nem tudo que se publicou nessa época apresenta interesse ou valor literário, histórico ou cultural permanente. O contrário seria de estranhar. Há muita versalhada cacete, escrita por poetas medíocres por ocasião do faustíssimo aniversário del-Rei, muita Ode, muito Canto Panegírico, muita Elegia, Oração Fúnebre e Sermão, ilegíveis hoje em dia. Mas, se a poesia de Inácio José Correia Drummond, grande poeta da época, está superada pelo nosso Carlos Drummond de Andrade, nem toda poesia da Imprensa Régia é sem valor. O poema *A Assunção*, de Frei Francisco de São Carlos, é citado e elogiado em todas as histórias da literatura. Tenho até a impressão de que os poetas da Imprensa Régia mereceriam um estudo literário em conjunto. Talvez, então, o nosso Antônio José Vaz, que desconfio ser o primeiro poeta paulista a aparecer em letra de forma, passasse a ser citado na história da literatura brasileira⁵.

Como dizia, a Imprensa Régia não imprimiu somente poetas de segunda ordem. Imprimiu grandes poetas nacionais e estran-

geiros: Bocage, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama, Correia Garção, Legouvé, Pope, Jean-Baptiste Rousseau, Voltaire etc. etc. Nessa enumeração rápida, feita de memória, não citamos os poetas nacionais menores que, se não passaram à imortalidade, representam, em todo caso, o gosto da época e nos dão uma ideia da poesia que se apreciava no tempo de D. João VI, no Rio de Janeiro. Já falamos de Antônio José Vaz e de Drummond. É preciso acrescentar os nomes de Paulino Joakim Leitão (Joakim com *k*, como se assinava), José Manuel da Câmara, José Elói Ottoni, Manuel Joaquim da Silva Porto, poeta e livreiro-editor, que nos deixou uma tradução de *Phèdre*, de Racine, que não é pior que outras mais recentes e cujos exemplares são raríssimos.

Bons ou ruins são esses os primeiros poetas que viram suas obras impressas no Brasil e, por esse simples fato, merecem ser colecionados.

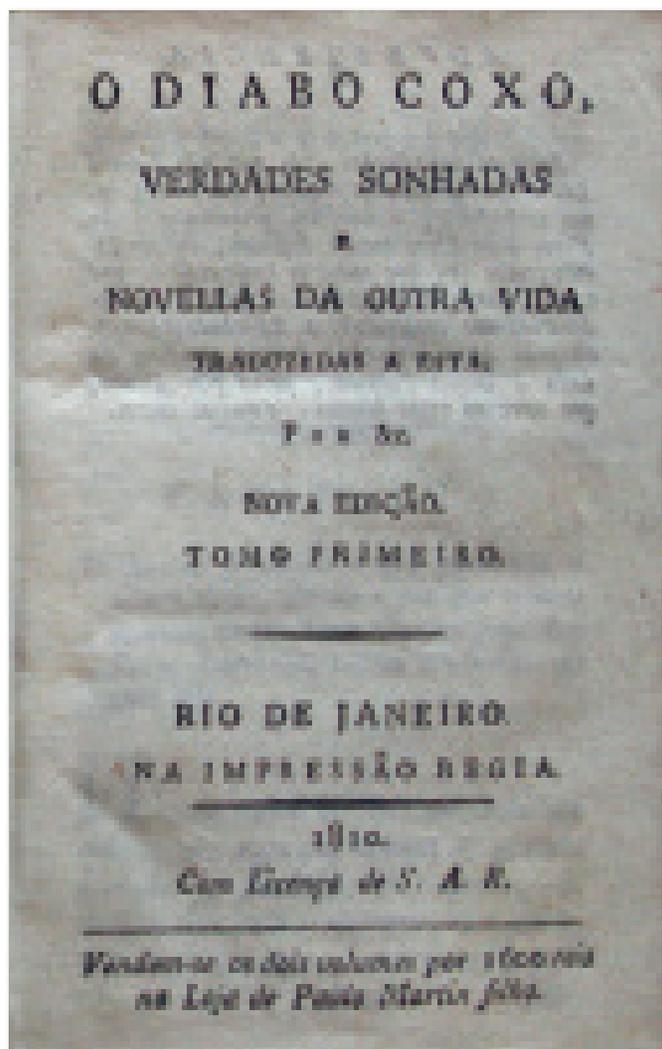
Já havia, na primeira década do século passado, público para romances. Bernardin de Saint-Pierre deve ter feito choramingar muita sinhá carioca com a *Choupana Índia e Paulo e Virgínia*. Muito romance impresso na Imprensa Régia era editado por Paul Martin. Esse Paul Martin, filho, era francês e foi, se não me engano, o primeiro editor que houve no Brasil. Mandava imprimir romances, novelas, folhetos políticos, poemas e orações fúnebres, que vendia na sua livraria da Rua da Quitanda n.º 34. Era homem de iniciativa, que anunciava suas edições. Mandou imprimir em 1822 o seu catálogo, o primeiro que jamais um livreiro-editor mandou fazer no Brasil⁶. É uma modesta folha que ele, provavelmente, mandava pregar nas paredes ou distribuir por um moleque, como se fazia quando se queria vender uma carruagem ou anunciar a fuga de um escravo.

Muitos romances publicados naquela época eram simples traduções de obras francesas, já traduzidas e impressas em Portugal. Se algumas são de autores conhecidos, como o *Diabo Coxo*⁷, outras apareciam sem nome de autor, como *O Amor Ofendido e Vingado*, *O Castigo da Prostituição*, *As Duas Desafortunadas* e a *História de Dois Amantes*. É curioso notar que *As Aventuras Pasmosas do Célebre Barão de Münchhausen* teve uma edição da Imprensa Régia, traduzida do inglês. Provavelmente era reedição de uma tradução feita em Portugal. Não é de estranhar que a *História Verdadeira da Princesa Magalona* tivesse sido publicada nesse tempo, pois os romances de cavalaria sempre foram, em Portugal e no Brasil, livros populares. Até há poucos anos eram editados no Rio constantemente. Havia até a superstição, entre editores, de que a casa que não editasse um deles não ia adiante. Monteiro Lobato contou-me uma vez que muita gente atribuía sua falência a não ter editado a *Princesa Magalona* ou a *Donzela Teodora* ou *Os Doze Pares de França*.

Na Imprensa Régia apareceram os primeiros dramas escritos no Brasil, como o *Juramento dos Numes*, que provocou polêmica e uma defesa da obra pelo autor Gastão Fausto da Câmara Coutinho, o *Templo da Imortalidade*, de Paulino Joakim Leitão, e o primeiro libreto de ópera *O Grande Califa de Bagdad*, da autoria de Vicente de Simone, com música de Paulo Rosquellas. Como é sabido, o público fluminense era grande admirador de dramas, óperas e *ballets*.

Os grandes oradores sacros do tempo, frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, Januário da Cunha Barbosa, Francisco de São Carlos, Francisco de Sampaio e tantos outros tiveram seus Sermões e Orações Fúnebres publicados na Imprensa Régia. Muitas dessas obras, tão representativas, nunca mais foram reimpressas.

“Primeira novela impressa no Brasil.”
“É o primeiro romance publicado no Rio. Os exemplares são raríssimos.”



Alain-René Lesage, *O Diabo Coxo*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810, tomo I, 134 p. (15 × 10 cm). Acervo BBM.

Não é somente a literatura da Imprensa Régia que é digna da atenção dos estudiosos. As obras de História, de Medicina, de Matemática, de História Natural, de Geografia são de grande valor, tendo-se em conta a época em que foram publicadas. Uma leitura atenta, de lápis na mão, da bibliografia de Vale Cabral, deixa-nos admirados da quantidade de obras excelentes em todo gênero que se imprimiram nesse tempo. Seria um estudo interessante fazer uma classificação, por gêneros, dessas obras. Dessa classificação poder-se-ia tirar muita observação interessante e um estudo inédito sobre o que se lia no Brasil de D. João VI.

Sob o ponto de vista tipográfico, não há a menor dúvida de que os impressores de hoje teriam muito o que aprender, vendo os livros e folhetos da Imprensa Régia. Esses compositores anônimos, vindos de Portugal, conheciam o *métier*. Eram mestres. Sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa época são obras-primas de tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil.

Como se vê, os amadores de Imprensa Régia têm muita coisa de real valor para reunir e apreciar. Os colecionadores de Brasileira têm um campo tão vasto e variado quanto os que se especializam em Brasileira.

NOTAS

1. Tenho para mim que a gravura representando um camelo, que aparece num livrinho extremamente raro, publicado também em São Paulo na Tipografia Imparcial de Silva & Cia., em 1839, intitulado *A Cameleida ou a Congregação dos Lentos de Olinda, Poema Heroico-Cômico-Satírico. Obra Póstuma do Dalai-Lama do Japão*, também foi produzida por Hércules Florence, segundo o processo que inventou.

2. O primeiro impresso da Bahia foi feito pelo tipógrafo Manuel Antônio da Silva Serva em 1811 e tem por título: *Plano para o Estabelecimento de Huma Bibliotheca Pública na Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos* [...]. É um folheto de duas folhas, sem numeração e sem página de título. Desse precioso impresso só se conhecem dois exemplares, um deles na Biblioteca Nacional. Mas a primeira “obra” publicada na Bahia, nesse mesmo ano de 1811, é a *Oração Gratulatoria ao Príncipe Regente* [...] por *Ignácio José de Macedo* [...]. Esse folheto de onze páginas também é raríssimo, só se conhece a existência de dois exemplares, um deles na Biblioteca Pública da Bahia.
3. Os primeiros impressos feitos em Pernambuco, em Recife, são *Manifestos* lançados durante a Revolução de 1817.
4. O primeiro impresso publicado no Maranhão saiu da Imprensa Nacional ali fundada em 1822. É intitulado: *Memoria Breve Sobre a Necessidade da Abertura do Furo, e Utilidade que della Pode Resultar á Provincia do Maranhão. Collegida e Combinada pelo Cidadão da Mesma M. R. C. F.* É um folheto de onze páginas e raríssimo.
5. Depois de escrever essas linhas espontaneamente, fiquei desconfiado e fui ler um *Cântico* do vate paulista, impresso em 1810, a primeira obra que publicou. Confesso que perdi a esperança. O meu palpite foi puro bairrismo. Antônio José Vaz é paulista de trezentos anos, mas um péssimo poeta, não tem a menor chance de ser citado numa história de literatura.
6. Quero dizer catálogo de livros impresso separadamente, e não lista de livros impressa nas últimas folhas de uma obra publicada. Esse tipo de anúncio de livros foi usado muito tempo antes pelo próprio Martin, no Rio, e por Silva Serva, na Bahia.
7. É o primeiro romance publicado no Rio. Os exemplares são raríssimos.

❧ A DECADÊNCIA NO ❧ BRASIL DA “FAMOSA ARTE DA IMPRIMIÇÃO”

“TODOS OS HISTORIADORES DO LIVRO AFIRMAM QUE A ARTE DE IMPRIMIR NASCEU QUASE PERFEITA, QUE NÃO HOUE PROGRESSO ENTRE A MANEIRA DE COMPOR E IMPRIMIR UM LIVRO NO SÉCULO XV E AS MESMAS OPERAÇÕES FEITAS EM FINS DO SÉCULO XVIII. FAZENDO-SE VISTA GROSSA, NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE MUITO POUCA COISA SE APERFEIÇOOU E QUASE NADA DE NOVO SE INVENTOU, ATÉ OS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX; MAS, ENTRE A OFICINA DE UM RATDOLT E A DE UM DIDOT, A DIFERENÇA É ENORME. DE ARTESANATO PASSOU A VERDADEIRA INDÚSTRIA, EMBORA OS MÉTODOS DE FABRICAÇÃO CONTINUASSEM EM GERAL OS MESMOS.”

A primeira invenção de valor e futuro na velha arte de imprimir data de 29 de novembro de 1814, quando saiu o primeiro número de um jornal, *The Times*, impresso numa máquina com cilindros rotativos, inventada por Friedrich

König. A segunda invenção que veio completar a primeira e revolucionar toda a arte foi a máquina de compor, a linotipo, inventada por Ottmar Mergenthaler, em 1886. As invenções anteriores, muitas de real valor, como a estereotipia, e todas as posteriores, como a impressão indireta, a *offset*, não são nada mais que descobertas preparatórias ou consequências dessas duas invenções revolucionárias.

Outras invenções estão a caminho e, talvez, nova revolução venha mudar inteiramente a arte de reproduzir a palavra escrita. É possível até que a forma do livro mude, essa forma que se mantém idêntica há mais de mil anos. Desejo aos leitores desse futuro as mesmas delícias que sentimos, folheando uma primeira edição de um autor querido ou manuseando uma bela encadernação. Se não for possível, neste futuro próximo, ter esse prazer, então a vida não valerá a pena ser vivida e o homem merecerá o destino que a bomba atômica lhe prepara.

Mas, não creio que a produção em massa, despersonalizada e anônima, venha enfeitar de tal maneira o livro, que ele não possa mais ser considerado um objeto de arte, digno de ser colecionado.

Industrializar não é enfeitar. Produzir em quantidade não significa banalizar de tal maneira que o objeto se torne desprezível. Nos países altamente industrializados, onde tudo é produzido à máquina e aos milhares, já se sabe que “o belo se vende melhor”, como disse Raymond Loewy. Para os individualistas, há sempre um industrial que fabrica um acessório que, adaptado ao objeto fabricado em série, dá o cunho pessoal que certas pessoas têm como único recurso para não se confundirem com a massa. Recurso individualista contra uma civilização niveladora implacável.

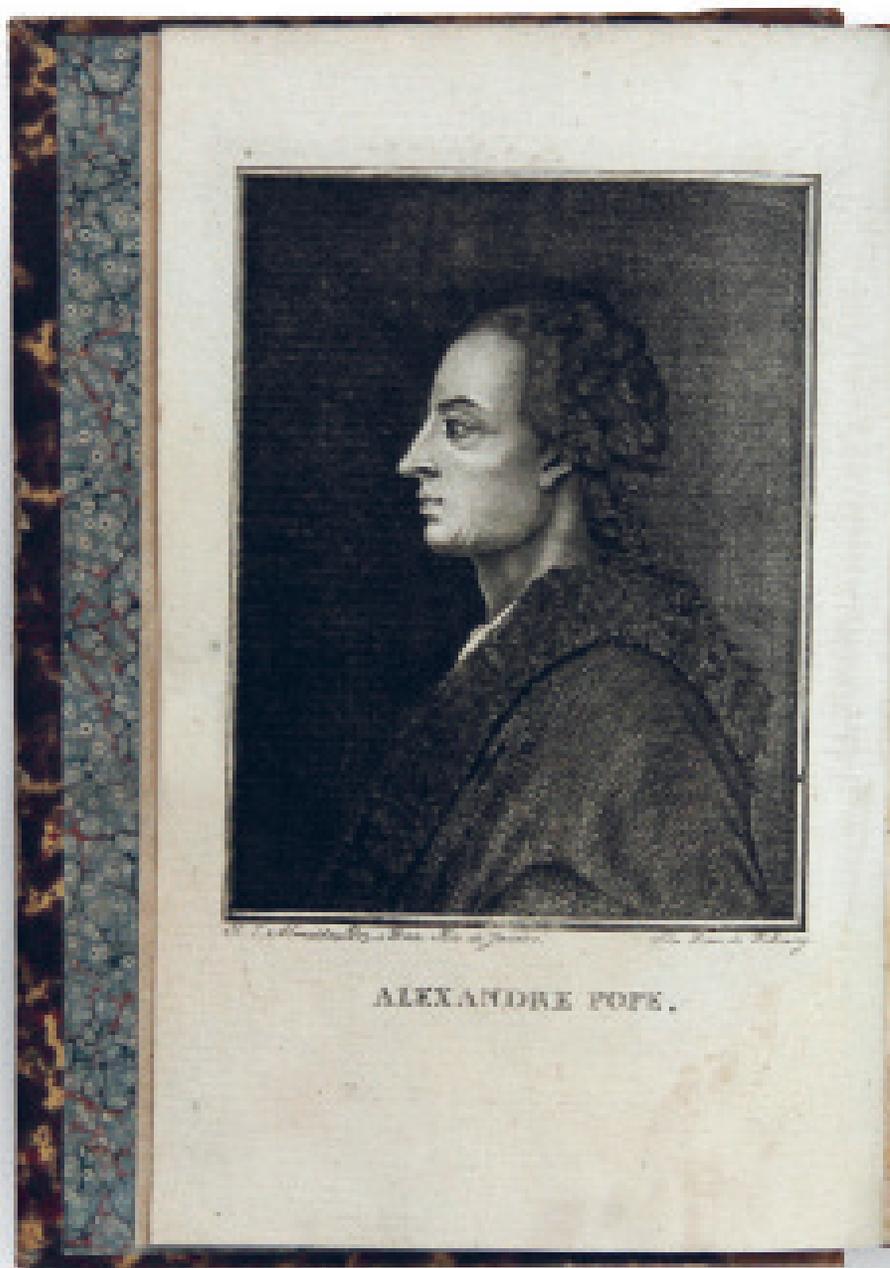
“Personalize suas toalhas de banho”, anunciava um *magazin* de Nova Iorque, para vender iniciais avulsas que se costuravam nesses

panos utilíssimos. Creio que fez bons negócios e espero que os seus fregueses apressados, que se enxugaram em toalhas marcadas com suas próprias iniciais, se tenham enxugado melhor. É possível até que alguns tenham saído para o trabalho pisando firme, com a impressão de serem alguém.

Não creio, pois, que tenham razão os bibliófilos que desprezam os livros modernos, impressos mecanicamente aos milhares. Para esses amadores, só tem valor artístico o livro impresso à mão e tirado a poucos exemplares. Muitas sociedades de bibliófilos mandam imprimir livros com os velhos métodos manuais. Há editores que anunciam edições de luxo, compostas e impressas à mão. Assim fazem porque existe, incontestavelmente, da parte de muito amador de livros, um preconceito contra a máquina. Esse preconceito é muito antigo, vem da origem da imprensa. Os bibliófilos do século XV renegaram o livro impresso, continuaram a comprar manuscritos. Em pleno século XVI, ainda se faziam manuscritos. Para esses homens de antigamente, como para certos amadores de hoje, a máquina é vulgar, imperfeita e menos nobre que a mão do homem. Esquecem que a máquina não é senão uma nova ferramenta inventada pelo homem que a maneja como quer.

Houve muito livro feio, impresso no passado, e há muito livro bonito, impresso hoje. O livro, como toda arte, reflete o gosto e o estilo de seu tempo. Voltar ao passado é copiar, imitar e plagiar, não é criar. Quando Geoffroy Tory imprimiu o *Champfleury*, em 1529, não estava imitando o que se fazia ou o que tinham feito os tipógrafos que o precederam, mas criando uma obra de arte, segundo suas concepções. Tory estava fazendo um livro moderno, estava criando algo novo. É por isso que esse volume tem até hoje uma beleza e um *charme* que o tornam tão desejado de todos os

“É um dos mais belos livros publicados pela Imprensa Régia”.



Alexandre Pope, *Ensaio sobre a Crítica*, Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810, 176 p. (20,5 × 14,5 cm). Acervo BBM.

ENSAIO
SOBRE A CRÍTICA

DE

ALEXANDRE POPE

TRADUÇÃO EM PORTUGUEZ

PELO

CONDE DE AGUIAR.

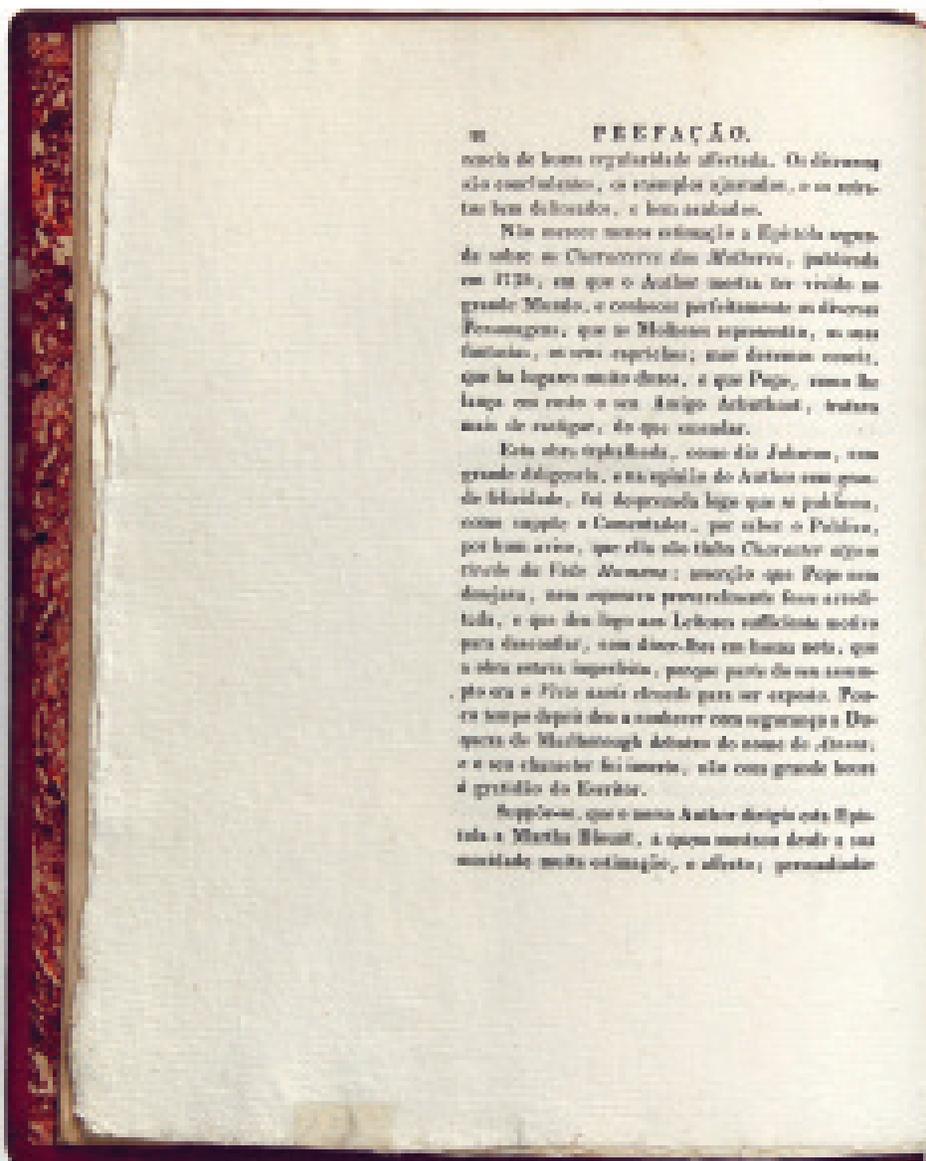
*Casa do Alcaide de São Paulo, do Funchal, e de
outros; e o Conservador da De Bibliotheca.*

RIO DE JANEIRO.

NA IMPRESSÃO REGIA. 1810.

Com Licença de R. J. R.

Frontispício e
Folha de rosto.



III
PREFACÃO.

mecha de boa regularidade affectada. Os discursos são concisivos, os exemplos ajuizados, e os extractos bem escolhidos, e bem arrolados.

Não merece menos estimação a Epistola segunda sobre os Characteres dos Homens, publicada em 1726, em que o Author mostra ter visitado um grande Mundo, e conhecido perfeitamente as diversas Personagens, que se Meditam representão, as suas fustias, as suas caprichos; mas detemta comia, que ha lugares muito duros, e que Pope, como ha longa em tudo o seu Amigo delatou, tratou mais de castigar, do que ensinar.

Esta obra, escripta, como diz Johnson, com grande diligencia, e na epistola do Author com grande liberdade, foi despois da lingua que se publica, como supple a Commentado, por sobre o Publico, por hum verso, que ella não tinha Character algum devido do Dito Monarca; porque que Pope não desajaz, nem esquivava perverosamente suas attentas, e que deu logo aos Lectores sufficiente motivo para disculpar, não disse-las em huma nota, que a obra estava impedita, porque parte de um exemplo era o Ficto mais devido para ser exposto. Pouco tempo depois deo a mudar com segurança a Dignidade de Marlborough deitou do nome de Jansen, e o seu character foi inserto, não com grande booz á gratidão do Escriba.

Supple-se, que o mesmo Author desija esta Epistola a Martin Broun, e quea mudada deute a sua similitude muito estimação, e affecta; perverandade

Alexandre Pope, *Ensaio Moraes*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1811, 204 p. (24,5 × 19 cm). Acervo BBM.

PREFÁCIO.

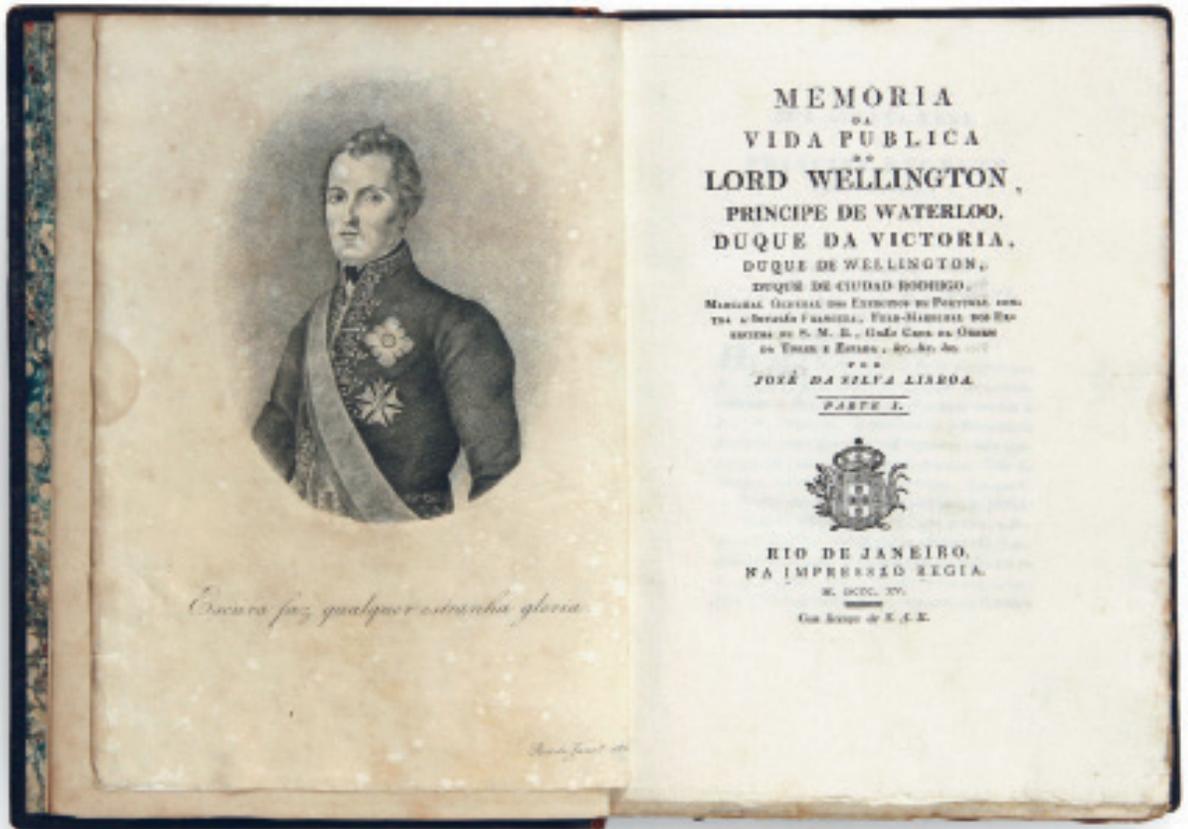
iii

se, que se não offendia dos golpes satíricos, que sobre elle se usou, e que não pudia dár-lhe resposta. Não se se recusou, que ella era longos e entediados os mais termos, porque justos de grupos de huma bella e atractiva hum espirito delirante, e amado, gesto para as sciencias, amor das Bellas Artes, e estabelecimento dos interesses da sua Nação. Não se foi movido a tantas qualidades, dirigiu-lhe huma Epistola em 1790, remettendo-lhe a collecção das obras de Voltaire, elle a comprou sem outra á M.^{lle} de Rambouillet, e até a pôz expôr a ella.

Papa pôde parecer huma similitude superioridade sobre a N. Nação de Bellas e respeito da mesma occupação: occupação que tinha sido manejada por Young até antes antes, e ainda que não em hum estilo tão exacto, correcto, e correcto como a de outro Author, mas todo com muitos toques enigmáticos, e verdadeiramente Horacianos, de humo comedido, e delirante delirante, tornando grandemente as Epigramas de este com não mais exacta, e humano. "Como a critica geral, e raga lo mudi," diz certo Author Ingles. "ou me admira a insensatez, que se retratou com Young de Zorégo; de Delfo, a Condição do curso; de Daphne, a Célere; de Lemeta, a Bona natureza; de Altona; de Theodora; da Bona Longevidade; de Thalesia, a Joviana; de Lave, a Bona velha; de Altona, a Desconfiança; da Altona; e de Zorégo, são desmentados com verdade, e espirito, e nada podem ser os seus comparados com os outros apresentados por Pope. E as Instrucções

Duas páginas do prefácio.

“É um dos mais belos livros feitos na Impressão Régia, fruto já da segunda fase da história da tipografia.”



José da Silva Lisboa, *Memoria da Vida Publica do Lord Wellington*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1815, 404 p. (21,5 × 15,5 cm). Acervo BBM.

amadores de arte. Querer copiar hoje esse estilo não daria nada mais que um monstrego.

Entretanto, vemos todos os dias aparecerem livros imitando obras antigas. Dão-me sempre a impressão de dinossauros empalhados e uma triste opinião do pobre plagiário que o mandou executar.

É frequente, no Brasil, o aparecimento dessas imitações de livros antigos, se não no todo, pelo menos em parte. Tem-se usado e abusado de “capitulares góticas”, de “vinhetas” e “fundos de lâmpadas” em estilos diversos e colocados a esmo para enfeitar uma obra e justificar a vontade fracassada de fazer um livro bonito.

É certo que não se podem esperar, num país onde as artes tipográficas estão na infância, obras-primas de bom gosto e perfeição técnica, mas, se examinarmos a produção do nosso curto passado, verificamos com desgosto que nossos livros de hoje são muito mais feios que os antigos. Não há dúvida de que a arte tipográfica no Brasil está em decadência. Não quero dizer que tudo que se imprimiu no passado era melhor, mas o número de livros feios e malfeitos é, incontestavelmente, maior atualmente.

Quando se examina a produção da Imprensa Régia (de 1808 a 1822), não se pode deixar de ficar admirado com a qualidade dos livros e folhetos que publicou. Dos mil e tantos que saíram da nossa primeira tipografia, a grande maioria é de qualidade superior. Alguns livros são até obras-primas tipográficas. Examinem-se bem obras como os *Ensaio sobre a Crítica*, impresso em 1810, os *Ensaio Morais*, publicado no ano seguinte, ambos de autoria de Alexandre Pope e traduzidos pelo Conde de Aguiar. Repare-se bem nos dois volumes da *Memória da Vida Pública* de Lord Wellington, de José da Silva Lisboa, impressos em 1815, e não se pode deixar de ficar admirado da beleza dessas obras.

As duas primeiras são dois monumentos da tipografia brasileira. São dignas de um Didot. Aliás, estão bem de acordo com os ensinamentos do grande tipógrafo francês. Representam a sobriedade e a harmonia da volta ao classicismo, tão em voga na França. As páginas de rosto, gravadas em cobre, são de uma execução perfeita. Os títulos dos capítulos dos *Ensaíes Morais* são de um gosto requintado. A paginação, difícil por causa das notas, tem um equilíbrio e uma clareza difíceis de obter. O papel grosso e forte recebeu bem a tinta, a impressão é nítida e clara. A página de rosto da *Memória*, de José da Silva Lisboa, é um verdadeiro *tour de force*. O título é compridíssimo, como muitos naquela época. Ora, compor esse enorme título, dando ênfase ao principal, deixando na sombra o acessório, obter equilíbrio, harmonia e beleza, somente um mestre poderia fazê-lo. O compositor não empregou truques, não iludiu. Graças à distribuição racional dos tipos em diferentes corpos, obteve a solução lógica que não sugere outra. São livros de uma beleza clássica, comparáveis às melhores composições saídas dos prelos famosos da França e da Inglaterra na mesma época.

Mas, não somente essas três obras da Imprensa Régia são dignas de admiração. Seria muito longa a lista das simples brochuras de poucas páginas, dos livrinhos de produção corrente, que representam as altas qualidades tipográficas da nossa primeira oficina.

Mais tarde, quando se fundaram outras tipografias e os primeiros impressores franceses vieram estabelecer-se no Rio de Janeiro, a arte de imprimir mudou inteiramente de estilo. Os franceses trouxeram-nos o estilo romântico. Surgiram os títulos em neogótico, as vinhetas pitorescas, os formatos menores. Verdadeiras joias foram impressas por Villeneuve, Gueffier, Ogier. Este último, talvez o melhor tipógrafo que o Brasil teve. Nossos livros românticos (alguns ilustrados com as primeiras litografias feitas

no Brasil) são, na minha opinião, das melhores coisas saídas dos nossos prelos.

Enquanto os tipógrafos franceses renovavam a arte, adaptavam-na ao gosto do dia, modernizavam-na, faziam-na progredir, a Imprensa Nacional, sucessora da Imprensa Régia, entrava em plena decadência. Salvo uma ou outra produção tolerável, quase tudo que produziu é da maior banalidade e às vezes do pior gosto. Somente a partir de 1940, mais ou menos, é que passou a produzir, de vez em quando, uma obra decente.

Aliás, não é tradição brasileira esperar do governo iniciativa e perfeição de serviço. A revolução técnica na arte de imprimir nos foi trazida por homens como os Laemmert e os Leuzinger. Foram eles que industrializaram toda a arte de fazer livros entre nós. Importaram as máquinas mais modernas, os melhores papéis e deram ao livro brasileiro esse cunho novo, industrial, que o livro passou a ter no mundo inteiro. Os livros impressos por eles nada perderam da beleza e da perfeição dos antigos. Pelo contrário. Mas a escola desses mestres não foi seguida e a tipografia brasileira, em princípio deste século, estava tão mal equipada, que a maioria de nossa literatura era impressa em Portugal e na França. Do Porto, de Lisboa, de Poitiers, de Paris, vinham-nos impressos os nossos romances e a nossa poesia. Impressões banais, correntes, baratas, sem o menor interesse. Mas, pelo fato de terem sido impressos em países de tradição tipográfica, eram assim mesmo tecnicamente bem-feitos, com página de meio título, índice e outros detalhes, além do papel de boa qualidade.

A tipografia chegou pouco depois a tal decadência no Brasil, que não podia mais atender às necessidades do nosso movimento editorial. Para confirmar esse fato, basta examinar os livros produzidos aqui nesse período. Salvo as honrosas exceções, não se sabia

mais fazer livros. Os que apareceram estão, tecnicamente falando, cheios de defeitos. Sente-se que esses tipógrafos não tinham o hábito de imprimir livros e cometiam os erros mais simplórios. Aliás, grande número desses volumes eram impressos em tipografias de jornais e revistas. Ora, imprimir um jornal e fazer um livro exigem técnicas inteiramente diversas e demandam pessoal diferente.

É por isso que, depois da Primeira Guerra Mundial, quando dificuldades cambiais impediram os editores de mandar imprimir seus livros na Europa, viram-se eles numa situação trágica. Somente uma ou outra tipografia (como a do *Anuário do Brasil*, dirigida por um português) era capaz de fazer um livro decente. Monteiro Lobato não encontrou tipografia capaz de produzir livros nas quantidades que necessitava. Teve de montar uma oficina, meter-se num negócio estranho e nocivo à sua atividade de editor. Foi à falência. Mas esse grande pioneiro, um dos maiores homens que o Brasil teve e que, se não fosse paulista, seria tão celebrado quanto Rui Barbosa, abriu o caminho. A indústria editorial brasileira acabou firmando-se. A maquinaria necessária à produção de livros foi importada e passou a dar lucros compensadores.

O que não se importou foram os Villeneuve, os Gueffier, os Ogier, os Leuzinger, os Laemmert. Os editores inteligentes, que descobriram tantos talentos literários e os lançaram com grandes lucros recíprocos, improvisaram-se, com a colaboração dos tipógrafos nacionais, em técnicos de livros. Copiaram o que se fazia em França e Estados Unidos. Encomendaram capas em cores a pintores e lançaram ao público, ávido de leitura, esses monstrenhos que ainda andavam por aí. Livros impressos em papéis infames, com caracteres impróprios, cheios de erros de revisão, mal brochados e sem índices.

É incontestável, entretanto, que há progresso da indústria do livro no Brasil. Progresso recente, mas já apreciável. Lembrem-se dos livros publicados em torno de 1922, na época da Semana de Arte Moderna. São tão “ordinários” que é quase impossível, hoje em dia, encontrar-se um exemplar sem manchas. Quase todos os livros impressos nesses papéis de qualidade inferior desaparecerão. Já se estão desfazendo. Os colecionadores de primeiras edições de autores brasileiros dessa época importantíssima vão ter muito trabalho. Será, em breve, mais fácil encontrar uma primeira edição do *Caramuru*, publicado em 1781, que um exemplar de *Macunaíma*, saído em 1928. Entretanto, esse livro capital de Mário de Andrade teve mais influência na literatura e na língua brasileira que o poema cacete do frade complexado, caluniador dos jesuítas.

Como dizíamos há pouco, houve um certo progresso. O maior, a qualidade do papel, é a consequência inesperadamente benéfica de nossa loucura financeira. O papel estrangeiro importado com câmbio especial melhorou o aspecto de nossos livros. As capinhas coloridas, estilo americano, tapeação infeliz, se servem para esconder defeitos graves, repelem os compradores de bom gosto. Algumas, então, em estilo *soi disant* abstrato são horripilantes. Essas capas coloridas dão saudade dos romances populares franceses a setenta e cinco centavos, do começo do século. Lembro-me de uma que representava um casamento à saída da igreja. À frente vinha o noivo de casaca, dando o braço à noiva. Os pais e todo o cortejo seguiam e, bem no primeiro plano, via-se uma pobre mulher sem chapéu, embrulhada num xale, estendendo ao noivo uma criança recém-nascida. Nunca li o romance, não precisei, a capa contou-me a história toda. É pena que essas capas falantes não voltem à moda. Quanta coisa nos evitaria ler, de autores do exército do Pará.

Se há progresso, ainda nos falta muito para produzirmos livros bonitos ou simplesmente bem-feitos. Para começar faltam-nos tipografias bem aparelhadas. Faltam-nos os técnicos que sabem planejar uma *maquette*, escolher tipos e idealizar um livro bem-feito. Faltam-nos esses técnicos, mistos de especialistas e homens de gosto, que concebem um livro. Outro personagem que nos falta é o que revê o texto com cuidado, uniformiza a ortografia dos nomes próprios, corrige descuidos do autor e sabe fazer tecnicamente um índice. Não existe, no Brasil, a profissão de “indexador”. Quando um editor muito cuidadoso resolve mandar fazer um índice para uma obra de consulta, confia a tarefa a uma pessoa qualquer. O resultado é precário. Na melhor das hipóteses sai um índice de nomes. O índice de nomes é o máximo de progresso a que chegou o editor brasileiro. E o leitor fica muito contente, porque a grande maioria dos livros brasileiros nem índice tem. Procurar-se uma coisa numa obra de consulta brasileira é o inferno do leitor. É, talvez, por isso que se contenta com esses irritantes índices chamados pernosticamente onomásticos. Numa obra sobre a revolução de 1930, por exemplo, o leitor quer procurar o discurso que Getúlio Vargas pronunciou, chegando ao Rio. Procura no índice de nomes: *Vargas*, Getúlio. Não encontra. Está em *Getúlio* Vargas. Em frente desse nome célebre, o pobre leitor vê dezenas de números correspondentes a todas as páginas onde aparece, simplesmente, o nome de Getúlio Vargas. Se o leitor tem fé na sua sorte, escolhe um número que lhe parece mais provável de ser o certo. Procura na página correspondente... e não encontra. Nunca se acerta da primeira vez. Procura outro e repete a operação. Não é. Irritado e não se lembrando mais do número anterior que já procurou, dá com uma página que não se lembrava de ter lido, lê-a e abandona o índice definitivamente. Acaba, pacientemente, folheando o vo-

lume todo, na esperança de encontrar o que procurava. Às vezes encontra, às vezes desiste. Como sofre o leitor brasileiro! É incrível o número de obras completamente inúteis depois da primeira leitura, por falta de índices.

Nesse sentido, os nossos editores teriam muito a aprender com os americanos e ingleses. Mas, para aprender, é preciso reconhecer que não se sabe; ora, a modéstia não é propriamente uma virtude brasileira. Os editores ganham dinheiro com livros malfeitos, logo, acham uma perfeição os livros que publicam. Poucos são os que procuram melhorar, raros os que fazem um esforço para editar livros bem-feitos e bonitos. Alguns se esforçaram, não há dúvida, e certos livros publicados ultimamente demonstram um progresso no sentido de apresentar melhor a nossa produção intelectual. Se as críticas e os noticiários do aparecimento de livros não se limitassem a repetir o que o editor mandou imprimir nas orelhas das capas, poderiam ser um poderoso incentivo no bom sentido. Vamos esperar que a verdadeira melhoria venha com o tempo. Até lá os bibliófilos colecionadores de literatura brasileira contemporânea terão que se contentar em juntar as primeiras edições, não porque sejam livros bonitos e bem-feitos, mas porque são simplesmente primeiras edições. Quanto aos que precisam consultar livros sem índices ou com índices malfeitos, sem bibliografia ou com bibliografias incrivelmente imprecisas, esses, coitados, continuarão a sofrer como todo e qualquer brasileiro.

DESPEDIDA

E agora, meu caro bibliófilo aprendiz, de que mais podemos conversar? Já prosemos bastante (talvez demais, na sua opinião) e falta ainda muita coisa que eu gostaria de lhe dizer. Mas, prosa sobre livros não tem fim. Você já deve estar cansado. Quer fechar este livro e ir cuidar da vida. Se cuidar da vida é, para você, ganhar mais dinheiro, digo-lhe que não vale a pena. Ganhar muito dinheiro dá enfarte. Sempre haverá o bastante para comprar-se um livrinho ambicionado. O resto é vão e não vale o sonho imenso de quem gosta de livros raros.

Não vive verdadeiramente quem não gosta de dar uma prosa com um amigo ou ler um livro com vagar. Desejo-lhe que tenha sempre tempo para prosear sobre livros. Quando nos encontrarmos de novo, espero que seja você quem me conte coisas sobre livros e me diga os exemplares raros que já possui.

AVISO

Este livro foi redigido, copiado, composto, revisto e impresso por seres humanos e não por máquinas exclusivamente. Esse fato, por enquanto inelutável, explica os enganos e erros que contém.

❧ APÊNDICE ❧

Os artigos que seguem dão conta da recepção que teve *O Bibliófilo Aprendiz* na época do lançamento da primeira edição, publicada pela Companhia Editora Nacional em fins de 1965.

Veiculados em diversos jornais brasileiros, os artigos, desde o simples registro do lançamento à resenha bibliográfica e a crítica, destacam a erudição do autor, a fluência do texto, a familiaridade com o assunto e a importância do tema para os estudos relacionados, principalmente, ao livro no Brasil.

(Luís Pio Pedro)

NO APARECIMENTO DE O BIBLIÓFILO APRENDIZ

LIVROS EM DESFILE

NOVIDADE

O BIBLIÓFILO APRENDIZ

DE RUBENS BORBA DE MORAES

O Estado de S. Paulo, quinta-feira, 18.11.1965, p. 18.

Com o subtítulo de “*Prosa de um Velho Colecionador Para Ser Lida Por Quem Gosta de Livros, Mas Também Pode Servir de Pequeno Guia aos que Desejam Formar uma Coleção de Obras Antigas ou Modernas*” – o autor escreveu um livro que poder ser lido por todos, mesmo que não se trate de bibliófilos. Diretor de várias bibliotecas nacionais e estrangeiras, notadamente da Biblioteca da ONU, em Nova York, Rubens Borba de Moraes é um dos nossos mais qualificados “expertes” de livros raros e antigos (Companhia Editora Nacional, 198 págs.).

LIVROS E AUTORES

L. M.

O Estado de S. Paulo, quinta-feira, 02.12.1965, p. 14.

O Bibliófilo Aprendiz, de Rubens Borba de Moraes. – O autor, *expert* de bibliotecas nacionais e estrangeiras (foi diretor da Biblioteca da ONU, em Nova York), escreveu um livro que interessa não apenas a bibliófilos, mas também a simples amadores da leitura. O subtítulo define a obra: “*Prosa de um Velho Colecionador para Ser Lida Por Quem Gosta de Livros, Mas Pode Também Servir de Pequeno Guia aos que Desejam Formar uma Coleção de Obras Raras Antigas ou Modernas*” (Companhia Ed. Nacional).

O Estado de S. Paulo, domingo, 02.01.1966, p. 12.

O Bibliófilo Aprendiz, de Rubens Borba de Moraes. – Bibliofilia. Crônicas sobre livros em geral. O autor explica, clara e honestamente, o sentido do seu trabalho – consagrado, aliás, a um assunto praticamente inexplorado entre nós – dizendo: “*Prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas*” (brochura, 198 págs., lançamento da Companhia Editora Nacional).

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

BIBLIOFILIA

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

RUBENS BORBA DE MORAES, *O BIBLIÓFILO APRENDIZ*, CIA.

EDITORA NACIONAL, SÃO PAULO, 1965, 198 PÁGS.

O Estado de S. Paulo, 30.04.1966, Suplemento Literário, p. 2.

Pelo menos duas vezes fomos testemunhas do renome internacional de que goza RBM. A primeira foi durante uma “via sacra” que fazíamos na Calle de los Libreros, em Madrid, à procura de alguns títulos raros de interesse para a História do Brasil e possivelmente encontráveis naqueles vendedores, muitos deles com razoável acervo de antiquilhas à mostra. Foi daí que verificamos, com agradável surpresa, que mais de um livreiro madrileño, demonstrando-nos sua boa informação, citava argumentando a clássica *Bibliographia Brasileira* de RBM.

Na segunda feita a citação veio da parte do livreiro e musicólogo Alfonso Cassuto, responsável em Lisboa pela tradicional firma R. B. Rosenthal, cujos catálogos periódicos aliás usam com prodigalidade o conceituado nome de Rubens Borba de Moraes.

Com este *O Bibliófilo Aprendiz* que desde o título e os subtítulos até a prosa amena e cheia de verve revela o bom gosto do autor, temos sua experiência acumulada como profundo conhecedor de biblioteconomia, bibliografia e bibliofilia, alcançada ainda nos cargos que ocupou, nas edições que dirigiu, nas apresentações que fez de textos raros e afinal nas obras mesmas que conseguiu através dos anos reunir como *expert* no assunto.

O aprendizado que nos coloca ao alcance serve a leigos e especialistas, pois àqueles oferece um número incalculável de sugestões e a estes dá páginas cuja erudição informativa é bastante esclarecedora, como no caso da sua dissertação sobre livros de medicina colonial brasileira por exemplo.

Num país onde é mais realidade do que simples piada o fato de clientes encomendarem livros aos metros, e em que as poucas e grandes brasileiras são geralmente grandes mas não chegam a ser brasileiras e onde, ainda, o gosto pelos livros e pela leitura é mais raro que os nossos livros mais raros, o apa-

recimento deste livrinho (o diminutivo vai por conta do desejo de esperá-lo maior pelo muito que naturalmente o autor ainda teria a nos dizer sobre o assunto) assume sem exagero a condição de um serviço de utilidade pública.

O requinte com que o autor procura assistir aos seus aprendizes chega ao ponto de instruí-los a respeito de como reagir diante do comportamento da esposa, quase sempre contrária aos pequenos excessos que todo bibliófilo consciente costuma praticar em favor de sua coleção e em prejuízo do orçamento doméstico...

As vezes tantas em que o autor aparece como personagem marcam inquestionavelmente suas páginas com respeitável autenticidade.

Mas a grande utilidade de *O Bibliófilo Aprendiz* está no que nos ensina quanto aos cuidados com os livros, as estantes, a biblioteca doméstica, os insetos, o mofo e a umidade. Tudo isto dito numa linguagem simples, sem rebuscamentos técnicos ou derrames de erudição, nem mesmo no minudenciar tão próprio dos bibliófilos, mas que afugenta a nós outros estranhos àquela grei, pois se nos afigura quase sempre como algo um tanto estrambótico à nossa sofreguidão, tradicional inimiga do estudo.

MOVIMENTO EDITORIAL

LAGO BURNETT

DA COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, domingo, 21.II.1965, Caderno B, p. 11.

O Bibliófilo Aprendiz, de Rubens Borba de Moraes

OBS.: Somente esse nota lacônica noticiando a publicação do livro

O BIBLIÓFILO APRENDIZ

GAVETA DE LETRAS

LAGO BURNETT

DE LIVROS

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24.11.1965, Caderno B, p. 7.

Publicado pela Cia. Editora Nacional, surge *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes, um dos *experts* em livros raros e antigos no Brasil, e que foi, inclusive, diretor da Biblioteca da ONU, em Nova York. Em edição simples mas primorosa, o livro chega às livrarias e há mais de um motivo para que os amigos sinceros do livro se rejubilem com este lançamento, a começar do fato, que não será demais acentuar, que praticamente nada há sobre a assunto, em língua portuguesa.

Fala-se tanto de livros que, quando aparece um livro sobre livros, até há estranheza. E é com satisfação que registramos o acontecimento, pois de há muito se impunha a publicação de um livro sobre obras e coleções antigas que não fosse um mero enumerar de livros, datas, impressores e edições. Guia crítico, escrito com fluência, bom humor e absoluto domínio do assunto, *O Bibliófilo Aprendiz* preenche tais requisitos. Breve história do livro no Brasil, das raridades bibliográficas no mundo, o trabalho de Rubens Borba de Moraes merece a mais atenta consideração da parte dos que veem no livro uma das mais respeitáveis manifestações da cultura humana.

LIVROS NOVOS

O BIBLIÓFILO APRENDIZ

Jornal do Dia, Porto Alegre, domingo, 19.12.1965.

Publicado pela Cia. Editora Nacional, surge *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes, um dos *experts* em livros raros e antigos no Brasil, e que foi, inclusive, diretor da Biblioteca da ONU, em Nova York. Em edição simples mas primorosa, o livro chega às livrarias e há mais de um motivo para que os amigos sinceros do livro se rejubilem com este lançamento, a começar do fato, que não será demais acentuar, que praticamente nada há sobre a assunto, em língua portuguesa.

Fala-se tanto de livros que, quando aparece um livro sobre livros, até há estranheza. E é com satisfação que registramos o acontecimento, pois de há muito se impunha a publicação de um livro sobre obras e coleções antigas que não fosse um mero enumerar de livros, datas, impressores e edições. Guia crítico, escrito com fluência, bom humor e absoluto domínio do assunto, *O Bibliófilo Aprendiz* preenche tais requisitos. Breve história do livro no Brasil, das raridades bibliográficas no mundo, o trabalho de Rubens Borba de Moraes merece a mais atenta consideração da parte dos que veem no livro uma das mais respeitáveis manifestações da cultura humana.

Estamos diante de um livro que não interessa propriamente ao leitor comum, e sim, ao leitor que se interessa pelos livros a ponto de colecioná-los, de protegê-los; é um livro destinado aos bibliófilos, aos apreciadores das obras antigas, raras, que são toda uma história da cultura e das artes gráficas, e da encadernação. Precioso guia para eruditos, principiantes e livreiros. *O Bibliófilo Aprendiz* é um livro que honra quem o escreveu.

OBS.: Reproduziu *ipsis-litteris* o artigo publicado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, de 24.II.1965, caderno B, p. 7, acrescido de um parágrafo final que não constou do artigo original.

LITERATURA

MAIS LIVROS PARA O NATAL

LAGO BURNETT

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24.12.1965, Caderno B, p. 2.

O Bibliófilo Aprendiz, de Rubens Borba de Moraes, Companhia Editora Nacional

OBS.: Trata-se de sugestão de presente para o Natal

O BIBLIÓFILO APRENDIZ

REVISTA DOS LIVROS

DO AMOR AOS LIVROS

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, sábado, 21.05.1966, 2º Caderno, p. 2.

Só um Rubens Borba de Moraes poderia escrever um livro como este, *O Bibliófilo Aprendiz* – verdadeiro manancial de informações acerca da arte, indústria, comércio e vida do livro. Só um homem como esse paulista de sólido forro intelectual, nascido e criado à sombra das estantes, tinha condições de preparar essa espécie de manual – manual, digamos logo adidático, senão mesmo antididático, porque feito sem espírito de método, ao sabor da vivência profissional e das lembranças mais vivas, com jeito de conversa-puxa-conversa. Não é de admirar que o autor, bibliófilo veterano, haja dado à sua obra, de tão grande interesse para os que estudam biblioteconomia e documentação, haja dado a essa obra este delicioso subtítulo: *Prosa de um Velho Colecionador de Livros, Mas Que Pode Também Servir de Pequeno Guia aos que Desejam Formar uma Coleção de Obras Antigas ou Modernas*. Na realidade, bem examinadas as coisas, esta crônica sobre livros é um prosear delicioso de recanto de biblioteca ou de porta de livraria. Prosear à primeira vista (ou ao primeiro ouvido, assim é mais certo, talvez) vadio ou gratuito, coisa de matar o tempo.

Mas muito ensinamento útil vai a gente, que vive a vida toda em contato com os livros, encontrar nessa obra cujo título adequado, em vez de *O Bibliófilo Aprendiz*, seria *O Bibliófilo Feliz* (Edição da Companhia Editora Nacional).

NATUREZA DO LIVRO

LEONARDO ARROYO

Folha de S. Paulo, 26.12.1965, Ilustrada, p. 2.

É possível que se possa considerar hoje, com muita razão, uma preocupação bizantina a dos livros raros e belos. Desde logo a bibliofilia implica, em suas raízes, uma condição econômica, seguindo-se a da especialização e do conhecimento. De nada valem, talvez, a especialização e o conhecimento sem aquele fundamento econômico que permite a aquisição de livros raros e preciosos. A recíproca é mais verdadeira: as condições econômicas de de-

terminado indivíduo podem encaminhar a prática adequada da bibliofilia. É inútil citar exemplos. Todos sabem de um ou outro caso. Mas quando aparece um autor como Rubens Borba de Moraes com seu livro *O Bibliófilo Aprendiz* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965) a bibliofilia transcende dessas considerações para se tornar uma verdadeira arte de bom gosto e sobretudo de cultura.

Os pontos acima referidos são examinados no estudo, mas o volume conta com muito mais: uma soma admirável de conhecimentos em torno do livro capaz de interessar até ao mais modesto possuidor de uma biblioteca. Tendo como subtítulo – “*Prosa de um Velho Colecionador Para Ser Lida Por Quem Gosta de Livros, Mas Pode Também Servir de Pequeno Guia aos que Desejam Formar uma Coleção de Obras Raras Antigas ou Modernas*” – alcança ele uma área mais extensa da bibliologia. Na verdade, abrange e divulga conhecimentos não só preliminares da ciência do livro em si mesma, como se estende por certos mistérios da bibliofilia no que diz respeito a obras raras, edições, encadernações, setores de coleções, temas de obras, aventuras de colecionadores, curiosidades, doença de livros, impressão e decadência da encadernação.

É essa transcendência do específico (a bibliofilia) que torna o estudo de interesse geral. Há nessas páginas uma série de conhecimentos que não deve ficar apenas como privilégio de bibliófilos. É bem verdade também que há muita matéria de discussão no livro e não será neste breve registro a ocasião de colocá-la em tela de exame. Mas de modo geral o livro de Rubens Borba de Moraes, que é reconhecido especialista na matéria, nos transmite boas lições, largos ensinamentos sobre o livro em si mesmo. Não fosse ele a soma de uma larga experiência no setor da bibliofilia, pois desde menino, como confessa, coleciona livros.

Esta continuidade de amor ao livro, a que o tempo e o estudo enriqueceram de amplos conhecimentos e informações sobre a matéria, resultou neste interessante volume. Se não alcança ele o teor técnico de um trabalho como de Émile Leclerc, ou de Geoffrey Ashall Glaster, por exemplo – e esta não foi sua intenção – e nem mesmo entre nós, o de um estudo como o de monsenhor Joaquim Nabuco ou mesmo de Frederico Porta, por outro lado é fora de dúvida que *O Bibliófilo Aprendiz* é um ensaio de preliminares para a ampla bibliologia. Vamos aos poucos nos enriquecendo nesse setor que é uma expressão cultural válida.

Depois de Eduardo Frieiro com seu importante estudo sobre o livro, nenhum outro nos parece tão oportuno como este de Rubens Borba de Moraes. Embora delimitado na área da bibliofilia, repitamos, contam suas páginas preciosas lições em torno dessa matéria – o livro – que é ainda hoje motivo de muita má vontade e perseguições, porque nele está toda a humana experiência que não se faz gratuitamente pelos caminhos da história. Ele, o livro, é o veículo ideal ainda das aspirações do ideal do homem.

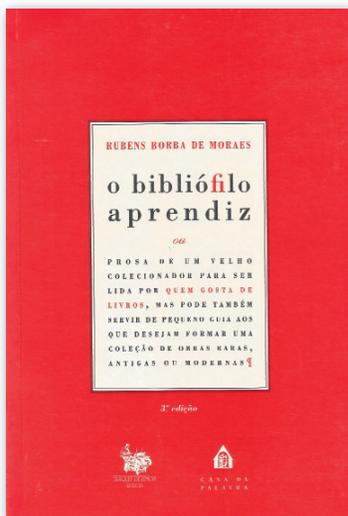


1ª edição, Companhia Editora Nacional, 1965, 198 p., 21 x 14 cm. São Paulo.

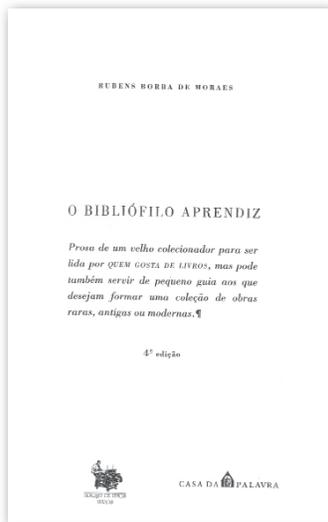
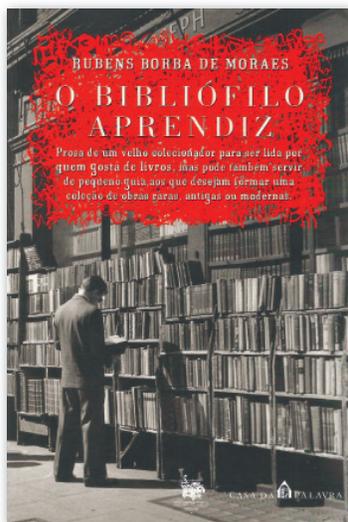


2ª edição, Companhia Editora Nacional, 1975, 187 p., 20,8 x 14 cm, il. (revista e aumentada) São Paulo.

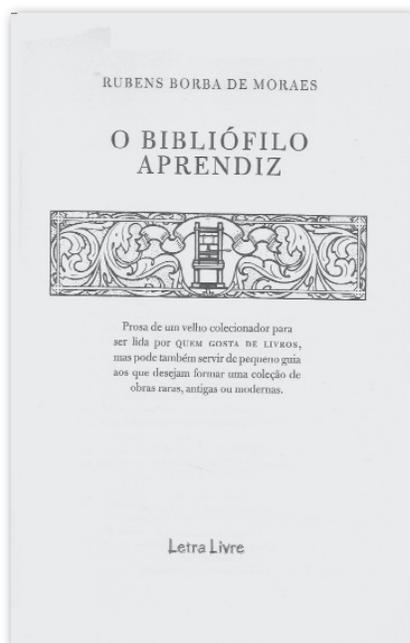
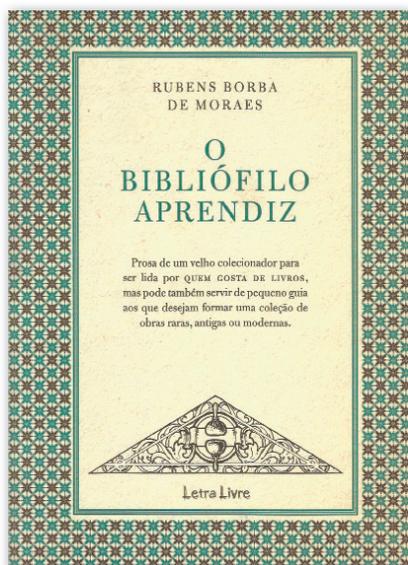
O BIBLIÓFILO APRENDIZ



3ª edição, Briquet de Lemos e Casa da Palavra, 203 p. num. + 2 p. s/num., 198 p., 21 × 14 cm. Brasília/Rio de Janeiro.



4ª edição, Briquet de Lemos e Casa da Palavra, 207 p., 21 × 13,8 cm. Brasília/Rio de Janeiro.



1ª edição portuguesa, Letra Livre, Lisboa, 2011, 207 p., 20 × 14,5 cm.

ÍNDICE REMISSIVO

Este índice contém os livros mencionados, nomes de pessoas, assuntos, livrarias, bibliotecas e museus.

- A
- Abad, Francisco Martinez, 202
- Abreu, Capistrano de, 192
- Aguiar, Conde de, 255
- Álbum de retratos, 94
- encadernação, 94
- popularidade no século XIX, 94
- Alencar, [José de], 233
- Alencar, Mario de, 233
- Almeida, Manuel Antônio de, 126
- Alpoim, [José Fernandes Pinto], 201, 202
- Alvará da Criação da Contadoria da
Marinha*, 218
- Alvará que Regula o Corpo da Brigada Real
da Marinha*, 218
- Alves, Castro, 232
- Amor Ofendido e Vingado, O*, 242
- Anais da Biblioteca Nacional*, 142, 216
- Anais do Rio de Janeiro*, 234, 237
- Anchieta, [José de], 150
- Andrade, Carlos Drummond de, 240
- Andrade, Gomes Freire de, 192, 201, 206
- Andrade, Jacinto Freire de, 215
- Andrade, Mário de, 75, 109, 119, 129, 231,
259
- Anghiera, Pedro Mártir de, 56
- An-Introduction to Bibliography for Literary
Students*, 133
- Annaes da Imprensa Nacional*, 211
- Anotações, 110
- em livros, 110
- Antiquários, 64
- anúncios, 64
- clientela de novos ricos, 62, 64
- Anuário do Brasil*, 258
- Apollinaire, [Guillaume], 76

- Ar Condicionado, 120
 como proteção ao livro, 120
- Aranha, Brito, 148
- Armas da Castidade, As*, 231
- Arte de Furtar*, 83, 85, 88
- Arte Tipográfica no Brasil, 257
 após a Primeira Guerra Mundial, 258
 decadência, 255
 edições da Imprensa Régia, 255, 256
 impressores franceses do século XIX, 256
 revolução técnica no século XIX, 257
 (Ver também Imprensa Régia, Impressão de livro e Tipografias)
- Assis, [Joaquim Maria] Machado de, 100,
 129, 130, 134, 233
- Assinatura 167, 168
- Assunção, A, 240
- Autógrafos em Livros, 108
- Aventuras Pasmosas do Célebre Barão de
 Munkausen, *As*, 242
- Azevedo, Aluísio, 233
- Azevedo, Moreira de, 202
- B
- Bahia, 239
 primeiros livros impressos, 245
- Baisers*, 88
- Barbosa Machado, Diogo, 18, 45, 148, 149,
 198, 215
- Barbosa, Januário da Cunha, 242
- Barbosa, Rui, 258
- Barléus, [Gaspar], 75, 129
- Bello, Oliveira, 219
- Bem, Antônio Caetano do, 215
- Bentham, [Jeremy], 238
- Bernard, Monsieur, 76, 78
- Bernardes, Manuel, 231
- Besterman, Theodore, 137, 151
- Bíblia, 81
 bíblia de Gutenberg, 81, 82, 157
 bíblia em português, 83
 pouco interesse dos bibliófilos, 81
- Bíblia (Fust & Schoffer), 81
- Bíblia (Inglesa), 82
- Bibliofilia, 51
 como forma de avareza, 52
 dom de bibliofilia, 22
 moda, 38
 nova era na bibliofilia brasileira, 62 (Ver também Bibliófilos)
- Bibliófilos, 249
 bibliófilos do século XV, 249
 conceito de bibliófilo, 31
 detalhes de valorização do livro 161
 edições modernas para bibliófilos, 249
 interesse por edições provincianas, 233
 livreiros, 24, 32
 livros incompletos, 163
 livros modernos, 249
 mulher, 33, 34
 prazer dos livros, 248
- Bibliografia, 135
 bibliografia das bibliografias, 135
 bibliografias brasileiras, 137, 148
 escassez de obras bibliográficas no Brasil,
 133, 134, 148
 prefácio, 136
 utilidade prática, 135, 136
- Bibliografia Brasiliana*, 144
 publicação em inglês, 144, 145
- Bibliographie Brésilienne*, 143
- Biblioteca, 94
 bibliotecas jesuíticas, 94
 critério da coleção, 223, 224
 quantidade e qualidade, 79
- Biblioteca Americana, 145

- de Leclerc, 146
de Maggs Bros, 147
Biblioteca Brasiliense, 137
características, 137-140
singularidade, 139
Biblioteca da Companhia de Jesus (Bahia), 94
Biblioteca da Faculdade de Medicina de Salvador, 212
Biblioteca de Coimbra, 198
Biblioteca do Colégio Anchieta (Nova Friburgo, Brasil), 198
Biblioteca do Itamarati, 198, 203
deficiências, 142
plano da obra, 140-142
Biblioteca Exótico-Brasileira, 140-142
Biblioteca Exótica Pernambucana, 142
Biblioteca Geográfica Brasileira, 142
Biblioteca Lusitana, 148, 215
Biblioteca Marciana, 56
Biblioteca Mario de Andrade (São Paulo), 123
Biblioteca Nacional (Brasil), 31, 81, 142-144, 151, 188, 198, 211, 212, 219, 233, 245
Biblioteca Nacional (França), 143, 147
Biblioteca Nacional (Portugal), 45, 48, 212
Biblioteca Pública do Estado da Bahia, 212, 245
Biblioteca Pública do Recife, 141
Bibliotheca Americana (Maggs), 147
Bibliotheca Brasiliense, 137-139
Bibliotheca Brasiliensis (Maggs), 147
Bichat, [Marie François Xavier], 28
Bichos de Livros, 118
forma de combate tradicional, 117-118
uso de DDT, 188 (Ver também Insetos papirófagos)
Blake, Augusto Vitorino Alves Sacramento, 149-151, 202
Bocage, [Manuel Maria Barbosa du], 241
Bodas de Joaninha, As, 233
Bomtempo, José Maria, 28
Bonheur, Rosa, 60
Books on America, 146, 151
Bouvier, Monsieur [Jean Charles], 95
Branco, Camilo Castelo, 230, 231
Brandenburger, Clemente, 191, 201-203
Brasil Pitoresco, 76-77
Brasiliiana, 221-228
definição, 222
livros de viajantes, 225-227
livros impressos no Brasil, 223
livros portugueses sobre o Brasil, 228
livros sobre expedições científicas, 226
preço caro dos livros, 225
problema de datas, 222-223
raridade dos livros, 221
valor das pranchas, 226
Brasiliense, 229
coleccionadores de edições da Imprensa Régia, 240-241
conceito de coleção brasiliense, 223
edições incluídas, 229-230
interesse pela literatura brasileira, 230
livros de história, 234, 237
procura por obras de literatura brasileira, 232
raridade das edições do século XIX, 232-233
Brasilsche Gelt Sack, 215
British Museum, 69, 121, 124
Brochura, 91
Brotero, José Maria de Avelar, 238
Brown, John Carter, 56, 138
Brunet, [Jacques Charles], 139, 148

- Burchenschaft, 239
- C
- Cabanis, [Pierre-Jean-Georges], 28
- Cabral, [Alfredo do] Vale, 139, 202, 211, 212, 219, 239, 240, 244
- Cadernos, 165-172
 como se forma um caderno, 165
 diferentes tamanhos no mesmo livro, 171-172
 junta dos cadernos, 167
 marcação dos cadernos, 167
 número de dobras (formato), 165-166
- Cairu, [Visconde de], vide Lisboa, José da Silva
- Câmara, José Manuel da, 241
- Cameleida ou A Congregação dos Lentos de Olinda, A*, 244
- Caminha, Adolfo, 232, 233
- Camões, Luís [Vaz] de, 149
- Cancelamento de Folhas, 185
 como fazer a colação, 175-186
- Cântico*, 245
- Capa do Livro, 259
- Capanema, [Gustavo], 129
- Caramuru*, 259
- Carlos, frei Francisco de São, 240, 242
- Carta de Colombo, 187
- Carta Régia ao Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, Sobre a Compra e Venda do Salitre Para A Real Fábrica De Pólvora*, 218
- Carta Régia ao Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, Sobre a Guerra aos Índios Botecudos*, 218
- Carta Régia de Abertura dos Portos*, 209
- Carvalho, Alfredo de, 140-142, 190, 191, 215-217
- Carvalho, D. Ana R. de, 144
- Carvalho, João Antônio Rodrigues de, 219
- Casal, Aires de, 234
- Castelnuovo, João Batista Morelli de, 205
- Castigo da Prostituição, O*, 242
- Castro, [Luís Joaquim de] Oliveira e, 97
- Castro, Renato Berbert de, 212, 213, 219
- Catálogo da Exposição de História do Brasil*, 143
 deficiências, 144
 origem, 143
- Catálogo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, 144
- Catálogos, 146
 brasileira, 145, 147
 catálogos de livrarias, 38
 catálogos do livreiro Chadenat, 146
 primeiro catálogo de livros impresso no Brasil, 241
 redação, 40-42
- Catalogue of Books, Maps, Plates on America...*, *Vide Books on America*
- Catholic University Of America (coleção Oliveira Lima), 198
- Censura, 154
 Brasil, 154
 licenças, 154
 livros censurados, 155-156
 Portugal, 154
- Cest la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz Spectacles et Magnifiques Theatres...*, 183
- Chabas, [Paul Émile], 63
- Chadenat, [Charles], 67, 68, 138, 146
- Champfleury, 249
- Chaves, José Francisco, 206
- Chenault, C., 160
- Choupana Índia*, 241

- Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, 177
- Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal*, 180
- Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, 177
edição recolhida, 177
- Clássicos portugueses, 231
popularidade no Brasil, 230-231
- Claustro Franciscano*, 215
- Clima, 117
brasileiro, 98, 117, 231
influência sobre o livro, 42
- Código Brasiliense ou Coleção das Leis, Alvarás, Decretos, Cartas Régias, Etc.*, 210, 219
raridade, 219
- Coimbra, Antônio José, 96
- Coimbra, Estácio, 141
- Colação, 166
cadernos, 170-173
substituição e cancelamento de folhas, 175-186
- Coleção, 22
coleccionar livros, 22
critério, 22, 28, 38
escolha de coleção, 22, 23
especialização, 24-25
motivos para se ter uma coleção, 22
objetivo de lucro, 24, 34
prazer de coleccionar, 23
sugestões de coleção, 28, 30
- Colecionadores de Encadernações, 88, 92
- Colombo, [Cristóvão], 55, 56, 187
- Comércio de Livros, 157
caráter internacional, 157
concorrência, 157-158
- Compra de livros de particular, 44
dificuldades, 44
uma história sem fim, 45-49
- Compra e venda, 52-53
técnica de livreiro (Gazeau), 52-53
- Conceição, Apolinário da, 215
- Conclusiones Metaphysicas de Ente Reali*, 195, 198
único exemplar conhecido, 198
- Congratulação A S. A. Real O Príncipe Regente Nossa Senhor pelo Feliz Annuncio da Restauração de Portugal*, 219
- Constant, Benjamin, 238
- Cor, O. [liverius], 206
- Cordeiro, Cristóvão, 196
- Córdova, Francisco Fernandez, 69
- Correa, Francisco, 177
- Correio Brasiliense*, 218
- Corografia Brasílica*, 234
- Costa, Antônio da, 94
- Costa, Hipólito da, 83, 85, 88, 208, 218
- Couro, 120-121
encadernações em couro e sua proteção, 120-121
preparados, 121-122
- Coutinho, Gastão Fausto da Câmara, 242
- Coutinho, Rodrigo de Sousa, 206, 207, 217
- Craesbeck, Paulo, 180
- Crônica Autêntica da Regência do Brasil*, 234
- Cunha, Luiz Antonio Rosado da, 192-193
- D
- D'Abbeville, Claude, 68
- Daudet, [Alphonse], 131
- Debret, [Jean-Baptiste], 57, 66-69, 72, 75
- Denis, Ferdinand, 183-184
- De Saluberrima Potione Cabvé seu Café*, 215
- De Thou, [Jean], 90, 108

- Década I*, 56
Decreto da Criação da Real Fábrica de Pólvora, 217
Decreto da Criação do Posto de Almirante-General da Marinha, Junto à Real Pessoa, 217
Decreto da Instauração da Nova Ordem da Espada, 217
Decreto de Perdão aos Desertores que no Prazo de Seis Meses se Recolherem aos Seus Corpos, 217
Decreto Determinando que os Voluntários não sejam Constrangidos a Servir nos Regimentos mais de Oito meses, 217
Della Letteratura Veneziana, 56
 Deschamps, [Pierre Charles Ernest], 148
Desencantos, 233
 Desumidificador, 120
 para conservação do livro, 120-121
Devoção ao SS. Sacramento ou Regras Especiaes para Inflammar os Corações dos seus Devotos no seu Ardente Amor, 219
 Diabo Coxo, O, 242-243
 primeiro romance publicado no Rio, 243, 245
Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 149
Dicionario Bibliographico Portuguez, 148-149
 Dickens, [Charles], 54
Dictionary of Books Relating to America, A, 145
 Didot, [Firmin], 67, 247, 256
Die Seltesten Brasilianischen Drucke (Artigo), 202-203
 Dinarte, Sylvio, 126
 Direitos Autorais, 158
Discursos, 223
 Dobragem, 172
Donzela Teodora, 242
 Dorat, [Claude Joseph], 88
Doze Pares de França, Os, 242
 Drummond, Inácio José Correia, 240-241
Duas Charadas Bibliográficas, 205
Duas Desafortunadas, As, 242
- E
- Edição data, 132-133
 edições semelhantes, 158-159
 edições piratas, 157
 Edições brasileiras, 256
 imprensa Régia, 255-256
 nas primeiras décadas do século XX, 259
 terreno inexplorado, 190
- Editores, 156
 concorrência, 156-157
- Edwards, [Francis], 138
- Eisen, [Charles Dominique], 88
Elegia à Sempre Saudosa e Sentidissima Auzencia de S. A. R. de Lisboa para os seus Estados do Brasil, 219
- Elzevir, [Abraham], 59
Em Aplauso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheiro..., 194, 198
 único exemplar conhecido, 198
- Em Defesa do Livro*, 124
- Encadernação, 89
 antiguidade, 89
 aparas, 101
 comercial, 91
 couro, 120
 decadência da arte de encadernar no Brasil, 100
 decoração, 90
 douração, 90
 encadernação brasileira de luxo, 93

- encadernação tipo “prendas domésticas”,
103
- encomendada por livreiros, 91
- estilo brasileiro de encadernar; 92
- mandadas fazer na França, 97
- materiais utilizados, 89-90
- precursores da encadernação no Brasil
(século XVIII), 93-95
- restauração, 115
- século XVI, 90
- século XIX, 90
- uso de veludo, 93
- uso do brasão do Império, 93, 97-98 (Ver
também Encadernadores)
- Encadernadores B. L., 97
- Garnier, 97
- Bahia, 96
- encadernadores brasileiros, 100
- instituto de surdos-mudos, 96
- Leuzinger, 96
- mestres encadernadores, 101, 102
- primeiros encadernadores do Rio de
Janeiro, 94-95
- proteção à encadernação, 119-122
- recomendações ao encadernador, 100-101
- Ensaio dum Quadro Estatístico da Província
de São Paulo*, 238
- Ensaio Morais*, 262, 255-256
- Ensaio Sobre a Crítica*, 250, 255
- Erario Mineral*, 27
- Erros que valorizam um livro, 82
- bíblia inglesa aconselhando o adultério,
82
- errata do romance *Flor de Sangue*, 83
- Esau e Jacó*, 100
- Escrava Isaura A*, 232
- Espumas Flutuantes*, 232
- Estado de São Paulo (Jornal) O*, 62
- Estantes, 119-120
- abertas e fechadas, 119-120
- Ettinghausen, Maurice L., 219
- Eulálio, Alexandre, 151
- Exame de Artilheiros*, 199-203, 205, 217
- Exame de Bombeiros*, 200-203, 205
- pranchas*, 205-206
- Exemplar único, 56
- descoberta do exemplar único, 56
- “Livros fantasmas”, 55
- Ex-libris, 108
- como valorizador do livro, 110
- mudança de ex-libris de um exemplar
para outro, 112
- F
- “Fala Brasileira”, 231
- Faria, Francisco de, 195, 198
- Faria, Manuel Severim de, 215
- Fernandes, Manuel, 94
- Fernandez, Pedro, 68
- Ferreira, Luís Gomes, 27
- Ferreira, Simão Tadeu, 83
- Figueiredo, Antônio Pereira de, 83
- Fisher, Jango, 149, 151
- Flor de Sangue*, 83-84
- Flora [Brasiliensis]*, 34
- Flora Fluminense*, 237
- Florence, Hércules, 238, 244
- Folha cancelada, 175-186
- Folger, H.[enry] C., 18
- Folger Library, 18
- Folha em branco, 170
- como proteção ao texto, 170
- supressão desvaloriza o livro, 170
- Folha substituída, 180, 183
- Folhetos, 238

- editados nos anos posteriores à independência, 238
 imprensa régia, 230
 Fonseca, Antônio Isidoro da, 191, 192, 194-198, 201, 202, 205, 206, 216-217
 Fonseca, Manuel da, 155
 Formato do livro, 165-166
 Foscarini, Marco, 56
 Fourcroy, [Antoine François], 28
 Franck, Júlio, 239
 Franco, [Francisco de] Melo, 28-29, 155
 Freud, [Sigmund], 28, 29
 Fust, [Johannes], 81
- G
- G., Monsieur, 101
 Galvão, Barão Ramiz, 143
 Gama, Basílio da, 241
 Gama, Fernandes, 234
 Gandavo, Pero de Magalhães de, 30
 Garção, Correia, 241
 Garnier, 130, 233
 Garnier, B.[aptiste] L.[ouis], 97, 132, 237
 Garraux, [Anatole Louis], 53, 143
 Gazeau, 52-53
Gazeta do Rio De Janeiro, 213
 Giovanni, Don, 21
 Góis, Damião de, 177, 180
 Gomes, Luís de Santa Ana, 28
 Gonçalves, padre Luiz, 237
 Gonzaga, Tomás Antônio, 161, 241
 Gord, Jean du, 183
Governo de Mineiros, 26-27
 Graça, Heráclito, 126
 Graesse, [Johann Georg Theodor], 148
Grande Califa de Bagdad, O, 242
 Grenville, [Thomas], 18
 Grolier, [Jean], 90
Guarani, O, 232
 Gueffier, [Jules Henri], 256, 258
 Guia Bibliográfica, 149
Gutenberg-Festschrift, 202
 Gutenberg, [Johannes], 81-82, 157
- H
- Harisse, Henry, 56, 139
 Henrique II, 182
 Hierseman, [Karl W.], 138
 Higino, José, 191
Histoire de la Nouvelle France, 225
Histoire des Indes Orientales, 159-160
Histoires Naturelles, 59
História da Companhia de Jesus no Brasil, 94, 186
Historia da Provincia Sãcta Cruz a que Vulgarmête Chamamos Brasil, 30
História de Dois Amantes, 242
História do Brasil (Cayrú), 237
História do Brasil (Southey), 57-58, 97
História do Império, 97
História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, 234
História Geral do Brasil, 201
História Verdadeira da Princesa Magalona, 242
History of Brazil, vide História do Brasil (Southey)
 Hollanda, Sérgio Buarque de, 227
 Holmes, Sherlock, 111
 Hortemels, Daniel, 160
 Humboldt, [Alexander von], 56
- I
- Iacina*, 233
Idade D'Ouro, 213
 Ilustrações, 88

- elemento de valorização do livro, 88
- Imprensa no Brasil, 190-195
- Imprensa Régia, 208
- decreto de criação, 218
- fundação, 194
- instalação, 206
- legislação e sua reunião em volume, 210
- monumentos da tipografia brasileira, 255-256
- primeiros impressos, 209-211
- qualidade de suas edições, 244
- raridade de suas edições, 240-242
- Impressão de Livro, 247
- evolução da arte de imprimir, 247-248
- processos, 164-173
- Impressão Régia, vide Imprensa Régia
- Índice Alfabético do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Sacramento Blake*, 149, 151
- Índice do Dicionário Bibliográfico Brasileiro (Alexandre Eulálio)*, 151
- Índice do Dicionário Bibliográfico de Inocência*, 149
- Índices, 260
- deficiência nos livros brasileiros, 260-261
- Industrialização do livro, 248
- prós e contras 248
- In-folio*, 165
- In-oitavo*, 165
- Inocência*, 126
- Inocência, Francisco da Silva, 45, 148-150, 202
- In-quarto*, 165
- Insetos papirófagos, 114
- ação no Brasil, 113-114
- restauração dos danos, 114
- Investimento, 58
- livro como emprego de capital, 58
- Iracema*, 232
- Istoria delle Guerre del Regno del Brasile*, 74
- Itinerário das Principais Estradas da Província*, 238
- J
- Janin, Jules, 119
- Janszoon, Pieter, 191
- João [v], dom, 215
- João VI, dom, 154, 194, 207, 238, 241, 244
- Joaquina, Carlota, D., 218-219
- John Carter Brown Library, 57, 69, 188
- Jornal do Commercio*, 203
- Judith, 233
- Juramento dos Numes*, 242
- K
- Katecismo Kariri*, 67-68
- Kieffer, [René], 111
- König, Friedrich, 248
- Kosmos, vide Livraria Kosmos
- L
- La Relacion y Commentarios...*, 68-69
- Laemmert, 83-84, 257-258
- Lágrimas de um Crente*, 233
- Leclerc, [Charles], 139, 146
- Leilão, 146
- biblioteca de Chadenat, 146
- combinação de livreiros, 61
- Legouvé, [Gabriel Jean Baptiste Ernest Wilfrid], 241
- Leitão, Paulino Joakim, 241-242
- Leite, padre Serafim, 94, 186
- Lemos, Eduardo, 130
- Lenox, [James], 138
- Lenox Library, 68
- Léry, Jean de, 68

- Lescarbot, [Marc], 68, 225
- Leuzinger, Georg, 94, 96-97, 126, 257-258
- Licenças, 154
em relação à censura, 154
indispensável para imprimir um livro, 195
- Library of Congress, 121, 124
- Libretto de Tutta la Navigazione de Re de Spagna de le Isole et Terreni Novamente Trovati*, 55-56
- Lima, [Manuel de] Oliveira, 198
- Literatura brasileira, 230
interesse dos bibliófilos, 230-231
procura, 232
raridade das edições do século XIX, 231-232
- Literatura histórica brasileira, 234
prestígio 234
- Lisboa, Baltasar da Silva, 234, 237
- Lisboa, José da Silva, 234, 254-256
- Livraria Kosmos Editora, *vide* Livraria Kosmos
- Livraria Kosmos, 219-220
- Livreiros, 38
amizade com clientes, 38
antiquário, 37
espertezas no comércio de livros, 52
lucro, 37 (Ver também Leilão)
- Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, O*, 220
- Livros, 260
brasileiros, 257-260
colocação do livro na estante: deitados, 90 e de costas, 90
elementos de identificação de donos anteriores, 110-111
exemplares valorizados, 107-109
garimpagem de livros usados, 53
imitação de livros antigos, 255
incompletos, 163
inimigos do livro, 117-119
limpeza, 122
mudança de páginas, 112
primeiro livro em português na América, impresso no México, 205
procedência (donos anteriores), 110
processos industriais de impressão, 248
publicação de livros de autores brasileiros, 196
singularidades, 158-160 (Ver também Literatura brasileira)
- Livros antigos, 54
exemplares bichados, 42, 54
erros de numeração de páginas, 163
raros, 79
moda, 38
ocasião de compra, 31, 39
utilidade, 21 (Ver também Livros raros)
- Livros censurados, 154-156
impressos em outros países, 157
- Livros de luxo, 65
edições de Debret, 66-67
edições péssimas, 65
preferência dos compradores por livros com gravuras, 66
procurados por novos ricos, 65-66
- Livros raros, 56
caça ao livro raro, 57, 73-78
comércio no Brasil, 41-42
como um livro se torna raridade, 55
encadernação, 40-41
equivocos e defeitos, 82-88
estado de conservação, 39
fatores que tornam um livro raro, 79-80
filosofia de compra, 38
histórico do livro, 151
preço, 37

- primeiros livros sobre determinado assunto, 187-190
 raridade do livro brasileiro do século XIX, 231-233
 valor no mercado internacional, 54
 valorização, 67-69
- Lobato, Monteiro, 242, 258
- Loewy, Raymond, 248
- Luís XIII, 60
- Luís XV, 64
- Luz, 122
 prejudicial ao livro, 122
- Lusiadas, Os*, 59
- Luzeiro Evangelico*, 205
- M
- M., J., 219
- Macedo, Duarte Ribeiro de, 215
- Macedo, Ignácio José de, 245
- Macedo, [Joaquim Manuel de], 224, 232
- Macunaíma*, 259
- Magalhães, Valentim, 83-84
- Maggs Bros., 69, 138, 147
- Magistris, padre Jacinto de, 179
- Magnaghi, [Alberto], 187
- Maillol, [Aristide], 59
- Maintenon, Madame de, 108
- Maitland, 138
- Malheiro, fr. Antonio do Desterro, 192, 194, 197
- Malheyro, fr. Antonio do Desterro, vide Malheiro, fr. Antonio do Desterro
- Manifestos, 245
 editados durante a Revolução de 1817, em Pernambuco, 245
- Manique, Pina, 155
- Manuel du Librairie et de L' Amateur de Livres*, 148
- Manutius, Aldo, 157
- Maranhão, 245
 primeiros impressos, 245
- Marañón y Amazonas*, 68
- Maria I, D., 154-155
- Maria, Não Me Mates Que Sou Tua Mãe!*, 231
- Marido da Adúltera, O*, 233, 235
- Marilia de Dirceo*, 161
- Marillier, [Clément Pierre], 88
- Markham, [Clements Robert], 137
- Martin, Paul, 241, 245
- Martins, [João M. Ribeiro], 139
- Martins, Wilson, 216
- Mártir do Gorgota [Gólgota]*, 35
- Martius, [Carl Friedrich Philipp von], 34, 227
- Matisse, [Henri], 59-60
- Maunoir, [Jean Pierre], 28
- Mazarin, [Jules], 18
- McKerrow, Ronald B., 133
- Medici, Catarina de, 182
- Medicina, 24
 coleção de livros de medicina, 24-28
 primeiros livros de medicina escritos por brasileiros, 28
- Medicina Theologica*, 28-29, 155
- Meias folhas, 172
- Melo, Barão Homem de, 143-144
- Mémoires pour Servir à L'Histoire des Indes Orientales*, 159-160
- Memória breve sobre a Necessidade da Abertura do Furo, e Utilidade que Della pode Resultar à Província do Maranhão*, 245
- Memórias*, 237
- Memórias da Vida Pública de Lord Wellington*, 254-255

- Memórias de um Sargento de Milícias*, 126
Memórias do Rio de Janeiro, vide *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*
Memórias Históricas da Província de Pernambuco, 234
Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 217, 234, 237
Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal, 215
Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, 234
Memórias para Servir à História do Reino do Brazil, 218
Memórias Secretas de La Princesa del Brazil, 219
Mendes, João Antonio, 27
Mendonça, Lúcio de, 233
Mendoza, Pedro de, 68
Mergenthaler, Ottmar, 248
Miguel-Pereira, Lúcia, 83, 233
Millet, [Jean-François], 60
Miranda, João Cardoso de, 27
Moda, 38
 em bibliofilia, 38
 mudança de gosto, 59
Mole, Sr., 96
Molière, [Jean-Baptiste Poquelin], 145
Morais, [Alexandre José de] Melo, 237
Morange, [R.], 95-96
Morão, Simão Pinheiro, 27
Moreninha, A, 224, 232
Motins Políticos da Província do Pará, 234
Muir, P.[ercy] H.[orace], 37
Müller, Daniel Pedro, 238-239
Muller, Fr.[ederik], 138, 146, 151
Müller, Lauro, 140
Mundus Novus, 187-189, 227
Murphy, senador, 138
- N
Nabuco, Monsenhor Joaquim, 124
Naironi, Antônio Fausto, 215
Nantes, Bernardo de, 67
Nantes, Martin de, 68, 71
Nassau, Maurício de, 129, 191
National Library of Medicine, 24
Neto, Simões Lopes, 232
New York Public Library, 198
Notícias de Portugal, 215
Notícias do que he O Achaque do Bicho, 26
Novos ricos, 62
 como clientes de artes, 63
 descoberta da brasiliana, 66-67
 interesse por livros de luxo, 65
Numeração de páginas, 170
 algarismos romanos, 170
 prática recente, 169
- O
Obras, 215
 (de Duarte Ribeiro de Macedo) 215
Ogier, [René], 256, 258
Olímpio, Domingos, 232
Oliveira, Antônio de, 232-233
Oliveira, Henrique Valente de, 177
Olschki, Leo S.[amuel], 56
Oração Gratulatória ao Príncipe Regente, 245
Otmar, Johannes, 187
Ottoni, José Elói, 241
- P
Pacheco, Félix, 191-192, 198, 203, 205-206
Pagan, Conde de, 68
Palavra Escrita, A, 216-217
Palisse, Monsieur de la, 209
Palmela, Duque de, 219

- Papel, 118
 absorção de umidade, 118-119
 antigo, cuidados, 112-113
 fabricação moderna, 166
 importação de papel estrangeiro, 259
 inimigos, 117-119, 122
 medida antiga da folha de papel, 166
 obras editadas nas primeiras décadas do século XX, 259
Pâtissier François, 59
 Patrocínio, José do, 233
Paulo e Virgínia, 241
 Paz, Ramos, 144
 Pedro I, [dom], 108, 154
 Pedro II, [dom], 93, 144
Pedro Espanhol, 233
 Peixoto, Domingos Ribeiro Guimaraes, 28
 Perereca, padre, *vide* Santos, Luís
 Gonçalves dos
 Pernambuco, 239
 primeiros impressos, 239
Phédre, 241
Photographia da Botanica Brasileira, 237
 Picasso, [Pablo], 59-60
 Pimenta, Miguel Dias, 26
 Pinheiro, Fernandes, 97, 202
 Pizarro, Monsenhor, 217, 234, 237
Plano para o Estabelecimento de uma Biblioteca Publica na Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos, 245
 Poeira, 122
 inimiga do livro, 122
 Poesia, 232
 desprezada pelos livreiros, 232
Poesias Completas, 129-130
 Pohl, [Johann Baptist Emanuel], 227
 Poligrafia, 238
 Pombal, Marquês de, 154-155
 Pope, [Alexandre], 241, 250, 252, 255
 Porto, Manuel Joaquim da Silva, 241
Portolano Rigo, 56
 Prado, Eduardo, 111, 146
 Prado, J.[oão] F.[ernando] de Almeida, 67
 Prado, Paulo, 146
 Preço, 43
 marcado em código, 43
 pechinchas, 51-52
 Presas, dom José, 218-219
 Prest, Jean de (tip.), 183
 Prefácio, 136
 de bibliografias, 136
 Primeira edição, 131
 ano de impressão, 131-133
 características, 130
 como reconhecê-la, 131-133
 editor, 132
 primeiras edições brasileiras, 232
 valor, 125
Primeira Imprensa da Bahia e suas Publicações, A, 212, 219
 Primeiros livros impressos no Brasil, 245
 Bahia, 245
 bibliografia paulista, 238-239
 campo inexplorado, 190
 Maranhão, 245
 Pernambuco, 245
 primeiros impressos da Imprensa Régia, 207-211
 Primeiros livros sobre determinados assuntos, 188
 importância, 187-190
 livros europeus do gênero, 188-190
 Privilégio, 156
 concedido em nome do livreiro, 160
Prodigiosa Lagoa Descuberta nas Congonhas das Minas do Sabará, 27

- Prosa de Ficção*, 83
- Prússia, Adalbert von, 227
- Publicidade, 55
 linguagem específica dos livreiros, 55
 objetividade, 55
- Pujol, Alfredo, 111-112
- Q
- Quaritch, [Bernard Alexander Christian], 138
- Questões sobre Presas Marítimas*, 238
- R
- Racine, [Jean], 241
- Raiol, [Domingos Antonio], 234
- Ratdolt, [Erhard], 247
- Reclamo, 167
- Reencadernação, 99
 conveniência, 99 .
 prática comum, 98
- Registro, 168
- Reinhipo, Romão Mõssia, (pseud.) vide Morão, Simão Pinheiro
- Relação da Entrada que fez o Bispo..., 192
 contra a lei, 197
 exemplar desaparecido, 217
 exemplares conhecidos, 198
 primeira obra impressa no Brasil, 192
 questão das licenças, 195-196
 reação da metrópole, 192
- Relação da Entrada que fez ...D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro Bispo do Rio de Janeiro*, 192-194, 197-198, 201, 203
- Relação dos Despachos Publicados na Corte...*, 204, 207-209, 211, 219, 223
 data de publicação, 207
 primeiro impresso da Imprensa Régia, 209
 relações posteriores, 219
- Relation Historique des Amazones*, 68
- Relation Succinte*, 68, 71
- Renard, Jules, 59
- Rennefort, Souchu de, 159-160
- Restauração, 112
 cuidados com papel antigo, 112
 encadernações, 115
 lavagem de livros, 112-113
 práticas toleradas no Brasil, 112
 técnicas de restauro, 112-114
- Resumo de História Universal*, 239
- Retirantes, Os*, 233
- Revista do Instituto de Arqueologia e Geografia de Pernambuco*, 215
- Ribeiro, Maximiano Gomes, 126
- Ribeyrolles, [Charles], 66, 76-78
- Richerand, [Anthelme Louis Claude Marie], 28
- Rio Branco, Barão do, 146
- Rio de Janeiro, 206
 edições da Imprensa Régia, 208-209
 primeiro livro publicado no Brasil, 192
- Rizzini, Carlos, 220
- Robinson, [William H.], 69
- Rocha, Lindolfo, 232-233
- Rodvalho, frei Antônio de Santa Úrsula, 242
- Rodrigues, José Carlos, 69, 137-138, 188, 234
- Rodriguez, padre, 68
- Romance, 241
 público interessado no século XIX, 241
 traduções, 242
- Romance heroico, 194
- Rosa, João Ferreira da, 25
- Rosenbach, [Abraham Simon Wolf], 24, 30
- Rosenthal, Jacques, 69, 138
- Rosquellas, Paulo, 242

Rouault, [Georges Henri], 59
 Rousseau, [Jean-Jacques], 238
 Rousseau, Jean-Baptiste, 241
 Rugendas, [Johann Moritz], 66-67

S

Sabin, J.[oseph], 145-146
 Sacramento, frei Leandro do, 237
 Saint-Pierre, Bernardin de, 241
 Sampaio, Francisco de, 242
 Sant'Ana, Rizio Bruno, 123
 Santarém, [Visconde de], 137
 Santos, Luís Gonçalves dos, 208, 218
 São Paulo, 239
 bibliografia do século XIX, 238-239
 Schmied, [François-Louis], 59
 Schöffler, [Peter], 81
Séculos da Religião, 215
 Semana de Arte Moderna, 230
 como valorizadora da “fala brasileira”,
 230-231
 Seneuse, Arnoult, 160
 Serva, Manuel Antônio da Silva, 194, 212-
 214, 219, 245
 Shakespeare, [William], 18, 145
 Silva, Antônio José da (o Judeu), 192, 215
 Silva, Inácio Accioli de Cerqueira e, 234
 Silva, Pereira da, 97
 Silveira, Costa, 238
 Simone, Vicente de, 242
Singularitéz de la France Antarctique, 223
 Smith, Sir Sidney, 219
 Subscrição de livros, 226
 no século XIX, 226
 Soares, Ernesto, 149
 Sobrinho, Carlos Lawalle, 219
 Sousa, Inglês de, 232
 Sousa, J. Galante de, 134

Sousa, José Soares de, 149
 Southey, Robert, 57-58, 97
 Spix, [Johann Baptiste von], 227
 Stevens, [Henry Newton], 138

T

Tamanho do livro, 165-166
 confusão com formato, 165-166
 Targini, F.[rancisco] B.[ento] M.[aria], 85,
 88
 Taunay, Afonso d'Escragnolle, 191, 203, 205,
 215, 225
 Taunay, Alfredo d'Escragnolle, 126
 Tavares, Eduardo, 141-143
 Távora, Franklin, 232
 Teatro, 233
 de Machado de Assis, 233
Templo da Imortalidade, 242
 Teófilo, Rodolfo, 232
 Teresa, Gioseppe di S., 74
Tesouro da Juventude, 35
The Times, 247
 Thevet, [André], 224
 Tipografias, 194
 Bahia, 194
 Imprensa Régia, 194, 206
 primeira do Brasil, 191-192
 Recife, no século XVIII, 216
 São Paulo, 238
 Tiragem, 125
 conceito tradicional (processo
 tipográfico) 125-129
 do livro brasileiro no século XIX, 231
 impressão mecânica, 130
 número de exemplares impressos, 129
 Tory, Geoffroy, 249
 Toulouse-Lautrec, [Henri Marie Raymond
 de], 59

- Tratado da Educação Física dos Meninos*, 28
Trattado Único das Bexigas, e Sarampo, 27
Treis Mosquetero [Os Três Mosqueteiros], 35
Trésor de Livres Rares et Précieux, 148
 Tutancâmon, 21
- U
- Umidade, 118
 prejudicial ao livro, 118-119
Une Fête Brésilienne À Rouen, 183
- V
- Vaca, Álvar Núñez Cabeza de, 68-69
 Valorização do Livro, 161
 detalhes que valorizam o livro, 161
 dificuldade de prever a valorização de um
 livro, 57-59
 elementos de valorização do livro, 107-
 110
 fatores insólitos: erros e provocações,
 82-88
 livro raro, 67-69
 Van Gogh, [Vincent], 145
 Vargas, Getúlio, 223, 260
- Varnhagen, [Francisco Adolfo de], 137,
 201-203, 205
 Vasconcelos, padre Simão de, 177, 179
 Vaz, Antônio José, 240-241, 245
 Vespúcio, Américo, 137, 187-189, 227
 Viajantes, 225
 livros sobre o Brasil, 225-227
Vida Burguesa, 233
Vida de D. João de Castro, 215
Vida do Padre Belchior de Pontes, 155
 Villegagnon, [Nicolas Durand de], 225
 Villeneuve, [Junio Constancio de], 256, 258
 Vindel, [Pedro], 138
 Vinhetas, 98
 tipicamente brasileiras, 98
 Voltaire, [François Marie Arouet], 238, 241
- W
- Wied-Neuwied, [Maximilian zu], 227
World Bibliography of Bibliographies, A, 151
- Z
- Zola, Émile, 131

TÍTULO *O Bibliófilo Aprendiz*
AUTOR Rubens Borba de Moraes
EDITOR Plínio Martins Filho
PRODUÇÃO EDITORIAL Claudia Sarmiento | Luiz Hideki Sakaguti
Pedro Tajiki Salles | Tânia D'Arc de Azevedo
PROJETO GRÁFICO Negrito Produção Editorial
CAPA Gustavo Piqueira/Casa Rex
REVISÃO Luís Pio Pedro
REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICA Cinzia Damiani de Araújo
ELABORAÇÃO DE ÍNDICES Luís Pio Pedro

FORMATO 17 x 25,5 cm
TIPOGRAFIA Garamond Premier Pro
MIOLO Pólen Bold 80 g/m²
GUARDAS Offset 180 g/m²
CAPA Natura Arcia 335 g/m²
NÚMERO DE PÁGINAS 296
TIRAGEM 1000
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Santa Marta

